

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO E DESIGN
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO

BEATRIZ ALVES GOULART ROCHA

A PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO EM CIDADES DE PEQUENO PORTE:
proposta de articulação entre a comunidade e o governo local em Patrocínio Paulista

UBERLÂNDIA

2020



BEATRIZ ALVES GOULART ROCHA

A PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO EM CIDADES DE PEQUENO PORTE:
proposta de articulação entre a comunidade e o governo local em Patrocínio Paulista

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em
Arquitetura e Urbanismo da Faculdade de Arquitetura e
Urbanismo e Design da Universidade Federal de Uberlândia,
como requisito para obtenção do grau de Mestre.

Linha 1: Arquitetura e Cidade: teoria, história e conservação.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Claudia dos Reis e Cunha

UBERLÂNDIA

2020

Ficha Catalográfica Online do Sistema de Bibliotecas da UFU
com dados informados pelo(a) próprio(a) autor(a).

R672 2020	Rocha, Beatriz Alves Goulart, 1994- A preservação do patrimônio em cidades de pequeno porte: [recurso eletrônico] : proposta de articulação entre a comunidade e o governo local em Patrocínio Paulista / Beatriz Alves Goulart Rocha. - 2020. Orientadora: Claudia dos Reis e Cunha. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Uberlândia, Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo. Modo de acesso: Internet. Disponível em: http://doi.org/10.14393/ufu.di.2020.811 Inclui bibliografia. Inclui ilustrações. 1. Arquitetura. I. Cunha, Claudia dos Reis e ,1977- (Orient.). II. Universidade Federal de Uberlândia. Pós- graduação em Arquitetura e Urbanismo. III. Título. CDU: 72
--------------	---

Bibliotecários responsáveis pela estrutura de acordo com o AACR2:

Gizele Cristine Nunes do Couto - CRB6/2091



UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA

Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo
 Av. João Naves de Ávila, 2121, Bloco 11, Sala 234 - Bairro Santa Mônica, Uberlândia-MG, CEP 38400-902
 Telefone: (34) 3239-4433 - www.ppgau.faued.ufu.br - coord.ppgau@faued.ufu.br



ATA DE DEFESA - PÓS-GRADUAÇÃO

Programa de Pós-Graduação em:	Arquitetura e Urbanismo				
Defesa de:	Dissertação de Mestrado Acadêmico PPGAU				
Data:	vinte e seis de novembro de 2020	Hora de início:	09:05	Hora de encerramento:	11:15
Matrícula do Discente:	11822ARQ003				
Nome do Discente:	Beatriz Alves Goulart Rocha				
Título do Trabalho:	A preservação do patrimônio em cidades de pequeno porte: proposta de articulação entre a comunidade e o governo local em Patrocínio Paulista.				
Área de concentração:	Projeto, Espaço e Cultura				
Linha de pesquisa:	Arquitetura e cidade: teoria, história e conservação				
Projeto de Pesquisa de vinculação:	Patrimônio Arquitetônico e Urbano no século XXI: TUTELA E RESTAURO				

Reuniu-se em web conferência pela plataforma Mconf-RNP, em conformidade com a PORTARIA nº 36, de 19 de março de 2020 da COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR - CAPES, pela Universidade Federal de Uberlândia, a Banca Examinadora, designada pelo Colegiado do Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo, assim composta: Professores Doutores: Lia Motta - IPHAN; Luiz Carlos de Laurentiz – PPGAU.FAUed.UFU e Claudia dos Reis e Cunha – PPGAU.FAUed.UFU orientadora da candidata.

Iniciando os trabalhos a presidente da mesa, Dra. Claudia dos Reis e Cunha, apresentou a Comissão Examinadora e a candidata, agradeceu a presença do público, e concedeu a Discente a palavra para a exposição do seu trabalho. A duração da apresentação da Discente e o tempo de arguição e resposta foram conforme as normas do Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo.

A seguir o senhor(a) presidente concedeu a palavra, pela ordem sucessivamente, aos(às) examinadores(as), que passaram a arguir o(a) candidato(a). Ultimada a arguição, que se desenvolveu dentro dos termos regimentais, a Banca, em sessão secreta, atribuiu o resultado final, considerando o(a) candidato(a):

Aprovada.

Esta defesa faz parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre.

O competente diploma será expedido após cumprimento dos demais requisitos, conforme as normas do Programa, a legislação pertinente e a regulamentação interna da UFU.

Nada mais havendo a tratar foram encerrados os trabalhos. Foi lavrada a presente ata que após lida e achada conforme foi assinada pela Banca Examinadora.



Documento assinado eletronicamente por **Claudia dos Reis e Cunha, Professor(a) do Magistério Superior**, em 26/11/2020, às 11:20, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Beatriz Alves Goulart Rocha, Usuário Externo**, em 26/11/2020, às 11:53, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Lia Motta, Usuário Externo**, em 27/11/2020, às 15:13, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Luiz Carlos de Laurentiz, Professor(a) do Magistério Superior**, em 01/12/2020, às 13:44, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://www.sei.ufu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **2410807** e o código CRC **C56FF0AB**.

AGRADECIMENTOS

À minha orientadora, Prof.^a Dra. Claudia dos Reis e Cunha, pelos ensinamentos desde a graduação. Pela dedicação e segurança oferecidas durante toda pesquisa de mestrado, e por se fazer presente mesmo à distância, se tornando minha maior referência profissional.

À Prof.^a Dra. Lia Motta, pela disponibilidade e contribuições ao trabalho através de sua participação na banca de qualificação, e principalmente, por compartilhar sua ampla visão de patrimônio cultural.

Ao Prof. Dr. Luiz Carlos de Laurentiz, meu querido Lu, pelos ensinamentos que fazem parte de minha formação profissional, pelas contribuições a esta dissertação, e pelos inesquecíveis dias trabalhando juntos.

Aos professores e colegas do PPGAU-UFU e da FAUeD-UFU, pelas trocas de conhecimento.

Aos trabalhadores e alunos da Escola Estadual Jorge Faleiros, especialmente à professora Ana Rita, por possibilitarem as oficinas de Educação Patrimonial.

Aos funcionários da Prefeitura Municipal de Patrocínio Paulista, incluindo a Secretaria Municipal de Cultura e o Fundo Social, e principalmente à Marília Santos, por possibilitarem as atividades com o grupo de idosos “Jovens Vividos”.

Ao meu tio Sérgio, que muito ajudou na pesquisa com os mapas mentais, e à minha tia Ângela, por compartilhar seu conhecimento sobre História.

Às minhas avós, Maria Aparecida e Marta, por participarem das atividades e contribuírem com suas memórias.

À minha família, especialmente meus pais Welinton e Ana Cristina, às minhas irmãs Fernanda e Júlia, e aos pequenos Pedro e José, por todo suporte e compreensão aos momentos em que estive imersa no trabalho.

Ao Lucas, pelo companheirismo, paciência e auxílio ao longo desse processo de construção do trabalho, e na vida.

Aos patrocineses, que colaboraram com documentos, fotografias e histórias.

Os raios da encantada lua
Refletem a sua luz resplandecente
No meu querido pedaço de mundo
Na sua lenta caminhada
Estou a meditar sobre algo muito profundo...
[Criatura de Deus, José Milton Faleiros, 1985]

RESUMO

Este trabalho visa discutir a preservação do patrimônio em cidades de pequeno porte, estudando, especificamente, o município de Patrocínio Paulista, localizado no interior do Estado de São Paulo. Considerando as particularidades locais, observa-se a importância de um deslocamento da ideia que limita o patrimônio aos bens monumentais e, como consequência, aos instrumentos de salvaguarda tradicionalmente aplicados a eles, para então, concentrar o olhar aos elementos urbanos que são partes do cotidiano da população e suportes da memória local, bem como aos novos instrumentos que sejam capazes de abrangê-los. Sendo assim, buscou-se, por meio de diversas abordagens, uma aproximação com a população, de forma a compreender o que ela considera patrimônio da cidade através de suas vivências. Nesse sentido, acreditando na necessidade de envolvimento da comunidade nos processos de patrimonialização em conjunto com ações que partam do governo municipal, são discutidas possibilidades para uma política de preservação do patrimônio local mais efetiva. Finalmente, espera-se que os dados levantados nesta pesquisa contribuam e incentivem no desenvolvimento desse processo, atentando ao contexto de cidades de pequeno porte como Patrocínio Paulista.

Palavras-chave: memória; cidades de pequeno porte; políticas de preservação do patrimônio.

ABSTRACT

This work aims to discuss the preservation of heritage in small cities, studying, specifically, the municipality of Patrocínio Paulista, localized in the interior of the State of São Paulo. Considering the local particularities, it is observed the importance of a displacement of the idea that limits the heritage to monumental properties and, consequently, the safeguard instruments traditionally applied to them, and then, concentrate the view to the urban elements that are part of the cotidian of the population and local memory supports, as well as to the new instruments that are capable of covering them. Therefore, we sought, through several approaches, an approximation with the population, in order to understand what they consider the city's heritage through their experiences. By this way, believing in the need for community involvement in heritage processes in conjunction with actions that come from the municipal government, we discuss possibilities for a more effective local heritage preservation policy. Finally, it is expected that the data collected in this research will contribute and encourage the development of this process, considering the context of small cities such as Patrocínio Paulista.

Keywords: memory; small cities; heritage preservation policies.

LISTA DE FIGURAS

Foto da capa: Patrocínio Paulista no início do séc. XX. Fonte: Almanaque, 1986.

Edição da capa: Beatriz Alves Goulart Rocha.

Figura 01 -	Mapa de cidades limítrofes ao Município de Patrocínio Paulista. Elaborado por César Cunha Ferreira.	52
Figura 02 -	Mapa da cidade até a década de 1950, em que é possível perceber as direções de ocupação do território a partir dos pontos indicados.	54
Figura 03 -	Aerofotografia oblíqua da cidade de Patrocínio Paulista na década de 1940 com indicação dos pontos citados.	55
Figura 04 -	Construção tradicional (Edificação conhecida como “Casa do Gigot/Gigô”).	56
Figura 05 -	Construção tradicional (Edificação conhecida como “Casa do Gigot/Gigô”).	56
Figura 06 -	Construção tradicional (Edificação conhecida como “Casa do Gigot/Gigô”).	56
Figura 07 -	Construção tradicional (Edificação conhecida como “Casa do Gigot/Gigô”).	56
Figura 08 -	Comparação entre tipologias: à esquerda uma tradicional e à direita uma “modernizada” com platibanda e desenhos geométricos.	57
Figura 09 -	A mesma edificação “modernizada” como encontra-se atualmente.	57
Figura 10 -	Edificação com platibanda, vitrôs e desenhos geométricos.	57
Figura 11 -	Edificação com platibanda, vitrôs e desenhos geométricos.	57
Figura 12 -	Mapa da cidade em que se notam novos bairros no sentido Sul/Sudoeste.	59

Figuras 13 -	Adaptações para comércio; fachadas descaracterizadas.	60
Figura 14 -	Adaptações para comércio; fachadas descaracterizadas.	60
Figura 15 -	Adaptações para comércio; fachadas descaracterizadas.	60
Figura 16 -	À esquerda: fachadas antes das modificações recentes; à direita: situação atual das fachadas.	60
Figuras 17 -	À esquerda: fachadas antes das modificações recentes; à direita: situação atual das fachadas.	60
Figura 18 -	À esquerda: fachadas antes das modificações recentes; à direita: situação atual das fachadas.	60
Figura 19 -	À esquerda: fachadas antes das modificações recentes; à direita: situação atual das fachadas.	60
Figura 20 -	Vista da Rua Cel. Antônio Jacinto, provavelmente antes da década de 1970 (por conta de uma edificação que posteriormente foi demolida).	61
Figura 21 -	Vista da Rua Cel. Antônio Jacinto.	61
Figura 22 -	Residência conhecida como “Casa do Barão” no período em que abrigava uma Auto Escola na década de 1990.	62
Figura 23 -	Fotografias das capas do primeiro e do segundo almanaques de Patrocínio Paulista (respectivamente).	63
Figura 24 -	Fotografias das capas do primeiro e do segundo almanaques de Patrocínio Paulista (respectivamente).	63
Figura 25 -	Fotografia da primeira página do Índice do Almanaque de 1985.	68
Figura 26 -	Fotografia da segunda página do Índice do Almanaque de 1985.	69
Figura 27 -	Fotografia de um dos textos com exemplo de biografia da autora.	70
Figura 28 -	Mapa encontrado no artigo citado.	72
Figura 29 -	Mapa do perímetro urbano atual de Patrocínio Paulista com destaque a ser detalhado na figura 30.	78

Figura 30 -	Mapa com pontos indicados pelos Almanques (Recorte do perímetro urbano atual mostrado na Figura 29).	79
Figura 31 -	Fotografia do Sumário do Almanque de 2012.	83
Figura 32 -	Mapa da área urbana de Patrocínio Paulista com destaque para os bairros que compreendem pontos citados.	85
Figura 33 -	“Casa do Barão” nos anos 2000, após a reforma citada no texto e estado atual, respectivamente.	87
Figura 34 -	“Casa do Barão” nos anos 2000, após a reforma citada no texto e estado atual, respectivamente.	87
Figura 35 -	“Casa do Barão” nos anos 2000, após a reforma citada no texto e estado atual, respectivamente.	87
Figura 36-	Primeiro encontro e contato com fotos antigas.	101
Figura 37 -	Edificação em estado degradado.	101
Figura 38 -	Turma na visita de campo.	103
Figura 39 -	Comparação com as fotos antigas.	103
Figura 40 -	Análise da edificação.	103
Figura 41 -	Análise de documentos.	104
Figura 42 -	Alunos desenhando.	104
Figura 43 -	Grupo construindo uma maquete com caixa de sapato.	104
Figura 44 -	Exposição montada na sala da coordenação.	105
Figura 45 -	Exposição na biblioteca.	105
Figura 46 -	Exposição Final.	106
Figura 47 -	Exposição Final.	106
Figura 48 -	Exposição Final.	106
Figura 49 -	Desenhos de sobreposição (O atual sobre a fotografia antiga).	106
Figura 50 -	Desenhos de sobreposição (O atual sobre a fotografia antiga).	106

Figura 51 -	Desenhos de sobreposição (O atual sobre a fotografia antiga).	106
Figura 52 -	Mapa mental de Maria Aparecida Martins Alves, 88 anos.	114
Figuras 53 -	Mapa mental de M. F., 55 anos (Grupo Jovens Vividos).	117
Figura 54 -	Mapa mental de Marta Goulart Rocha, 73 anos (avó paterna).	117
Figura 55 -	Mapa mental de R. F., 64 anos (Grupo Jovens Vividos).	118
Figura 56 -	Mapa mental de Â. V., 66 anos.	119
Figura 57 -	Mapa mental de E., 78 anos (Grupo Jovens Vividos).	120
Figura 58 -	Mapa mental de A. F., 71 anos.	122
Figura 59 -	Mapa mental de I. B., 66 anos (Grupo Jovens Vividos).	122
Figura 60 -	Mapa mental de M. O., 48 anos (Grupo Jovens Vividos).	123
Figura 61 -	Mapa mental de A. N., 77 anos.	123
Figura 62 -	Mapa mental de R. A., 71 anos.	125
Figura 63 -	Mapa mental de M. F., 66 anos (Grupo Jovens Vividos).	126
Figura 64 -	Mapa mental de R. S., 65 anos (Grupo Jovens Vividos).	126
Figura 65 -	Mapa mental de S.F., 75 anos (Grupo Jovens Vividos).	127
Figura 66 -	Mapa mental de F., 75 anos (Grupo Jovens Vividos).	129
Figura 67 -	Mapa mental de A. C. (não lembra a idade), L. C. (não lembra a idade) e M. A. (Grupo Jovens Vividos).	129
Figura 68 -	Mapa mental de S. V., 76 anos.	130
Figura 69 -	Mapa mental de J.M., 75 anos.	131
Figura 70 -	Mapa mental de M. S., 69 anos (Grupo Jovens Vividos).	131
Figura 71 -	Mapa mental de R. F., 60 anos (Grupo Jovens Vividos).	132
Figura 72 -	Mapa mental de M. M., 80 anos (Grupo Jovens Vividos).	133
Figura 73 -	Mapa mental de A. F., 63 anos (Grupo Jovens Vividos).	133
Figura 74 -	Mapa mental de A. N., 80 anos (Grupo Jovens Vividos).	134

Figura 75 -	Mapa mental de L. O., 78 anos (Grupo Jovens Vividos).	134
Figura 76 -	Mapa mental de A. M., 64 anos (Grupo Jovens Vividos).	135
Figura 77 -	Mapeamento dos pontos citados nos mapas mentais.	136
Figura 78 -	Gráfico: Quantidade de participantes por faixa etária.	141
Figura 79 -	Gráfico: Quantidade de participantes por gênero.	141
Figura 80 -	Gráfico feito a partir das respostas para: “De acordo com a sua memória e as suas experiências na cidade, o que mais representa Patrocínio Paulista?”.	144
Figura 81 -	Gráfico feito a partir das respostas para: “O que foi citado em sua resposta anterior poderia ser tratado como patrimônio cultural da cidade?”.	145
Figura 82 -	Gráfico feito a partir das respostas totais para: “Há algum lugar específico que você considera patrimônio da cidade?”.	146
Figura 83 -	Gráfico feito a partir das respostas dos idosos para: “Há algum lugar específico que você considera patrimônio da cidade?”.	149
Figura 84 -	Gráfico feito a partir das respostas dos adultos para: “Há algum lugar específico que você considera patrimônio da cidade?”.	150
Figura 85 -	Gráfico feito a partir das respostas dos jovens para: “Há algum lugar específico que você considera patrimônio da cidade?”.	151
Figura 86 -	Gráfico sobre a preservação dos elementos citados como possíveis patrimônios culturais locais.	152
Figura 87 -	Gráfico feito a partir das respostas totais para: “De um modo geral, você considera a memória e o patrimônio cultural da cidade suficientemente preservados?”.	152
Figura 88 -	Gráfico: Elementos citados pelos jovens em todas as atividades (Oficinas e Questionário).	159
Figura 89 -	Cachoeira do Esmeril.	160
Figura 90 -	Ponte sobre o rio Sapucaizinho na entrada da cidade.	161

Figura 91 -	Ponte sobre o rio Sapucaizinho na entrada da cidade.	161
Figura 92 -	Cachoeira do Guido.	162
Figura 93 -	Gráfico: Elementos citados pelos adultos no Questionário.	163
Figura 94 -	Gráfico: Elementos citados pelos idosos em todas as atividades (Mapas Mentais e Questionário) – Parte 1.	164
Figura 95 -	Gráfico: Elementos citados pelos idosos em todas as atividades (Mapas Mentais e Questionário) – Parte 2.	165
Figura 96 -	Tabela com os pontos citados em unanimidade por todos os grupos etários e as porcentagens de citação de cada grupo.	167
Figura 97 -	Algumas edificações antigas da área central.	168
Figura 98 -	Escola Municipal de Ensino Básico Irmãos Matos (atualmente cercada por muros, o que dificulta a percepção do edifício).	168
Figura 99 -	Igreja Matriz.	169
Figura 100 -	Praça Central com Igreja Matriz ao fundo.	169
Figura 101 -	Estado atual da fonte.	170
Figura 102 -	Parte da Zona Rural.	170
Figura 103 -	Praça do Garimpeiro.	171
Figura 104 -	Gráfico de comparação entre os dez mais citados de cada geração (Considerando o grupo dos idosos e dos adultos (+jovens)).	173
Figura 105 -	Edifício da Delegacia (antiga Cadeia) na Praça da Bandeira.	173
Figura 106 -	Edifício da Delegacia (antiga Cadeia) na Praça da Bandeira.	173
Figura 107 -	Vista da Rodovia (entrada da cidade) e ponte sobre o rio Sapucaizinho.	174
Figura 108 -	Vista da Rodovia (entrada da cidade) e ponte sobre o rio Sapucaizinho.	174
Figura 109 -	Casa do Gigô/ Gigot (edificação degradada).	174

Figura 110 - Casa do Gigô/ Gigot (edificação degradada).	174
Figura 111 - Cine Flórida em funcionamento na década de 1960 e edificação na atualidade.	175
Figura 112 - Cine Flórida em funcionamento na década de 1960 e edificação na atualidade.	175
Figura 113 - Antigo coreto presente na praça central. (Imagem adaptada/recortada).	175
Figura 114 - Antigo coreto presente na praça central. (Imagem adaptada/recortada).	175
Figura 115 - Capela/Igrejinha Santa Cruz.	175
Figura 116 - Capela/Igrejinha Santa Cruz.	175
Figura 117 - Cachoeira do Esmeril.	176
Figura 118 - Vista da rua Cel. Antônio Jacinto.	176
Figura 119 - Entrada do Centro de Esportes e Lazer Marumbé e Celebração do Réveillon 2020 em sua área interna.	177
Figura 120 - Entrada do Centro de Esportes e Lazer Marumbé e Celebração do Réveillon 2020 em sua área interna.	177
Figura 121 - Rocha com dístico em homenagem aos garimpeiros, 1976.	180
Figura 122 - Página do Almanaque referente aos “locais históricos” de Patrocínio Paulista.	182
Figura 123 - Vista da Rua Itirapuã no Bairro Santa Cruz com Igreja Matriz ao fundo.	184
Figura 124 - Página do Almanaque referente aos “casarões antigos de Patrocínio Paulista”.	186
Figura 125 - Vistas que fazem parte da “imagem da cidade individual”, no bairro Centro.	188

Figura 126 -	Vistas que fazem parte da “imagem da cidade individual”, no bairro Centro.	188
Figura 127 -	Vistas que fazem parte da “imagem da cidade individual”, no bairro Centro.	188
Figura 128 -	Vistas que fazem parte da “imagem da cidade individual”, no bairro Centro.	188
Figura 129 -	Análise dos possíveis valores dos elementos citados.	190
Figura 130 -	Relação entre os apontamentos da comunidade nas atividades e nas atas do CONDEPHAA.	195

LISTA DE ABREVIATURAS

CNRC -	Centro Nacional de Referências Culturais
COMCULT -	Conselho Municipal de Cultura de Patrocínio Paulista
CONDEPHAA -	Conselho de Patrimônio Histórico, Artístico e Arquitetônico de Patrocínio Paulista
CONDEPHAAT -	Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado de São Paulo
CRD -	Coordenadoria de Registro e Documentação
DPHAN -	Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
EMURB -	Empresa Municipal de Urbanização (São Paulo- SP)
IBPC -	Instituto Brasileiro de Patrimônio Cultural
ICMS -	Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços
ICOMOS -	Conselho Internacional de Monumentos e Sítios
IEPHA -	Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais
INBI-SU -	Inventário Nacional de Bens Imóveis em Sítios Urbanos Tombados
INBMI -	Inventário Nacional de Bens Móveis e Integrados
INCEU -	Inventário de Configuração de Espaços Urbanos
INRC -	Inventário Nacional de Referências Culturais
IPHAN -	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
MEC -	Ministério da Educação e Cultura
REPEP -	Rede Paulista de Educação Patrimonial
SPHAN -	Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
SPHAN -	Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
UNESCO -	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
UNESP -	Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	17
CAPÍTULO 1 PATRIMÔNIO CULTURAL: AMPLIAÇÃO DE CONCEITOS, FERRAMENTAS E AÇÕES.....	22
1.1. O patrimônio cultural: de uma escolha do <i>Estado</i> para a <i>Nação</i> à ampliação do <i>corpus</i> em escala global.....	22
1.2 O patrimônio cultural brasileiro: de uma construção do <i>Estado</i> para a <i>Nação</i> à ampliação das discussões, ferramentas e ações em escala nacional.....	29
CAPÍTULO 2 A CIDADE DE PEQUENO PORTE E A PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO: CONSIDERANDO OS ESTUDOS EM PATROCÍNIO PAULISTA, SP.....	42
2.1 Cidades de pequeno porte e a preservação de um patrimônio material modesto (não excepcional): realidades e dificuldades.....	48
2.2 Breve contextualização da cidade de estudo, sua história, origem e comunidade.....	51
2.3 O território (e sua memória) a partir de documentos escritos pelos próprios moradores: Os Almanques de Patrocínio Paulista.....	63
2.4 O patrimônio da cidade e as particularidades em sua preservação.....	86
CAPÍTULO 3 COMPREENDENDO O PATRIMÔNIO LOCAL A PARTIR DO CONTATO COM A COMUNIDADE: UMA BUSCA PELA TROCA DE SABERES.....	91
3.1 Educação Patrimonial: noções atualizadas e novas estratégias.....	91
3.2 Atividades de Educação Patrimonial na Escola Estadual Jorge Faleiros.....	99
3.3 Mapas mentais com o grupo “Jovens Vividos” de Patrocínio Paulista.	108

3.4 Pesquisa via internet: abrangendo a faixa etária predominante nas redes sociais.....	139
CAPÍTULO 4 CAMINHOS PARA A PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO EM CIDADES DE PEQUENO PORTE.....	158
4.1 As experiências em Patrocínio Paulista.....	158
4.2 Incentivos para a preservação do patrimônio em Patrocínio Paulista.....	197
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	207
REFERÊNCIAS.....	213
APÊNDICE A.....	221
APÊNDICE B.....	227

INTRODUÇÃO

A pesquisa desenvolvida para esta dissertação parte de algumas indagações relacionadas à preservação da memória e do patrimônio cultural em cidades de pequeno porte e fundação recente, que por conta de suas especificidades, encontram-se frequentemente às margens da preservação institucionalizada nas escalas federal, estadual e até mesmo municipal.

Deve-se destacar que “preservar”, em seu sentido denotativo refere-se a “livrar de algum mal; manter livre de corrupção, perigo ou dano; conservar.” (FERREIRA, 1988, p.507), sendo, portanto, a “preservação” a ação de preservar, ou mesmo, garantir a transmissão de algo – sem danos- para o futuro.

Tratando-se da preservação como política institucionalizada de salvaguarda do patrimônio cultural, mais especificamente em contexto nacional, reconhece-se o uso dessa palavra para envolver várias ações, e segundo Márcia Sant’Anna (2015), conforme “orienta a elaboração do Dicionário IPHAN, o termo “preservação” foi associado à “gestão prática” do patrimônio por meio da implementação de instrumentos de identificação, proteção e gestão.” (SANT’ANNA, 2015, p. 2), apresentando-se como um processo que se realiza basicamente em três etapas.

Contudo, deve ficar claro que neste trabalho, muito por conta de seus limites cronológicos, mas principalmente por entendê-lo como um estudo fundamental para que se chegue até a etapa de gestão - adequada ao contexto, serão feitas várias reflexões sobre a “valoração” do patrimônio local, especialmente focando nos responsáveis por ela e, por isso, reconhece-se a abrangência, predominantemente, das duas primeiras etapas do que se reconhece por “preservação”.

Nessa perspectiva, analisando as ações preservacionistas no país e, principalmente, compreendendo o campo do patrimônio como político¹, observa-se uma diversidade de vozes que se articulam, e deve-se reconhecer que ao longo da história das políticas de salvaguarda nacionais, mesmo com importantes discussões e ampliações, aquelas vozes baseadas nos princípios de “excepcionalidade” foram hegemônicas.

¹ A noção de campo, desenvolvida por Pierre Bourdieu é fundamental para compreensão do patrimônio. “A noção de campo é conceituada por Bourdieu como sistemas sociais em que cada agente tem uma posição fixada a priori. Além disso, o campo é definido como o *locus* da disputa entre os atores em torno de interesses específicos que caracterizam o campo em questão. Em poucas palavras, o *locus* pode ser definido como o espaço social de relações objetivas (BOURDIEU, 1989).” (CARVALHO, 2003, p. 106).

Considerando essas questões como fundamentais para a compreensão do estado de preservação nas cidades pequenas, buscou-se discuti-las brevemente no primeiro capítulo. Sendo assim, destaca-se que o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional-IPHAN, surgiu em um cenário que privilegiou as narrativas ligadas ao conceito de civilização material. Dessa forma, se expressou pela “construção da memória” a partir da arquitetura colonial de matriz lusa como a representação do patrimônio do país, expressão artística autêntica e original da Nação brasileira.

Atendo-se aos bens de características excepcionais, e criando o padrão preservacionista reafirmado durante décadas, esse entendimento ainda é percebido pela maior parte dos brasileiros, mesmo com o aparecimento de novos discursos e vozes dissonantes. Deve-se ressaltar que não há aqui um desmerecimento das práticas voltadas aos bens excepcionais, mas sim a afirmação da importância de outros bens, de características modestas e fatura recente, que podem ser representativos de várias memórias.

Esse é o caso de Patrocínio Paulista, situada no interior do Estado de São Paulo, na qual apesar de ser possível reconhecer as carências e demandas na preservação dos bens pela comunidade², principalmente com criação de um órgão municipal responsável pela política patrimonial local, observam-se as dificuldades de práticas efetivas e direcionadas às suas particularidades.

Ao estudar esta pequena cidade, destaca-se que desde o início deve ficar clara a especificidade na discussão em relação ao patrimônio material, ou melhor ainda, no patrimônio urbano, visto que, tratando-se da análise da cidade a partir da área de conhecimento de arquitetura e urbanismo, essa será a mais discutida diretamente.³ Porém,

² Compreendendo que a palavra comunidade “representa um conceito muito amplo e, tratando-se do constituinte de 1988, de difícil definição” (DE OLIVEIRA JÚNIOR e CUNHA FILHO, p. 239, 2014), e tomando como referência estes mesmos autores, que estudam “A participação da comunidade na proteção do patrimônio cultural: uma análise do decreto Lei nº 25/1937 à luz da Constituição Federal de 1988”, aborda-se aqui, de acordo com a escala local, a “comunidade” como uma parcela da população que é “comum” de algum lugar, considerando a afetividade e o cotidiano de determinadas pessoas em determinado município, no caso, as pessoas que são comuns de Patrocínio Paulista, ou seja, sua comunidade local.

³ Vinculado à essas questões: patrimônio material e a relação com a comunidade, encontram-se esforços pelo próprio IPHAN na recente elaboração de uma Política De Patrimônio Cultural Material (PPCM), a partir do Documento Legal Nº 375 de agosto de 2018, em que se prevê uma continuidade às ações que vêm sendo desenvolvidas desde a criação do órgão, principalmente com o tradicional tombamento, mas que estimule a participação social como fator importante na atuação neste campo.

sabe-se da indissociável relação entre material e imaterial e da coexistência dos mesmos para que se solidifiquem, principalmente ao identificar um patrimônio muito menos relacionado aos valores tradicionalmente vinculados à materialidade do bem, ou como apresenta Coelho (2019), “menos mutáveis”, mas muito mais ligados aos valores com “significados contemporâneos” (COELHO, 2019), relativos ao cotidiano da comunidade.

Portanto, ao discutir os possíveis valores envolvidos ao patrimônio local, toma-se como referências para suas denominações alguns trabalhos, como os de Castriota (2011) e Meneses (2012), citando, por exemplo, valores “histórico/ cognitivo”, “estético/ formal”, mas compreendendo os valores sociais, como o “afetivo”, como predominantes e muito importantes no contexto da cidade estudada.

Nesse sentido, o olhar da população se mostra essencial nesta pesquisa, e desde a descrição da cidade, feita no segundo capítulo, viu-se a importância de duas abordagens, uma pautada em pesquisas documentais a partir do olhar próprio de especialista (mas também moradora do local), e outra a partir dos Almanques Históricos da cidade, escritos por moradores ou pessoas vinculadas à Patrocínio Paulista.

Esta etapa tornou-se também uma maneira de compreensão do olhar dos moradores da cidade em determinada época, a partir do que foi eleito por eles para constar na publicação. Além disso, através do mapeamento desses espaços citados e de sua comparação com mapas mais atuais, é possível perceber como se deu a evolução urbana.

Através das descrições feitas neste capítulo, pode-se compreender as características dos elementos urbanos que compõem o local, e que dificilmente se encaixariam nos padrões de patrimônio tão enraizados, apesar de serem de extrema importância em relação às vivências dos patrocínenses, sendo predominantemente relacionados aos valores afetivos.

Dessa forma, um dos principais objetivos dessa pesquisa é buscar entender o olhar dos cidadãos sobre sua realidade e memória, e simultaneamente, como técnica, procurar contribuir para renovar esses olhares e aprofundar um debate ainda muito incipiente na cidade. Mais uma vez, compreendendo a importância da participação da população, justamente pelo fato de que esses bens estão relacionados a ela, buscou-se realizar atividades dialógicas com a comunidade, encontrando principalmente nas ações de Educação Patrimonial, a possibilidade dessa “troca de saberes”, assim como descrito no terceiro capítulo.

Deve-se observar que por conta do período limitado para desenvolvimento do mestrado, as atividades foram breves e com uma quantidade pequena da população⁴, porém, buscou-se ao máximo diversificar os participantes, principalmente contemplando três grupos etários: jovens, adultos e idosos.

Como será possível perceber, as abordagens e atividades realizadas entre as faixas etárias foram diversas, mas de extrema importância para a análise posterior. As primeiras ações foram realizadas com os adolescentes, estudantes do 9º ano do Ensino Fundamental da Escola Estadual Jorge Faleiros, por meio de oficinas artísticas.

Posteriormente, a “troca de saberes” se deu pelo desenvolvimento de mapas mentais, sendo realizada com os idosos, sendo eles, em sua maioria, integrantes do programa “Jovens Vividos”, desenvolvido pelo Fundo Social da Prefeitura Municipal de Patrocínio Paulista, e em partes por pessoas conhecidas e familiares.

Além disso, diante do contexto da pandemia do corona vírus durante a etapa de desenvolvimento das pesquisas, a consulta com a faixa etária dos adultos (e também jovens e idosos, em menor proporção), pôde ser realizada através do desenvolvimento de um questionário online, que muito ajudou na compreensão do olhar desse grupo etário bastante ativo nas cidades.

Partindo do resultado dessas atividades, desenvolve-se no quarto capítulo uma análise desses registros, afim de compreender quais foram os elementos mais citados por cada geração consultada, e quais estavam presentes de maneira consonante entre elas, além da busca por identificar os valores envolvidos na escolha desses bens.

Sendo assim, observa-se que apesar de o valor afetivo ser dominante, e de haver uma expectativa de preservação do patrimônio local, permanece ainda uma visão de patrimônio muito voltada ao “excepcional”, isto é, enunciando como patrimônio bens isolados e de fatura imponente, tais como a Igreja Matriz e a antiga Casa de Câmara e Cadeia. E mesmo as sugestões para as possíveis práticas preservacionistas são bastante limitadas aos instrumentos tradicionais, como o tombamento, ou a criação de um museu.

Dessa forma, na segunda parte do capítulo busca-se discutir, frente aos resultados dos estudos feitos com a população de Patrocínio Paulista, em que medida os “novos

⁴ Ressalta-se que não havia uma preocupação estatística (de buscar uma amostragem representativa de toda cidade) na realização das atividades, mas de contemplar uma variedade de segmentos da comunidade, como uma primeira aproximação.

valores”, os “novos objetos” e os “novos instrumentos” de preservação do patrimônio cultural são compreendidos e podem, de fato, estimular políticas mais assertivas para a preservação das memórias locais.

Desse modo, como um grande passo para esse processo, buscou-se afirmar, para além da importância da participação da população através de atividades de Educação Patrimonial, por exemplo, a necessidade- não só-, mas especialmente para as cidades pequenas, de um olhar mais voltado para a compreensão do território urbano como um espaço vivenciado pela população.

Sendo assim, a referência de Lynch (2011) quando aborda a “imagem da cidade”, e mais especificamente as imagens “públicas” e “individuais” se mostram coerentes tanto para o desenvolvimento das oficinas de Educação Patrimonial -principalmente de mapas mentais -, por se basear em uma representação dos lugares a partir da percepção de que os vivencia, quanto para a análise da cidade composta por ambiente construído, natureza e aspectos culturais.

Nesse sentido, considerando também a forte relação com a zona rural, tanto econômica e cultural, quanto física, percebida mesmo nas áreas centrais da cidade, encontra-se a possibilidade de discutir brevemente o conceito de paisagem relacionado ao patrimônio, citando a Carta de Washington (1986), a Paisagem Cultural (1992) e a Recomendação sobre a Paisagem Histórica Urbana (2011), e buscando incluir o ambiente construído, a paisagem natural de seu entorno, e principalmente a participação da comunidade em todo o processo de patrimonialização, que se mostram abordagens propulsoras ao desenvolvimento de políticas patrimoniais específicas ao local, a partir da articulação entre o poder público e a comunidade, dando prioridade às vozes (e memórias) diretamente influenciadas pelas ações.

Dessa maneira, ainda que o trabalho tenha maior foco nas duas primeiras etapas do processo de preservação citado anteriormente, espera-se que as discussões nele contidas, sirvam de base para ações de gestão do patrimônio cultural em cidades de pequeno porte, especialmente em Patrocínio Paulista, mais atentas às realidades locais, concluindo o ciclo de ações efetivas de preservação. E além disso, incentive a participação da população nesse processo, a partir das atividades de Educação Patrimonial.

CAPÍTULO 1 | PATRIMÔNIO CULTURAL: AMPLIAÇÃO DE CONCEITOS, FERRAMENTAS E AÇÕES.

1.1 O patrimônio cultural: de uma escolha do *Estado* para a *Nação* à ampliação do *corpus*⁵ em escala global.

De acordo com os conceitos modernos, toda atividade humana e todo destino humano, dos quais nos ficaram testemunhos ou conhecimento, pode aspirar, sem exceção, a ter um valor histórico, ou seja, todo acontecimento histórico assevera-se como insubstituível. Porém, como não nos seria possível considerar a massa imensa dos acontecimentos, dos quais foram conservados testemunhos mediatos ou inéditos e cuja quantidade aumenta ao infinito a cada instante, fomos obrigados a limitar a nossa atenção apenas aos testemunhos que nos parecem representar etapas mais evidentes no processo de evolução de um determinado ramo da atividade humana. (RIEGL, 2014, p.32)

Sabe-se da grande contribuição das reflexões de Alois Riegl para o campo do patrimônio e, mesmo considerando os mais de cem anos que nos separam da publicação de seu “Culto Moderno dos Monumentos”, em 1903 (RIEGL, 2014), suas ideias continuam sendo uma das principais bases para as discussões contemporâneas de atribuição de valores ao patrimônio cultural.

Na citação que dá início ao presente capítulo, Riegl apresenta, em um primeiro momento, o reconhecimento de que, de alguma forma, tudo que faz parte do passado caracteriza-se como momento histórico e, por isso, pode vir a ter importância para determinado grupo ou comunidade, como testemunho da ação humana. Apesar dessa consciência, o autor desenvolve seu pensamento com a questão – bastante discutida ainda hoje entre os pesquisadores do patrimônio cultural – de que não se pode (nem é desejável) preservar tudo e que a preservação do patrimônio é um ato de cultura, tal como adverte Kühl:

Deve-se enfatizar que o uso dessas palavras – preservação, conservação, restauração – deveriam, por definição, estar sempre vinculadas a ações culturais, e não pragmáticas. Ou seja, desde que o campo de fato se constitui, há dois séculos, a preservação é pautada pelas razões de cunho cultural – ou seja, vinculada a questões formais, documentais, simbólicas e memoriais –, científicas (sobretudo para se preservar documentos históricos – da arte, arquitetura, técnica etc.) e éticas (que direito temos de apagar os traços de gerações passadas e privar as gerações futuras da possibilidade de conhecimento de que esses bens são portadores). (KÜHL, 2006, p. 04)

⁵ Utilizando-se do termo referido por Françoise Choay em “Alegoria do Patrimônio”. (CHOAY, 2001)

Por diversos motivos, dentre os quais, o reconhecimento de que a cidade sobrevive de mudanças e adequações às necessidades contemporâneas, escolhe-se o que conservar levando em consideração contextos sociais, culturais, históricos, paisagísticos, artísticos, e também questões de ordem políticas, econômicas ou mesmo práticas. Dessa maneira, a cidade pode se adequar à realidade atual, mas levando em consideração referências que carrega do passado.

Essa escolha sobre o que se deve resguardar e, por consequência, descartar é parte indissociável do ato de preservar e, por isso mesmo, a seleção ocorre desde as primeiras ações de preservação do patrimônio, nas quais um agente acaba por determinar, a partir da atribuição de valores, características de algum objeto ou obra que são importantes e que devem ser protegidos, muitas vezes com o discurso de resgatar uma identidade de um público maior. Jacques Le Goff afirma que:

De fato, o que sobrevive não é o conjunto daquilo que existiu no passado, mas uma escolha efetuada quer pelas forças que operam no desenvolvimento temporal do mundo e da humanidade, quer pelos que se dedicam à ciência do passado e do tempo que passa, os historiadores. (JACQUES LE GOFF, 1996, p. 535)

As primeiras ações de preservação assim feitas no Ocidente – principalmente na França e em países que construíram seu aparato jurídico de preservação do patrimônio⁶ em um modelo semelhante ao francês –, em sua maioria, tiveram a ativação do patrimônio delegada ao Estado⁷, na busca de elementos importantes, a partir de critérios definidos pela “monumentalidade, materialidade e ancianidade” do objeto, além de seus valores artísticos, históricos e científicos, principalmente de uma arquitetura de grande escala, excepcional. Tudo isso geralmente vinculado à justificativa de gerar uma identidade ou

⁶ Deve-se observar que, até o final do século XIX, a maioria dos países da Europa já contava com legislação de proteção. (STARLING, 2012, p. 94).

⁷ Salvo exceções como a da Inglaterra, posto que lá as Sociedades de Antiquários permanecem como principal ator nas ações de conservação. Modelo implantado também nos EUA (CHOAY, 2001, p. 146-147).

Segundo Márcia Chuva: “Na Inglaterra, a preservação do “patrimônio nacional”, ainda que também concentrada, originalmente, nos “monumentos históricos”, deu-se por meio de mecanismos não completamente centralizados pelo Estado, ao contrário, portanto, do Brasil e da França.” (CHUVA, 2017, p. 46) e “Nos Estados Unidos, a participação do Estado foi, desde o início, bem menor, tendo sido esse setor dominado por associações privadas, que iniciaram ações no sentido da preservação de um “patrimônio nacional” americano, em fins do século XIX.” (CHUVA, 2017, p. 47)

representatividade de interesse público, como prática social do patrimônio (CHOAY, 2001 *apud* ZANIRATO, 2018, p. 13).

Dessa forma, abordando a noção de patrimônio a partir de estratégias de construção da nação pelo Estado, Márcia Chuva (2017) aponta dois aspectos importantes: primeiramente “o estabelecimento de relações específicas e historicamente determinadas com o passado”, ou seja, a *construção de tradições* e, posteriormente, a *materialidade*, que de acordo com a autora, é “característica inerente à noção de patrimônio – remete também à ideia de territorialização, da qual são substratos os sentimentos de pertencimento e posse.” (CHUVA, 2017, p. 41).

É assim, portanto, que as referências de conservação da França aparecem após a Revolução Francesa, tendo como intencionalidade o “resgate de um passado nacional”, a partir da preservação de monumentos que passam a ser “herança da nação” e, portanto, de interesse histórico e artístico de todo o país⁸. A finalidade também era fazer com que esses monumentos “excepcionais” históricos e artísticos pudessem ser transmitidos às gerações futuras, de forma a fortalecer esse sentimento de nacionalidade.

Esta noção de patrimônio artístico e histórico, tutelado por instituições do Estado, permaneceu calcada na noção de excepcionalidade durante mais de um século. Porém, ainda que se reconheça a importância dessas primeiras ações de salvaguarda, deve-se observar que tal visão de patrimônio o tornava campo de especialistas, pouco ligado às populações e suas memórias.

Embora nesse processo se dê a incorporação de profissionais de diversas áreas, a característica do momento de fundação das práticas de preservação do “patrimônio nacional” no mundo ocidental foi a sua **monumentalização**, tendo sido consagrados como monumentos, essencialmente, os objetos arquitetônicos. (CHUVA, 2017, p. 39 grifo nosso)

Nesse contexto, interroga-se se esses bens de clara excepcionalidade correspondem e identificam toda população de um país, que possui culturas tão diversificadas. Independente da antiguidade, do estilo arquitetônico, da grandiosidade da construção ou qualquer outra característica, um bem patrimonializado está relacionado ao passado de alguma classe ou porção da sociedade, representa um contexto específico e,

⁸ Ver mais sobre a conservação na França no capítulo “A Revolução Francesa”, do livro “Alegoria do Patrimônio” (CHOAY, 2001).

por isso, muitas vezes é desconhecido por pessoas estranhas àquela classe ou porção da sociedade, o que dificulta o estabelecimento de relações de pertencimento.

A partir do século XIX, enraizou-se de tal forma no Ocidente a necessidade de proteção e conservação de um “patrimônio nacional”, questão ainda vigorosa nos dias de hoje, que não mais se questionaram, apesar das lutas travadas desde então em torno da sua designação e de sua legítima propriedade, as motivações históricas que engendraram essa necessidade, tornando-a quase tão natural e reconhecida quanto a própria ideia de “nação”. (CHUVA, 2017, p. 44)

De acordo com Zanirato (2018, p.15), essa abordagem e compreensão do patrimônio se reproduziram em vários países ocidentais ao longo do século XIX, deixando muitas vezes de lado criações populares locais, que fazem parte do cotidiano de determinada parcela da sociedade. E, por não compreenderem o papel dessa parcela enquanto agente sobre o bem cultural, excluem-na também de participar ativamente nos processos de patrimonialização.

A partir da década de 1960, percebe-se que o patrimônio passa pelo que Choay (2001, p. 207) chamará de “metamorfose quantitativa”. A autora se refere tanto à ampliação do alcance das práticas patrimoniais, que se estendem à quase totalidade do globo terrestre, como também aos objetos que passam a integrar um imenso *corpus* patrimonial, variado em tipologias, idades e localização.

Além da expansão geográfica e da consideração de outros períodos históricos nos processos de patrimonialização, muito por conta das descobertas de arqueologia, Choay (2001) aponta também a expansão tipológica, em que “um mundo de edifícios modestos, nem memoráveis nem prestigiosos, reconhecidos e valorizados por novas disciplinas, como a etnologia rural e urbana, a história das técnicas e arqueologia medieval, foram integradas no *corpus* patrimonial.” (CHOAY, 2001, p.209).

Em relação à ampliação tipológica, a autora chama atenção principalmente para os edifícios do período industrial, abandonados em virtude das mudanças tecnológicas e dos processos de produção, muitos em estado de degradação avançado e prestes a serem demolidos. Diante da preocupação em preservá-los (movidos especialmente por sua iminente demolição), ocasionou-se um acúmulo imenso desses bens, que Choay considera como um “*Complexo de Noé*” (CHOAY, 2001, p. 209).

Dessa forma, explica-se a relação que ela faz em consideração ao deslocamento de “*culto à indústria*”, ou seja, a preservação que antes tinha como objeto principal o monumento passa a considerar cada vez mais novos bens – o que não é um problema em

si –, mas que muitas vezes têm em seus processos de consagração interesses maiores, vinculados a uma “indústria do patrimônio” (CHOAY, 2001, p.225 e ss.).

Nota-se que muitos autores abordam os efeitos perversos dessa ampliação no campo patrimonial⁹, criticando principalmente essa distorção da consagração e preservação do bem a uma finalidade lucrativa. Porém, o que se destaca aqui é que, apesar dos efeitos negativos, a consideração de novos patrimônios, atores e localidades, abriu espaço para culturas antes negligenciadas.

Esse processo de ampliação no campo do patrimônio é percebido em vários documentos internacionais, da Carta de Atenas à Carta de Veneza. Entretanto, nota-se algumas contradições ainda nas próprias convenções do que deveria ou não ser protegido e se realmente seria praticado (o que ainda pode ser observado nas políticas de preservação). Nesse caso, ressalta-se que enquanto a Carta de Veneza de 1964 abria espaço para a importância de se considerar patrimônios modestos, a Convenção do Patrimônio Mundial de 1972 ainda abordava a monumentalidade e o valor excepcional como imprescindíveis.

Artigo 1º – A noção de monumento histórico compreende a criação arquitetônica isolada, bem como o sítio urbano ou rural que dá testemunho de uma civilização particular, de uma evolução significativa ou de um acontecimento histórico. Entende-se não só às grandes criações, mas também às **obras modestas**, que tenham adquirido com o tempo, uma significação cultural. (ICOMOS, 1964, p. 1 grifo nosso)

Artigo 1º – Para fins da presente Convenção serão considerados como património cultural: Os monumentos. – Obras arquitectónicas, de escultura ou de pintura **monumentais**, elementos de estruturas de carácter arqueológico, inscrições, grutas e grupos de elementos com **valor universal excepcional** do ponto de vista da história, da arte ou da ciência; Os conjuntos. – Grupos de construções isoladas ou reunidos que, em virtude da sua arquitectura, unidade ou integração na paisagem, têm **valor universal excepcional** do ponto de vista da história, da arte ou da ciência; Os locais de interesse. – Obras do homem, ou obras conjugadas do homem e da natureza, e as zonas, incluindo os locais de interesse arqueológico, com um **valor universal excepcional** do ponto de

⁹ Pode-se encontrar análises críticas sobre o assunto em referências como:

ARANTES, Otília. “Cultura da cidade: animação sem frase”, In: *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – Cidadania*. Rio de Janeiro: IPHAN, n° 24, 1996, pp. 233.

DEBORD, Guy. *A Sociedade do Espetáculo*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

FONSECA, Maria Cecília Londres. *O Patrimônio em Processo*. Rio de Janeiro: UFRJ/ IPHAN, 1997.

LEMOS, Carlos. *O que é Patrimônio Histórico*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 2000, pp. 30;

RODRIGUES, Marly. “De quem é o Patrimônio? Um olhar sobre a prática preservacionista em São Paulo”. In: *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. Rio de Janeiro: SPHAN/Pró-Memória, n.24, 1996.

vista histórico, estético, etnológico ou antropológico. (UNESCO, 1972, p. 2 grifo nosso)

Deve-se observar também que, de acordo com que as discussões e conceitos relativos ao campo do patrimônio vão se expandindo, novos bens são considerados, assim como novos grupos relacionados a eles (que também passam a fazer parte do processo de patrimonialização), e com isso, novos instrumentos e modelos de gestão são criados para atender essas demandas.

Alguns autores fazem uma classificação desses modelos no “mundo ocidental”, justamente de acordo com o período considerado, os novos locais e os novos atores envolvidos. Dentre eles, Starling (2012), que toma por base a divisão já feita por Leonardo Castriota (2009), e que assim define: a) “modelo tradicional ou de preservação”; b) “conservação integrada”; c) “reabilitação urbana”. A esses três, Starling acrescenta um quarto modelo, definido como governança deliberativa. Nota-se que essas definições partem da articulação de variáveis como: qual objeto e quais atores são considerados, seja a comunidade ou os profissionais envolvidos, quem se beneficiará, quais as atividades desenvolvidas, dentre outros.

Observa-se, de acordo com os próprios nomes dos modelos e as variáveis que se articulam para os formarem, que há uma pluralização tanto de tipos de bens considerados patrimônio quanto de agentes desse patrimônio. Em um primeiro momento, pelo “modelo tradicional ou de preservação”, a patrimonialização se restringe aos bens de “cultura erudita”, sendo eles sempre materiais e parte de fatos memoráveis da história, tendo o Estado como principal protagonista das ações preservacionistas, assim como supracitado, além de um usufruto desses bens muito restrito.

Como dito, em meados do século XX, principalmente por volta de 1960, com a “Carta de Veneza”, percebe-se um alargamento do campo de alcance das práticas patrimoniais, considerando a conservação da ambiência urbana e reconhecendo o valor das obras modestas, que passam a ter significação cultural. Pouco depois, com a “Conservação Integrada”, começa-se a pensar na preservação do patrimônio como parte das políticas de Planejamento Urbano, passando a ser considerado nos Zoneamentos Urbanos, suas diretrizes e leis municipais, sendo que, em 1975, já era possível reconhecer tais ações em países europeus:

Dentre os princípios gerais da conservação urbana, pontuados pela Declaração de Amsterdã, citam-se: a) a conservação deve ser o objetivo principal da planificação urbana e territorial; b) as municipalidades são as principais responsáveis pela conservação; c) as intervenções urbanas devem minimizar o impacto sobre a composição social da população local; d) a conservação integrada deve se amparar em medidas legislativas e administrativas eficazes; e) a conservação integrada deve ser apoiada por sistemas de fundos públicos que apoiem as iniciativas locais; e f) deve ser encorajada a participação de organizações privadas nas tarefas de conservação integrada. (CONGRESSO SOBRE O PATRIMÔNIO ARQUITETÓNICO EUROPEU, 1975 *apud* STARLING, 2012, p. 96)

A partir de então, ao mostrar seu potencial de renda, o patrimônio passa a atrair interesses também da iniciativa privada. Com a “Reabilitação do patrimônio”, o Estado passa a se articular com investimentos privados a partir de projetos de desenvolvimento para áreas definidas e que, apesar de levarem em conta a preservação de alguns bens, o faz com uma preocupação muito mais voltada ao interesse lucrativo do que com as necessidades das populações residentes, envolvendo processos de enobrecimento dessas áreas.

Nesse sentido, embora o modelo de reabilitação urbana amplie o público interessado no patrimônio cultural, a segmentação do acesso ao consumo desses bens, excluindo grande parte da população, acaba por reeditar a característica elitista do bem patrimonial da mesma forma que em sua concepção original. (STARLING, 2012, p.99)

Já o modelo definido por Starling como “Governança deliberativa”¹⁰, que, segundo a autora, vem se formulando desde os movimentos sociais urbanos dos anos 1960 e 1970 em muitos países dos continentes europeu e americano, caracteriza-se como a busca pela democratização da gestão, ou seja, com a participação cidadã, a descentralização do poder e valorização da política local.

As críticas e reivindicações urbanas destes movimentos em torno de moradias e de serviços urbanos básicos, como transporte, saneamento e cultura, serviram também como bandeiras pela democratização da gestão e contra a corrupção, a falta de transparência da gestão pública e a centralização dos processos decisórios. Demarca-se, aí, o início da trajetória do cidadão como interlocutor

¹⁰ Essa nomenclatura surge a partir de um termo originário da área da administração pública, já aplicado para várias instâncias, assim como passou a ser considerado também na área do patrimônio. Ver mais sobre a aplicação da Gestão participativa no planejamento urbano em: COELHO, Will Robson; OLIVEIRA, Sônia Azevedo Le Cocq d'. A governança participativa no planejamento urbano: uma direção do urbanismo sustentável. In: Anais do IV ENANPARQ, **Estado da Arte**. Porto Alegre, 25-29 julho 2016 [recurso eletrônico] / Organização: Claudia Costa Cabral, Carlos Eduardo Comas. Porto Alegre: PROPAR/UFRGS, 2016. [ISSN 2358-6214]. Disponível em: <https://enanparq2016.files.wordpress.com/2016/09/s44-02-coelho-w-oliveira-s.pdf>. Acesso em: 07 fev. 2019.

dos projetos urbanos e de intervenção no patrimônio. (STARLING, 2012, p. 100)

Nesse contexto, passa-se a perceber o patrimônio a partir de uma visão ampliada que inclui “o tecido urbano, as edificações, os espaços de convivência, os sítios paisagísticos e os valores simbólicos e imateriais que tem por referência as dinâmicas sociais e culturais das localidades” (STARLING, 2012, p.101), visando as práticas de interação entre os cidadãos e os atores públicos e privados.

Essas classificações são feitas ao analisarem características predominantes nas políticas de preservação do patrimônio, feitas de acordo com períodos específicos, e que podem ser notadas na maioria dos países ocidentais, principalmente no contexto europeu, mas que muito influencia outras localidades, mesmo que de maneira tardia. Dessa forma, segundo a autora, a trajetória:

Iniciada de forma restrita e elitista, vinculada à patrimonialização dos bens vinculados à memória dos segmentos dominantes das sociedades e sua transformação em ícones da identidade nacional, tal política alcança hoje um processo muito mais amplo, com a inclusão de novos bens, incluindo os imateriais, as referências e os processos culturais, além dos novos espaços decisórios referentes à formulação das políticas. (STARLING, 2012, p. 92)

1.2 O patrimônio cultural brasileiro: de uma construção do *Estado* para a *Nação* à ampliação das discussões, ferramentas e ações em escala nacional.

Tratando-se do cenário brasileiro, as ações de preservação do patrimônio aconteceram de maneira tardia em relação aos movimentos europeus, visto que enquanto esses em sua maioria já contavam com alguma legislação de proteção até o final do séc. XIX (STARLING, 2012, p. 94), no Brasil, as ações de preservação começaram a acontecer apenas no século XX.

Ainda assim, é possível reconhecer que o caminho seguido pelas primeiras práticas patrimoniais nacionais muito se assemelha ao modelo francês, visto que tradicionalmente privilegiaram os bens imóveis de caráter monumental, associados ao culto da Nação, na busca de afirmar a *brasilidade* figurada a partir de uma cultura homogênea e pertencente a todo território nacional.

Sob essa ótica, as práticas de preservação cultural no Brasil devem ser consideradas como dispositivos de integração de segmentos de uma população contida no território delimitado como nacional. Essa modalidade de integração cultural e territorial, que acionada pelo exercício do poder de definição do patrimônio histórico e artístico nacional, instituiu-se a partir do Sphan, foi um

dos meios de construção da nação, pela materialização no espaço de uma “história nacional”. (CHUVA, 2017, p. 24)

Apesar das discussões sobre a preservação do patrimônio serem anteriores — ressaltando-se a concessão do título de Monumento Nacional à Ouro Preto-MG, em 1933, pelo Congresso Nacional, e a criação da Inspetoria de Monumentos Nacionais no ano seguinte —, é apenas com a criação do IPHAN¹¹ (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional), a partir da lei nº 378, em 13 de janeiro de 1937, complementada pelo Decreto-Lei nº 25/37 (instituiu o tombamento), que se obteve aparato jurídico para a preservação do patrimônio de maneira institucionalizada e com maior abrangência nacional (MOTTA, 2000, p. 24).

O principal órgão de preservação do patrimônio no país surgiu em um contexto com algumas particularidades, como a ditadura do Estado Novo e as iniciativas tomadas pelos intelectuais modernistas, o que muito influenciou na sua consolidação e em suas ações nas primeiras décadas, e que ainda hoje marcam a preservação no Brasil.

Segundo Márcia Chuva (2017), esse cenário, tomado pelo nacionalismo que regia o momento político do país, sob governo de Getúlio Vargas, encontrou no patrimônio nacional “*uma peça fundamental*” para o “*projeto de unidade nacional*”¹² que se efetivou a partir desse governo autoritário.

A autora do livro “Os arquitetos da memória: sociogênese das práticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil (anos 1930-1940)”, Márcia Chuva, analisa justamente esse período de criação e atuação do IPHAN como parte desse projeto que teve como base fundamental a “construção da memória nacional”, a partir da tradição e homogeneização da cultura brasileira de maneira arquitetada.

Além disso, o que instrumentalizou esse projeto foram as discussões que vinham sendo feitas por intelectuais modernistas desde 1920, na busca pela caracterização de uma

¹¹ Ao longo de seus pouco mais de 80 anos de existência, o IPHAN sofreu diversas alterações dentro da estrutura burocrática federal, o que acarretou mudanças na figura jurídica e no nome do órgão. Em 1946 o antigo Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – SPHAN foi transformado em Diretoria, sob a sigla DPHAN. Em 1970 transformou-se em Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, passando a Secretaria em 1979, novamente com a sigla SPHAN. A partir de 1981, mesmo mantendo a sigla, a instituição se tornou Subsecretaria, e, em 1990, transformou-se em Instituto Brasileiro de Patrimônio Cultural – IBPC, voltando em 1994 a denominar-se Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, sua designação atual.

¹² Termos utilizados por Márcia Chuva em “Os arquitetos da memória: sociogênese das práticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil (anos 1930-1940)”, 2017.

arquitetura genuinamente brasileira, vendo a produção arquitetônica moderna do país como uma continuidade do “tradicional”. Como grande parte desses intelectuais de alguma forma atuavam ou tinham relações diretas com pessoas do campo político, mesmo que não concordassem com o governo vigente, essas articulações foram “apropriadas” pelo Estado.

Dessa forma, em relação ao ideário de nação, pode-se reconhecer uma trajetória de política de preservação muito parecida com países como a França. Porém, há no caso brasileiro a particularidade de associação entre o patrimônio e modernidade:

Para compreender como a problemática da preservação cultural no Brasil, as práticas preservacionistas e os padrões, normas e técnicas para seu exercício se constituem nas décadas de 1930 e 1940, deve-se considerar nos discursos produzidos, as articulações das noções de **modernidade e tradição**, e **unidade e nação**. Foram elas constituintes dos princípios fundadores e norteadores dessa ação, historicamente determinada, que confere materialidade à nação pela seleção especialmente de bens arquitetônicos que vão constituir **os lugares de memória** nacional, a todo tempo atualizada pela permanência no tempo e no espaço dessas construções tornadas monumentos. (CHUVA, 2017, p. 71, grifo nosso)

Além disso, a partir desses *lugares de memória*, é preciso compreender a centralidade na qual a unidade da nação se configurou responsável pela escolha de um “patrimônio específico” para representar a cultura de um país com dimensões tão significativas e, principalmente, com tamanha diversidade cultural.

Assim como dentro do próprio movimento moderno havia diversas correntes inspiradas por distinções ideológicas, também no campo do patrimônio alguns grupos tinham posicionamentos específicos em relação a qual seria a identidade brasileira, construída diante da diversidade de culturas em cada região do país.

Tanto os conhecidos como *regionalistas* quanto o grupo verde-amarelo viam, a partir da geografia e na territorialidade, a verdadeira identidade do país. Já Mário de Andrade (criador do Anteprojeto de lei para funcionamento do SPHAN, de 1936)¹³ acreditava na “desgeografização” e que as singularidades das culturas existentes no país

¹³ Deve-se considerar que o Anteprojeto proposto não foi seguido, mas que abrangia um conceito de patrimônio mais amplo em relação ao que efetivamente regulamentou o órgão. Ler mais sobre o assunto no Cap. 3, “A proteção institucionalizada”, em: CHUVA, Márcia Regina Romeiro. *Os arquitetos da memória: sociogênese das práticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil (anos 1930-1940)*. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2017, p. 160-167.

seriam as responsáveis por formar um conjunto do patrimônio nacional (CHUVA, 2017, P.102).

Porém, o ideário que mais foi ao encontro do projeto de “unidade nacional” do Estado, bem como da gestão de Gustavo Capanema no Ministério da Educação e Saúde, e aceito por grande parte dos intelectuais do SPHAN, – principalmente pelo seu fundador e diretor durante o conhecido como “período heroico” do órgão, Rodrigo Melo Franco de Andrade –, foi o do grupo “dos mineiros”¹⁴.

Baseados na universalidade cultural, a consagração de um exemplar que representasse a brasilidade se deu por meio da arquitetura colonial em Minas Gerais, principalmente o barroco, sobretudo os bens de excepcional valor artístico e histórico (RUBINO, 1991). “As representações acerca de um Brasil heroico, identificado com o Brasil colonial – o Brasil das bandeiras e das minas –, conquistaram o domínio sobre a expressão da modernidade tão disputada na década de 1920.” (CHUVA, 2017, p.98)

Nota-se também que, além das outras expressões culturais do país que deixaram de ser consideradas, os bens inspirados em tipologias estrangeiras, como os ecléticos – mesmo que tivessem valor artístico – ficaram à margem da preservação, já que não faziam parte da representação nacional. Com ressalva à arquitetura portuguesa, visto que, no momento, ela era vista como “herança” do país:

Rodrigo Melo Franco de Andrade, àquela altura respaldado pelos trabalhos empreendidos no Sphan, considerava fundamental, ao mesmo tempo, reafirmar uma herança europeia – portuguesa –, além de negar, em contrapartida, uma possível herança indígena. Argumentava, nesse sentido, que tais construções haviam sido logo substituídas pelas edificações mais duradouras que imprimiram às primeiras povoações sua “fisionomia peculiar” [...]. (CHUVA, 2017, P. 103)

Dessa maneira, a memória do país é “construída” levando em consideração principalmente os bens de características excepcionais e criando o padrão de preservação

¹⁴ Rodrigo, bem como Capanema eram mineiros, e essa ligação do grupo com o MES pode ser melhor compreendida dessa maneira: “Foi com a nomeação de Gustavo Capanema, em 1934, como Ministro da Educação e Saúde Pública, que se concretizou a entrada dos “modernistas na repartição”, recuperando a expressão de Lauro Cavalcanti (1993). O ministro Capanema, mineiro e amigo do grupo de intelectuais modernistas de seu estado, tinha afinidades com os princípios estéticos e poéticos do ideário modernista, embora ideologicamente estivesse mais comprometido com os tradicionalistas do movimento católico, principalmente com Alceu Amoroso de Lima. Em *Tempos de Capanema*, os autores afirmam que “Era sem dúvida o envolvimento dos modernistas com o folclore, as artes, e particularmente com a poesia e as artes plásticas, que residia o ponto de contato entre eles e o ministro. Para o ministro, importavam os valores estéticos e a proximidade com a cultura” (SCHWARTZMANN; BONEMY; COSTA, 1984, *apud* CUNHA, 2005, p. 54).”

do patrimônio cultural, que foi reafirmado ao longo de 30 anos a partir da seleção do patrimônio especificado, sua proteção e, não menos importante, a divulgação dessas ações a partir da Revista do Sphan, publicada desde 1937.

Sendo assim, conforme Márcia Chuva aponta, levando em consideração os estudos sobre a *memória coletiva* feitos por Halbwachs, obtém-se um *quadro social da memória*, elaborado para que a cultura brasileira seja entendida como contínua, e principalmente uniforme, capaz de representar toda a nação (CHUVA, 2017).

Esse entendimento ainda é percebido (mesmo com as novas discussões sobre o patrimônio cultural nacional) pela maior parte dos brasileiros, quando se trata de patrimônio nacional, visto que muitas vezes a imagem que se tem do mesmo é a da tradicional arquitetura de matriz lusitana, mesmo que grande parte da população não tenha nenhuma relação e não se sinta representada por ela.

Essa centralidade mineira, associada às práticas de preservação do patrimônio, alcançou tal legitimidade e reconhecimento que se poderia pensar na perspectiva de Maurice Halbwachs, que, a partir dela e sempre a ela relacionados, foram consubstanciados, em boa medida, os “quadros da memória coletiva”, entendida como aquela que recompõe magicamente o passado a partir da memória de um grupo, que passam a ser, por sua vez, os quadros comuns a toda uma sociedade em que esse grupo domina (Halbwachs, 1976). Halbwachs, embora não concebesse a noção da memória coletiva como uma construção homogeneizadora da cultura e, portanto, como uma forma de violência simbólica, acentuava seu caráter de reforço de coesão social, considerando a nação um grupo cuja memória nacional constituiria a forma mais plena de memória coletiva. (CHUVA, 2017, p. 60)

Reconhecendo a diversidade de pesquisas que revelam a maneira como a construção desse *quadro social da memória* estruturou as ações do principal órgão de preservação nacional – e que de certo modo, ainda se mostram presentes em grande parte dos parâmetros de preservação atuais –, deve-se notar a maneira como ao longo de suas mais de oito décadas, o Iphan - e os órgãos de preservação de maneira geral - vem ampliando a sua abordagem a partir de um olhar mais atento aos novos objetos, de acordo com novos valores e, consequentemente, a partir de novos instrumentos.

Em seu artigo “A Pesquisa no IPHAN: conhecimento, legitimidade e ação política”, Márcia Chuva (2015) ressalta a ampliação das pesquisas feitas pelo IPHAN, que permanece como principal referência no campo da preservação no Brasil, a partir de dois paradigmas que, segundo ela, orientaram a escolha dos bens a serem preservados. O primeiro, que estruturou as principais ações do órgão desde sua criação em 1937 até a

década de 1980, era pautado pela ideia de **valor intrínseco aos bens**, “como obra de arte”, e que tal valor deveria ser tornado visível por especialistas, ou seja, de acordo com critérios ancorados em **saberes legitimados** pela história da arte, história, arquitetura, dentre outros, atestava-se à Nação quais bens constituíam sua identidade e memória.

De acordo com Fonseca (2001, p. 111), até os anos 1970 não se levantavam muitos questionamentos em relação ao único instrumento legal de preservação disponível, ou seja, o tombamento.¹⁵ Mesmo com as ressalvas feitas por Mário de Andrade, desde os primórdios da criação do órgão, em relação à grande diversidade de bens culturais da nação (além de monumentos e obras de arte), os limites do tombamento eram pouco discutidos nas reuniões do Conselho Consultivo do órgão.

Até hoje este é o instrumento de acautelamento mais reconhecido de maneira geral, o que não nega sua importância, porém, de certa forma, ele ainda é um pouco limitado¹⁶ em consideração à ampliação e diversidade de bens culturais do país, visto que a partir de novos valores adotados para a consagração de um bem, como o *afetivo*, reconhece-se a necessidade de instrumentos que envolvam a população e tornem a sua participação mais efetiva.

Os espaços da cidade se tornam estranhos, quando não correspondem à dinâmica histórico-política ou à dimensão afetiva das pessoas na vivência do espaço urbano ou na situação do “esquecimento” das políticas públicas dos espaços históricos (não cuidam, não preservam), devido à orientação adotada de uma lógica da racionalidade tecnicocientífica ou econômica, externa à realidade dos cidadãos. (Bertini, 2015 apud OLENDER, 2017, p. 340)

Dessa forma, o que se critica é justamente a falta de acessibilidade da população aos bens patrimonializados e se realmente, levando em consideração as dimensões do território nacional e sua diversidade de culturas, os bens delegados apenas de forma institucionalizada representam toda a Nação.

¹⁵ Sobre o tombamento, e principalmente à sua aplicação na primeira década de funcionamento do Sphan, analisada por Márcia Chuva: “Alguns procedimentos administrativos devem ser adotados antes de sua concretização: a partir de uma indicação, um processo de tombamento é aberto, recebendo um número e o nome do bem indicado, cidade e estado onde se localiza. Embora qualquer pessoa pudesse fazê-lo, as indicações nesses primeiros anos de funcionamento do Sphan, partiram basicamente, dos próprios agentes do órgão, não contendo, portanto, nos processos a motivação da indicação.” (CHUVA, 2017, p. 210)

¹⁶ Sobre a relação entre preservação e tombamento (e seus limites): “Na atividade desenvolvida pelo SPHAN desde 1937, o tombamento tem se constituído no instrumento de preservação por excelência, a ponto de, conforme observa Sonia Rabello de Castro, confundir-se tombamento com preservação. Atualmente, além de instrumento jurídico com implicações econômicas e sociais, o tombamento tem sido considerado e utilizado, tanto por agentes oficiais quanto por grupos sociais, como o rito, por excelência, de consagração do valor cultural de um bem. (FONSECA, 1997 apud CUNHA, 2005, p. 67)

Essa crítica não desmerece as ações que buscam proteger bens de características monumentais, ou mesmo “excepcionais”, mas tenta abordar a questão de que alguns bens, mesmo que modestos, mais novos, de tipologias pouco consagradas e muitas vezes pouco notadas em relação à identidade de um país inteiro, podem estar diretamente relacionados ao passado de algum grupo social, representando seu contexto específico e suas relações de memória.

Nosso interesse é associar esse deslocamento do lugar de observação com a reflexão sobre a história das práticas de preservação do patrimônio e a configuração de um novo paradigma: tal deslocamento fez com que os bens não fossem mais percebidos como detentores de um valor em si que deveria ser desvendado pelo especialista, pois passavam a ser valorizados a partir dos sentidos a ele atribuídos, do olhar interpretativo que se lançava sobre eles no diálogo com seus legítimos usuários. (CHUVA, 2015, p. 12)

A partir da segunda metade do século XX, diante de uma sociedade globalizada, atenta às necessidades contemporâneas, começam a surgir diversas noções capazes de ampliar o entendimento dos processos de patrimonialização e, então, pode-se notar o segundo paradigma abordado por Márcia Chuva (2015).

Principalmente tratando-se da escala nacional, há um deslocamento da ideia de valor intrínseco ao bem e apenas “desvendado” pelo especialista, para uma ideia de que os bens deveriam ser valorizados a partir dos sentidos a ele atribuídos pelos “legítimos usuários”, tendo então, como papel do especialista, uma interpretação (a partir do diálogo) dessa relação entre bens e usuários.

Segundo Fonseca (2001, p.112), há no contexto nacional, marcado pelo fim da ditadura militar, uma reorientação das práticas de preservação em relação às tomadas pelo Estado até então. A partir das discussões da noção de “Referência Cultural”:

Pouco explorada enquanto conceito, tornou-se, porém, a marca de uma postura inovadora em relação à noção de *patrimônio histórico e artístico*, na medida em que, naquele momento, remetia primordialmente ao patrimônio cultural não consagrado. A noção de *referência cultural*, e as inúmeras experiências que, em seu nome, foram realizadas, serviram de base associadas à releitura das posições de Mário de Andrade no seu anteprojeto para um Serviço do Patrimônio Artístico Nacional e na sua atuação no Departamento de Cultura para a definição de patrimônio cultural expressa no artigo 216 da Constituição Federal de 1988, que alarga o conceito ao falar de “bens culturais de natureza material e imaterial” (ênfase do autor). (FONSECA, 2001, p. 112)

Essa noção, de um modo geral, expõe a importância de se considerar novas questões nas ações de patrimonialização como: os valores atribuídos aos bens, por quais

peças eles são atribuídos, e para o interesse de quem isso é feito, entendendo que os bens podem ser referências para grupos específicos, deslocando a atividade vista como apenas técnica, para ser abordada como social e política. (FONSECA, 2001).

Quando se fala em *referências culturais*, se pressupõem sujeitos para os quais essas referências façam sentido (referências para quem?). Essa perspectiva veio deslocar foco dos bens – que em geral se impõem por sua monumentalidade, por sua riqueza, por seu “peso” material e simbólico – para a dinâmica de atribuição de valores. Ou seja, para o fato de que os bens culturais não valem por si mesmos, não têm um valor intrínseco. O valor lhes é sempre atribuído por sujeitos particulares e em função de determinados critérios e interesses historicamente condicionados. (FONSECA, 2001, p.112)

Além desse alargamento sobre o que considerar bem cultural a ser preservado a partir de noções como a apresentada, há um ganho em relação à participação de comunidades que ficavam à margem das políticas de preservação, sendo que elas passam a ser ouvidas e fazer parte dos processos.

O fato é que o princípio exclusivo de autoridade – seja ela científica, religiosa, fincada na tradição, ou mesmo política (o Estado agindo em nome da nação) – não se sustenta em uma sociedade que se queira **democrática**. Por outro lado, a auscultação de outras vozes, a consideração de outros interesses que não os dos grupos de maior poder econômico e/ou intelectual, só é possível se a própria **sociedade se organiza com essa finalidade**. (FONSECA, 2001, p. 114, grifo nosso)

É nesse sentido que se pode compreender, a partir da redemocratização do país e também por conta do descontentamento com as destruições ocasionadas pela indústria imobiliária durante o governo militar, as novas bases para uma maior participação da comunidade na política de preservação patrimonial, desde os processos de consagração aos de gestão. Segundo Lia Motta (2000, p. 16), a partir de então, percebe-se as organizações feitas pelas próprias comunidades:

Em 1974 se iniciou o processo de “abertura política” no final da ditadura militar, deixando aflorar reivindicações latentes, como as que surgiram em torno do tema da preservação urbana. O “milagre econômico” promovido pela ditadura no início da década, ao provocar violentas transformações nas cidades, criou um panorama favorável à inclusão do tema do patrimônio urbano na luta pelos direitos das comunidades, associado ao processo de redemocratização do país. Era um espaço possível de organização social que supria, em parte, a inexistência de movimentos político partidários, ainda clandestinos ou incipientes no início da “abertura política”, que fez surgir uma demanda não institucional para a preservação de imóveis e sítios urbanos — inédita nos trabalhos de preservação no Brasil —, advinda das comunidades organizadas nas grandes cidades. (MOTTA, 2000, p. 16)

E, mesmo dentro do próprio IPHAN, era possível reconhecer críticas feitas por alguns técnicos aos critérios levados em consideração para as primeiras práticas de preservação na busca por um patrimônio homogêneo e representante de uma “identidade nacional”. Ressalta-se, porém, que apesar dos discursos vigentes nesse período terem como intuito a abordagem de um novo patrimônio, as práticas de preservação ainda continuaram pautadas no que foi considerado acima como *quadro social da memória*, muito por conta da imagem tão vinculada à preservação no contexto nacional.¹⁷ (MOTTA, 2000, P. 16).

Entretanto, voltando-se ao anseio de participação da sociedade civil – nesse processo de redemocratização do país –, principalmente em tomar frente às demandas até então negligenciadas pelo Estado, surgem os primeiros conselhos municipais, dentre eles os de preservação patrimonial, inicialmente de caráter consultivo.

Salles e Azevedo (2013), ao analisarem os conselhos municipais, tratam-nos como parte de uma “governança democrática”, em que há relação entre Estado e sociedade na tomada de decisões, no gerenciamento e no acompanhamento das atividades de salvaguarda a serem realizadas.

Abordando os conselhos municipais, mais especificamente os de preservação do patrimônio, os autores fazem considerações muito pertinentes a esse trabalho, apontando questões positivas em relação à participação da comunidade nos Conselhos municipais, como: o levantamento das demandas e prioridades da população em relação ao seu local de vivência, deixando de ser uma atividade exclusivamente de técnicos (que podem não ser daquela cidade), a maior fiscalização pelo Conselho em relação às decisões tomadas pelo Poder Executivo e, com isso, também uma maior interação entre a sociedade e o poder público, e, dentre outros tantos pontos, a questão de que, se estimulado pelo poder público e pela própria comunidade que participa do Conselho, este pode se revelar eficiente, com resultados a curto, médio e longo prazo para a gestão do patrimônio local.

¹⁷ Ainda segundo Lia Motta (2000), mesmo com o processo de descentralização das ações de preservação (como forma de suplementar as ações do IPHAN), desencadeados entre 1960 e 1980, tendo como um dos aspectos importantes a ampliação do acervo de bens culturais e estímulo ao turismo, as práticas ainda continuaram se pautando nos mesmos princípios: “Os tombamentos realizados por diversos estados, nesse período, também não apresentam novidades relacionadas com o que era, tradicionalmente, selecionado pelo IPHAN, conforme se pode verificar nas listagens de bens tombados nos institutos estaduais. De modo geral, prevaleceu a ação supletiva em que estados e alguns municípios participaram dos trabalhos de identificação de um patrimônio à semelhança daquele do período inicial das práticas seletivas no Brasil. (MOTTA, 2000, p. 4)

Os conselhos municipais focam a sua atuação na reivindicação da inclusão de novos atores no processo de participação e na demanda pela inserção de novos temas na agenda política. A democratização desse processo possibilita que temas, como proteção do Patrimônio Cultural, que não possui um grande apelo coletivo, como saúde e educação, possam dispor de um espaço de debate público. (SALLES e AZEVEDO, 2013, p. 158)

No Brasil, essa questão da participação coletiva culminou com a promulgação da Constituição Federal de 1988, na qual se consagrou uma noção abrangente de patrimônio cultural, indicando as responsabilidades solidárias entre os vários entes estatais e a sociedade civil na defesa e promoção das ações preservacionistas.

Além disso, a partir de então, os conselhos tornaram-se também deliberativos, ampliando seus poderes sobre as decisões. Ressaltando essa particularidade no cenário nacional, faz-se também uma relação com o modelo de gestão abordado por Starling (2012), como “governança deliberativa”, mas que passa a acontecer no Brasil apenas nos anos 1990 e 2000, algumas décadas depois dessa tendência nos países europeus e norte-americanos.

De maneira geral, a Constituição passou a abordar de forma clara a descentralização das administrações públicas, dando maior importância para autonomia dos municípios, incentivando a formação de conselhos locais e, com isso, aumentando os processos democráticos no país.

[...] a competência da política urbana transmitida ao município pela Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988) e pelo Estatuto da Cidade (BRASIL, 2001) fez com que a política de proteção do patrimônio cultural, além de uma política cultural, também se apresentasse como uma política urbana, portanto, necessariamente significativa para a função social da cidade e da propriedade urbana, devendo ser gerida segundo uma gestão democrática e órgãos colegiados. (SALLES e AZEVEDO, 2013, p. 151)

Como os Conselhos são geralmente compostos paritariamente entre representantes do poder público e da comunidade, muitas vezes há alguns problemas relacionados à representação de interesses. Porém, apresenta-se nesse trabalho uma experiência de estímulo à criação de conselhos municipais de preservação patrimonial de clara relevância, que é praticada no Estado de Minas Gerais pelo IEPHA (Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais) sobre o ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços), mais especificamente o Cultural, e que, apesar de após alguns anos de implementação já apresentar necessidade de revisões,

aparece como aplicação de extrema importância nesse contexto e pode servir de referência para estudos específicos como esse.

Criado em 1995, o critério do patrimônio cultural na Lei Estadual 12.040, conhecida como Lei Robin Hood (pois distribui todo o recurso do Estado pelos municípios, a partir de quesitos que não se resumem ao valor que arrecadam, ou seja, não são somente as cidades mais ricas que têm possibilidade de angariar recursos, como era até então), sendo que 75% do que é arrecadado pelo ICMS é direcionado ao Estado e os 25% são distribuídos percentualmente em treze critérios, sendo um deles o de patrimônio cultural, com 1% do arrecadado.

Para a participação no critério do patrimônio cultural, uma das exigências principais é justamente a criação de um órgão municipal de preservação do patrimônio, sendo que os municípios que têm interesse em fazer parte dessa distribuição de recursos, devem organizar representantes do poder público e da comunidade, além de ações de preservação que pontuem de acordo com a nota estabelecida pelo IEPHA.¹⁸

Este sistema é composto por um Conselho Municipal de Patrimônio onde tem assento os principais atores locais: um setor técnico dentro da estrutura administrativa municipal, que deverá ser composto por especialistas em patrimônio cultural; e o arcabouço jurídico que legitima todo o processo. (RANGEL, 2008, p. 47)

Ao analisar o sistema proposto em relação aos conselhos municipais, Rangel (2008), aborda:

Setor Técnico dentro da estrutura da Prefeitura é o órgão composto por especialistas e elaborará e implementará a política municipal de proteção ao patrimônio cultural a partir de diretrizes estabelecidas pelo Conselho, além de desenvolver o inventário e o tombamento de bens culturais do município. (RANGEL, 2008, p. 48)

Dessa forma, o aumento de conselhos municipais criados desde então é bastante notório, o que pode estar totalmente vinculado ao interesse de angariar recursos, mas que serve de estímulo para a participação da comunidade em decisões totalmente vinculadas a ela.

¹⁸ O cálculo do valor a ser arrecadado, bem como a nota e a pontuação podem ser conferidos no Anexo III da Lei Estadual 13.803/2000. Disponível em: http://www.fazenda.mg.gov.br/governo/assuntos_municipais/legislacao/leiestadual13803_00.htm. Acesso em: 17 de agosto de 2019.

Deve-se notar que, para o município arrecadar a cada ano, ele deve manter o órgão municipal de preservação em pleno funcionamento, cumprindo atividades voltadas à preservação, educação patrimonial, gestão do patrimônio já consagrado, etc. Apesar da extensa lista de municípios em Minas Gerais que participam dessa distribuição e das dificuldades que o IEPHA enfrenta para a fiscalização, o órgão estadual, em um trabalho meticuloso, exige que os municípios enviem uma vasta documentação comprobatória de suas ações.

Apesar de fundamental para o cumprimento das atividades e posterior distribuição de recursos, muitas vezes, cidades que não possuem especialistas para a elaboração da documentação e dos pareceres técnicos acabam contratando profissionais de outras cidades, e que não possuem vivência com os bens. Como no caso da elaboração de inventários exigidos, que devem ser feitos por técnicos e especialistas, mas não necessariamente moradores da própria cidade.

Compreende-se a importância desse instrumento utilizado no estado mineiro como referência para outros Estados, como, por exemplo, no estudo que será abordado posteriormente em Patrocínio Paulista. Porém, neste trabalho, serão feitas considerações que podem atualizar essa interação entre Estado, especialistas e representantes da comunidade no geral, como potencializadoras dessas ações em cidades com patrimônios modestos, mas de extrema relevância para identidades locais.

A participação da comunidade nas decisões de preservação pode ser entendida também como um dos fatores que vêm ampliando as considerações no campo do patrimônio, ou seja, quando a própria população define o que ela considera como importante para a identidade e memória do local, fora de critérios estritamente técnicos, mas que considere também a vivência e o valor afetivo, novos bens passam a ser valorizados e preservados, possibilitando maior efetividade nas ações preservacionistas.

A partir do alargamento das considerações, levando em conta a diversidade de culturas e, principalmente, a não dissociação entre patrimônio material e imaterial, tornando-os parte de um patrimônio cultural amplo, novos instrumentos de preservação vêm sendo elaborados e aplicados, como: a chancela da paisagem cultural, audiências e consultas públicas, lugares de interesse cultural, e projetos como o das Casas do

Patrimônio¹⁹, dentre outros, mas principalmente a ampliação de metodologias de Educação Patrimonial, em que há um contato direto das ações com a própria população.

Observa-se, também, que a partir do momento em que há um alargamento nas atribuições de valores e bens considerados, começa-se a questionar as limitações dos instrumentos de salvaguarda, na busca de meios efetivos que sustentem essas novas questões. Instrumentos tradicionais, como o tombamento e os inventários, passam por um processo de adequação conforme as necessidades contemporâneas de inclusão da sociedade civil nas ações de preservação do patrimônio. Nota-se aqui que os antigos modelos de salvaguarda não perdem sua importância e sua aplicação atualmente, mas a abertura de novas possibilidades cria bases para novas políticas de preservação do patrimônio, que possam favorecer diversos locais, grupos e contextos.

Diante da extensa bibliografia e discussões sobre a preservação do patrimônio, seus conceitos e práticas, é possível identificar os avanços e ampliações do campo, como também reconhecer os desafios e dificuldades que ainda se encontram. Tratando-se do Brasil, conforme abordado, o próprio IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) busca desenvolver instrumentos que viabilizem essa ampliação conceitual, redundando na proteção adequada de novas tipologias de bens que passam a ser reconhecidos como portadores de valores de memória, bem como trata de divulgá-los em suas publicações.

Ainda assim, deve-se admitir que tanto por conta da extensão territorial do país quanto pela diversidade de culturas e especificidades locais, algumas manifestações culturais acabam ficando à margem da preservação de forma institucionalizada no contexto nacional, que, como dito anteriormente, é ainda calcado na memória social construída pelo IPHAN, numa ideia de que tais bens não representariam de modo geral a identidade da nação.

Essas questões influenciam na tutela do patrimônio cultural pelo Estado em todos os portes de cidades, e há que se reconhecer um esforço em estender as políticas preservacionistas para culturas antes negligenciadas, para além dos exemplares monumentais de um Brasil Colonial, principalmente barroco.

¹⁹ Projeto elaborado a partir de exercícios de Educação Patrimonial, como forma de estimular o conhecimento e a participação social. Ver mais em: Casas do Patrimônio. Portal do IPHAN. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/502>. Acesso em 07 de fev. de 2019

Dessa forma, a partir da compreensão dessas dificuldades, observa-se a necessidade de se atentar para esses patrimônios marginalizados, mais especificamente nesta pesquisa, em cidades de pequeno porte, de fundação recente, com bens de características arquitetônicas modestas e histórias pouco expressivas em relação a um contexto mais amplo, porém de extrema importância para o local, entendendo-se também que cada vez mais se busca o reconhecimento do mosaico variado de culturas que juntas dão forma ao que se chama de identidade nacional, sem a pretensão de uma unidade.

Ao deixar de ser definido como uma coleção de obras canônicas, “patrimônio”, nesta acepção contemporânea, remete à diversidade cultural das práticas sociais. No entanto, essa concepção, por mais que constatável em escala ocidental, não pode responder às indagações sobre as próprias representações que a noção veicula, sobretudo nos discursos voltados para a preservação, nem tampouco das práticas que as ensinaram. Daí a necessidade de uma perspectiva que dê conta da lógica específica de práticas e discursos em torno de “patrimônio”, no interior de diferentes regimes de representação em que foram operados, evidenciando o seu caráter tanto imaginário quanto institucional e, assim, os seus diversos sentidos históricos. (DAHER, 2010, p. 199-200)

CAPÍTULO 2 | A CIDADE DE PEQUENO PORTE E A PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO: CONSIDERANDO OS ESTUDOS EM PATROCÍNIO PAULISTA, SP.

Além da participação da população nos processos de *patrimonialização* e o deslocamento da perspectiva “monumental” dos bens arquitetônicos, uma discussão que vem sendo feita desde a década de 1980 é fundamental para construir este trabalho que pretende se voltar para as cidades (especificamente de pequeno porte) marginalizadas em relação à preservação do patrimônio.

Tal discussão baseia-se em um olhar mais amplo para a cidade — não apenas para uma arquitetura monumental—, mas para elementos que a compõe e torna-a singular de acordo com o processo de origem e evolução urbana. Alguns exemplos, como a configuração dos diversos tipos de edificações, junto à forma que são implantados no território, a maneira como o arruamento se organiza, a proximidade com os cursos d’água, dentre outras relações específicas com o lugar, passam a ter valor documental. Isso porque esses elementos, muitas vezes, são responsáveis por “corporificar” a história, cultura e economia predominantes no espaço da cidade de acordo com o tempo.

A cidade, como objeto privilegiado de patrimônio, é aqui observada como lugar socialmente produzido, onde se acumulam vestígios culturais,

documentando a trajetória de uma sociedade. A forma urbana, como um objeto cultural, resulta pois das práticas sociais. Pretende-se a sua percepção no contexto cultural e sócio-econômico do presente, que, sistematizada em textos analíticos, visa a definição de critérios de intervenção que preservem as características formais do sítio que lhe conferem **o caráter de documento urbano**, sem limitá-lo a um papel nostálgico e estático de retrato do passado. (IPHAN, 2002, *apud* JARAMILLO, 2016, p. 62, grifo nosso)

Assim como abordado no Capítulo 1, as ações sobre os sítios urbanos como patrimônios culturais também vêm sendo ampliadas – principalmente após 1964 com a Carta de Veneza –, e o conceito de “cidade-monumento” contido nas primeiras discussões sobre sítios históricos passou a se deslocar para “cidade-documento”²⁰. Isso possibilita que todas as cidades se mostrem merecedoras de atenção, e reconhecimento do seu patrimônio como testemunha de sua memória/ história, além de estimular que ele faça parte de seu presente (e futuro) em harmonia.

Alguns autores, como Jaramillo (2016), estudam esse processo no país a partir do tombamento do Centro Histórico de Laguna, feito em 1985 pelo IPHAN, e o consideram como um marco na trajetória da valoração de sítios urbanos:

Concordando com Motta (2000) e Sant’Anna (1995) o parecer de tombamento do Centro Histórico de Laguna/SC, elaborado pelo arquiteto do IPHAN, Luiz Fernando Franco, em 1984, pode ser considerado um divisor de águas na conceituação dos centros históricos, que passam de “cidade-monumento” - “reliquia e paradigma da civilização material” (SANT’ANNA 1995, p. 215) -, para a “cidade-documento” onde os processos sociais e econômicos estão presentes no seu espaço construído, e seu estudo e conhecimento não são exclusividade da arquitetura e do urbanismo, mas de toda uma gama de disciplinas. (JARAMILLO, 2016, p. 65)

Porém, segundo Lia Motta (2000), “As práticas discursivas construíram novas representações de patrimônio, sugerindo novas imagens nos discursos, enquanto as práticas seletivas não corresponderam a essas representações.” (MOTTA, 2000, p. 75). Dessa forma, apesar de se reconhecer que esse “caráter documental urbano” não se efetivou nas práticas desse período, percebe-se o passo à frente dado em relação às discussões e possibilidades de abordagem que ele proporciona por meio da leitura do território.

²⁰ Ver mais sobre esse processo em relação à preservação de sítios urbanos em: SANT’ANNA, Márcia. **Da cidade-monumento à cidade-documento. A trajetória da norma de preservação de áreas urbanas no Brasil (1937-1990)**. Dissertação (mestrado em Arquitetura) - Faculdade de Arquitetura, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1995.

Além disso, uma referência que consolida essas ideias é a Carta de Washington, resultado de um encontro promovido, em 1986, pelo ICOMOS (Conselho Internacional de Monumentos e Sítios)²¹. Nela, os elementos constituintes da forma urbana obtidos ao longo do tempo são considerados “expressões materiais da diversidade das sociedades através da história” e possuindo “condição de documento histórico.” (MOTTA, 2000, p. 75).

Mais do que isso, deve-se destacar a forma como as cidades são tratadas de maneira indistinta como documentos que exprimem valores das comunidades locais e ao mesmo tempo “conversam” com a população:

Resultantes de um desenvolvimento mais ou menos espontâneo ou de um projeto deliberado, todas as cidades do mundo são expressões materiais da diversidade das sociedades através da história e são todas, por essa razão, históricas. A presente carta diz respeito mais precisamente às **cidades grandes ou pequenas** e aos centros ou bairros históricos com **seu entorno natural ou construído**, que, além de sua **condição de documento histórico**, exprimem valores próprios das civilizações urbanas tradicionais. (ICOMOS, 1986, p. 01, grifo nosso)

Assim, o conceito de “cidade-documento” se mostra como uma boa referência para a preservação em cidades de pequeno porte e com fundação mais recente, muitas vezes marginalizadas nos processos de preservação institucionalizada – muito por conta de suas características “não-monumentais” –, sendo, então, considerada a importância de todos os elementos urbanos que fazem parte dela e que, de alguma forma, são capazes de “documentar” e “contar” sua própria história.

Além disso, tratando-se de uma “leitura do território” e sua relação com a população local, percebe-se o fomento das discussões sobre patrimônio urbano a partir da abordagem da *paisagem*²², como encontrada na “Recomendação sobre a Paisagem Histórica Urbana” adotada em 2011 pela UNESCO, e que, segundo Márcia Sant’Anna, é “O documento mais recente que merece comentário nesse sentido, pelas ideias de

²¹ O próprio documento é considerado uma continuação e atualização da Carta de Veneza de 1964: “Ao complementar a Carta Internacional Sobre a Conservação e a Restauração de Monumentos e Sítios (Veneza, 1964), este novo texto define os princípios e os objetivos, os métodos e os instrumentos de ação apropriados a salvaguardar a qualidade das cidades históricas, a favorecer a harmonia da vida individual e social e a perpetuar o conjunto de bens que, mesmo modestos, constituem a memória da humanidade.” (ICOMOS, 1986, p. 01).

²² Ao tratar da relação entre patrimônio e paisagem no artigo “O patrimônio e as paisagens: Novos conceitos para velhas concepções?”, Vanessa G. B. Figueiredo coloca a Carta de Washington como uma das cartas patrimoniais que abordam a paisagem, mas ainda uma “paisagem dando sentido a um bem mais importante (como pano de fundo, hierarquia).” (FIGUEIREDO, 2013, p. 86).

preservação que contém e pelo diálogo que estabelece com a noção de salvaguarda do patrimônio cultural imaterial” (SANT’ANNA, 2015, p. 11).

Porém, para compreender um pouco mais sobre essa recomendação, se mostra necessário relacioná-la à categoria de “Paisagem cultural”, também criada pela UNESCO, em 1992, e adotada nacionalmente pelo IPHAN como categoria de patrimônio cultural apenas em 2009 (SCIFONI, 2016).

Segundo Ribeiro (2016, p. 238), essa categoria surgiu para tentar superar a dicotomia – estabelecida desde 1972 pela Convenção do Patrimônio Mundial – entre as classificações de bens culturais e naturais. Em um contexto no qual o desenvolvimento sustentável se mostrava como pauta de grande parte das discussões, a relação entre ambiente natural e construído, bem como de seus aspectos culturais associados, se mostra imprescindível. Dessa forma, apresenta-se sua definição:

As paisagens culturais são bens culturais e representam as “obras conjugadas do homem e da natureza” a que se refere o artigo 1º da Convenção. Ilustram a evolução da sociedade humana e a sua consolidação ao longo do tempo, sob a influência das condicionantes físicas e/ou das possibilidades apresentadas pelo seu ambiente natural e das sucessivas forças sociais, econômicas e culturais, externas e internas. (UNESCO, 2008^a, apud FIGUEIREDO, 2013, p. 89)

Diante da complexidade de classificação dos bens em uma categoria tão amplamente definida, ela passa a ser dividida em três tipos distintos²³. Porém, Ribeiro (2016) entende que, desde que a categoria foi criada pela UNESCO, as classificações dos bens têm se restringido ao que ele chama de “dupla tradição da paisagem”, sendo que “ora tem incorporado a tradição paisagista dos arquitetos, ora aquela da geografia tradicional vidalina” (RIBEIRO, 2016, p. 239).

Ou seja, predominantemente são considerados elementos paisagísticos planejados e/ou áreas pouco urbanizadas, em que os elementos naturais que compõem a paisagem são mais perceptíveis e ela é moldada por relações tradicionais entre o homem e a natureza, geralmente em áreas rurais. Sendo assim, tratando-se de centros urbanos (principalmente das grandes cidades abordadas nas referências bibliográficas), reconheceu-se as dificuldades de enquadrá-los na categoria de paisagem cultural:

²³ Os três tipos são: “1) a paisagem claramente definida, aquela intencionalmente criada pelo homem, representada nos parques e jardins; 2) a paisagem essencialmente evolutiva, que resulta da ação do homem como uma resposta ao ambiente natural, refletindo o processo evolutivo da sociedade; 3) e a paisagem cultural associativa, aquela cuja inscrição é justificada pelos valores associados a ela, muito mais do que pelas suas transformações físicas e seu agenciamento.” (RIBEIRO, 2016, p. 239)

[...]Além disto, a multiplicidade cultural presente nos lugares urbanos expõe uma complexidade bastante difícil de compreender e, sobretudo, de preservar e gerenciar; enquanto nos ambientes rurais e arqueológicos há predominância de uma cultura, uma técnica, uma tradição e uma nítida, bela e ideal paisagem a preservar. Outros fatores importantes quanto aos requisitos para o reconhecimento como patrimônio mundial são a **excepcionalidade, a integridade e a autenticidade**, bastante complicados de identificação e justificativa nas paisagens urbanas, que são, em sua maioria, ordinárias e dinâmicas, justapondo vários períodos da urbanização e múltiplas culturas, além dos problemas urbanos típicos dos processos de segregação espacial, especulação imobiliária e degradação ambiental. (FIGUEIREDO, 2013, p. 108, grifo nosso)

Diante desses conflitos postos em relação à dificuldade de consideração de áreas urbanas como paisagens culturais, aliados à discussão que vem se desenvolvendo há um tempo a partir das cartas patrimoniais (como a Washington), em que se vê a necessidade de ampliação na abordagem de “centros históricos” ou “cidades históricas”, observa-se o surgimento de novas nomenclaturas.

Nesse sentido, Márcia Sant’Anna aborda a Recomendação de 2011 como uma possibilidade de “resposta às relações estabelecidas entre áreas urbanas complexas e a noção de “paisagem cultural” (SANT’ANNA, 2015, p. 13), sendo que “Assim, a nova categoria “paisagem urbana histórica” pode ser vista também como uma tentativa de contornar essas questões, acolher e dar resposta mais adequada a tais demandas.” (SANT’ANNA, 2015, p. 13).

Partindo inicialmente da “Conferência Internacional sobre Patrimônio Mundial e Arquitetura Contemporânea- Gerindo a Paisagem Histórica Urbana”, realizada na Áustria em 2005, e seu consequente “Memorando de Viena”, durante alguns anos a discussão sobre a relação de áreas urbanas (“históricas”) e o conceito de *paisagem* culminam na “Recomendação sobre a Paisagem Histórica Urbana”, adotada em 2011 pela UNESCO e definida como:

A paisagem histórica urbana é a área urbana que resulta da estratificação histórica de valores e atributos culturais e naturais, que transcende a noção de "centro histórico" ou de "conjunto histórico" para incluir o contexto urbano mais abrangente e a sua envolvente geográfica. Este contexto mais abrangente inclui, nomeadamente, a topografia, a geomorfologia, a hidrologia e as características naturais do local, o ambiente construído, tanto histórico como contemporâneo, as suas infraestruturas à superfície ou subterrâneas, os espaços livres e os jardins, os padrões de ocupação do solo e organização espacial, as percepções e relações visuais, assim como todos os outros elementos da estrutura urbana. Inclui, igualmente, as práticas e os valores sociais e culturais, os processos económicos e as dimensões imateriais do património, enquanto vetores de diversidade e identidade. (UNESCO, 2011, p. 4)

Deve-se atentar ao fato de que mesmo sendo vista muitas vezes como uma resposta às questões colocadas em relação à categoria de Paisagem Cultural, a Paisagem Histórica Urbana não é classificada como uma categoria pela UNESCO, apenas uma recomendação²⁴.

Sua própria nomenclatura gera muitas polêmicas, pois apesar de considerar a área urbana de forma bastante clara, utiliza-se do termo “histórica”, e, mesmo adotando o discurso de que se entende toda cidade por “histórica”, é muitas vezes considerado um retrocesso em relação ao termo “cultural”. Nesse sentido, o próprio IPHAN não aprova essa tipologia:

O Brasil, por meio do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), não ratificou a proposta por considerar inócua a conceituação de uma tipologia que parta de uma terminologia menos abrangente do que *cultural*, por maior que seja a abertura dada ao termo *histórico*. Advoga que não se faz necessária a criação de um novo conceito, mas sim a revisão de orientações metodológicas e da prática institucional, considerando as especificidades atuais da vida e da dinâmica urbana. (FIGUEIREDO, 2013, p. 111)

Segundo Rafael W. Ribeiro (2016, p. 247), apesar de a categoria de paisagem cultural não ser mencionada na Recomendação de 2011, muito do que esta última aponta parte de discussões presentes na primeira e que, embora as documentações não demonstrem explicitamente muita relação entre si, elas possuem muitas concordâncias.

Ainda de acordo com o autor, justamente por conta da dissociação feita nos próprios documentos e nas práticas de preservação realizadas, acaba-se adotando apenas a tipologia de paisagem cultural para áreas menos urbanizadas e a Recomendação como uma abordagem para as cidades (RIBEIRO, 2016, p.247).

Nesse sentido, reconhece-se o avanço das discussões relacionadas à leitura do território urbano, sua relação com o entorno natural e com os aspectos culturais provenientes da população local, que culminam nesses conceitos citados. Porém, é perceptível o quanto ainda causam conflitos em suas aplicações.

A própria inscrição de partes da cidade do Rio de Janeiro na Lista do Patrimônio Mundial em 2012 é um exemplo de como sua classificação foi complicada. Segundo Ribeiro (2016), essa dificuldade foi suprida a partir da ideia de “paisagem cultural

²⁴ Segundo Figueiredo, “Embora a terminologia venha se clarificando, não há consenso se permanecerá apenas como um conceito ou se será efetivada como categoria – ou como subcategoria dentro da paisagem cultural ou dentro da categoria cidade histórica” (FIGUEIREDO, 2013, p. 112).

urbana”, uma “subtipologia” ainda não oficial, mas apontada como uma possibilidade para atender as demandas abordadas²⁵.

Contudo, diante dessas discussões sobre paisagem, área urbana e principalmente seus aspectos culturais relacionados à população, acredita-se que, considerando esses documentos compreendidos entre as décadas de 1980 e 2010, seja possível compreender o patrimônio das cidades de forma mais ampliada.

Além do mais, compreendendo que este trabalho se trata de uma cidade de pequeno porte e que, como será visto posteriormente, por conta de suas características morfológicas (pequena dimensão territorial urbana, gabarito limitado, dentre outros), a paisagem natural do entorno compõe a paisagem urbana, entende-se que essas discussões sejam fortes propulsoras ao desenvolvimento de políticas de preservação do patrimônio específicas ao local.

De qualquer forma, o renascimento da discussão do caráter e das especificidades das áreas urbanas dinâmicas quanto aos seus patrimônios e paisagens, além de evidenciar a multiplicidade de acepções e os conflitos de abordagem, acende ainda mais a expectativa de enfrentamento do embate entre preservação e desenvolvimento. (FIGUEIREDO, 2013, p. 114)

2.1 Cidades de pequeno porte e a preservação de um patrimônio material modesto (não excepcional): realidades e dificuldades.

É indiscutível que essa ampliação no campo do patrimônio seja importante para todas as cidades e expressões culturais do país, visto que a função social do mesmo só é cumprida a partir do acesso real da população ao bem – que representa de alguma forma um passado importante para ela – e, acima de tudo, quando ela consegue reconhecer seu papel nesse contexto.

Entretanto, salienta-se aqui a importância dessas novas políticas do patrimônio para as cidades de pequeno porte, que são maioria no território nacional²⁶, mas pouco têm

²⁵ Ver mais sobre as dificuldades no processo de inscrição do Rio de Janeiro - RJ como “paisagem cultural” na Lista de Patrimônio Mundial em: RIBEIRO, Rafael Winter. Paisagem cultural urbana e paisagem histórica urbana: o Rio de Janeiro e os desafios para a Lista do Patrimônio Mundial. In: **Revista Identidades: território, projeto, patrimônio**, Barcelona, v. 6, p. 235-256, 2016.

²⁶ De acordo com os indicadores sociais municipais de 2000 do IBGE, há no Brasil um total de 5.561 municípios, sendo que a grande maioria, ou seja, 5.336 são classificados como pequeno porte por possuírem de 500 a 100.000 habitantes. Além disso, tratando-se de cidades com uma escala menor ainda, de até 20.000 habitantes, há um total de 4.074 municípios, ou seja, um país com predominância de cidades pequenas. (IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Indicadores Sociais Municipais, 2000. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/indicadores_sociais_municipais/tabela1a.shtm>. Acesso em: 04 de dezembro de 2018)

se ocupado do tema da preservação patrimonial. É reconhecível que as dificuldades de preservação são encontradas nas diversas escalas de cidades, mas nas pequenas suas características e limitações agravam ainda mais os problemas.

Neste trabalho, adota-se a classificação de cidades pequenas para aquelas que possuem até 20 mil habitantes. Segundo Fernandes (2018), alguns autores discutem essa classificação através de elementos quantitativos e qualitativos, porém considera-se para este trabalho o que “Santos (1989) e Pereira (2007) acreditam que o patamar máximo para ser uma pequena cidade é de vinte mil habitantes – esse patamar é utilizado pelas estatísticas internacionais para classificar esse tipo de cidade.” (FERNANDES, 2018, p. 18).

Tratando-se de aspectos qualitativos, segundo Fernandes (2018):

Já o olhar para as pequenas cidades a partir das áreas de influência e do papel desempenhado na rede urbana permite aferir que as pequenas cidades possuem **atuação restrita à sua área imediata**, exercendo **funções de gestão elementares** ou possuem centralidade e atuação que não extrapolam os limites do seu município, **servindo apenas aos seus habitantes**. (FERNANDES, 2018, p. 29, grifo nosso)

Muitas vezes essas pequenas cidades possuem uma dinâmica econômica bem menor em relação às médias e grandes, e os seus recursos financeiros limitados, consequentemente, podem gerar várias carências e uma infraestrutura precária. Isso faz com que os recursos sejam em grande parte voltados ao desenvolvimento urbano (desassociado da preservação de bens patrimoniais e da paisagem urbana), priorizando principalmente as questões vinculadas ao comércio, transporte, dentre outros, que são em maioria percebidos como resultado de uma boa gestão (ROCHA, CUNHA, 2018, p.1).

Muito se associa o desenvolvimento com “modernização”, ou seja, acredita-se que para a cidade crescer, se tornar mais rica e evoluída, ela tem que buscar se parecer com as cidades maiores, possuir uma arquitetura dotada de novidades e modernidades (que, por sinal, são processos que as cidades grandes também passaram e que, em muitos casos, se assume a grande perda de elementos importantes para a memória e paisagem urbana). As edificações mais antigas passam a ser vistas como um empecilho, algo feio para os locais, o que agrava mais ainda os processos de demolição e degradação dos edifícios e ambientes.

Essa condição também pode ser percebida pela própria população, que com o anseio de crescimento da cidade, acaba por desconsiderar sua história e a valorização de seu patrimônio.

Patrimônio este que pode ser representado materialmente pela arquitetura, capaz de contar a história local de acordo com suas características e pela maneira com que se organiza no espaço, sendo que diante dessa busca pelo desenvolvimento, pode ser abandonada em detrimento do lucro e da especulação imobiliária, tornando o ambiente urbano cada vez mais distante da população, que perde sua identidade. (ROCHA, CUNHA, 2018, p.2)

Além disso, tratando-se de um país de grande dimensão territorial como o Brasil e sabendo da dificuldade de atuação do principal órgão de preservação nacional – até mesmo levando em consideração a memória social construída pelo IPHAN –, essas cidades menores, com arquiteturas mais simples e menos sofisticadas²⁷, ficam à margem do reconhecimento de seu patrimônio.

Alguns fatores como o pequeno distanciamento cronológico, ou a pouca expressão no desenvolvimento econômico (comumente manifestada nas edificações), fazem com que os bens não sejam reconhecidos a partir dos valores históricos ou artísticos, muito vinculados aos ideais de preservação a partir de uma visão tradicional, ainda bastante presente na população de um modo geral.

Mesmo em escala estadual, essas cidades não chegam a serem todas atendidas, pois, de certa forma, os bens que possuem são importantes principalmente em seu contexto local e não necessariamente representam o Estado, ressaltando as atividades de preservação como escolhas e dando prioridade a patrimônios com características expressivas.

Observa-se que, pela importância do bem no seu contexto, para a preservação da memória e identidade locais, essa carência deveria ser suprida por um órgão de escala municipal, organizado de acordo com as exigências específicas, que poderia trabalhar tanto com instrumentos tradicionais (como o tombamento) quanto com a abertura para a participação da comunidade, de forma também a criar um vínculo e conscientização da população com seu patrimônio, percebendo-o como **documento** de sua história/ memória.

Porém, infelizmente esses órgãos municipais encontram muitas dificuldades para serem criados ou se manterem, visto que, de acordo com todas as questões levantadas, poucos recursos são destinados a essas atividades, os agentes acabam tendo seus ânimos

²⁷ Conforme apontado no Capítulo 1, os discursos se renovaram, mas as práticas de eleição, isto é, seleção e tombamento, permanecem ainda vinculados com os ciclos econômicos ou com leituras estéticas e históricas.

arrefecidos e o órgão passa a não ter força de atuação, principalmente quando as tentativas de salvaguarda são focadas em instrumentos tradicionais como os tombamentos. Além disso, pelo pouco conhecimento de como realmente funciona o instrumento, as dificuldades com os proprietários se agravam, pelo fato de haver uma confusão entre propriedade privada e função social do bem.

Mais do que isso, é preciso ressaltar que, nas cidades menores, as relações entre os diversos atores são mais estreitas e as pessoas se conhecem de forma mais próxima, o que em alguns casos, pode ser visto como positivo, mas que também pode servir de facilitador para abrir exceções e dar vantagens a proprietários de imóveis que queiram se beneficiar de forma lucrativa dos terrenos e centralidades, em detrimento do edifício antigo.

Ressalta-se que, na maioria das vezes, a própria população não reconhece os bens como seu patrimônio e, assim, não os percebe como documento de sua memória, por não ter consciência da diversidade de valores que cada um tem, acreditando que só possa ser considerado patrimônio o que é tradicionalmente preservado, com características exuberantes e riqueza nos detalhes.

Mesmo se tratando da preservação da memória a partir de fontes documentais, sejam hemerográficas ou iconográficas, constata-se nessas cidades – mais ainda do que nas de maior escala – a dificuldade de organizar e manter arquivos públicos, bem como possibilitar o acesso a eles pela população.

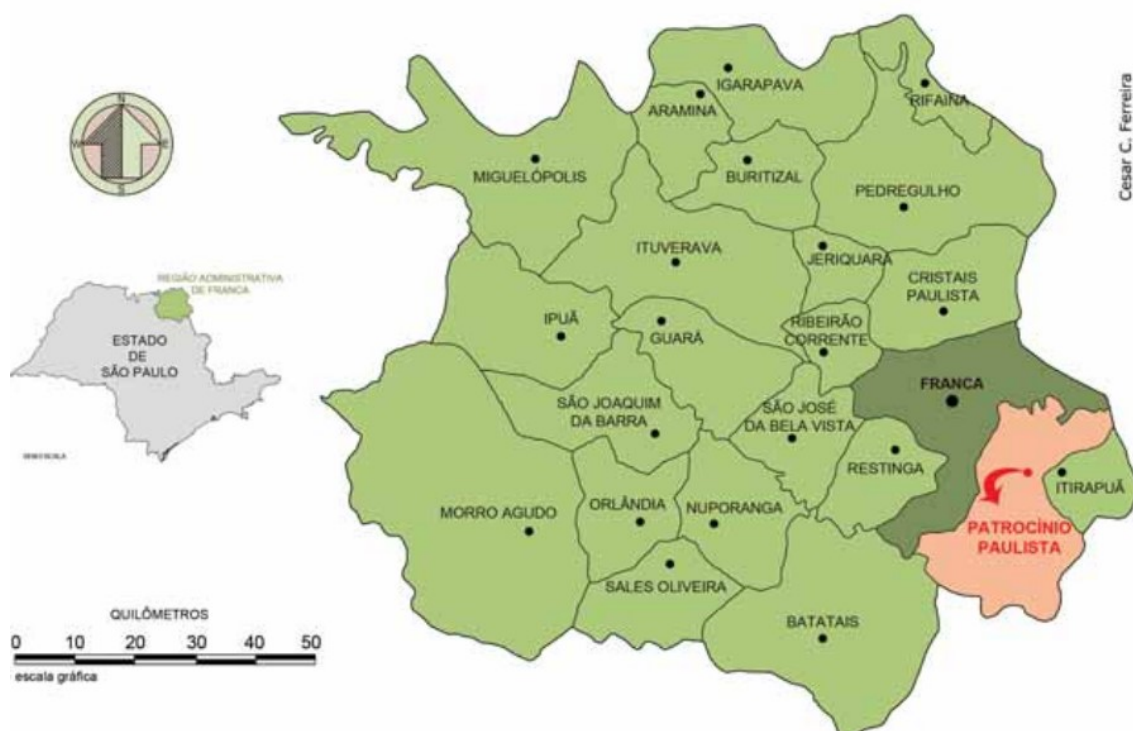
Diante dessa atenção ao patrimônio de cidades pequenas, especialmente com menos de 20 mil habitantes e distantes da preservação do patrimônio de maneira institucionalizada, toma-se como local de estudo a cidade de Patrocínio Paulista, localizada no interior do Estado de São Paulo, em que todas essas constatações abordadas anteriormente foram notadas.

2.2 Breve contextualização da cidade de estudo, sua história, origem e comunidade.

Como forma de compreender a cidade, busca-se neste trabalho abordar seu histórico e dados atuais a partir de diferentes visões. A primeira delas se dá principalmente através de pesquisas documentais, além de uma leitura técnica, como arquiteta, e das próprias vivências como cidadã, intrínsecas às análises.

Patrocínio Paulista, pequena cidade situada no nordeste do Estado de São Paulo, faz divisa com municípios paulistas como Franca, Itirapuã, Altinópolis e Batatais, e com os mineiros Ibiraci, Capetinga e São Tomás de Aquino (Figura 01), além disso, a cidade conta com uma população estimada de 14.670 mil habitantes, segundo o IBGE²⁸.

Figura 01: Mapa de cidades limítrofes ao Município de Patrocínio Paulista. Elaborado por César Cunha Ferreira



Fonte: Almanaque Histórico de Patrocínio Paulista: 127 anos de história, 2012.

Dentre outros rios que passam pelo município, estão: Rios Sapucaizinho e Santa Bárbara, em cujas margens a cidade foi fundada, inicialmente habitada pelos índios caiapós (FÉLIX, 2012, p. 07) e, posteriormente, estimulada pelas atividades do garimpo (também por conta do declínio da garimpagem em Minas Gerais).

Inicialmente, nas margens do Santa Bárbara, o povoado estabelecido pelos garimpeiros foi elevado à freguesia em 1833, denominada Nossa Senhora do Patrocínio

²⁸ Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/sp/patrocinio-paulista.html>. Acesso em: 19 de set. de 2019.

de Santa Bárbara das Macaúbas, mas com o descontentamento dos fazendeiros da região pela ocupação de suas terras, extinguiu-se o povoado à força na década de 1850 ²⁹.

Com o recrutamento de voluntários para a Guerra do Paraguai em 1864, muitas pessoas foragidas retomam essas atividades, dessa vez um pouco mais acima em relação aos cursos d'água, nas margens do Rio Sapucaizinho. Como a sede principal para as atividades de garimpagem estava compreendida na Fazenda do Turvo e no local denominado Barro Preto – além do fato de que por essa fazenda passava uma estrada importante de acesso a outros municípios, como Santa Rita de Cássia – foi nessa área que se começou a ter interesse para a fundação da nova Freguesia.

Dessa forma, em 1874 foi fundada a freguesia de Nossa Senhora do Patrocínio do Sapucaí (nome originado de “sapucaia-hy”, ou seja, rio das sapucaias, árvores frequentemente encontradas nas margens de seu curso). (GOETTERSDORFER, 1905 apud MATOS; COSTA, 1986, p. 10).

Essa freguesia foi possível pela doação de terras para a construção da Igreja Matriz, que começa a ser erguida em 1875 com a ajuda dos garimpeiros e, nessa década, já poder-se-ia notar algumas construções regulares em seu entorno e nas margens do rio, que ainda hoje faz parte de seus quintais. Nota-se, também, aglomerações na direção da estrada pela qual as boiadas que vinham no sentido de Minas Gerais atravessavam a cidade, conhecida como “Rua da porteira” (atualmente R. Quintino Bacaiuva). (Figuras 02 e 03). Em 10 de março de 1885, Patrocínio do Sapucahy foi elevada à Vila (por isso se comemora seu aniversário nesta data) e, em 1892, à Comarca e Cidade.

²⁹ Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sp/patrocinio-paulista/historico>>. Acesso em: 14 fev. 2020.

Figura 02: Mapa da cidade até a década de 1950, em que é possível perceber as direções de ocupação do território a partir dos pontos indicados.



Fonte: Adaptado (pela autora) da Planta Cadastral e Altimétrica de Patrocínio Paulista, Arquivo Público de São Paulo, 1950. Disponível em:

http://www.arquivoestado.sp.gov.br/site/acervo/repositorio_digital/documento_cartografico. Acesso em 2020

Figura 03: Aerofotografia oblíqua da cidade de Patrocínio Paulista na década de 1940 com indicação dos pontos citados.



Fonte: Adaptado (pela autora) da fotografia encontrada no grupo do Facebook, “Amo Franca”, segundo postagem, datada de 1939/1940. Disponível em: <https://www.facebook.com/photo.php?fbid=134143861423970&set=pcb.1313027505550791&type=3&theater>. Acesso em 2020.

Tratando-se das construções e suas expressões, a partir de estudos – tanto de fotos antigas quanto dos edifícios que ainda se fazem presentes no local – foi possível perceber que as primeiras edificações do início do século XX, principalmente no entorno da praça da Igreja Matriz, eram bem parecidas. Algumas tinham porões formados pela declividade da área, eram geralmente construídas de pedra e tijolos de barro, sendo possível encontrar até o “pau-a-pique” nos locais em que as superfícies se encontram mais expostas pela degradação.

Percebe-se, também, nesse conjunto, que as casas eram feitas sem recuos frontais, a cobertura era geralmente em quatro águas, com beiral e escoamento direto na rua, com telhas portuguesas ou francesas. As janelas e portas eram de verga reta, geralmente em guilhotina com vidraça ou com duas folhas de madeira, e recebiam pouca ornamentação, sendo que, quando havia, eram bastante simples. (Figuras 04,05, 06 e 07)

Figuras 04,05, 06 e 07: Construção tradicional (Edificação conhecida como “Casa do Gigot/Gigô”).



Fonte: (04) Cedida por Izar e Eliana Andrade, 1950; (05, 06 e 07) Autora, 2017.

Essa tipologia tradicional continuou sendo utilizada por muito tempo em Patrocínio Paulista, enquanto que, na metade do século XX, as cidades próximas mais desenvolvidas buscavam uma arquitetura a qual representasse a prosperidade trazida tanto pela cafeicultura quanto pelas ligações por estradas de Ferro. Essa representação era feita pelos exemplares ecléticos, marcados por forte ornamentação e grande presença de materiais e técnicas importados. “Quanto mais rica a sociedade, mais rápida a alteração da paisagem urbana, e as cidades pobres por isso mesmo continuaram a guardar seus antigos visuais” (LEMOS, 1996, p.47).

Após esse grande período de estagnação tipológica, com a demolição de algumas edificações ou mesmo com a reforma de fachadas, é possível perceber, entre a década de 1940 e de 1950, um desejo de “modernização”. Isso pode ser notado pelo uso de platibandas, vitrôs e desenhos geométricos (inspirados no Art Decó), mas que se destacam muito mais como anseio estético do que como mudança de técnicas.

Figuras 08 e 09: (08) Comparação entre tipologias: à esquerda uma tradicional e à direita uma “modernizada” com platibanda e desenhos geométricos; (09) A mesma edificação “modernizada” como encontra-se atualmente.



Fonte: (08) Jornal da Cidade, Acervo do Sindicato Rural, 1957; (09) Autora, 2017.

Figuras 10 e 11: Edificação com platibanda, vitrôs e desenhos geométricos.



Fonte: Autora, 2017.

Nota-se que mesmo as edificações reformadas, ou construídas nesse período, ainda são bastante simples em comparação aos exemplares ecléticos de cidades do entorno – mais evoluídas economicamente por conta do café, industrialização e ferrovias

– como, por exemplo, a sua principal referência microrregional, Franca - SP (situada à, aproximadamente, 20 km de distância). Dessa forma, pode-se considerar que essas edificações “corporificam” a situação econômica do local em determinados períodos a partir de suas formas de construção, materiais disponíveis, etc.

Além do mais, a maioria das casas mais afastadas do entorno da praça foram demolidas e muito modificadas, e, apesar de as construções que estão próximas à Igreja Matriz estarem passando por forte descaracterização, elas fazem parte de um conjunto, com uma média de idade aproximada, com características semelhantes e são documentos da história do local.

No tempo presente, bem como muitas outras cidades do interior de São Paulo, a cidade tem uma zona urbana pequena, com comércio pouco significativo e certa relação de dependência com os serviços de Franca. Apesar de sempre estarem presentes os discursos de desenvolvimento, há pouca estrutura financeira e força de vontade para que ela cresça.

Dessa forma, o seu comércio e a apropriação do espaço acontecem de maneira improvisada, com o pouco que se tem. A área central, principalmente nas proximidades da praça principal, por um bom tempo foi fundamental para o comércio, que atendia a dinâmica urbana e toda a população em seu entorno.

Porém, com o surgimento de novos bairros, principalmente a partir de um crescimento da cidade no sentido Sul/Sudoeste, as atrações se tornaram mais dispersas, poucos são os comércios totalmente essenciais na área central e as pessoas que residem nas áreas mais novas passaram a ir com menos frequência ao Centro, mesmo com a pequena distância significativa que eles possuem. (Figura 12)

Figura 12: Mapa mais atualizado da cidade em que se notam novos bairros no sentido Sul/Sudoeste.



Fonte: Adaptado do mapa base (formato DWG) disponibilizado pela Prefeitura Municipal de Patrocínio Paulista, Sem Data.

Muitos dos comércios que se encontram atualmente ao entorno da praça se apropriaram das casas mais antigas e que hoje não são valorizadas (Figuras 13, 14 e 15). Sem muita organização, com divisão de fachadas por cores para a demarcação de lojas, com a obstrução de detalhes arquitetônicos com placas publicitárias, e com a substituição

das antigas aberturas por portas e vitrines de vidro, fatos que têm descaracterizado suas formas (Figuras 16, 17, 18 e 19).

Figuras 13, 14 e 15: Adaptações para comércio; fachadas descaracterizadas.



Fonte: Autora, 2017.

Figuras 16, 17, 18 e 19: à esquerda: fachadas antes das modificações recentes; à direita: situação atual das fachadas.



Fonte: Fotos antigas: Antônio Miguel do Nascimento, 1994. Fotos recentes: Autora, 2017.

Mesmo assim, a região central mantém elementos importantes, presentes na origem da cidade, como o gabarito, os recuos, os alpendres, e etc. Dessa forma,

comparando com fotos antigas, é possível perceber que os eixos visuais ainda permanecem muito parecidos com os de décadas atrás. (Figuras 20 e 21)

Figura 20: Vista da Rua Cel. Antônio Jacinto, provavelmente antes da década de 1970 (por conta de uma edificação que posteriormente foi demolida).



Fonte: Encontrada no grupo do Facebook, “Amo Franca”, sem data. Disponível em: <https://www.facebook.com/photo.php?fbid=137561464415543&set=pcb.1322700257916849&type=3&theater>. Acesso em 2020.

Figura 21: Vista da Rua Cel. Antônio Jacinto.



Fonte: Autora, 2017.

Algumas edificações são muito estimadas por moradores locais e carregam consigo a referência de pessoas que as construíram, famílias que moraram, dentre outras lembranças que chegam até os dias de hoje, como, por exemplo, uma residência popularmente conhecida como “A casa do Barão”. (Figura 22)

Figura 22: Residência conhecida como “Casa do Barão” no período em que abrigava uma Auto Escola na década de 1990.



Fonte: Antônio Miguel do Nascimento, década de 1990.

É importante reconhecer essa relação e esse exemplo de residência como tentativas de uma preservação do patrimônio local, assim como se explicitará posteriormente. Porém, nota-se a contradição frequente nessas questões em cidades de pequeno porte: ao mesmo tempo em que a proximidade e relação das pessoas fazem com que haja certa iniciativa de preservação, o estreitamento das relações pessoais permite que tais ações não aconteçam, colocando o valor de propriedade acima do valor social do bem (muito por questões de distorção dos conceitos de políticas de preservação do patrimônio).

2.3 O território (e sua memória) a partir de documentos escritos pelos próprios moradores: Os Almanques de Patrocínio Paulista.

Conforme citado no tópico anterior, buscou-se abordar as diferentes visões sobre a cidade estudada nesse trabalho. A segunda visão, diferente da primeira que foi mais pessoal e técnica, tem como intuito compreender o que os próprios moradores da cidade consideram importante tratando-se da história urbana e, conseqüentemente, da memória local.³⁰ Para isso, sentiu-se a necessidade de, em um primeiro momento, estudar os seus Almanques Históricos³¹. Isso porque eles foram escritos por cidadãos que de alguma forma tinham relação com o local, ou seja, eram moradores, trabalhavam ali, tinham familiares de lá, etc.

A cidade tem, no total, dois Almanques Históricos, sendo o primeiro bem minucioso, escrito em 1985 e publicado em 1986, em comemoração ao centenário de emancipação política do município, e o segundo, publicado em 2012 como uma atualização mais objetiva e simplificada para celebrar os seus 127 anos.

Figuras 23 e 24: Fotografias das capas do primeiro e do segundo almanques de Patrocínio Paulista (respectivamente).



Fonte: (23) Autora, 2020; (24) Almanaque Histórico de Patrocínio Paulista, versão digital, 2012.

³⁰ Dessa forma, uma análise mais crítica em relação às abordagens dos Almanques será feita no Capítulo 4, em que são comparadas as experiências obtidas com os moradores da cidade, incluindo o que se encontra como narrativas nessas publicações.

³¹ Ao explicarem o motivo de denominarem por “Almanaque” o documento histórico de 1985/1986, seus organizadores apontam: “Trazidos pelos invasores árabes, os almanques passaram a ser grandemente populares por toda Europa, contendo já variadas matérias, de caráter literário ou tão-só informativo. Vindas com os portugueses para o Brasil, essas publicações repetiram-se com grande êxito no Império e mesmo no período republicano; apenas há poucas décadas, quando outras formas de comunicação alcançaram com mais presteza os distantes e isolados cantos do país é que os almanques foram cedendo seu lugar.” (COSTA; MATOS; 1986, p. 07).

Vale ressaltar que, frequentemente, as pequenas cidades não contam com publicações dedicadas à história do local exclusivamente feitas por especialistas, como historiadores profissionais. Por isso, muitas vezes, os Almanques são as únicas fontes de informação compilada em uma obra, que aborda diversos temas pertinentes à história urbana, mostrando-se importantes na construção histórica dessas cidades, assim como em Patrocínio Paulista³².

Assim, grande parte do que já foi relatado sobre a origem de Patrocínio Paulista foi retirada dos Almanques. Porém, a abordagem pretendida a partir de então trata-se da possibilidade de leitura e ocupação do território, bem como os fragmentos que fazem parte de sua identidade e memória a partir do que é contado há 35 anos pela e para a comunidade nessas publicações, como: os trajetos, acontecimentos, instituições e pessoas importantes para o local até aquela data.

Por meio da relação de sua origem territorial com a água e a religião, Patrocínio Paulista é descrita (afetivamente) dessa forma no primeiro Almanque:

E, terminando este singelo e despretenso esboço sobre as origens de nossa cidade e de nossa gente, é com certeza que reafirmamos que o chão de estrelas do nosso saudoso e querido Pai continua pelos leitos dos rios e córregos, nas “grupiaras e manchões”, à espera de quem queira desvirginá-los e catar as gemas, dádivas do céu que nossa terra guarda com tanto carinho para aqueles que, como os garimpeiros, sonham e crêem que um sonho pode se tornar realidade. E foi o que aconteceu com uma menininha caipira e mal vestida, que nasceu às margens do Rio Sapucaizinho, fruto do sonho colorido de um punhado de garimpeiros. Com o correr do tempo ela foi crescendo, tomou corpo, enfeitou-se com as jóias e riquezas que Deus lhe deu, tornou-se linda e admirada e passou a ser chamada Cidade Presépio, a nossa querida Patrocínio Paulista. (ANDRADE, 1986, p. 172)

Este primeiro Almanque Histórico da cidade foi organizado, em 1985, pelo juiz da comarca naquele período, Dr. Carlos Alberto Bastos de Mattos, e um professor do curso de História da UNESP de Franca, o Prof. Alfredo Henrique Costa, para marcar a comemoração dos 100 anos do município.

O fato de ter surgido no contexto de comemoração do centenário de emancipação é bastante discutido por Fátima Lopes em sua dissertação de mestrado para a Faculdade de Educação da UNICAMP, escrita em 2002 (quando esse ainda era o único Almanque

³² Deve-se ressaltar que os almanques geralmente contam com a colaboração de pessoas que possuem interesse no assunto e, em grande parte, são compostos de artigos escritos por técnicos, além de geralmente passarem por revisão antes da publicação, como será possível ver nos exemplares de Patrocínio Paulista.

desenvolvido na cidade), uma vez que seu principal objetivo de estudo foi a inserção desse documento como fonte de pesquisas históricas nas escolas municipais³³.

Detendo-se a essa questão, a autora que fez parte da equipe de desenvolvimento do Almanaque aborda o “clima comemoracionista” em que o documento se configurou e que, como analisaremos posteriormente, define um recorte do que se gostaria de lembrar (e consequentemente esquecer) sobre a história do local. Sendo assim, segundo ela, “O *Almanaque*, materialização do conhecimento histórico produzido sobre Patrocínio Paulista, legitima as comemorações do centenário, pois o passado lembrado e instrumentalizado confere sentidos aos festejos comemorativos no presente.” (LOPES, 2002, p. 82).

Além da importância do contexto no qual surgiu, a publicação teve seus capítulos (que abordam questões diferentes entre si) escritos pelos próprios moradores da cidade ou por pessoas que tiveram alguma relação com ela e, por isso, vê-se a importância de consultá-lo minuciosamente³⁴.

Os organizadores expressam as causas da iniciativa, que já naquela época se deu pela falta de outras publicações sobre a história da cidade. Ainda, apontam que pelo “total desconhecimento sobre as fontes preservadas” e pelas dificuldades, o almanaque contou com a boa vontade da comunidade para se realizar.

Reuniões gostosamente tumultuadas passaram a ser realizadas nas tardes de sábado. Dividiram-se tarefas, incumbindo-se cada qual de pesquisar um tema, de percorrer a cidade em busca de informes ou de fotografias, de revolver os arquivos dos órgãos públicos, de localizar as atas e documentos das entidades. E no sábado seguinte, os dados obtidos eram confrontados entre todos, e novas fontes indicadas por um e por outro. Um esforço verdadeiramente comovente. (COSTA; MATOS; 1986, p. 08)

Desde a etapa de organização do documento, ele era tido como importante para “preservar a memória” local. Isso pode ser visto também em seu início, a partir das

³³ Importante notar que, quando o trabalho foi escrito, o segundo Almanaque ainda não havia sido desenvolvido, portanto, as análises se restringem ao primeiro, que era até então “a única publicação de caráter mais abrangente sobre variados aspectos relacionados à Patrocínio Paulista, município em que nascemos e moramos por muitos anos e ao qual retornamos periodicamente.” (LOPES, 2002, p. 01). Além disso, percebe-se a visão de uma pessoa que nasceu e cresceu em Patrocínio Paulista, mas que também o analisa a partir de um período de distanciamento.

³⁴ Destaca-se que os próprios organizadores não eram cidadãos patrocínenses. Porém, foi a partir deles que grande parte da população local se movimentou para escrever sobre a cidade.

saudações escritas pelo então Governador do Estado de São Paulo, Franco Montoro, devido ao exemplo de “guardar o patrimônio” pela própria cidade.

A memória de um povo se perde se aqueles que têm condições de testemunhar não preservam seus registros. Muito da história nacional tem sido preservada graças a iniciativas dedicadas das cidades. Patrocínio Paulista é uma delas, que dá um exemplo de consciência do patrimônio comum. Porque a história é justamente esse registro da passagem na terra, deixada como legado para os que nos sucedem. Somente podemos ser absolutamente contemporâneos se incorporarmos a experiência e o acumulado de saber que nos precedem. A escolha do formato “Almanaque Histórico” foi extremamente feliz. Quanto devemos da história brasileira a essa antiquíssima tradição que se perde nos tempos.” (MONTORO, 1986, p.05)

Deve-se atentar ao fato de que, como foi escrito por pessoas que não necessariamente eram especialistas nos assuntos relatados, alguns dos assuntos são abordados de maneira subjetiva e, em alguns casos, apresentam imprecisões nos dados. Além disso, por ser um compilado de vários artigos, eles não possuem uma ordem claramente definida, havendo alguns que são revisões ou transcrições de textos escritos em épocas diferentes, ainda que, em sua grande maioria, tenham sido elaborados para o próprio almanaque.

Segundo, LOPES (2002, p. 51), a diversidade de temas deve-se principalmente aos diferentes colaboradores, dos quais ela mesma fez parte e, que de acordo com ela:

Estes eram, em sua maioria, moradores locais de idades e formação escolar variadas que se propuseram a desenvolver temas sobre o município. Os organizadores tiveram um papel fundamental neste movimento agregador das pessoas – “o juiz veio te chamar para participar...”. Ao lado destes, alguns outros colaboradores, não patrocínenses e residentes em outros municípios, participaram do Almanaque devido a indicação dos organizadores. No total, 42 pessoas elaboraram os textos.³⁵ (LOPES, 2002, p. 51)

Tal fato influencia no “produto final”, sendo que, de acordo com o próprio organizador, juiz Carlos Alberto Bastos de Matos, “o livro é desnivelado” (LOPES, 2002, P. 51). Essas questões são sabidas, mas o documento não deixa de ser muito relevante para a história da cidade, pois apresenta a mentalidade e o conhecimento das pessoas sobre o lugar e seus componentes, como é característico dessa tipologia de publicação, que são os Almanques Históricos de cidades.

³⁵ A quantidade total de colaboradores não aparece explicitamente no Almanaque, mas essa informação pode ser encontrada na Dissertação de Fátima Lopes, a partir de suas pesquisas, de sua própria participação e da entrevista com um dos organizadores, o juiz Carlos Alberto Bastos de Matos (LOPES, 2002).

Tais publicações, em especial, possuem uma estrutura bem diversificada, abordando desde os calendários, dias de santos, dicas para o dia a dia, literatura e biografias até dados estatísticos, históricos e geográficos da cidade que representam. À época de sua disseminação eram, muitas vezes, a única fonte de informações que a população tinha a respeito da localidade que habitava. (CARVALHO; GRAZZIOTIN, 2018, p. 183)

Mais do que analisar os temas abordados a partir dos artigos, é possível reconhecer quem foram os responsáveis por escrevê-los – portanto, importantes na construção dessa memória– e quais as relações dessas pessoas com a cidade (Figuras 25 e 26). Todos os textos possuem em sua estrutura um título e, logo abaixo, o nome de quem o escreveu vinculado a uma nota de rodapé com uma pequena biografia (Figura 27).

Figura 25: Fotografia da primeira página do Índice do Almanaque de 1985.

Almanaque Histórico de Patrocínio Paulista

ÍNDICE

APONTAMENTOS HISTÓRICO-GEOGRÁFICOS SOBRE PATROCÍNIO DE SAPUCAHY - Pe. Heriberto Antonio Goettendorfer	10
A EMANCIPAÇÃO POLÍTICA (OU "O DESPREGAR DO RUBI DO AURIFULGENTE DIADEMA FRANCANO"...)	32
TIPOS POPULARES - Mercedes Garcia de Andrade	34
REVOLUÇÃO CONSTITUCIONALISTA - Antônio Miguel do Nascimento	35
A ADMINISTRAÇÃO PATROCINENSE NA SEGUNDA REPÚBLICA - J. Nascimento Franco	38
O CINEMA E SEUS ADMINISTRADORES - Izar Garcia de Andrade	51
HISTÓRIA DA COMARCA - Ivone Pereira Dal Sasso	56
DISPERSÃO DO ARRAIAL DE SANTA BÁRBARA DAS MACAÚBAS - Palmira Luiza Novato Falleiros	67
FIÉIS, TEMEI !	71
A GUARDA NACIONAL PATROCINENSE - Custódio Falleiros do Nascimento	72
AQUILO É QUE FOI RESPEITO - Geraldo Tasso de Andrade Rocha	78
PATROCÍNIO PAULISTA - Carmelino Corrêa Junior	80
DADOS ATUAIS - Gabriel, Rafael e Miguel da Silveira Matos ..	93
A POLÍTICA PATROCINENSE - João Nério Barbosa e Osmar Henrique Costa Parra	94
ADEUS ÀS CARROÇAS - Paulo Geraldo Alves Leite	98
O PODER EXECUTIVO - Ruben Alvarenga de Andrade	102
CORREIOS E TELÉGRAFOS - Anália Falleiros Conrado	109
AUTO-RETRATO DE JORGE FALLEIROS - Brasil Bandecchi	111
IMPRENSA - Airton A. Silva	117
ARTES - Fátima Falleiros Lopes	125
OBRAS ASSISTENCIAIS - Aparecida Goreti Neroni	135
O MEIO AMBIENTE DO MUNICÍPIO DE PATROCÍNIO PAULISTA - Neuza Machado Vieira	141
CLUBE HÍPICO - Urandi Pascoal Marques e José Cláudio de Figueiredo	167
... NOSSO CHÃO TEM MAIS BRILHANTES ... - José Geraldo de Andrade	168
BANDAS MUSICAIS - Urandi Pascoal Marques	173
BANCOS E CASAS BANCÁRIAS - Isa Maria Silveira Matos ...	177
ALGUNS DADOS SOBRE A POPULAÇÃO DE PATROCÍNIO PAULISTA: 1940 - 1980 - Benedito Eufrásio M. Vieira	179
JOSÉ ALVES DE SOUZA FALLEIROS JUNIOR ("JUQUINHA FALLEIROS")	182

Figura 26: Fotografia da segunda página do Índice do Almanaque de 1985.

Almanaque Histórico de Patrocínio Paulista

CENTRO DE SAÚDE DE PATROCÍNIO PAULISTA - Selma Maria Pessoni	184
DURA LEX - Carlos Alberto Bastos de Matos	186
LEGISLATIVO - Ruben Alvarenga de Andrade	188
CONGREGAÇÃO CRISTÃ NO BRASIL - PATROCÍNIO PAULISTA	198
EU E SAPUCAÍ - Auro Soares de Moura Andrade	198
UMA PREDESTINADA - José Geraldo de Andrade	200
A IGREJA E FESTAS RELIGIOSAS - Frei Custódio Guimarães de Miranda e Oraide Alvarenga de Andrade	201
CLUBES RECREATIVOS - Izar Garcia de Andrade	221
A CIDADE E SEUS NOMES - Ivaldo Robier Freiria	224
SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE PATROCÍNIO PAULISTA - Célia Teresa Pessoni	226
EMPRESA TELEFÔNICA - Anália Falleiros Conrado	234
APELIDOS PATROCINENSES - Leonardo Falleiros do Nascimento	236
AS COOPERATIVAS PATROCINENSES - José Geraldo de Andrade	237
IGREJA EVANGÉLICA ASSEMBLÉIA DE DEUS	244
CASAS COMERCIAIS - Maria de Lourdes Rocha	244
FUTEBOL - José Cláudio de Figueiredo e Urandi Pascoal Marques	248
POLÍCIA - José Teixeira Marques	254
INDÚSTRIAS - Isa Maria Silveira Matos	257
HISTÓRIA DAS VIAS PÚBLICAS PATROCINENSES - Hélio Vilhena Moreira, Nainôra Maria Barbosa de Freitas, Ruben Alvarenga de Andrade, José Amauri do Nascimento e Fabiano Junqueira de Freitas	260
CEM ANOS DE ENSINO - Maria Rosângela do Carmo	278
HISTÓRIA DA MÚSICA PATROCINENSE - 1885/1985 - Leonardo Falleiros do Nascimento	287

Figura 27: Fotografia de um dos textos (com exemplo de biografia da autora).

Almanaque Histórico de Patrocínio Paulista

como o horário de funcionamento das farmácias, o funcionamento do comércio aos domingos, dias santos e feriados, a concessão de desconto para recebimento de impostos em atraso, a construção de diversas pontes, a reforma das estradas e a votação do orçamento para o ano seguinte.

Considerando a urgência de algumas dessas questões, o Presidente terminou por convocar os vereadores para a próxima sessão, no dia 14, domingo. Em vão, porque no dia 10 tombaria sobre o país inteiro a longa noite estado novista...

O CINEMA E SEUS ADMINISTRADORES

Izar Garcia de Andrade ()*

Veio de muito longe, de Monte Sano na Itália, Felício Radesca, que instalou e manteve o primeiro cinema em Patrocínio do Sapucaí por volta de 1913 (1).

Abrigado numa antiga casa comercial especialmente adaptada (na esquina das ruas Cônego Peregrino e Voluntários Paulistas, onde há pouco funcionava uma indústria de calçados), o “Sete de Setembro” por certo fez a alegria dos nossos avós. A tela estava localizada junto à entrada do prédio, isto é, nos lados da rua Cônego Peregrino; ao fundo existia um camarote reservado à família do dono do prédio, Capitão Firmino Rocha. O camarote possuía uma entrada independente, comunicando-se com o quintal da residência da família Rocha.

Era a época do cinema mudo e a orquestra do Maestro Garcia fazia o fundo musical.

Nesse período, o Capitão Felício Radesca era dono também de um cinema em São Tomás de Aquino, de maneira que aqui e lá apresentava os mesmos filmes.

É certo que houve uma interrupção no funcionamento do Cine “Sete de Setembro” porque o jornal “O Estevínópolis” de 29 de dezembro de 1918 anunciava radioso sua reabertura. Acredita-se que Radesca tenha mantido sua

(*) Filha de Jonas Salomé de Andrade e de Mercedes Garcia de Andrade, a autora foi professora primária, sendo atualmente mestra efetiva da cadeira de Geografia do colégio “Jorge Faleiros”.

(1) Felicininho, assim chamado talvez pela sua baixa estatura, nasceu a 2 de julho de 1877 e chegou ao Brasil com 9 ou 10 anos de idade. Era filho de Antônio Radesca e Filomena Lamoglia Radesca. Faleceu em Franca, cidade onde mais viveu e que muito amou, a 26 de setembro de 1956. Foi casado em primeiras núpcias com Teresa Casilo Radesca tendo os seguintes filhos: Japir, Jaime, Filomena e Felício. Seu segundo casamento foi com Joaquina Honória de Jesus Radesca deixando como herdeiros: Maria Aparecida, Iolanda, Julieta, Filomena Benedita, Elvira, Vitor, Felício Natal, Antonietta e Mariúcha. Dotado de inteligência aguçada, empreendeu inúmeras atividades aqui e por toda a região. Foi folheiro, caldeireiro (o primeiro a montar uma oficina num vagão da Mogiana, trabalhando por diversas cidades). Foi joalheiro e exerceu a profissão de dentista na zona rural. Manteve farmácias em Franca e nesta cidade.

Por exemplo, alguns foram escritos por professores que marcaram gerações locais, como a “Dona Izar” (Izar Garcia de Andrade, autora dos capítulos “O cinema e seus administradores” e “Clubes Recreativos”), estudantes de História, Direito e Geografia, também por parentes de pessoas importantes na história da cidade ou por pessoas que trabalhavam nos setores que seriam descritos, etc.

Sendo assim, o primeiro texto é uma revisão feita pelos organizadores sobre o que um padre austríaco, que foi o primeiro vigário da paróquia e lançou no livro do Tombo da Igreja Matriz na primeira década do século XX, abordando questões relacionadas ao “nome, posição geográfica, orografia, hidrografia; divisas; população; desenvolvimento histórico da comarca; fazendas mais antigas; fundação da paróquia; Igreja Matriz; Capelas, cemitérios; vigários, coadjutores, fabriqueiros; irmandades; visitas pastorais, missões, e outras notícias” (GOETTERSDORFER, 1905 *apud* MATOS; COSTA, 1986, p. 10).

Nota-se, desde o início, tanto no texto supracitado (contemporâneo às primeiras décadas de fundação de Patrocínio Paulista) quanto nos outros textos contidos no Almanaque, a forte relação até então da Zona Rural com o município. O primeiro descreve as fazendas mais antigas, suas datas, se possuía ermida, seus sucessivos donos, etc., sendo que, na maioria dos casos, os nomes das famílias ou pessoas mais influentes eram acompanhados dos nomes das fazendas pertencentes a eles.³⁶

Além disso, aborda a relação do surgimento da cidade paulista com a população de origem mineira: “Dos fazendeiros atuais e das famílias mais gradas da cidade, a maior parte são de descendência mineiras, como atestam até hoje as múltiplas relações de parentesco com os moradores de Minas Gerais.” (GOETTERSDORFER, 1905 *apud* MATOS; COSTA, 1986, p. 15).

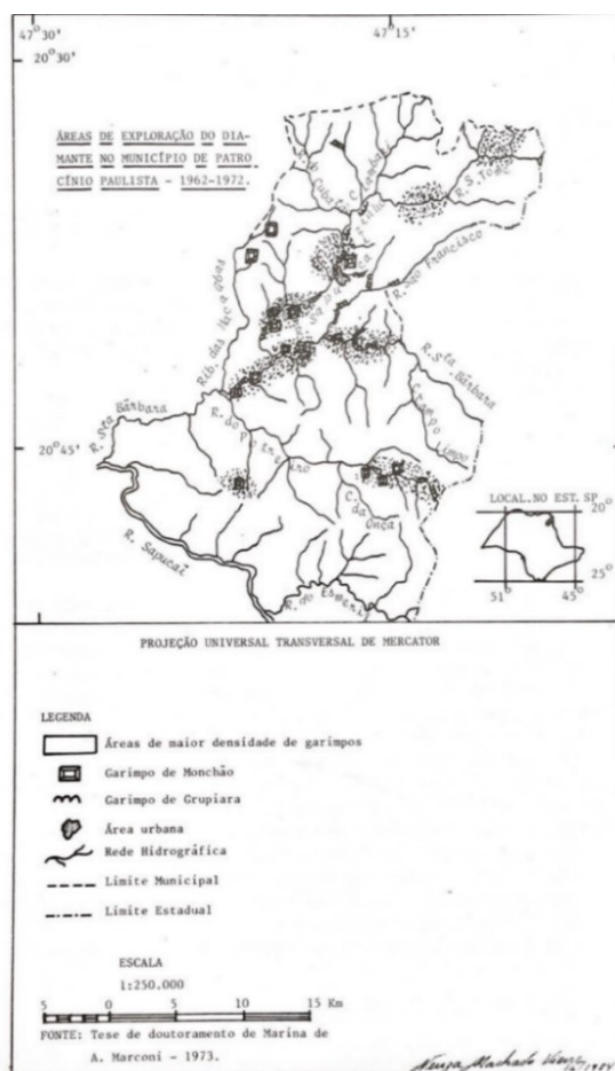
A maior parte dos assuntos abordados, como: escolas, principais famílias do local, comércios, indústrias, dentre outros, não se restringe à zona urbana. Além disso, pelo capítulo “Dados atuais”, percebe-se que a população urbana e rural era bem equilibrada

³⁶ Apesar disso, em uma entrevista feita para a dissertação de Fátima Lopes, Izar Andrade (integrante da equipe de trabalho), faz uma crítica ao Almanaque, apontando falhas na pouca exploração dos assuntos relacionados à Zona Rural, principalmente tratando-se dos aspectos econômicos daquele período: “E o Almanaque, para o meu ver, tem uma falha enorme! Por que o que é o nosso município? Um município agrícola; a economia aqui é o gado, o café, cana, arroz, feijão...” (LOPES, 2002, p. 133)

nos anos 1985, sendo que no total de 9.013 habitantes, 4.928 concentravam-se nas cidades e 4.085 distribuíam-se no campo.

É claro que essa questão está muito presente nos textos sobre a origem do povoado, que se distribuem aleatoriamente no compilado de artigos. Diferentes abordagens, principalmente vinculadas às atividades do garimpo, relacionam os elementos geográficos e hidrográficos com as origens da ocupação. Alguns textos são bastante técnicos, como o de Neuza Machado Vieira intitulado “O Meio Ambiente do Município de Patrocínio Paulista”, que, dentre aspectos geomorfológicos, aponta os locais de exploração de diamante no município, com suas respectivas técnicas (Figura 28):

Figura 28: Mapa encontrado no artigo citado.



Fonte: VIEIRA (1986, p. 161).

Já outro, escrito pela historiadora patrocínense, Palmira Luiza Novato Falleiros, “Dispersão do Arraial de Santa Bárbara das Macaúbas”, aborda historicamente a ocupação do território a partir de conflitos entre os fazendeiros que já estavam alocados e garimpeiros que dispunham de ranchos nas encostas dos rios.

Ao passo que se encontram presentes também descrições feitas de maneira mais afetiva, como no capítulo “Terra virgem” transcrito de “Meio Século do Distrito de Itirapuã”, sendo uma homenagem feita aos cinquenta anos de Itirapuã (cidade que já foi distrito de Patrocínio do Sapucaí e hoje faz parte de sua comarca) por Carmelino Corrêa Júnior, em 1950, em que se encontram trechos como: “Terras ubérrimas das melhores, elas constituem os patrimônios de Itirapuã e Patrocínio Paulista; no dizer caboclo – “Deus fê-las e perdeu a receita”. (CORRÊA JÚNIOR, 1950 apud MATOS; COSTA, 1986, p. 82).

É possível notar, ainda, que tanto como os nomes das pessoas aparecem acompanhados aos de suas fazendas, muitas áreas, incluindo serras, são chamadas pelos nomes ou sobrenomes das famílias proprietárias de terras da região:

Quem do alto da serra de Franca, em sua vertente oriental, estende a vista por sobre imensos paramos, vê uma enorme depressão de terras a se alongarem até as divisas de Minas Gerais. Limitam-na a referida serra com seus contrafortes, a do Campestre ou a **dos Monteiros**, o Cabecinho ou Morro Redondo do Pontal (Itirapuã), o morro selado, **a serra do Major Claudiano**, ou da Vanglória e uma elevação isolada, como que fechando este imenso boqueirão e denominada **Serra dos Figueiredos**. (CORRÊA JÚNIOR, 1950 apud MATOS; COSTA, 1986, p. 80, grifo nosso.)

Frequentemente, encontra-se no interior dos textos alguns nomes que ainda se fazem presentes na atualidade a partir da denominação de ruas, como “Coronel Estevam Marcolino, Major Álvaro, Capitão João Novato, Capitão Firmino Rocha”, e que retratam a influência de determinadas pessoas ou famílias na área, sendo geralmente precedidos de patentes e, na maioria das vezes, relacionados à política local.

Além disso, outros nomes que de certa forma marcaram a memória da população até aquele momento aparecem a partir de capítulos como o dos “Tipos populares” (relembrando as “figuras pitorescas”), “Apelidos patrocínenses” (com nomes que fazem parte do cotidiano e memória local), “Artes” (com os nomes dos artistas locais), dentre outros que apresentam nomes dos garimpeiros, de pessoas que participaram da Revolução Constitucionalista, da Segunda Guerra Mundial, etc.

Voltando-se para o incentivo ao desenvolvimento da cidade, além de políticos, o Almanaque de 1985/1986 apresenta a influência de religiosos, como o Monsenhor Cândido Rosa (que ajudou a angariar terras para a freguesia) e ,também, o Cônego Peregrino (Cônego Pe. Ernesto Augusto Peregrino Ferreira) – angrense que tomou posse da paróquia em 1891 e até a sua morte, em 1899, foi responsável pela construção da Igreja Matriz (anteriormente havia apenas uma simples capela de adobe e cobertura de palha datada entre 1872 a 1875) e da casa paroquial.

Além disso, o Cônego fundou a conferência de São Vicente e a confraria do Rosário e, conforme os transcritos de Goettersdorfer, “finalmente achou o seu jazigo terrestre no centro da Matriz que ele construía, sendo talvez o único sacerdote Paulista que fez a si mesmo um tão grandioso mausoléu. A sua sepultura é até hoje religiosamente venerada e é um fato que ninguém pisa na campa que cobre seus restos mortais” (GOETTERSORFER, 1905 apud MATOS; COSTA, 1986, p. 28). Atualmente essa prática já não é um fato, mas em uma das laterais da igreja, encontra-se uma estátua do Cônego Peregrino, ainda hoje muito recordado³⁷.

Assim como descrito no histórico da cidade, a construção da Igreja também foi responsável por impulsionar as primeiras construções residenciais ao seu entorno, formando assim o núcleo urbano em continuidade ao que vinha se desenvolvendo ao entorno do rio Sapucaizinho por conta das atividades do garimpo. É possível entrar em contato, a partir de um dos capítulos, denominado “Dura Lex” (escrito pelo juiz Carlos Alberto Bastos de Matos, organizador do Almanaque), com a análise de um “Código de Posturas Municipaes de Patrocínio do Sapucahy” elaborado em 1921, quando o prefeito municipal era Antônio Joaquim de Alvarenga.

A partir da descrição feita sobre ele, pode-se compreender o perímetro urbano nos anos 1920, que se limitava às primeiras quadras adjacentes ao quarteirão da Igreja Matriz e da praça em sua frente, fazendo apenas um adendo à Praça do Centenário, já que por ali passava a Avenida Guarany (denominação feita na época do Código de Posturas, atualmente Avenida Carlos Gomes) que convergia da estrada na qual as comitivas de

³⁷ Adianta-se que nas atividades de desenvolvimento de Mapas Mentais, realizadas com um grupo de idosos, moradores da cidade, há a representação dessa estátua. O que mostra grande influência ainda hoje na relação das pessoas para com a história e local em que habitam.

boiadeiros cruzavam o município, conhecida como “Rua da porteira” (Atual Quintino Bocaiúva).

O perímetro urbano era diminuto (circunscrito pela “rua do Commercio, Avenida Guarany, rua Cel. João Vilella, travessa José de Alencar e travessa Major Goulart”) [...]. E a cada vez que os carros de boi “com rodas chapeadas de menos de 6 centímetros” cortassem a cidade, pagariam uma taxa de 3\$000. (MATOS, 1986, p. 186)

Foi possível identificar esse perímetro destacado em Marrom no Mapa (Figura 3) a partir de um capítulo (“História das vias públicas patrocínenses”) que, com uma breve descrição, permitiu comparar os nomes antigos que aparecem no Código de Posturas com os atuais. Duas ruas apareceram como antiga “Rua do Commercio”, porém acredita-se que na descrição do perímetro se trata da atual Rua Pio Avelino. Já a Avenida Guarany corresponde à Avenida Carlos Gomes; a travessa José de Alencar à Rua Voluntários paulistas; e as ruas Cel. João Vilella e Major Goulart que continuam assim denominadas.

O autor do texto, ao analisar o documento do Código de Posturas de 1921, que tratava sobre diversos aspectos sanitários, de segurança, de “normas fiscais e urbanísticas” (MATOS, 1986, p. 186), considera-o severo, por isso, intitulando seu artigo como “Dura Lex”. Segundo o autor, “Assim, num só Código, há curiosos preceitos da mais variada ordem, tratando de matéria constitucional, administrativa, processual, tributária e, mesmo, penal (!).” (MATOS, 1986, p. 187). E, em relação às questões urbanas:

Já as moradias (obrigatoriamente cobertas de telhas ou de outro material incombustível) deveriam obedecer ao alinhamento, à exceção das “casas boas ou chalets, os quais deverão ficar 3 metros pelo menos para dentro da linha travessa ou praça”. De qualquer forma, para “aformoseamento” da cidade, todos os proprietários eram compelidos a “mandar cair e pintar as suas casas, pelo menos de 2 em 2 anos, e bem assim os muros”. (MATOS, 1986, p. 187).

O Capítulo “História das vias públicas patrocínenses” também permite compreender o aumento do perímetro urbano de 1921 até o ano de 1985 (do desenvolvimento do primeiro Almanaque), visto que aborda todas as ruas da cidade no período (destacadas em cinza na Figura 3).

Uma observação que deve ser feita é que, nesse capítulo, os nomes das ruas são explicados, alguns mais e outros menos, de acordo com as biografias dos cidadãos aos quais se referiam, e que, de acordo com o juiz Carlos Alberto Bastos de Matos em

entrevista com Fátima Lopes (2002, p. 45), isso se dá pelo fato de não “escolherem” diretamente quais personalidades da cidade apresentariam no Almanaque:

É, aí foi um pouco difícil porque, não sei se você se lembra, eles queriam muito fazer sobre as famílias. Senhor Juca disse: ‘é preciso fazer das famílias mais importantes....’ Eu disse: ‘não faz isto porque isto dá problema, porque quais são as famílias mais importantes? [...] Eu falei: é muito difícil fazer isso! Então, nesta parte de vultos da cidade ficou restrito aos que eram nomes de rua, se lembra? Porque isto já havia um critério, que era um critério escolhido pela Câmara, pela Prefeitura, pelo poder público que deu nome à rua. (LOPES, 2002, p. 45)

Analisando as ruas e mapeando-as, mais uma vez, nota-se a partir da morfologia urbana a relação entre a ocupação no território com o Rio Sapucaizinho (pela proximidade dos bairros já consolidados em relação às suas margens), as rotas principais (ex: “Rua da Porteira”), e os marcos religiosos. Em relação aos marcos religiosos, há um destaque para a Capela da Santa Cruz, que teve sua construção começada em 1889 e, aparentemente, importante também para solidificar a aglomeração e criação do Bairro Santa Cruz.

Nota-se a predominância da religião católica até o período em que o primeiro Almanaque foi escrito, mas há um pequeno trecho se tratando da Congregação Cristã no Brasil, que teve início em Patrocínio Paulista em 1934, em uma sala de oração construída próxima ao perímetro urbano, e que desde 1969 encontra-se em uma construção na área urbana próxima ao rio (Rua Treze de Maio, Bairro Tabatinga); e da Igreja Evangélica Assembleia de Deus, que começou em 1974 em uma residência no Bairro Santa Cruz e, em 1975, passou para a Rua Expedicionários Sapucaenses, Bairro da Porteira.

Há também um capítulo para a “Igreja e suas festas religiosas”, que conta sobre tradições que, mesmo um pouco modificadas, ainda se mantêm até os dias atuais, como as procissões e quermesses. Relatam-se algumas características das quermesses realizadas pela Igreja e pela comunidade (geralmente na rua Major Goulart, atrás da Matriz).

Como muito frisado, o objetivo deste Almanaque era principalmente “preservar a memória do local”, então, além das tradições e dos nomes importantes na cidade, nota-se a atenção de registrar também o que fez parte de seu cotidiano, apontando construções que ainda existem ou que já existiram e foram de certa forma marcantes, tanto anteriormente à data de sua publicação quanto contemporaneamente.

Dessa forma, há Capítulos com suas especificidades (considerados importantes para o desenvolvimento do Almanaque, e, portanto, expressavam significado para a comunidade) que podem ser encontrados no índice como: “O cinema e seus administradores”, “Correios e telégrafos”, “Clube Hípico”, “Centro de Saúde de Patrocínio Paulista”, “Clubes Recreativos”, “Santa Casa de Misericórdia de Patrocínio Paulista”, “Empresa Telefônica”, “As Cooperativas patrocínenses” (muito fortes no local, principalmente as que envolviam laticínios e café), “Casas Comerciais”, “Indústrias”, “Bancos e Casas Bancárias”, etc.

Além da abordagem histórica sobre como esses equipamentos se originaram na cidade, percebe-se que há também um anseio por apontar a maneira como eles se desenvolveram, atingindo certo “progresso”. O almanaque mostrava uma dinâmica tipicamente urbana, presente mesmo em um pequeno povoado, que se espelhava nos grandes centros, pois “Sob termos como “progresso” e “moderno”, os almanaques expressam visões de mundo e sensibilidades de sujeitos seduzidos pelos encantos do que intitula de modernidade, movimento que não se faz sem a relação com o sistema capitalista.” (VIEIRA, 2011, p. 03)

Deve-se observar que, muitas vezes, o que é citado se relaciona ao uso do edifício no momento e não à construção em si. Porém, considera-se que sua localização no espaço urbano também faça parte da dinâmica do cotidiano e, por isso, são representados através do mapa. Além disso, ressalta-se que muitos locais destacados não existem mais e, como forma de mapeá-los, muito se contou com a colaboração de alguns idosos, principalmente de Maria Aparecida Martins Alves, de 88 anos, que mora na cidade desde que nasceu e é avó da autora.

Observa-se também que, principalmente em relação ao artigo das “Casas Comerciais”, foram encontradas dificuldades de mapeamento, visto que ou o endereço descrito divergia do que os colaboradores dessa pesquisa se lembravam ou eles eram anteriores ao seu nascimento.

Entendendo a importância desses espaços descritos/apresentados no Almanaque como representante/reflexo do que era Patrocínio Paulista por uma parcela da comunidade naquele momento. Nesse sentido, buscou-se apresentar graficamente, a partir de interferências nos mapas da cidade, a localização dos principais pontos citados no

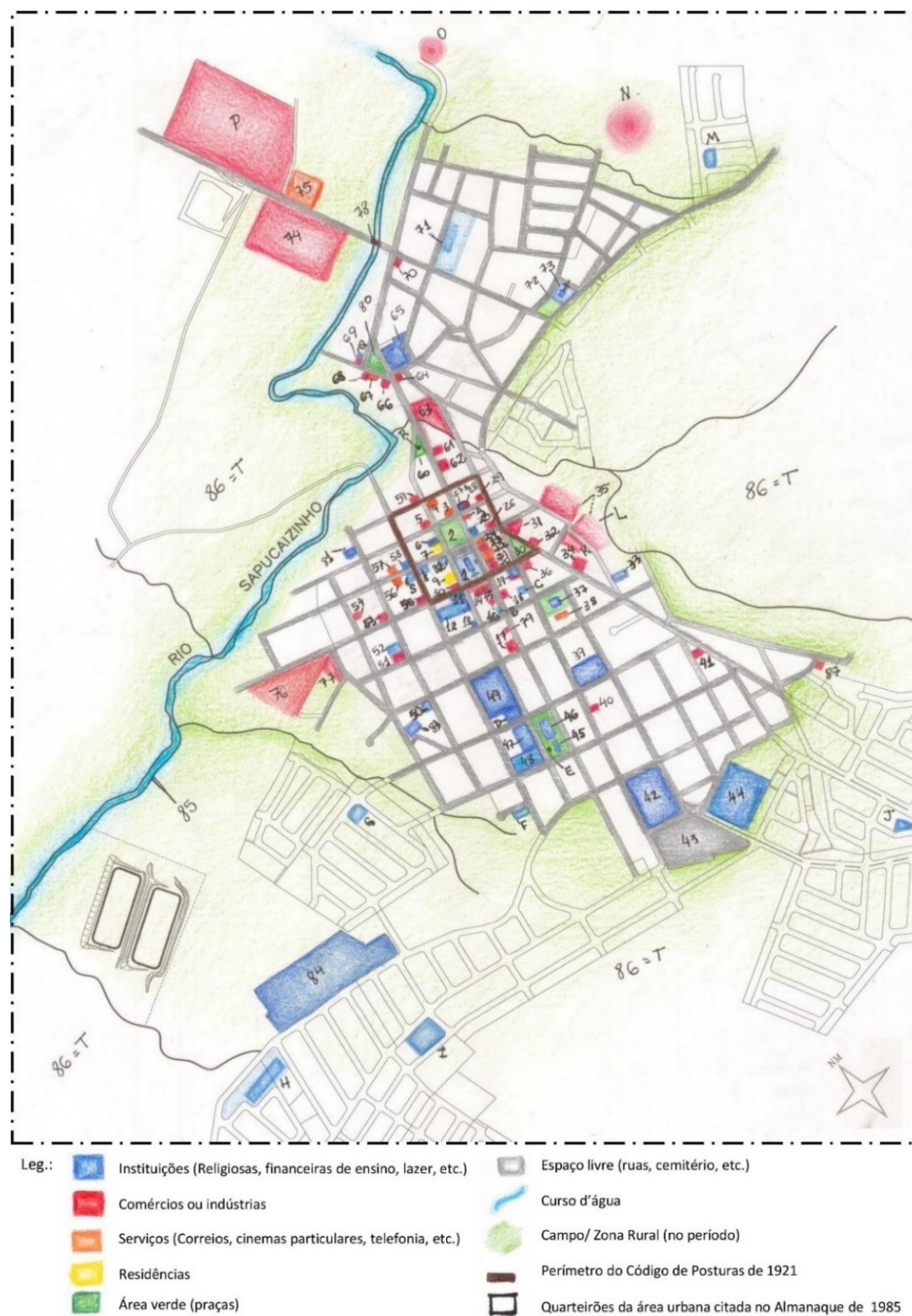
Almanaque, de forma a documentar a ocupação do território, bem como a memória do local. (Figura 30)

Figura 29: Mapa do perímetro urbano atual de Patrocínio Paulista com destaque a ser detalhado na figura 30.



Fonte: Adaptado do mapa base da Prefeitura Municipal de Patrocínio Paulista (2020)

Figura 30: Mapa com pontos indicados pelos Almanques (Recorte do perímetro urbano atual mostrado na Figura 29).



Fonte: Adaptado do mapa base da Prefeitura Municipal de Patrocínio Paulista (2020) e Almanques Históricos.

Legenda de pontos citados no Primeiro Almanaque (1985/1986):

1. Igreja Matriz (“Nova”) Nossa Senhora do Patrocínio (1896)
2. Jardim da Praça Nossa Senhora do Patrocínio, Jardim da Luz (1914), Jardim Coronel Batista da Luz (1915), demarcado junto com o antigo Largo da Matriz, Praça Coronel Estevam Marcolino (1921)
3. Antiga Residência do Capitão Firmino Rocha (início séc. XX), Banco Cruzeiro do Sul (Déc. 50/60), Atual Agência dos Correios (1977)
4. Primeiro Cinema “Sete de Setembro” (1913), Cine “Paratodos”, Cine “São Paulo”, Cineteatro “Continental” (até 1955)
5. Padaria São Jorge, Padaria Supimpa (Família Magrin)
6. Agência da Caixa Econômica Federal, atual Banco do Brasil
7. Residência Major Álvaro
8. Escola Municipal da Profa. Maria Venância Falleiros (Inaugurada em 1907)
9. Casa Paroquial (1891/1954 – demolida) (1955 - atual)
10. Casa Goulart
11. Colégio de Freiras “Jesus, Maria, José” (1913 – demolido em 1945), Clube 15 (1936 no prédio demolido e 1947 no prédio novo), Salão Santo Agostinho (1961)
12. “Salão do Cabrinha” em um antigo salão do colégio de freiras (1947/48 - demolido), CRAPA
13. Banco Higino Caleiro (Déc. 1950/1960) (Farmácia Flávio)
14. Bar e Sorveteria Sapucaense (Mário Ferrari) (1950)
15. Bar Cruzeiro (1950)
16. Secos e Molhados
17. Posto Atlantic (1951)
18. Loja Sensação (1975)
19. Primeiro Banco do Brasil (1982), atual Bradesco
20. Casa Carraro (1950)
21. Snooker (1950)
22. Cine “Flórida”
23. Bar Central (1950)
24. Lapidação de diamantes de Goulart & Viana (1947/50)
25. Agência da Caixa Econômica Estadual
26. Bazar das Novidades (Loja Sebastião Fernandes) (1937)
27. Secos, Molhados e Armazinhos “Casa Firmino Rocha” (1904), Banco Comércio e Indústria de São Paulo – COMIND (Déc. 50/60)
28. Secos, Molhados e Armazinhos “Casa Firmino Rocha” (1904), Banco Comércio e Indústria de São Paulo – COMIND (Déc. 50/60)
29. Casa Bandeirante (1950)
30. Praça Carlos Gomes, Praça do Centenário (1922)
31. Casa Brasil (1937), Supermercado Bem-te-vi (1958)
32. Selaria (1950)
33. Igreja Evangélica Assembleia de Deus (1974/1975)
34. Safari
35. Fábrica de Salames “Santa Thereza” (1937), COONAI

36. Merceria Joaquim Pedro (1920), depois Merceria de uma família de turcos.
37. “Casa de Câmara e Cadeia” no “Largo da Cadeia” (1902), Fórum de 1902 a 1971, e atual delegacia na Praça da Bandeira
38. Rodoviária
39. Escola Estadual de 1º Grau (AGRUPADA) (1962), Escola Municipal de Ensino Fundamental Professor Luis Andrade de Freitas
40. Merceria do Sebastião Azevedo (1968)
41. Vidraçaria de Joaquim dos Santos (1968)
42. Escola Estadual Jorge Faleiros (1974)
43. Cemitério Municipal
44. Esporte Clube Meia-noite (1959)
45. Praça Nossa Senhora do Patrocínio (1956), “Novo” Fórum (1976)
46. Praça Nossa Senhora do Patrocínio (1956), “Nova” Câmara dos Vereadores e prefeitura municipal
47. Primeiro prédio construído para a Escola Jorge Faleiros (1957), Prefeitura Municipal e Auditório Municipal
48. Novo clube 15 (1963), Sociedade Recreativa X de Março (1972 – ampliação para área com piscinas)
49. Santa Casa de Misericórdia de Patrocínio Paulista (1957)
50. Clube 60 (1960)
51. Primeira Santa Casa de Misericórdia de Patrocínio Paulista (1908), Hotel São José (1970)
52. Primeiro Lar de Idosos “Conferência do Sagrado Coração de Jesus da Sociedade de São Vicente de Paulo” (déc. 1920), Prefeitura Municipal, “Orfanato” “Associação Patrocínense de Assistência Social- APAS” (déc. 1960), Creche Municipal (1984)
53. Possível Casa Novato (1915)
54. Oficina de Conserto de Automóveis do Ismael Chimelo (1968)
55. Casa São Cristóvão (1929)
56. Segundo prédio dos Correios (1913), Postal telefônica/Telegráfica (1939 e 1953), Dr. Carlos Dentista
57. Primeira Empresa/ Centro telefônico (1904)
58. Primeiro Posto de Assistência Médico-Sanitária – PAMS (1950)
59. Confeitaria do “Chefe” (1915)
60. Primeira edificação da Câmara dos vereadores/ Casa de Câmara e Cadeia (1892 -demolida em 1927) no “Largo Municipal”, Praça Ruy Barbosa, Praça São Paulo (1956), hoje Praça do Garimpeiro (1976).
61. Máquina de Beneficiar café (1951)
62. Fábrica de móveis (1951)
63. Serraria
64. Empório Santa Rita (1953)
65. Grupo Escolar “Irmãos Mattos” (1922)
66. Casa Nogueira (1937)
67. Primeiro Prédio dos Correios (1884/1913)
68. Pensão de Pedro Martins Ribeiro “Perico” (1950)
69. Oficina Mecânica Everardo de Andrade & Cia (1950)
70. Casa São José (1950), Bar São Vitor

- | | |
|--|---|
| 71. Centro Comunitário Maria do Rosário | 81. Congregação Cristã no Brasil – |
| 72. Praça Prefeito José Barcellos (1982) | Patrocínio Paulista (1934 Zona Rural e |
| 73. Capela Santa Cruz | 1969 Área demarcada) |
| 74. FRIPAL (Frigorífico Industrial | 82. Cooperativa de Crédito de Patrocínio |
| Paulista) | Paulista (1956, Banco do estado de São |
| 75. Pensão da Boiada | Paulo – BANESPA (1977) |
| 76. COPAL (Curtume) | 83. Lar de Idosos “Instituição Assistencial |
| 77. Serralheria de Josafá Lopes (1950) | Frederico Ozanan” (1973) |
| 78. Ponte | 84. Clube Hípico (1979 local demarcado) |
| 79. Botequim Santa Rita (1958) | 85. Rio Sapucaizinho |
| 80. Praça Altino Arantes | 86. Zona Rural (Fazendas, Escolas, |
| | Indústrias, Rios e córregos, garimpos) |
| | 87. Venda Manoel Fernandes |

Legenda de Novos Pontos citados no Segundo Almanaque (2012):

- | | |
|---|---------------------------------------|
| A. Loja do Akira | R. Estátua garimpeiro |
| B. CREDICOONAI (onde se localizava | S. Sindicato dos Trabalhadores Rurais |
| quando foi escrito o Almanaque) | T. Zona Rural (Premix, Usina CEVASA, |
| C. Sindicato Rural de Patrocínio Paulista | Cachaçaria Santa Elisa, etc.) |
| D. Prédio do SAEPP (Serviço de Água e | |
| Esgoto de Patrocínio Paulista) | |
| E. Árvore Sapucaia em frente ao Fórum | |
| (origem do nome do rio Sapucaizinho e | |
| da cidade) | |
| F. Centro de Referência de Assistência | |
| Social – CRAS | |
| G. Centro Espírita Cristo Consolador | |
| H. Escola Municipal de Ensino Infantil | |
| Gercyra de Andrade | |
| I. Escola Estadual Juca de Andrade | |
| (APAE) | |
| J. Comunidade Evangélica Adonai | |
| K. Rede Mário Roberto | |
| L. J.A. Saúde Animal | |
| M. Igreja do Evangelho Quadrangular | |
| N. Fábrica Queijos Mama | |
| O. Restaurante Rancho JP | |
| P. Usina de Laticínios Jussara | |
| Q. Loja Maçônica Fênix | |

Passando à análise do segundo almanaque, publicado em 2012, percebe-se que muitos pontos citados, e até mesmo alguns artigos, são iguais aos do primeiro, mas de forma bem mais simplificada e objetiva. Todos os textos relacionados à origem da cidade que se encontram em várias partes distintas no primeiro almanaque estão condensados no segundo.

É possível encontrar uma organização (feita por Sandra Regina Félix) parecida em relação ao primeiro, já que também é uma coletânea de textos produzidos por diferentes pessoas relacionadas à Patrocínio Paulista. Apesar de os nomes não estarem mais logo após o título do artigo, a maioria deles (não mais todos) tem sua autoria explicitada no final de cada um. Deve-se observar que não mais existem as notas com a biografia sobre cada autor, o que foi considerado interessante no primeiro, justamente para conhecer melhor quem estava escrevendo sobre a cidade.

Figura 31: Fotografia do Sumário do Almanaque de 2012.

SUMÁRIO	
Introdução	7
1 - Localização e Aspectos Geográficos	9
2 - As Origens do Nosso País	15
3 - O Desbravamento em Nossa Região	21
4 - Dados Históricos sobre Patrocínio Paulista	25
5 - Origem do Antigo Nome	30
6 - O Desenvolvimento	39
7 - Educação	49
8 - Cultura, Esportes, Turismo e Lazer	61
9 - Religiosidade	80
10 - Saúde	85
11 - Assistência Social e Entidades de Classe	90
12 - Personalidades em Destaque	99
13 - Símbolos Municipais	110
14 - Os Três Poderes	113
Fontes e Referências Bibliográficas	120



Interessante também notar a importância dada à publicação do documento, assim como no de 1985/86, como uma forma de “preservar a memória” do local:

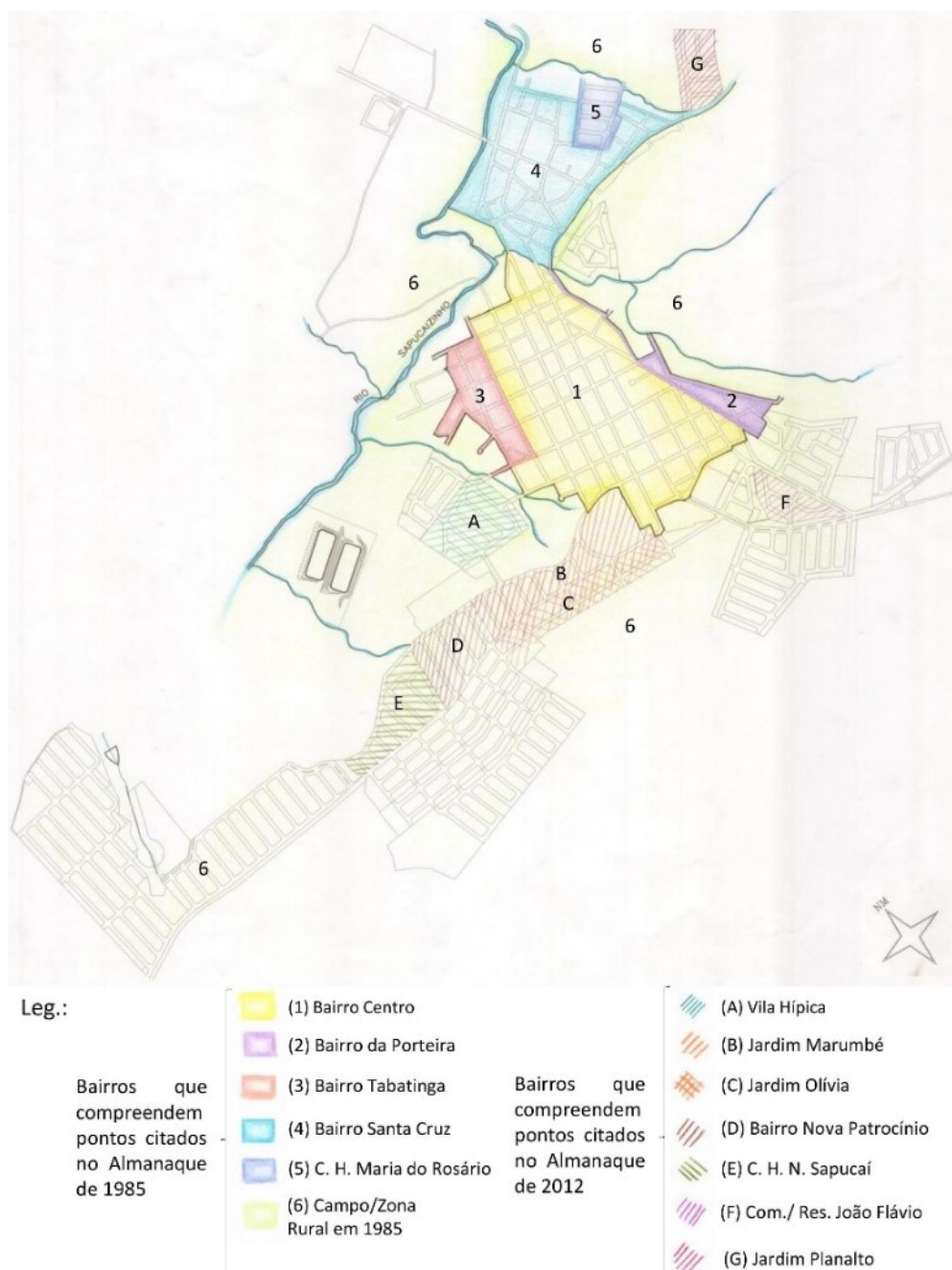
Por acreditar que um povo sem história é um povo sem cultura, louvo o resgate e a reconstrução da identidade pessoal e cultural do nosso povo, feitos por meio deste projeto educacional. Este livro deixará registrado nosso passado e nosso presente, para que a atual população patrocínense e as futuras gerações conheçam e respeitem suas origens. Este é mais um passo que Patrocínio Paulista dá em busca do registro de sua história e da preservação da nossa memória, construindo, assim, o que queremos para nós, para nossos filhos e descendentes, que é um futuro honroso, altaneiro e brilhante. (BARCELLOS, 2012, p. 4)

Partindo do mesmo pressuposto do primeiro almanaque, este segundo traz a especificação de casas comerciais, nomes das ruas, famílias, dentre outros assuntos, no entanto, de forma bem menos detalhada, e isso se percebe também no tamanho e formato da publicação. Porém, nota-se certa atualização em relação ao lançado em 1986, com adição de outros pontos considerados importantes quase duas décadas depois. A diferenciação no mapa (Figura 25) se dá pela legenda, na qual tudo que foi citado no primeiro almanaque está em ordem numérica e o que foi adicionado no segundo, em ordem alfabética.

Além de construções, casas comerciais, indústrias, dentre outros usos, são destacadas algumas festas folclóricas que são consideradas parte da conformação da cidade e de sua memória, como: “Folia de Reis (desde 1989), Congada (desde 1995), e o Grupo de Catira “Sola de Ouro”, e também alguns eventos, como as celebrações do aniversário da cidade, a Festa do Peão, as corridas hípias, o show “Sonho de Criança”, o Torneio Municipal de Futsal e o Torneio Leiteiro. Atualmente muitos deixaram de acontecer ou mudaram muito, porém reconhece-se que grande parte da população ainda mantém lembranças e afetividade para com eles.

Mesmo que nessa segunda publicação não haja um capítulo para explicar o nome das ruas, ou mesmo citá-las, é possível, a partir dos novos pontos que apareceram, ter uma ideia dos novos bairros que foram surgindo e, assim, traçar uma perspectiva do desenvolvimento territorial de 1985/86 até 2012 pela comparação entre os dois Almanques. Por esse percurso, constrói-se uma representação do espaço e seu desenvolvimento a partir da narrativa e considerações feitas pela população em épocas distintas e traduzidas em mapas (Figura 32).

Figura 32: Mapa da área urbana de Patrocínio Paulista com destaque para os bairros que compreendem pontos citados.



Fonte: Adaptado do mapa base da Prefeitura Municipal de Patrocínio Paulista (2020) e Almanques Históricos.

Através dos discursos contidos nos almanaques, é possível perceber as relações do sujeito que escreve com a cidade que lhe é objeto, relações estas, atravessadas por racionalidades, mas também por sensibilidade; conscientes e não conscientes; todas evidentemente forjadas dentro das relações sociais – portanto, coletivas –, no tempo e no espaço ou como preferirem, no seu contexto. (VIEIRA, 2011, p. 2)

Percebe-se que já na elaboração e discussão dos assuntos que seriam (ou não) abordados no Almanaque, as seleções são inevitáveis e o resultado é uma visão de mundo daqueles envolvidos com a empreitada, sendo, portanto, um constructo da memória que se objetiva guardar. Então, a partir da leitura desses pontos escolhidos, foi possível compreender o desenvolvimento territorial da cidade como marcas de sua história narrada e repercutida até hoje, a partir das visões de mundo de um determinado grupo de cidadãos.

Percebe-se, pela Figura 26, os eixos de crescimento do perímetro urbano a partir das datas das publicações, porém ressalta-se que foram destacados nos mapas os bairros que compreendiam algum ponto citado nos Almanques, não sendo necessariamente apenas eles os existentes.

Quanto às fontes documentais, que tinham como intenção inicial a formação de um “arquivo para a memória”, é importante notar que o primeiro Almanaque teve sua edição lançada na data citada através de uma tiragem de dois mil exemplares (LOPES, 2002, p. 67), sendo poucos os ainda existentes e, por isso, há certa dificuldade em consultá-los. Dessa forma, questiona-se também o acesso da população a essas fontes documentais de extrema importância para a compreensão da história urbana.

Já o segundo Almanaque tem seu acesso facilitado, porque além de ter sido publicado como livro, também se encontra disponível em meio digital no site da prefeitura, mas, por ser uma atualização do anterior, não aborda pontos que ainda fazem parte da memória de uma porção da população, como os cinemas, os clubes de dança, dentre outros.

Reconhece-se, que, após 35 anos do lançamento do primeiro Almanaque, as motivações para o desenvolvimento dessa pesquisa são muito parecidas, pois partem da carência da continuidade de ações que possam guardar a história local – nesse caso a partir do patrimônio cultural –, e vendo na comunidade e em suas ações o potencial de construção da memória e preservação da identidade do território.

2.4 O patrimônio da cidade e as particularidades em sua preservação.

Em relação à salvaguarda do patrimônio, sabe-se da dificuldade de atuação do órgão de preservação nacional, em todo território brasileiro, na busca de características excepcionais e que representem de um modo geral a cultura, história ou algum momento específico do país. Mesmo na escala estadual, os órgãos não são capazes de proteger o patrimônio de todas as cidades, principalmente as de pequeno porte, marcadas em grande

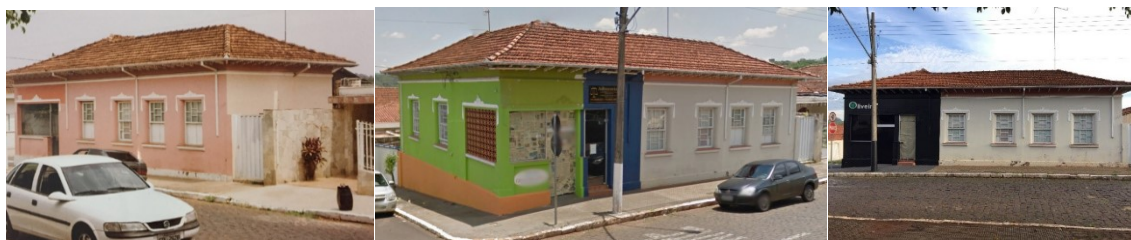
parte por uma “arquitetura menor”³⁸, importante principalmente para os moradores do local e que não concebem representatividade para a sociedade externa a ele.

Em relação à escala municipal, no caso de Patrocínio Paulista, de acordo com o que foi apurado em pesquisas no município, foi elaborado, em 2006, um Plano Diretor que ainda é o vigente na cidade. Quando se refere ao patrimônio cultural, a abordagem neste documento é sucinta e superficial, deixando de apontar balizadores para as ações sobre construções antigas.

Essa superficialidade fez com que, em 2009, a Secretaria de Cultura da cidade, com a colaboração de alguns moradores — comovidos pela degradação do patrimônio que vinha ocorrendo no local —, criasse um órgão para proteção do patrimônio municipal, o CONDEPHAA (Conselho de Patrimônio Histórico, Artístico e Arquitetônico) de Patrocínio Paulista.

Além do interesse que esses moradores, bem como a secretária de cultura, tinham pelo tema, uma das questões fundamentais para o estímulo de criação desse conselho foi a notável descaracterização da “casa do Barão”, localizada no entorno da praça central. O edifício, que foi doado para o Lar de Idosos da cidade, passou a ser alugado após a morte do proprietário, principalmente para ocupações de caráter comercial, e a frequente modificação de suas características, como o alpendre, as aberturas e suas cores, passou a ser um incômodo, até para uma moradora de uma residência vizinha, que também participou da organização do órgão municipal de preservação. (Figuras 33, 34 e 35)

Figuras 33, 34 e 35: “Casa do Barão” nos anos 2000, após a reforma citada no texto e estado atual, respectivamente.



Fonte: (33) Antônio Miguel do Nascimento, anos 2000. (34) Google Maps, 2015 e (35) Autora, 2017.

De acordo com as atas do Conselho, a partir da Lei Municipal nº 2318/09 de 16 de junho de 2009, alterou-se o Artigo 7º da Lei Municipal nº 2307/09, em que se previa um órgão composto por dez membros, com cinco representantes do Poder Público e cinco

³⁸ Não de menor escala, mas principalmente aquela ordinária, presente em conjuntos urbanos descon-siderados e negligenciados, antes subordinados aos grandes monumentos arquitetônicos.

de entidades e instituições da sociedade civil do Município, que seriam renovados a cada três anos, com participação nas reuniões mensais. (PATROCÍNIO PAULISTA, 2009-2016)

Dentre outros assuntos abordados, estava a solicitação do tombamento da residência citada acima. Apesar de uma notificação ter sido enviada à Instituição Assistencial Frederico Ozanan (o Lar de Idosos), o órgão obteve uma resposta que não era favorável ao tombamento por razões financeiras, mas a Instituição se comprometia em mudanças restritas nas pinturas internas e externas.

As mudanças, porém, descaracterizaram muito seu interior, mas principalmente a fachada. Segundo relatos dos integrantes do órgão, as reformas foram feitas em horários de difícil percepção, com troca de pisos, instalação de portas de vidro na área do alpendre, pinturas em cores de alto contraste, dentre outros.

Essa foi uma das questões que abalou os ânimos do órgão no que diz respeito à preservação arquitetônica. De um lado, o não cumprimento das medidas de tombamento de um edifício e, de outro lado, a dificuldade em conciliar um acordo de preservação entre o Conselho e os proprietários, com o que aconteceria de fato.

Ressaltam-se aqui, diante das discussões sobre o tombamento como principal instrumento de preservação (não descartando sua reconhecível importância), os seus limites, mais especificamente para as cidades de pequeno porte e com arquitetura mais simples. Esses limites são gerados muito por conta da dificuldade de clareza entre o direito de propriedade e a função social da mesma — fato presente em cidades de todas as escalas —, mas amplificada pelo estreitamento das relações sociais e suas consequentes facilidade de burlar as decisões tomadas, sem possíveis penalidades.

Partindo desse princípio, o direito à propriedade assegurado pela Constituição Federal não desvincula a propriedade da sua função social. Cabe, portanto, aos articuladores da política de proteção ao patrimônio cultural dizer em cada caso o que dá a certo bem a condição de patrimônio cultural, esclarecendo qual a função social que exerce através da sua referência cultural, do seu suporte da memória social e do que diz cada conjunto ou imóvel à cidade. (AZEVEDO; BOTELHO, p. 46, 2005)

Reconhece-se que, nesses casos, o tombamento como único e isolado instrumento de preservação não gera efetividade nas ações, principalmente as pioneiras dentro de órgãos municipais de cidades pequenas, por isso, é importante que em conjunto com ele sejam discutidos novos valores do patrimônio urbano, como o exemplo da “cidade documento”, com um olhar mais aberto aos elementos que compõem a cidade, se ampliem as ações de Educação Patrimonial e as possibilidades de participação da comunidade.

Nota-se, a partir das atas das reuniões do Conselho, que a arquitetura foi ficando cada vez mais de lado nas discussões, visto sua dificuldade de preservação. Consequentemente, passaram a ser colocadas em pauta as questões como festas e eventos a serem realizados, a criação de um novo almanaque histórico da cidade, dentre outras práticas. Além disso, percebe-se o desânimo por parte dos membros em relação à estagnação dos trabalhos de preservação em função da frequente mudança de conselheiros, demorando menos de três anos para ocorrer.

Em 2013, com a mudança da gestão na prefeitura, grande parte dos membros do órgão também foi alterada. A partir das atas, é possível perceber, que em relação à arquitetura, a mesma motivação ocorreu no início da gestão, com planos de inventariar os edifícios antigos para maior controle dos bens, bem como o material artístico e histórico. Algumas atas apontam a afirmação da necessidade de realizarem tombamentos, não só de edifícios, mas de monumentos, de hinos, dentre outros aspectos culturais da cidade.

Foi discutida, também, a importância de criação de um Plano Municipal de Cultura e, com isso, foi criado o COMCULT (Conselho Municipal de Cultura) exatamente para que questões que não fossem voltadas à defesa patrimonial pudessem ser abrangidas e deliberadas em local mais apropriado, assim, o CONDEPHAA poderia melhor focalizar em suas ações referentes ao patrimônio.

Já em 2015, houve uma proposta para a elaboração do Arquivo Municipal, em que, a partir de bolsas oferecidas pelo governo, estudantes de história da UNESP de Franca organizariam os documentos que a prefeitura e toda a cidade tinham até então, de forma a fazer com que a população tivesse acesso à sua história e identidade.

Apesar disso, os planos não conseguiram ter continuidade. Os inventários, que foram divididos em equipes de acordo com os temas, acabaram não sendo elaborados. As bolsas não foram liberadas pelo governo e, com isso, a parceria com a UNESP teve que ser desfeita, o que impossibilitou a organização do Arquivo Municipal.

Mesmo sobre os membros e a frequência, muitos deles acabaram desanimando e deixando de comparecer às reuniões, que tiveram que passar de mensalmente para cada dois meses, o que foi enfraquecendo cada vez mais as ações do Conselho em relação à proteção de bens arquitetônicos e fazendo com que suas atividades se limitassem à produção de eventos, e ao que realmente estaria ao seu alcance.

Com a mudança do governo, de 2016 para 2017, muitas alterações físico-espaciais foram feitas, além das alterações de membros da gestão da prefeitura municipal. Muitos

documentos encontravam-se desorganizados e difíceis de serem acessados. Desde essa transição entre os gestores da prefeitura municipal, o órgão encontra-se sem funcionamento.

Porém, no início desse ano de 2020, entrou-se em contato com o atual secretário municipal de cultura e, de acordo com ele, havia no momento um esforço na organização de novas reuniões e que uma portaria já se encontrava baixada e assinada pelo prefeito para a volta de seu funcionamento.

Apesar disso, com o cenário da pandemia, acredita-se que essas ações tenham sido dificultadas e, provavelmente, não se concluirão ainda nesse ano. Contudo, deve-se notar que há uma tentativa de funcionamento do órgão, mesmo que com poucos recursos e incentivos para ele, o que é importante para compreender a mobilização entre os gestores municipais e a sociedade civil.

Em relação ao arquivo e fontes documentais, as fotos e jornais antigos estão desaparecidos, pela falta de organização e de diálogo entre uma gestão e outra. Dessa forma, sabe-se que os documentos existem, mas não é possível ter acesso a eles, tendo que recorrer às lembranças e documentos pessoais.

Tratando-se desta questão, deve-se observar as expectativas da população em relação ao “resgate” da memória local a partir desses documentos. No contexto da pandemia de COVID-19, mais especificamente dia primeiro de maio de 2020, alguns moradores da cidade criaram um grupo no *Facebook* denominado de “Arquivo Histórico de Patrocínio Paulista”.

Bastante movimentado, principalmente nos primeiros meses de criação, o grupo cresceu em quantidade de participantes, contando no mês de outubro com 2.800 (dois mil e oitocentos) membros, o que é significativo se tratando de uma cidade com aproximadamente 14.000 (quatorze mil) habitantes.

Suas postagens são, em grande parte, compartilhamento de fotos antigas de pessoas memoráveis, famílias e grupos reunidos, mas algumas mostram parte da cidade, edifícios antigos, e mesmo inexistentes atualmente. Sendo assim, a descrição da página é feita da seguinte maneira:

Arquivo Histórico de Patrocínio Paulista - Eternizando nossa história. Venha fazer parte dessa família. O grupo tem como objetivo reunir fotos e documentos de acontecimentos que marcaram a história da cidade, assim como também fotos de pessoas, eventos esportivos, e locais que relembrem o nosso passado... Enfim venha participar desse universo e vamos contar a nossa história pelas fotos e documentos que temos guardado em nossas casas. (ARQUIVO HISTÓRICO DE PATROCÍNIO PAULISTA, 2020)

Nota-se que a detenção da memória, principalmente nesses casos como o da cidade estudada, tratando-se dos interesses e relações afetivas, possui um funcionamento mais efetivo quando guardada pela comunidade, mesmo que involuntariamente, e que precisa ser estimulada.

CAPÍTULO 3 | COMPREENDENDO O PATRIMÔNIO LOCAL A PARTIR DO CONTATO COM A COMUNIDADE: UMA BUSCA PELA TROCA DE SABERES.

3.1 Educação Patrimonial: noções atualizadas e novas estratégias.

Atualmente, a Educação patrimonial é definida pelo IPHAN como:

(...) a Educação Patrimonial constitui-se de todos os processos educativos formais e não formais que têm como foco o Patrimônio Cultural, apropriado socialmente como recurso para a compreensão sócio-histórica das referências culturais em todas as suas manifestações, a fim de colaborar para seu reconhecimento, sua valorização e preservação. Considera ainda que os processos educativos devem primar pela construção coletiva e democrática do conhecimento, por meio do diálogo permanente entre os agentes culturais e sociais e pela participação efetiva das comunidades detentoras e produtoras das referências culturais, onde convivem diversas noções de Patrimônio Cultural. (FLORÊNCIO; et. al, 2014, p. 19)

A expressão “educação patrimonial” passou a ser utilizada no âmbito nacional a partir de 1983, no Museu Imperial de Petrópolis- RJ, onde ocorreu o 1º Seminário relacionado ao assunto. A partir do desenvolvimento das ideias propostas, elaborou-se o *Guia básico de educação patrimonial* (HORTA, GRUNBERG; MONTEIRO, 1999) que, assim como sua denominação já indica, era realmente um guia a ser seguido.

Apesar de sua clara contribuição ao desenvolvimento de um recurso ligado à população, não reconhecia outras possibilidades de atuação na esfera da educação relacionada à salvaguarda patrimonial e, mais do que isso, possuía atividades definidas, sem reconhecer a diversidade de manifestações culturais e suas necessidades específicas.

Nos últimos anos, algumas críticas foram elaboradas em relação ao seu uso indiscriminado e sem revisões, sem questionamentos, gerando trabalhos superficiais e incoerentes com o contexto atual e local. Algumas discussões já apontam a necessidade de atualização de suas ações, muitas vezes associadas à difundida afirmação: “conhecer para preservar”, em que o recurso é entendido como uma maneira de fazer com que a comunidade seja educada, impondo a ela o que é mais importante de ser mantido, para que passe a valorizar determinado patrimônio.

Conhecer para preservar parte do pressuposto da ignorância da população acerca de seu patrimônio e, mais ainda, credita a este sujeito indefinido – população – a fonte de todos os problemas do patrimônio. Despolitiza, assim, o debate, uma vez que culpabiliza um ser genérico, deixando de explicitar o que está por trás das dificuldades da preservação. (SCIFONI, 2017, p. 07)

Partindo dessa discussão, surge o questionamento: o patrimônio deve ser valorizado para ser protegido ou então ser protegido porque tem algum valor social? Fazendo uma revisão contemporânea, alguns autores acreditam que a educação patrimonial não deve ser apenas uma divulgação de conceitos e ações predefinidas, mas além da divulgação, deve ser ação dos próprios construtores, valorizadores e dos portadores da memória.

O próprio IPHAN já vem reconhecendo a necessidade de ampliar seu debate em relação às metodologias de educação patrimonial, aplicadas de acordo com seu contexto e problemática específica, tendo como pontos de ação: o diálogo como meio de interlocução, e o desenvolvimento econômico e social.

Outras ações de referência, tanto teóricas quanto práticas, que podem ser levadas em consideração são as da Rede Paulista de Educação Patrimonial (REPEP). Em uma das publicações do grupo são estabelecidos “Princípios da Educação Patrimonial”, importantes para quem estuda o assunto. Dentre eles, estão: *transversalidade, dimensão política, respeito à diversidade, interlocução, autonomia e centralidade dos sujeitos, e transformações sociais*.

A própria denominação dos princípios tem muito a dizer sobre como entender e praticar a Educação Patrimonial, mas é importante notar que o diálogo (não apenas imposição de patrimônios definidos por técnicos) deve ser considerado em todo o processo de patrimonialização, desde a escolha do que preservar até a gestão do patrimônio consagrado.

Deve-se ressaltar, então, que as definições usadas neste trabalho entre “especialista” ou “técnico” e “comunidade” ou “população” são percebidas — não a partir de uma hierarquia de conhecimentos—, mas pela potencialidade de colaboração entre eles, uma “troca de saberes”, para que dessa forma, seja possível se aproximar cada vez mais de uma política de preservação do patrimônio efetiva.

Não se trata de eliminar a distinção entre conhecimento técnico e não-técnico, mas antes de a tornar mais complexa a partir do pressuposto de que a própria fronteira entre o técnico e o social é uma fronteira móvel, que deve ser redefinida em função da situação e do problema, através das contribuições de todos os actores envolvidos e, em particular, de todos os que terão de viver

com as consequências das decisões que forem tomadas. (SANTOS; MENESES; NUNES, 2004, p. 39)

Reconhece-se, ainda, a importância de compreender os potenciais patrimônios de origens diversas, abrindo espaço para o que geralmente não tem visibilidade, mas que possivelmente faz parte de referências e representações para grupos e contextos específicos e, por isso, também deveriam ser valorizados, levando sempre em consideração os sujeitos e como os bens são apoios à memória, e não considerando apenas aspectos físicos isolados dos bens.

Deve-se destacar, como abordado no primeiro capítulo, que conforme novos bens são consagrados a partir de valores atualizados, cresce a demanda por novas estratégias capazes de dar suporte às políticas de preservação, cada vez mais voltadas para a participação da população.

O reforço deste diálogo e, portanto, da participação cidadã no campo da ciência requer a institucionalização de mecanismos que possibilitem aos cidadãos um conhecimento mais profundo das questões técnico-científicas e aos cientistas e técnicos um conhecimento mais atento das aspirações dos cidadãos, da história e das condições sócio-econômicas e sócio-culturais dos contextos em que terão de actuar, e uma abertura à pluralidade de soluções técnicas, algumas das quais, em certos domínios, podem ter origem em conhecimentos considerados não técnicos pela ciência moderna, as chamadas tecnologias populares. Este aprofundamento do interconhecimento é de importância decisiva na construção de critérios mais amplos e seguros da avaliação dos riscos e das incertezas envolvidos em qualquer decisão técnica. (SANTOS; MENESES; NUNES, 2004, p. 39)

Além disso, nota-se que no campo da preservação patrimonial, os instrumentos mais tradicionais, como os Inventários, também vão sendo atualizados de acordo com as demandas e contextos. Dessa forma, entende-se a importância de uma análise de como o principal órgão de preservação do patrimônio nacional lidou com isso ao longo do tempo até os dias atuais, em que há uma abertura para a participação da sociedade civil, como acontece no exemplo do *Inventário Participativo*.

Dois aspectos, portanto, são importantes para uma reflexão sobre esse instrumento de identificação aplicado ao campo da preservação: as transformações das concepções de patrimônio e o desenvolvimento das tecnologias da informação. [...] As concepções de patrimônio, por sua vez, transformaram-se, ficando também mais complexas e plurais com a ampliação dos sentidos de patrimônio atribuídos aos bens, com a ênfase no reconhecimento da diversidade cultural como um valor essencial à humanidade e com os questionamentos sobre a legitimidade da atribuição de valores e sobre os sujeitos dessa atribuição. (MOTTA e REZENDE, 2016, p.02)

Primeiramente, ressalta-se que o termo inventário (do latim *inventarium*) corresponde a tornar algo conhecido, encontrar, identificar, e quando vinculado ao

patrimônio, é considerado como herança de bens, o que por extensão, é uma descrição ou enumeração minuciosa dos mesmos (MOTTA E REZENDE, 2016, p 04). Dessa forma, compreende-se, de acordo com Choay (2001), que as primeiras tentativas de inventariação sistemática dos bens culturais surgiram na França pós-revolucionária em consequência dos “bens herdados” das classes hegemônicas, ou seja, o clero e a nobreza, e que a partir daquele momento haviam sido nacionalizados.

Apesar de os inventários serem aplicados desde o século XVIII, em países como a França, no Brasil esses instrumentos começam a ser utilizados apenas no início do século XX. Segundo Motta e Rezende (2016), na década de 1920 – antes mesmo de ser criado o IPHAN – um esforço para reunir informações sobre bens de valor artístico se iniciou com a criação de Inspetorias estaduais de monumentos “que tinham entre suas funções identificar os monumentos situados nos estados, produzindo listagens e inventários” (MOTTA E REZENDE, 2016, p. 15). Destacam-se as inspetorias estaduais de Minas Gerais, criada em 1926, da Bahia, em 1927, e de Pernambuco, em 1928.

Após uma década, nota-se desde o início do IPHAN uma preocupação em inventariar os bens nacionais, como uma forma de conhecimento sobre o que havia de mais excepcional em relação aos valores históricos e artísticos do país. Como aponta Motta e Rezende (2016, p.17), na seção do Rio de Janeiro (Arquivo Central) foram identificadas fichas impressas com dados sobre bens tombados ou não, além de levantamentos padronizados com fotografias, croquis e explicações feitos a pedido de Rodrigo Melo Franco de Andrade, diretor da instituição no período.

Como fato importante, destaca-se, em 1949, a criação do Plano de Trabalho proposto por Lúcio Costa, enquanto diretor da Divisão de Estudos e Tombamento da então DPHAN. Nele, o arquiteto ressaltou a falta de documentação existente até então em relação aos bens de flagrante valor e indicou a importância dos inventários para o “acervo histórico-monumental de interesse artístico que nos incumbe preservar”. (COSTA apud OLENDER, 2010, p. 05).

Porém, as maiores críticas feitas em relação a essas ações giram em torno justamente da escolha de bens específicos do período colonial, assim como apontam Lia Motta e Maria Beatriz Rezende: “Não se buscava desvendar valores ou conhecer a diversidade cultural do país, mas identificar exemplares que correspondessem aos valores já consagrados.” (MOTTA e REZENDE, 2016, p. 19). O inventário não se caracterizava como processo investigativo de conhecimento, mas apenas como confirmação de teses já elaboradas sobre as qualidades artísticas e históricas dos monumentos nacionais.

Nota-se, então, que apesar de algumas aplicações do instrumento nos trinta primeiros anos do órgão nacional, as ações ainda estavam muito voltadas a valores e tipologias de bens pré-estabelecidos, ainda na intenção de construção de uma identidade nacional, que os modernistas (como principais organizadores da instituição) buscavam a partir das referências da arquitetura colonial:

O universo de bens a serem protegidos estava sujeito então a um processo de identificação de atributos e características já conhecidos e valorados pelos intelectuais modernistas que os qualificavam como excepcionais, íntegros e autênticos, ou, de outro modo, como exemplares que atendiam às exigências da concepção de patrimônio naquele momento. Era preciso apenas identificar esses bens no território nacional, por meio de um olhar técnico, e inventariá-los. (MOTTA e REZENDE, 2016, p.20)

Apesar de ser importante o reconhecimento de instrumentos como os inventários pela instituição desde o seu início, percebe-se que pouco se desenvolveu nesses primeiros 30 anos de atuação do IPHAN. Segundo Mota e Rezende (2016), com a descentralização das ações do IPHAN nesse período, e a partir da agenda de desenvolvimento econômico de 1964, passou-se a associar o “valor econômico” ao “valor cultural” e estimular as medidas de preservação do patrimônio como forma de incentivo ao turismo e, com isso, geração de renda.

Os governos estaduais foram convocados a empreenderem medidas de valorização e proteção de bens culturais e contaram com o apoio do IPHAN e da Secretaria de Planejamento do Governo Federal, por meio do Programa das Cidades Históricas – o PCH. Esse Programa financiou inventários regionais, como os da Bahia e de Pernambuco. (MOTTA e REZENDE, 2016, p.20)

Segundo Márcia Chuva (2015), com a criação da CRD (Coordenadoria de Registro e Documentação) em 1986, a área de documentação passou a ter mais autonomia em relação à de Estudos de Tombamentos e Obras. Com isso, é possível notar que “metodologias de inventários, principalmente voltados para a gestão do bem já protegido, foram formuladas e, pela primeira vez, projetavam-se padrões nacionais para a gestão do patrimônio cultural.” (CHUVA, 2015, p. 18).

Nesse contexto, criaram-se exemplos como: o INBMI (Inventário Nacional de Bens Móveis e Integrados) em 1986, o INBI – SU (Inventário Nacional de Bens Imóveis em Sítios Urbanos Tombados), e já em 2000, o INCEU (Inventário de Configuração de Espaços Urbanos / Complementa o INBI – SU), dentre outros. É importante notar a forma com que os bens a serem considerados passam também por uma ampliação, nesse caso de escala, pois parte de bens móveis até chegar aos espaços urbanos, porém ainda continuam sendo inventariados bens já salvaguardados.

Entre esse período surgiu também a metodologia de inventários considerada base para a ampliação no campo, dessa vez referente aos agentes considerados e aos bens que os representavam, o Inventário Nacional de Referências Culturais, que, segundo Márcia Chuva, seria uma metodologia “produzida para identificação de bens culturais ainda não protegidos ou salvaguardados.” (CHUVA, 2015, p. 18).

Essa metodologia parte de trabalhos desenvolvidos no CNRC (Centro Nacional de Referências Culturais), com as iniciativas de Aloísio Magalhães, na busca pela valorização de bens culturais que representassem a diversidade de grupos sociais, bem como instrumentos que fossem pertinentes a essas ações.

Apesar de considerar novos bens e diferentes grupos sociais, o INRC é uma metodologia desenvolvida para ser aplicado por especialistas, tendo ainda a supervisão do IPHAN. Ou seja, considera os relatos de diferentes representantes da sociedade civil sobre os bens que lhes representam, mas ainda tem como intérprete o especialista. De toda forma, esse inventário lançou novos caminhos para a participação da comunidade.

Diante dessas discussões surge em 2013, a partir da parceria entre o IPHAN e o MEC (Ministério da Educação e Cultura) no Projeto Mais Educação, o Inventário Pedagógico, disponibilizado para ser aplicado no ambiente escolar das escolas participantes do programa, em que os próprios alunos passariam a ser os responsáveis por identificar suas referências culturais.

Com base em metodologias de ferramentas já existentes no Iphan, principalmente o Inventário Nacional de Referências Culturais - INRC, foi desenvolvido e disponibilizado, em 2012, o Inventário Pedagógico, fruto da participação do Iphan na atividade de Educação Patrimonial do Programa Mais Educação, da Secretaria de Educação Básica do MEC. Decidiu-se, à época, que em função da diversidade de contextos culturais e faixas etárias atendidas pelo Programa, seria necessário pensar uma atividade que abarcasse tais diferenças culturais, geracionais e territoriais, criando uma aproximação inicial com o tema patrimônio cultural. (FLORÊNCIO; et. al, 2016, p. 05)

Com uma interface bem mais didática e a partir da demanda pela comunidade, que começou a se interessar pelo instrumento participativo, propõe-se elaborar em uma linguagem mais abrangente um material para ser aplicado em vários contextos e por várias faixas etárias. Dessa forma, desenvolve-se o Inventário Participativo, com um Manual de Aplicação disponibilizado, em 2016, pelo portal do IPHAN, para ser aplicado de forma livre, ou seja, qualquer integrante da sociedade civil ou qualquer grupo social pode utilizá-lo para inventariar um bem que acredite ser representativo de sua identidade.

O Manual é dividido em categorias como: formas de expressão, saberes, celebrações, objetos e lugares, e é justamente nessa última categoria que se enquadraria

a arquitetura, seja em edifícios ou espaços específicos das cidades. Além disso, em relação ao seu uso:

O inventário pode ser dividido em três fases de trabalho: a primeira é o **levantamento preliminar**, que reúne e sistematiza as informações disponíveis, a rede de contatos dos grupos sociais e a delimitação espacial; a segunda corresponde à **identificação**, ou seja, completa-se e aprofunda-se o estudo por meio da realização das entrevistas ou conversas locais para identificação e compreensão das referências culturais; e, por fim, a etapa do **produto final**, momento em que se define e organiza a forma como serão socializados os resultados. (NITO; SCIFONI, 2017, p. 42, grifo do autor)

Apesar da existência da categoria “lugares”, a maioria das experiências encontradas em relação ao uso desse material estão voltadas ao patrimônio cultural imaterial, por exemplo, com as atividades do Ponto de Memória no bairro Lomba do Pinheiro em Porto Alegre. A mais expressiva utilização no âmbito da categoria “lugares”, até então encontrada, é a que vem sendo desenvolvida pela REPEP (Rede Paulista de Educação Patrimonial) em conjunto com o coletivo de cultura Movimento Baixo Centro na região do Elevado Presidente João Goulart, mais conhecido como “Minhocão”, localizado na região central de São Paulo.

As atividades de inventariação partiram da possibilidade de um processo de *gentrificação* que vem se desenvolvendo desde a divulgação das propostas de intervenção na área, feitas pela EMURB (Empresa Municipal de Urbanização), que visam transformar o “Minhocão” em um parque, o que tem valorizado a região e vem modificando a estrutura social consolidada no local, em que vivem muitos trabalhadores da região central, entre eles garçons, vendedores, e etc., que diante da pressão imobiliária podem não conseguir manter seus locais de residência, serem forçados a migrarem para a periferia e ter o acesso dificultado aos seus locais de trabalho (geralmente no Centro).

As atividades buscam identificar referências culturais, levando em consideração os reais usuários do local, para, de acordo com as manifestações, ir contra o possível processo que causaria grande impacto social e econômico, visto que segundo os projetos divulgados, a área já começou a passar por modificações de enobrecimento. Percebe-se, nesse caso, a busca por uma preservação e valorização do aspecto social de um patrimônio que atualmente é desconsiderado principalmente pelas atividades predominantes da região, mas que é de extrema importância para as pessoas que realmente convivem ali.

Nesse contexto de projetos concebidos de fora, que impõem uma visão elitista do centro, que desconhecem a realidade cotidiana, declarando a invisibilidade dos grupos sociais e de suas práticas, atividades, saberes, expressões culturais, modos de viver e sobreviver, é que o inventário participativo se propõe a olhar

para o Minhocão colocando em evidência o que se quer ocultar, mostrando o outro lado daquilo que é desvalorizado e desqualificado. Propõe-se olhar a partir daquilo que acontece no lugar, em diálogo com quem mora, trabalha e frequenta esse território, mas principalmente colocar em evidência a perspectiva daqueles que são, hoje, mais vulneráveis a processos de valorização espacial e expulsão. (NITO; SCIFONI, 2017, p. 40)

Nota-se que os instrumentos, como o Inventário Participativo, que não fazem parte de ações institucionais do patrimônio, não paralisam diretamente as ações desejadas pela sociedade econômica ou política, nem mesmo atuam diretamente na forma física, impedindo a degradação de determinados bens patrimoniais.

Entretanto, essas ações fazem com que a sociedade civil se desperte para a atuação no patrimônio que ela considera referência para sua identidade e dá voz aos reais usuários do local, o que pode estimular políticas públicas de proteção e tornar visíveis novos patrimônios — até então desconsiderados em relação à salvaguarda de maneira institucionalizada. E, não menos importantes, como meio de troca, contribuem para o saber do técnico e, conseqüentemente, em suas práticas patrimoniais.

Deve-se destacar que, neste trabalho, o enfoque nos Inventários Participativos foi dado principalmente como uma forma de exemplificar as ampliações no campo a partir também dos instrumentos, porém há muitos outros exemplos de instrumentos que foram sendo adequados às novas demandas.

É nesse sentido, que se reconhece a ampliação também dos valores a serem considerados para a preservação dos bens. Enquanto nas primeiras ações os valores eram calcados em critérios tradicionais definidos a partir de saberes disciplinarmente regulados, principalmente os da história e da arte (estética), e que em grande parte eram atribuídos majoritariamente pelos técnicos e especialistas, passa-se a reconhecer a importância do valor afetivo, atribuído pelas pessoas que estabelecem o real contato com os bens, ou seja, os próprios usuários.

Os espaços da cidade se tornam estranhos, quando não correspondem à dinâmica histórico-política ou à dimensão afetiva das pessoas na vivência do espaço urbano ou na situação do “esquecimento” das políticas públicas dos espaços históricos (não cuidam, não preservam), devido à orientação adotada de uma lógica da racionalidade tecnicocientífica ou econômica, externa à realidade dos cidadãos. (Bertini, 2015 apud OLENDER, 2017, p. 340)

O valor afetivo passa a ter consideração em relação a sua importância na identificação de como e por que preservar, sobretudo se tratando de bens que não se encaixam nos critérios tradicionais, como, por exemplo, os modestos exemplares de

cidades pequenas, mas que fazem parte do cotidiano de uma população e marcam sua identificação no espaço e tempo daquele local.

Como aponta MENESES citado por OLENDER (2017, p. 322), analisando as próprias publicações do IPHAN em relação ao assunto e mesmo ao que a Constituição Federal de 1988 trata, ao considerar o valor afetivo nos processos de patrimonialização, há um deslocamento do poder público para a sociedade civil o papel de instituinte da valorização cultural.

Observa-se, então, para além do alargamento de estratégias adotadas pelas instituições de preservação, como o próprio exemplo do Inventário Participativo, a necessidade de valorizar também as ações mais descentralizadas ou que partam da própria população, buscando certa “autonomia” no processo de preservação do patrimônio.

Porém, deve-se atentar ao fato de que, muitas vezes, é necessário um “ativador” para que essas ações aconteçam e, por isso, entende-se que é principalmente nesse momento que o técnico pode impulsionar essas ações, além de contribuir para que as práticas sobre o patrimônio sejam assertivas, fortalecendo essa “troca de saberes”, fundamental ao longo de todo o processo de salvaguarda.

Sendo assim, ao longo desta pesquisa de pós-graduação, buscou-se trabalhar com essa “troca de saberes” diante da memória de Patrocínio Paulista, a partir do seu patrimônio. Como um processo de estudos e experimentações, é notável certo amadurecimento (ao longo do tempo do mestrado), tanto na abordagem do assunto com a comunidade quanto nas estratégias adotadas, mas principalmente nas análises, visto que a qualidade de qualquer prática é proporcional ao aporte teórico e referencial obtido.

De toda forma, como contribuição para a pesquisa, para a cidade, e até mesmo pessoal, serão apresentadas essas atividades ao longo desse capítulo. A partir de diferentes abordagens, buscou-se entrar em contato com parte das três gerações – jovens, adultos e idosos – da população local como forma de compreender um pouco da atual relação dos moradores de Patrocínio Paulista com o território, sua memória e identidade.³⁹

3.2 Atividades de Educação Patrimonial na Escola Estadual Jorge Faleiros.

A primeira forma de aproximação da pesquisadora com a população local se deu com estudantes, por meio de uma oficina de educação patrimonial implementada na única escola que oferta o Ensino Fundamental II (6º ao 9º ano) e Ensino Médio (1º ao 3º ano)

³⁹ Destaca-se que os nomes dos participantes foram alterados ou suprimidos.

na cidade – a Escola Estadual Jorge Faleiros –, a partir de contatos pré-estabelecidos com a direção e coordenação, e buscando também colaborar com a disciplina vinculada às oficinas.

Em algumas reuniões anteriores ao início das atividades com os alunos, foi definido que a atuação seria feita com os 9ºs anos (Turmas A e B) do Ensino Fundamental do período da manhã, durante as aulas da disciplina de Arte, em colaboração com a professora responsável.

A partir de pesquisas em Educação Patrimonial e tendo por base a metodologia do “*Guia Básico de Educação Patrimonial*”, em que se trabalha com: **sondagem; registro; exploração e apropriação**, as atividades foram divididas em quatro momentos que tiveram suas adequações conforme as necessidades práticas que foram surgindo e que serão detalhadas melhor posteriormente.

Inicialmente, a proposta era que o primeiro encontro partisse de um diálogo para compreender o que os alunos identificavam como patrimônio; o segundo tivesse a saída das salas de aula para uma experiência em campo; o terceiro uma análise e comparação de fotografias antigas, busca por documentação e pesquisas históricas; e o quarto a apropriação dos dados e sistematização das informações. No final, as oficinas se encerrariam com uma exposição contando com todos os trabalhos e conclusões feitas, de forma que poderia ser um momento para o diálogo sobre os resultados e, também, que outros alunos de séries diversas pudessem visitar e ampliar o debate.

Por questões práticas, cada turma trabalhou em seu horário de aula de Arte, visto que a lista de alunos matriculados no 9ºA contava com 36 alunos e no 9ºB com 39, apesar de em muitas aulas haver grande quantidade de faltas e transferências de turma/período. Além disso, o período da manhã é frequentado em sua maioria por moradores da Zona Rural, o que de certa forma influencia na relação deles com a cidade, sendo isso demonstrado em cada turma.

O primeiro encontro aconteceu no dia 28 de fevereiro de 2019. Como forma de compreender o que os alunos reconhecem como patrimônio, a discussão foi guiada por algumas perguntas como: “O que é a sua cidade para você?; Algo nela chama sua atenção?; “O que acredita que seja patrimônio?; Conhece algum?; Acredita que há algum na cidade?”, na espera de que comesçassem a indicar algo que achassem importante para o local.

A primeira turma pouco se expressou quanto a essas perguntas. Alguns alunos indicaram como referência a estátua de garimpeiro e a Igreja Matriz, justificando que

quando se lembravam da cidade, era a imagem dos dois que “vinha na cabeça”. Quanto ao patrimônio e seu significado, pouco se expressaram, mas quando começaram a ver as fotos antigas que foram projetadas na parede da sala, ficaram entusiasmados para responderem onde poderia ser aquele lugar atualmente (Figura 36).

Já na segunda turma, além dessas respostas, muitos falaram sobre os “casarões” e como eles se encontravam atualmente. Alguns disseram que, ao falar de bens antigos, se lembravam da Escola Irmãos Matos, a primeira escola da cidade, que ainda funciona no mesmo prédio do início do século XX. Alguns relataram as experiências de visitar o porão dessa escola, que abriga uma biblioteca, e chegaram a citar até mesmo as questões que envolviam a reforma de um forro de madeira com pinturas.

Interessante notar que nesse momento, também, quando começaram a falar dos “casarões” da cidade, alguns relataram existência de uma casa de pau-a-pique. Um dos alunos chamou a atenção para o fato de que ele sabia muito bem como era feita a casa, pois a residência de seu avô na Zona Rural era assim e que dava pra ver em algumas partes que era bem parecida com essa da cidade. Importante notar que a residência a qual se referem encontra-se no pior estado de degradação dos exemplares encontrados e, a todo momento, tratam-na como “acabada”, “destruída”, etc. (Figura 37)

Figuras 36 e 37: (36) Primeiro encontro e contato com fotos antigas; (37) Edificação em estado degradado



Fonte: Autora, 2019.

A diferença em como ocorreu o diálogo e a reação das duas turmas foi um fato que chamou atenção. Diante disso, foi feita uma análise rápida em consideração à quantidade de alunos que viviam na Zona Rural e que tinham pouca vivência na Zona Urbana. Na primeira turma (9ºA), 19 dos alunos presentes disseram que moram na Zona Rural, ou seja, a maioria, e ressaltaram que a maioria das vezes que passam pela cidade é no percurso do ônibus que os leva para a escola ou quando poucos deles frequentam algum curso de informática, inglês, catequese, etc.

Na segunda, apenas quatro dos presentes afirmaram que não moram no perímetro urbano e ressaltaram que vão à praça central apenas quando os pais têm que ir pagar alguma conta na lotérica, ir ao banco ou fazer compras no mercado. Essas questões muito influenciam na leitura da paisagem urbana e, por isso, os resultados foram diferentes nas duas turmas, apesar de se interessarem pelo assunto da mesma maneira nas oficinas.

Quando questionados sobre a região que moravam, um dos alunos fez questão de dizer que vai sempre à praça central para ir até uma lanchonete que ele faz entregas ou que frequenta no final de semana, enquanto sua colega de turma ressaltou que quando morava próximo à praça, sentava-se nos bancos de lá todos os dias, mas que depois que se mudou para um bairro mais novo e afastado, sente muita falta de fazer isso.

Essas questões são importantes para compreender a relação entre o patrimônio dessas cidades de pequeno porte, o cotidiano e o valor afetivo a que se atribui, visto que só se reconhece algo como importante para a representação de sua memória e identidade, quando tal bem faz parte de sua vivência. Mas, além disso, percebe-se que as próprias pessoas que não convivem na cidade começam a fazer uma relação com o espaço que faz parte do seu cotidiano, como o aluno que se lembrou da casa do avô na Zona Rural.

O segundo encontro ocorreu no dia 14 de março, que foi o momento que havíamos planejado para a visita em campo na região central da cidade (Figura 38). Por conta do tempo limitado, nos detemos ao entorno da Igreja Matriz (em que se concentra a maior parte das casas mais antigas e ainda conservadas também).

Pela proximidade da escola (cinco quarteirões), o percurso foi feito a pé, como forma de observar o caminho também. A proposta era que, a partir da observação do estado atual, pudesse ser realizada a comparação com as fotos antigas vistas no primeiro encontro e também impressas para esse segundo.

Pôde-se perceber nesse encontro um grande interesse pelo assunto, por encontrar tantas semelhanças e diferenças entre o passado e o presente. Enquanto, muitas vezes, se animavam ao encontrar elementos decorativos, porões ou janelas praticamente iguais aos das fotografias, encontrava-se também o desânimo ao notar que algo que consideravam bonito ou interessante nas fotos havia se perdido com o tempo. (Figura 39)

Algumas questões chamaram a atenção dos alunos, como as “Janelas guilhotina” e o motivo pelo qual tinham esse nome. Outros procuravam detalhes nos pisos e porões e voltavam animados para contar algo que haviam descoberto. Porém, duas edificações foram as mais visadas: o antigo cinema, que ao compararem com as fotos, reconheceram o local que funcionava a bilheteria (apesar de agora não haver mais a janela para a entrega

dos bilhetes), perceberam que nas laterais da platibanda ainda era possível reconhecer alguns adornos antigos, mas que as portas haviam sido trocadas (apesar de as aberturas ainda serem nos mesmos locais), e que a grande placa com o nome da loja que encontrase atualmente ocultava grande parte da fachada.

A segunda edificação foi a já mencionada anteriormente, por conta do seu estado de degradação, mas também pelo fato de ser possível reconhecer seus aspectos construtivos (por algumas partes encontrar-se sem o reboco), das grandes janelas em madeira, da porta no porão e, principalmente, da vegetação que toma conta do telhado. Talvez pelo fato de terem um momento extraclasse, foi possível reconhecer nesse encontro o maior interesse pelo assunto. (Figura 40)

Figuras 38, 39 e 40: (38) Turma na visita de campo, (39) Comparação com as fotos antigas, (40) Análise da edificação.



Fonte: Autora, 2019.

Após o contato com as fotos antigas, a visita no local e a comparação com o passado e o presente, o objetivo do terceiro encontro era que os alunos, como moradores do local, representassem o que de alguma forma tinham levado da experiência, e possibilitar compreender, a partir dos trabalhos de Arte, a forma como enxergavam o patrimônio, a cidade e sua memória.

Dessa forma, com o auxílio da professora de Arte, foram elencadas algumas atividades que poderiam ser feitas de acordo com a escolha de cada aluno sobre o que achavam mais interessante. Nos primeiros encontros já havíamos orientado que conversassem com parentes e pessoas próximas para que pudessem conhecer histórias da cidade, utilizando a história-oral, e também como forma de ampliar as discussões que estávamos realizando em sala de aula. Assim, uma das atividades que poderiam ser realizadas era contar a partir de escritas ou desenhos essas histórias.

Ainda em relação à escrita e histórias antigas, os alunos também teriam à disposição em sala de aula os almanaques da cidade, tanto o primeiro que foi feito para a

comemoração do centenário de Patrocínio Paulista quanto o mais recente de 2012, e assim, contruírem informativos para serem expostos com a frase “Você sabia?” a partir do que achassem mais importante nos documentos analisados. (Figura 41)

Quanto aos desenhos, poderiam ser livres, de comparação entre passado, presente e futuro, de como imaginavam que estaria caso tivesse sido preservado, dos pontos que acreditavam ser importantes para a preservação na cidade, dentre outros. Além disso, a professora de Arte também ensinou algumas técnicas diferentes de pintura com carvão, maquiagem, dentre outros, para que pudessem aplicar nos desenhos. (Figura 42)

Ressalta-se, também, uma atividade que gerou bons resultados, a partir da sobreposição de uma folha de papel vegetal em uma imagem antiga impressa. Assim, os alunos poderiam usar a escala da construção e ressaltar o que havia mudado com o tempo, desenhando como ela estava agora. Interessante também que, na turma do 9º A, um grupo tomou a iniciativa de contruir uma maquete da Igreja a partir das fotos antigas, ressaltando os detalhes externos que haviam se modificado, como a entrada principal. (Figura 43)

Figuras 41, 42 e 43: (41) Análise de documentos; (42) Alunos desenhando; (43) Grupo construindo uma maquete com caixa de sapato.



Fonte: Autora, 2019.

A partir do material desenvolvido no terceiro encontro, a intenção era que os alunos ajudassem na montagem de uma exposição, e que no quarto encontro pudessemos discutir os resultados e estimular a visitação de outras turmas por um período. Como combinado desde o início com uma das coordenadoras da escola, organizaríamos os materiais na sala da própria coordenação (uma sala de aula adaptada, por isso maior), e mesmo os professores poderiam reconhecer os trabalhos e estimularem as visitas dos outros alunos.

Assim feito, no quarto encontro, dia 4 de abril (quinta-feira) de 2019, com a ajuda dos alunos e da professora, montamos a exposição na sala da coordenação e os alunos se mostraram bastante satisfeitos e empolgados com o trabalho. Como a montagem da

exposição demandou o tempo de aula de Arte no dia, combinamos de conversar com as turmas na sexta-feira (5 de abril) e na segunda-feira (8 de abril).

Porém, ainda na quinta-feira à noite, a professora foi notificada por um dos alunos das turmas, a partir de uma mensagem de celular, que todo o material tinha sido removido da sala e deixado na biblioteca (um espaço menor na escola). Realmente tinha acontecido, e uma das fotos tiradas nos permite comparar a disposição da exposição na sala da coordenação e na biblioteca (local no qual acabou se realizando). (Figuras 44 e 45)

Figuras 44 e 45: (44) Exposição montada na sala da coordenação; (45) Exposição na biblioteca.



Fonte: (44) Coordenação, 2019; (45) Autora, 2019.

Verifica-se, aqui, uma questão que fica bastante evidente em cidades pequenas. Ao mesmo tempo em que não foi difícil entrar em contato com a escola para poder realizar as atividades lá, de certa forma, as relações mais estreitas também facilitaram que um projeto que vinha ocorrendo há mais de um mês tivesse uma interferência dessa forma em sua conclusão, mesmo que tendo sido uma orientação vinda da coordenação.

De todo modo, no começo da manhã do dia 8 de abril, montamos a exposição na própria biblioteca, já que o material havia sido levado para lá, dessa vez sem a participação dos alunos, já que não era horário de aula de Arte. No final da manhã, durante as duas últimas aulas e com a disposição de professores que estavam com os alunos nesse período, as duas turmas se juntaram na biblioteca para o encerramento das atividades.

Nota-se que, pela própria disposição dos livros na biblioteca, a exposição não recebeu o devido destaque, além do mais, por ser um ambiente de menor dimensão, a sala ficou tão cheia que era difícil ver todos os trabalhos (Figuras 46, 47 e 48). Os alunos ficaram inquietos e não foi possível realizar uma discussão proveitosa no dia.

Figuras 46, 47 e 48: Exposição Final.



Fonte: Autora, 2019.

Apesar de os próprios alunos questionarem se outras turmas não veriam os trabalhos posteriormente, a exposição foi desmontada no mesmo dia, visto que, da maneira como estava, a exposição acabaria atrapalhando a principal função da biblioteca. De toda forma, os trabalhos foram muito interessantes e, principalmente, a atividade em que se pôde sobrepor o desenho atual a uma fotografia antiga chamou muita atenção. (Figuras 49, 50 e 51)

Figuras 49, 50 e 51: Desenhos de sobreposição (O atual sobre a fotografia antiga)



Fonte: Autora, 2019.

Diante da dificuldade de reconhecer os reais resultados das atividades, um novo contato foi feito com os alunos para que, de alguma maneira, pudessemos conversar. Foi então que, a partir da interlocução com a professora que nos ajudou, alguns alunos que se envolveram bastante com as oficinas se dispuseram a marcar um novo encontro, como uma roda de conversa.

Dessa forma, também para que pudessem voltar até a região que havíamos visitado há algum tempo e se recordassem das práticas, o novo encontro foi realizado na praça da igreja matriz, e grande parte dos alunos que haviam marcado compareceram. Foi importante também observar que, no primeiro encontro, os alunos quase não se expressavam, mesmo que já conhecessem o assunto. Já neste último, pareciam se sentir bem mais à vontade.

Quando questionados novamente sobre como conheciam o tema, a maioria respondeu que o assunto não era completamente desconhecido, pois já tinham visto em algumas aulas o patrimônio de modo geral, com exemplos de outras cidades: “Eu pensava que era uma coisa antiga, só não sabia muito bem...” (A. aluna do 9ªB, 2019), e que tinham visto muita diferença quando a abordagem era específica da própria cidade: “Porque a gente não tem o conhecimento da cidade, não conhece os locais ainda. Aqui a gente mora aqui, conhece os lugares” (K. aluna do 9ªA, 2019)

Sobre a cidade e o seu patrimônio, uma das estudantes ressaltou: “Eu gosto da cidade, acho ela bonita, mas acho que ela deveria ter mais coisas pra gente fazer, a fonte não sai água, fica ali parada. Sobre as construções antigas, acho que todas têm que ser preservadas, porque todas têm a sua importância diferente.” (A. aluna do 9ªB, 2019)

Todos destacaram que mudariam a forma como se encontram os “casarões”, como eles mesmos dizem.

Se pudesse reformar os casarões... Uma reforma dos casarões e virasse um patrimônio público. Podia até virar um museu pra gente visitar. Também gostaria de saber um pouco mais da história de Patrocínio. Se alguns moradores mais antigos contassem histórias, deixassem alguns relatos que a gente pudesse ter acesso para leitura. (K. aluna do 9ªA, 2019)

E também:

Eu restauraria as casas que estão depredadas, tanto pela história quanto pela segurança, porque pra alguém passar e cair um pedaço do telhado é rapidinho. Tá tudo acabado. Mas reformaria, coletaria fatos com os moradores mais velhos e faria uma exposição nessas casas antigas. (G. aluna do 9ªB, 2019)

Interessante notar que, ao serem questionados sobre como a preservação do patrimônio afetaria positivamente, a resposta se dá de forma pretensiosa: “Porque marcaria a história não só da cidade, mas também do país, né? Patrimônio cultural do país... das pessoas também que moravam lá, de quem faz parte...” (K. aluna do 9ªA, 2019), e a colega completou: “Eu acho importante a gente preservar, porque igual a gente vai ter nossos filhos, nossos netos, então acho que seria interessante eles vê o que a gente viu e entender isso que a gente tá entendendo agora.” (A. aluna do 9ªB, 2019).

Além disso, percebe-se que mesmo que de maneira singela, as oficinas tiveram repercussão tanto para os alunos que as realizaram: “Eu passo pela praça sempre, e depois do projeto eu comecei a observar mais a praça, e fico pensando como seria antigamente”. (G. aluna do 9ªB, 2019); quanto para as pessoas mais próximas a eles, como no caso do ambiente escolar: “Alguns professores falaram pra gente coisas. Eles ficaram sabendo

que a gente tava fazendo esse projeto, ai eles foram falando algumas coisas da adolescência deles, que eles lembravam” (J. aluna do 9ªA, 2019).

Interessante perceber que o trabalho também teve um alcance para além dos muros da escola, e espera-se que ele possa cada vez mais abranger uma maior quantidade de pessoas que moram ou tenham alguma relação com o local:

Eu conversei com meu pai, e ele até pesquisou sobre o assunto, sabe? Que eu tava produzindo uma maquete, ai ele pesquisou também algumas imagens antigas da Igreja Matriz aqui da praça, ai ele falou, foi comentando quem foi os primeiros moradores daqui, quem tava criando as casas, quem era os donos das terras, sabe? Alguns lugares ele reconheceu, como o coreto, ele falou que tinha antes também... (K. aluna do 9ªA, 2019)

Dessa forma, em todo o projeto percebem-se questões que são muito evidentes em cidades de pequeno porte, como o vínculo e influência fortes da Zona Rural no meio urbano. Mesmo que os alunos que não moram na Zona Urbana não tivessem tanto convívio com as edificações centrais, eles conseguiam estabelecer fortes relações com as construções de seu cotidiano, o que marca também o quanto as casas antigas do local ainda mantém suas características tradicionais. Outra questão, como citado, é a facilidade e o estreitamento das relações, o que de certa forma ajuda com que as iniciativas aconteçam, mas que pode atrapalhar também, com a facilidade de interrompê-las.

De todo modo, o trabalho mostrou-se positivo e solidificou ainda mais a ideia de que as ações de Educação Patrimonial podem contribuir muito com as cidades pequenas e que estão à margem das políticas de preservação institucionalizadas. Como visto, as atividades se estenderam aos parentes e pessoas próximas, e podem sensibilizar a população ao assunto e ao seu papel de agente na preservação local, além de abrir espaço para bens que não costumam ter visibilidade, mas que antes de exemplares materiais, vinculam-se a sujeitos, cotidianos e memórias.

Portanto, conclui-se com uma frase de uma das alunas enquanto foram questionados sobre por que acreditavam que aquelas oficinas tiveram importância: “Pra não deixar o passado pra trás e sim levar a história que ele carrega.” (K. aluna do 9ªA, 2019).

3.3 Mapas mentais com o grupo “Jovens Vividos” de Patrocínio Paulista.

Como forma de dar continuidade aos estudos e práticas de Educação Patrimonial, sentiu-se a necessidade de contato com moradores há mais tempo na cidade, os idosos. Deve-se destacar que essa ordem de apresentação, dividida de acordo com a faixa etária – primeiro com os jovens e posteriormente com os idosos – se dá muito mais por uma

maneira prática, pela descrição das atividades realizadas com os diferentes grupos, na ordem cronológica que se realizaram, e pelas diferenças nas abordagens adotadas.

Isto porque, assim como aborda Halbwachs tratando-se da memória-coletiva, é inegável a influência da memória dos mais velhos na relação que os jovens possuem para com o local e, segundo Ecléa Bosi, “Por essa via, Halbwachs amarra a memória da pessoa à memória do grupo; e esta última à esfera maior da tradição, que é a memória coletiva de cada sociedade”. (BOSI, 2015, p. 55).

Quando as crianças ou jovens tratam de elementos que nem chegaram a conhecer, como os cinemas, os coretos, dentre outros exemplos, e se lamentam pelo desaparecimento deles (de forma distinta da lamentação feita por quem os conheceu), é possível reconhecer o quanto as gerações influenciam umas nas outras, assim como o passado no presente e no futuro. Ou seja, não seria estranho se a abordagem da “memória dos idosos” viesse antes.

Um mundo social que possui uma riqueza e uma diversidade que não conhecemos pode chegar-nos pela memória dos velhos. Momentos desse mundo perdido podem ser compreendidos por quem não os viveu e até humanizar o presente. A conversa evocativa de um velho é sempre uma experiência profunda: repassada de nostalgia, revolta, resignação pelo desfiguramento das paisagens caras, pela desaparecimento de entes amados, é semelhante a uma obra de arte. (BOSI, 2015, p. 82)

Destaca-se, portanto, a importância de abordar a cidade e sua história a partir das “lembranças de velhos”⁴⁰, que acompanharam as modificações urbanas e muitas vezes são os únicos portadores dessas lembranças, como “arquivos vivos” e condutores de um saber essencial no processo de salvaguarda do patrimônio urbano.

Esse saber a ser transmitido é entranhado a uma *função social*, visto que, como aborda Halbwachs (BOSI, 2015, p. 63), diferentemente dos mais jovens, ativos, que lidam com o “lembrar” como momento para o descanso do trabalho, os mais velhos, distantes das atividades laborais, passam a se perceberem como responsáveis por darem continuidade ao que gerações anteriores viveram, e o “lembrar”, o “contar”, começam a ser percebidos como trabalho (principalmente quando eles têm espaço para isso).

Dessa forma, esse trabalho se vincula ao espaço e o tempo vivenciados pelos idosos em sociedade, pelo fato de viverem há mais tempo em grupo e em determinados

⁴⁰ Termo usado por Ecléa Bosi, uma das principais referências tratando-se da relação entre memória dos idosos e questões sociais, em seu livro: “BOSI, Ecléa. Memória e sociedade: lembranças de velhos. 18.ed. São Paulo: Cia das Letras, 2015”.

locais. A memória que carregam se faz necessária para a identidade e pertencimento do grupo para com o meio em que habita.

Um verdadeiro teste para a hipótese psicossocial da memória encontra-se no estudo das lembranças das pessoas idosas. Nelas é possível verificar uma história social bem desenvolvida: elas já atravessaram um determinado tipo de sociedade, com características bem marcadas e conhecidas; elas já viveram quadros de referência familiar e cultural igualmente reconhecíveis: enfim, sua memória atual pode ser desenhada sobre um pano de fundo mais definido do que a memória de uma pessoa jovem, ou mesmo adulta, que, de algum modo, ainda está absorvida nas lutas e contradições de um presente que a solicita muito mais intensamente do que a uma pessoa de idade. (BOSI, 2015, p. 60)

Além disso, o vínculo com a história oral contada por pessoas idosas sempre esteve presente em meus interesses pessoais, mesmo que de forma espontânea, sem a intenção direta de utilizá-la para algum fim acadêmico – apesar de que, como analisa Ecléa Bosi, também fosse um trabalho –, principalmente quando narradas pelas minhas avós.

Neste processo acadêmico elas também fazem parte, e além de sempre contribuírem com suas histórias, que surgem em qualquer encontro de família – mas principalmente influenciam na construção dos meus olhares e lembranças da cidade –, também ajudaram na experimentação das atividades que seriam feitas de forma mais ampla, como no caso dos mapas mentais com idosos moradores da cidade, que serão apresentados.

Muitas lembranças, que relatamos como nossas, mergulham num passado anterior a nosso nascimento e nos foram contadas tantas vezes que as incorporamos ao nosso cabedal. Entre elas, contam-se feitos dos **avós**, mas também nossos, de que acabamos “nos lembrando”. Na verdade, nossas primeiras lembranças não são nossas, estão ao alcance de nossa mão no relicário transparente da família”. (BOSI, 2015, p. 425, grifo nosso)

A partir desse entendimento, escolheu-se a ferramenta metodológica para essa etapa das atividades de Educação Patrimonial, os *Mapas Mentais*. Estudada por muitos autores desde sua criação até o seu desenvolvimento ao longo do tempo⁴¹, pode ser abordada através de diversas formas de aplicação em diferentes áreas. Porém, o que se considera mais importante aqui é que, basicamente, estes mapas são instrumentos de representação visual de qualquer tipo de informação.

⁴¹ Dentre alguns trabalhos que abordam o assunto, pode-se compreender mais sobre o processo do desenvolvimento dos mapas mentais e sua aplicação na percepção do espaço em: “MICRUTE, Regina Lucia Rocha; KASHIWAGI Helena Midori. O uso dos mapas mentais na construção da percepção espacial. In: PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. Superintendência de Educação. Os Desafios da Escola Pública Paranaense na Perspectiva do Professor PDE, 2014. Curitiba: SEED/PR., 2016. V.1. (Cadernos PDE).

Disponível em: http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/cadernos/pde/pdebusca/producoes_pde/2014/2014_ufpr_ge_o_artigo_regina_lucia_rocha_micrute.pdf. Acesso em: 31 mai. 2020. ISBN 978-85-8015-080-3”

Compreende-se a relevância desse tipo de representação para o tratamento dos *lugares* a partir das percepções de quem os vivencia, abordagem que, segundo Micrute e Kashiwagi (2014, p. 9), Kevin Lynch foi um dos primeiros a investigar em seu livro “A imagem da cidade”. Segundo as autoras, “Lynch verificou que essa forma de representação era muito eficiente, pois mostra não só a representação da paisagem, mas também uma realidade que não está escrita em nenhum lugar, mas na vivência de cada um.” (MICRUTE; KASHIWAGI, 2014, p. 9).

Dessa forma, principalmente em estudos sobre a leitura do território pelos moradores de determinados locais, tanto na Geografia quanto no Urbanismo, os mapas mentais são amplamente utilizados.

Nesse sentido, há uma tendência em entender que mapas mentais se tornam mais densos e ricos quando os aproximamos dos espaços de intimidade da pessoa. Os **lugares de vivência** possuem elementos, resguardados pela experiência e **memória**, suficientemente claros para classificar uma variabilidade de termos relacionados ao ambiente em questão. (DE PAULA, 2010, *apud* LEANDRO; CANTO, 2019, p. 78, grifo nosso)

Com base também nessa exploração da memória para a confecção dos mapas, fica clara a relação de espaço-tempo contida nesse tipo de representação. Dessa forma, tratando-se das discussões sobre preservação do patrimônio urbano, é possível, a partir desse instrumento, registrar a percepção atual sobre o ambiente, “presentificando” o passado, e mostrando fragmentos do território que fazem sentido na vida de quem os desenha.

[...] o mapa, sobretudo o mapa mental em nosso caso, é observado enquanto construção histórico-social, apreendendo características do vetor tempo/espaço e representando aquilo que adquire importância espacial durante o tempo socialmente construído. (OLIVEIRA, 2010, *apud* LEANDRO; CANTO, 2019, p. 77)

Além disso, ao desenhar, o autor decide como contar a história a partir de sua própria maneira, sem interferências na narração, principalmente quando há mais liberdade referente à representação. O exemplo pode ser verificado nas práticas que serão abordadas neste trabalho, em que, ao desenharem a “imagem da cidade” a partir de memórias individuais, aparecem percursos do cotidiano com a demarcação dos locais de trabalho e residências, lembranças de trajetos do passado, edificações isoladas e contextos distintos, mas que muitas vezes coexistem e correspondem a lugares fundamentais para a *memória-coletiva* de uma comunidade que viveu/vivencia o mesmo espaço urbano.

Sendo assim, destaca-se a importância dessas atividades que procuram compreender o que tem significado para determinada pessoa, em relação ao tempo e espaço que ela ocupa, para que, de certa forma, ajude a compreender o todo (ou grande parte dele) de forma menos superficial (muitas vezes descontextualizada), visto que, “Por muito que deva à memória coletiva, é o indivíduo que recorda. Ele é o memorizador e das camadas do passado a que tem acesso pode reter objetos que são, para ele, só para ele, significativos dentro de um tesouro comum.” (BOSI, 2015, p. 411).

Ademais, essa ferramenta é muito útil para as pesquisas com tempos racionalizados, como essa, já que a maneira de “contar histórias” é muito mais sintética e aumenta a possibilidade de maior abrangência, especialmente tratando-se de pessoas com mais tempo de vida e mais experiências para com o lugar, como no caso dos moradores idosos.

Nessa busca pelo que é mais significativo para representar o lugar e selecionar - dentre suas vivências - a “história” que considera mais importante “contar”, o idoso volta o seu olhar para a cidade e percorre lembranças que ampliam a reflexão sobre as mudanças (ou não) ocorridas no território.

Sendo assim, trazem à tona noções como memória e identidade e, conseqüentemente, auxiliam com os seus saberes (que trocam através do desenho no papel) nas discussões sobre as modificações do ambiente urbano (e mesmo rural). “Nesse sentido, a construção desses mapas permite uma caminhada no passado, mas com forte atenção para o presente, fazendo com que os(as) idosos(as) possam perceber as transformações vividas pela cidade ao longo do tempo.” (LEANDRO; CANTO, 2019, p. 79).

Mais do que isso, considera-se a influência dessas discussões acerca das modificações nas cidades, como referência para as possíveis intervenções e práticas sobre o patrimônio urbano, já que os “suportes”⁴² materiais encontrados no presente para que essas memórias sejam transmitidas e compreendidas por outras gerações são notadamente importantes nesse processo.

Para Halbwachs, cada memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva. Nossos deslocamentos alteram esse ponto de vista: pertencer a novos grupos nos faz evocar lembranças significativas para este presente e sob a luz explicativa que convém à ação atual. O que nos parece unidade é múltiplo. [...]

⁴² Ecléa Bosi denomina-os de “arrimos”, que mantém as lembranças (passado) a partir da consciência atual (presente): “A lembrança é uma imagem construída pelos materiais que estão, agora, à nossa disposição, no conjunto de representações que povoam nossa consciência atual.” (BOSI, 2015, p. 55).

Como transmitiríamos a nossos filhos o que foi a outra cidade, soterrada embaixo da atual, se não existem mais as velhas casas, as árvores, os muros e os rios de outrora? (BOSI, 2015, p. 413)

Com foco nos “lugares de memória” importantes para a comunidade, buscou-se, a partir dos mapas mentais, a representação dos elementos municipais, urbanos ou rurais, que fazem parte da trajetória de vida dos moradores, seja em parte do cotidiano ou de elementos do passado que continuam sendo importantes para essas pessoas e seu sentido de pertencimento ao local.

Ressalta-se que só o fato de buscar na memória algo que seja significativo para representar graficamente, já é uma evocação do passado, seja ele mais recente ou mais distante, de exemplares que ainda existem ou dos que já não estão mais presentes fisicamente, mas que fazem parte de uma lembrança consolidada (mas que vai se atualizando a partir dos suportes materiais do presente).

Como poderão ser analisadas a partir dos resultados das oficinas, essas diferenças de representações aparecerão claramente, mas o mais importante para esse trabalho é compreender a percepção atualizada dos moradores do local, mostrando o que faz sentido na vida deles ainda hoje e, portanto, o que seria relevante para uma possível política de preservação do patrimônio urbano.

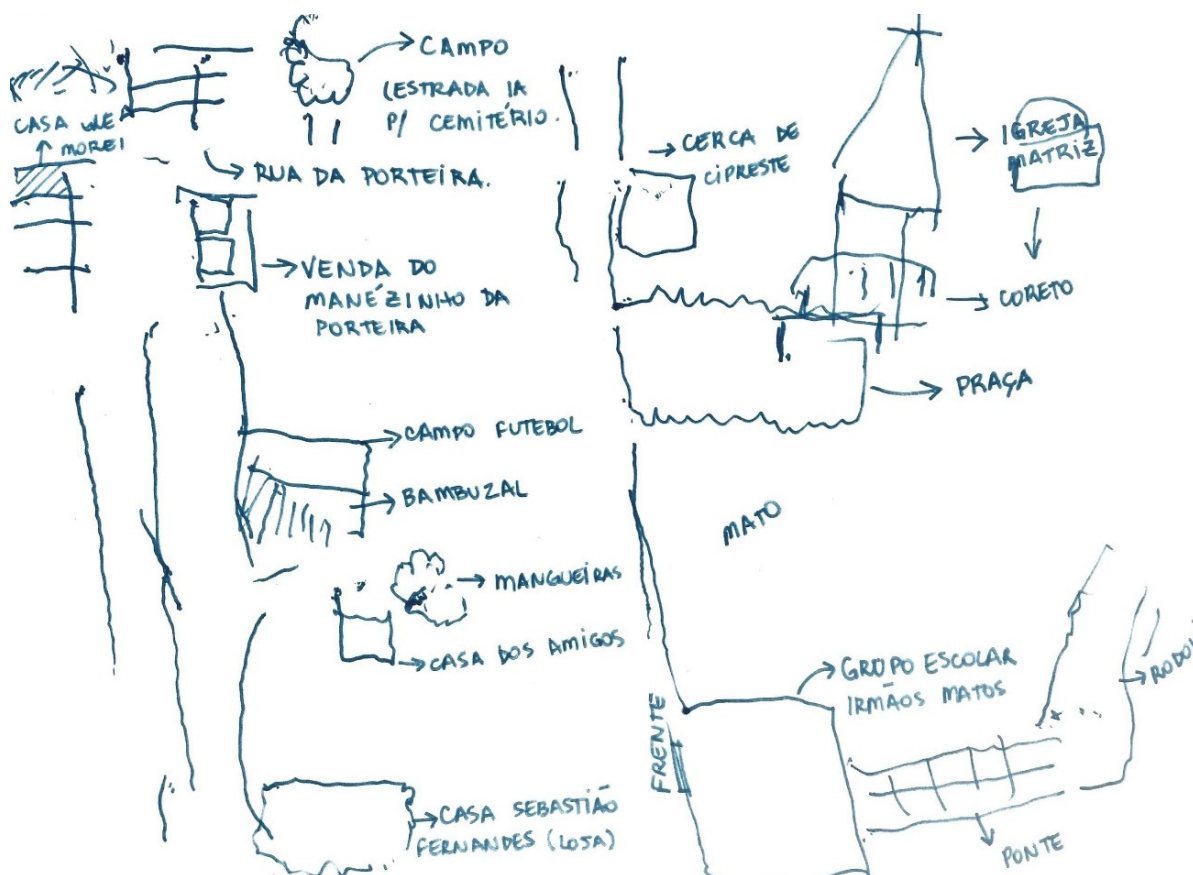
Assim como inicialmente abordado, buscou-se trabalhar essas questões a partir das vivências de pessoas idosas, pela importância de compreender a cidade do passado através de sua percepção, suas mudanças e implicações, o tipo de relacionamento que essas pessoas construíram ao longo do tempo com a cidade, se elas se sentem pertencentes ao local por conta desses suportes materiais representados pelos elementos urbanos (sentindo falta deles ou consagrando sua existência) ou simplesmente compreendem as novas paisagens como suficientes para seu sentimento de pertencimento.

Sendo assim, por uma questão de viabilidade de trabalho, os mapas mentais foram desenvolvidos por familiares, algumas pessoas conhecidas, mas em maior parte com um grupo de idosos que participa do programa desenvolvido pelo Fundo Social da Prefeitura de Patrocínio Paulista denominado “Jovens Vividos”.

Como um primeiro contato com a experiência dos Mapas Mentais e de maneira a compreender melhor como se daria a oficina com o grupo dos “jovens vividos”, Maria Aparecida Martins Alves, minha avó materna de 88 anos, deu início à prática, que ocorrera uma semana depois.

Apesar de suas limitações visuais, ela se mostrou disposta em compartilhar, a partir de suas representações gráficas (complementadas por escritos correspondentes aos desenhos, feitos posteriormente, a pedido dela), algo que demonstrasse sua vivência e história na cidade, e o que ela considerava importante para a sua identidade com o local. (Figura 52)

Figura 52: Mapa mental de Maria Aparecida Martins Alves, 88 anos.



Fonte: Autora, 2020.

Segundo Maria Aparecida, essa é a representação do caminho que ela fazia da casa em que morou quando era criança (quando tinha aproximadamente 9 anos) até a escola, conhecida há tempos atrás como “Grupo Escolar Irmãos Mattos” (atual E.M.E.B Irmãos Matos). Apesar de alguns pontos desenhados já não se encontrarem presentes na cidade atualmente (como a Venda do “Manézinho da Porteira”, o campo de futebol e o “bambuzal”), o percurso é muito claro para quem conhece Patrocínio Paulista.

A “Rua da Porteira” e as ruas referentes às atuais Av. Carlos Gomes e R. Coronel Antônio Jacinto (identificadas pelos edifícios apontados em seu entorno) se fazem muito presentes nas memórias e no cotidiano dos patrocínenses, como poderá ser visto nos

próximos exemplos. Além disso, a “Casa/ Loja do Sebastião Fernandes”, mas principalmente o conjunto da Praça principal com seus coretos (que não existem mais), a Igreja Matriz, e a escola Irmãos Matos podem ser encontrados na maior parte das representações feitas pelos outros idosos.

É importante notar, também, como a evolução urbana é representada por ela ao deixar um “vazio” no desenho ou mesmo para representar o início dele, e pedir para que se destacasse que ali era “campo” ou “mato” entre sete ou oito décadas atrás. Além disso, é possível ver a “entrada” da cidade pela “porteira” e seu percurso até a “saída” com a Ponte sobre o Rio Sapucaizinho em direção à Rodovia (saída para Franca, SP).

Essa primeira experiência foi muito importante para compreender, dentre todas as histórias que eu já havia ouvido pela minha avó, qual ela escolheu para representar melhor a relação de suas memórias e vivências com a cidade, ou seja, pontos que ela considera importantes. Além disso, tornou-se um exemplo para os participantes da “oficina de mapas mentais” de que a maneira de representação (com desenhos muito elaborados) não era o mais importante, mas sim o que gostariam de destacar.

Sendo assim, conforme previamente combinado com a professora de Educação Física responsável pelas atividades do grupo “Jovens Vividos”, o encontro para a realização dos Mapas Mentais aconteceu na manhã do dia 22 de janeiro de 2020, no auditório Municipal.

Apesar de as reuniões do grupo acontecerem semanalmente, a quantidade de alunos varia conforme o dia, portanto, estavam presentes 22 pessoas, estritamente mulheres (por isso, posteriormente, o trabalho se estendeu para além desse grupo, de forma a contar também com as colaborações de homens).

De início, conversamos sobre o intuito da atividade a ser realizada e, antes de começarem a desenhar, elas sempre se justificavam com falas como: “Não enxergo mais”, “Não sei desenhar”, “Não consigo fazer mais isso”. Porém, conforme desenhavam, trocavam as experiências entre si, davam palpites, chamavam para contar melhor o que queriam representar, muitas vezes já iniciando narrativas para além dos mapas, e pediam opiniões também.

Ao longo das atividades, a maioria parecia se orgulhar de suas lembranças, e mesmo que pedindo para “desconsiderarem” os desenhos, mostravam afeto com o que estavam fazendo. Ao serem perguntadas sobre o uso dos desenhos para o trabalho do mestrado, as respostas geralmente eram: “Se você acha que vai servir, pode usar...”, como

se elas julgassem o trabalho como não muito bonito, mas se contentassem com a utilidade dele.

Porém, foi possível compreender o quanto essa etapa da participação aproxima as pessoas de qualquer processo relacionado ao lugar que elas vivem e, mais do que isso, essa “troca de saberes”, a partir de suas memórias, valoriza e estimula o interesse pelo assunto. “O vínculo com outra época, a consciência de ter suportado, compreendido muita coisa, traz para o ancião alegria e uma ocasião de mostrar sua competência. Sua vida ganha uma finalidade se encontrar ouvidos atentos, ressonância”. (BOSI, 2015, p. 82)

Ao todo, contando a participação do grupo “Jovens vividos”, de duas avós e sete conhecidos (fora da oficina), somam-se 31 participantes, sendo que, em alguns casos, como o feito por duas irmãs, a folha dos mapas foi compartilhada. Porém, deve-se considerar que cinco deles, feitos por participantes do grupo “Jovens vividos”, não se tratam de Patrocínio Paulista, visto que, como relatado por elas, moravam havia pouco tempo na cidade e não possuíam um vínculo muito grande com o local, sendo assim, representaram as cidades que mais se identificavam. Considera-se, portanto, que apenas 26 desenhos (25 folhas) são referentes à Patrocínio Paulista.

É possível perceber, em cada um deles, a especificidade da “narração” de seus olhares para a cidade, encontrando-se desenhos que expressam de uma maneira mais geral os caminhos percorridos, outros identificam suas residências no percurso, alguns apontam o traçado e o nome das ruas, e outros simplesmente trazem objetos ou edificações isolados.

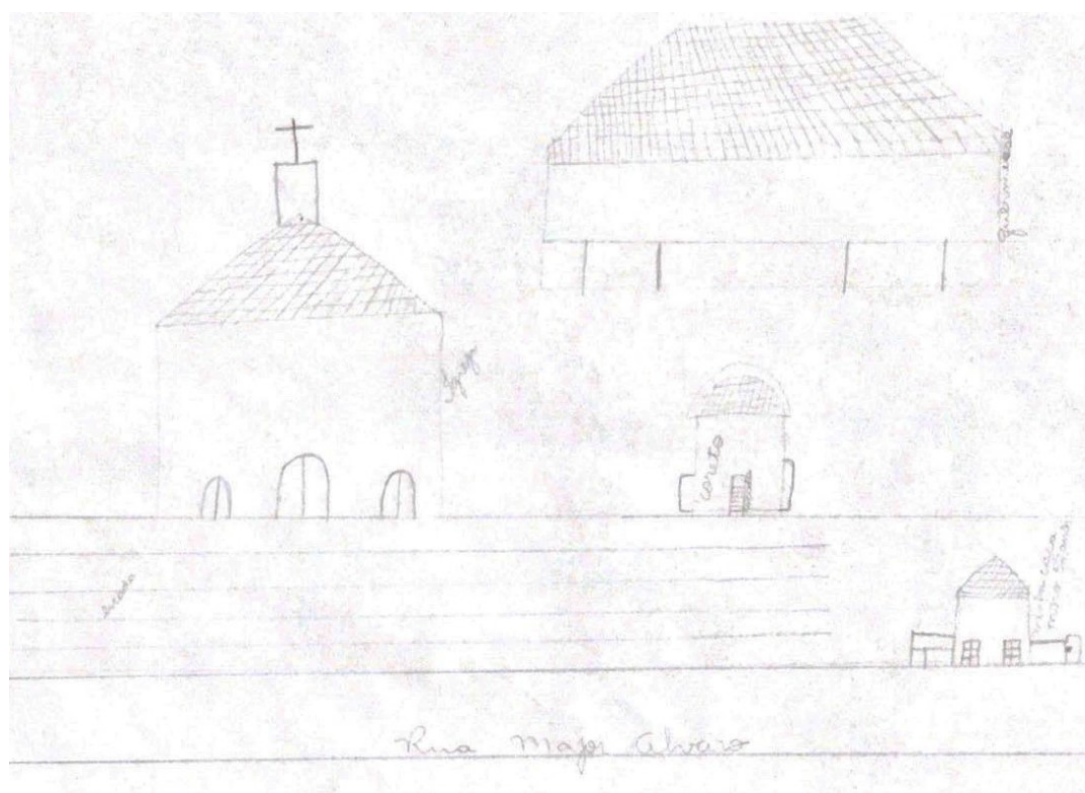
De maneira significativa, o exemplo mais “citado” é a Igreja Matriz, aparecendo em 13 mapas (tanto isolada no desenho quanto inserida em um trajeto), ou seja, mais do que a metade do total.

Figura 53: Mapa mental de M. F., 55 anos (Grupo Jovens Vividos).



Fonte: Autora, 2020.

Figura 54: Mapa mental de Marta Goulart Rocha, 73 anos (avó paterna)



Fonte: Autora, 2020.

Figura 55: Mapa mental de R. F., 64 anos (Grupo Jovens Vividos)



Autora, 2020.

Figura 57: Mapa mental de E., 78 anos (Grupo Jovens Vividos).



Autora, 2020.

Nos cinco mapas acima (Figuras 53, 54, 55, 56 e 57) é possível perceber a Igreja Matriz, geralmente representada em conjunto com a praça central ou mesmo com a escadaria que fica à sua frente. Mas, além disso, em todos eles, a casa do autor (atual ou que morou há algum tempo) está presente.

No primeiro (Figura 53), M. F. representou como eram as ruas sem asfalto e os muros de bambus que delimitavam as casas quando era criança, sendo que ainda mora na mesma rua. Além do mais, na sua representação da praça central, dá destaque à fonte e ainda escreve a palavra “água” ao lado.

É possível perceber o significado que essa fonte, atualmente sem funcionamento, tem para ela quando, ao explicar o desenho, ela diz que a fonte representa a memória de Patrocínio Paulista, “porque antigamente funcionava, os jovens andavam ao redor dela depois da missa...”.

Na figura 54, Marta representa a Igreja e sua casa, na rua Major Álvaro, e como escreve ao lado do desenho, mora há 52 anos no local. Percebe-se, então, o forte vínculo entre ela e a paisagem urbana desenhada. Além disso, há a representação de um espaço

coberto atrás do desenho da Igreja, identificado como “quermesse” e que, segundo ela, era onde aconteciam as quermesses de São Sebastião todo ano, algum tempo atrás, e que desde criança ela participava e, já adulta, ajudava em sua organização.

Já na Figura 55, além de sua casa e de seus vizinhos na Rua Cel. João Vilela, R. F. representa um trajeto até a igreja Matriz, localizando pontos de referência como a “loja Carraro”, “Cine Flórída”, “Casa Paroquial”, e até mesmo a estátua do Cônego Peregrino, que fica ao lado da Igreja.

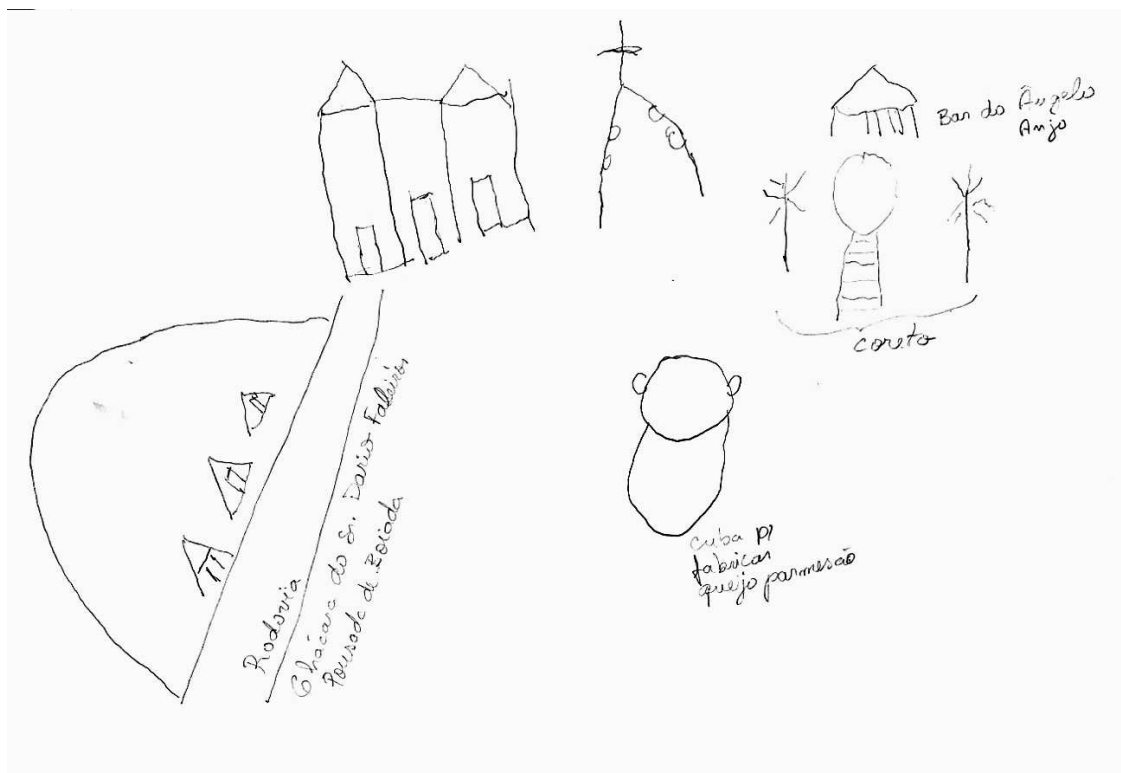
Além de desenhar com detalhes específicos os locais que marcam sua memória, Â. V. faz algumas anotações que mostram a relação que ela tem com eles (Figura 56). Com a igreja ao centro do desenho (mesmo que as outras edificações não se localizem necessariamente ao entorno dela), aponta sua casa ao lado da Praça do Centenário e ainda coloca que, na época, ela ainda não tinha flores.

Registra a Santa Casa de Misericórdia como local que aprendeu a “rezar, cantar e participar de danças coletivas e brincadeiras de rodas com as freiras que moravam ali”. Aliás, o lazer é algo bastante presente nos desenhos dela, visto que coloca o Cine Flórída como local para “lazer com a família”, o salão “Recreativa X de março” como um lugar de “carnavais memoráveis” e o Salão Santo Agostinho como um espaço para “catecismo, almoços, jantares, reuniões do E.C.C (Encontro de casais com Cristo), e velório”.

Para além do lazer, ela destaca a Escola Jorge Faleiros (no prédio em que se encontra os departamentos da prefeitura municipal atualmente) como o local que estudou e trabalhou por mais de 25 anos.

Por outro lado, além da relação com o local de moradia, a autora do próximo mapa desenha a si mesma e mostra de forma bem pessoal como sua vivência se relaciona com a sua casa e a Igreja Matriz, que, segundo ela, foi o seu primeiro emprego como ajudante de limpeza, desde quando se mudou para Patrocínio Paulista, em 1992. (Figura 57)

Figura 58: Mapa mental de A. F., 71 anos.



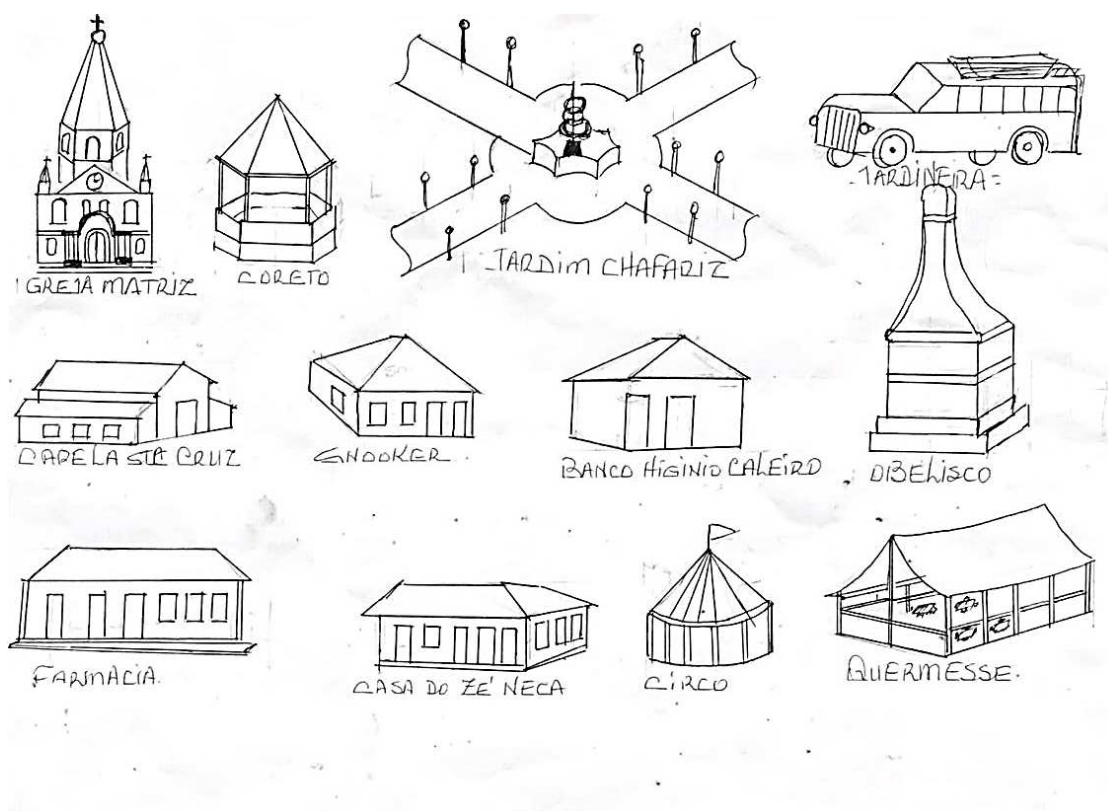
Autora, 2020.

Figura 59: Mapa mental de I. B., 66 anos (Grupo Jovens Vividos).



Autora, 2020.

Figura 61: Mapa mental de A. N., 77 anos.



Fonte: Autora, 2020.

Já os mapas acima (Figuras 58, 59, 60 e 61) não possuem a representação das próprias casas dos autores, mas trazem a igreja matriz como referência no desenho, ao lado de outros pontos que consideraram importantes para Patrocínio Paulista.

No primeiro deles (Figura 58), sr. A. F. claramente representa algo importante para sua vida, o seu trabalho (ainda hoje) na fábrica de queijos da cidade, quando desenha uma “cuba para fabricar queijo parmesão”. Provavelmente, marcam suas lembranças a ida à praça principal, com a igreja e o coreto que já não existe mais, além do Bar do Ângelo (Anjo), que também não é mais o mesmo, apesar da edificação ainda existir.

Finalmente, a memória de uma “Pousada de boiada” que ficava próxima à ponte do Rio Sapucaizinho, na saída para a cidade de Franca, e que de certo modo é uma memória individual que se torna coletiva, já que marca o caminho da boiada (vindo da “Rua da porteira” e atravessando a cidade até chegar do outro lado da ponte, na pousada), muito relevante na história da evolução urbana.

Essa memória da “travessia da cidade” começando pela rua da porteira e terminando após a ponte se mostra bastante presente nos mapas, desde o da figura 52, como também é desenhado por I. B. (Figura 59), em que a Avenida Carlos Gomes aparece como “antiga rua da porteira” e, segundo ela, “não havia rua asfaltada, somente mato e buracos”.

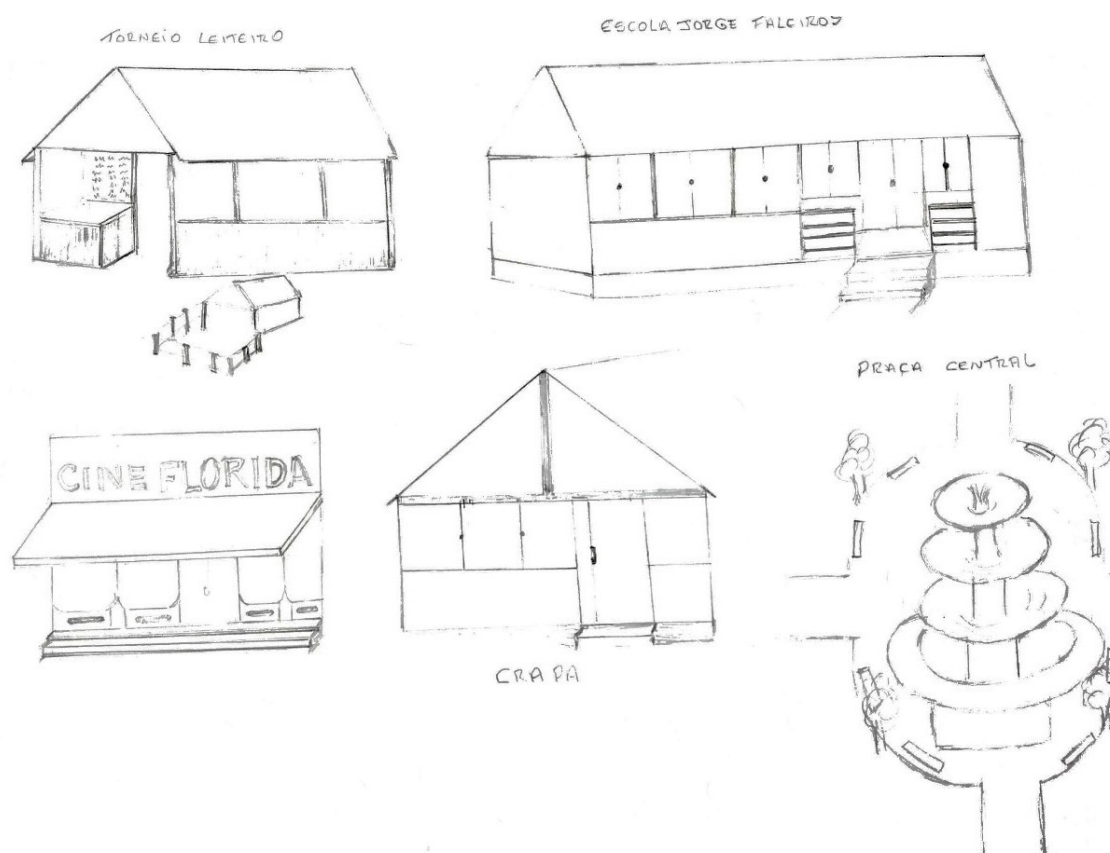
Em todas essas representações, a memória individual caracteriza de alguma forma a evolução e configuração urbana. As lembranças mais antigas correspondem em maior parte ao bairro Centro, mas também passam pelos bairros Tabatinga e Santa Cruz. No mapa de M. O. (Figura 60), é possível perceber grande parte do bairro Tabatinga, com mapeamento de casas de pessoas conhecidas, de pontos comerciais, e até mesmo da Rodoviária, muito presente no cotidiano dos patrocínenses que trabalham e fazem muitas de suas compras nas cidades vizinhas, especialmente em Franca - SP.

Na figura 61, com traços muito precisos, A. N., considerado um dos maiores artistas da cidade, com suas pinturas que muitas vezes retratam a paisagem de Patrocínio Paulista (antiga ou atual), aponta alguns exemplos que ainda se fazem presentes, como a Igreja matriz, a Capela Santa Cruz (“Igrejinha”), o obelisco da Praça do Centenário, e o “chafariz” (apesar de hoje não funcionar).

Porém, em maior quantidade, desenha alguns pontos muito lembrados na cidade, mas que já não existem mais, como o “Snooker”, o Banco Higino Caleiro (atualmente só há a edificação), casa do Zé Neca, coreto, “jardineira”. Além do mais, apesar de a cidade ainda organizar quermesses e receber circos itinerantes, os relatos são de lugares

específicos que já não os abrigam mais. No caso do circo, o local já foi edificado, e as quermesses já não são mais organizadas na rua atrás da igreja matriz.

Figura 62: Mapa mental de R. A., 71 anos.

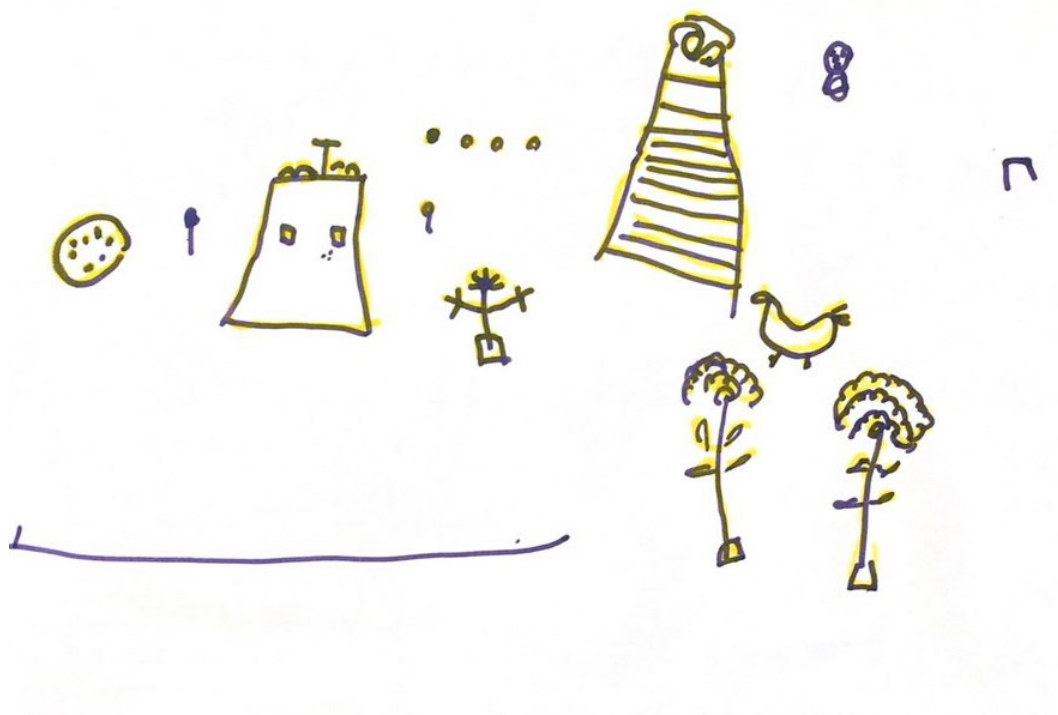


Fonte: Autora, 2020.

Mesmo sem desenhar a igreja matriz, R. A. representa a praça central apenas com um desenho da fonte ou chafariz, muito citado por outros moradores (Figura 62). Além disso, também aparecem outros elementos frequentes nos mapas mentais, como o Cine Flórida e a Escola Jorge Faleiros. Assim como analisado no mapa anterior, o “Tornero Leiteiro” ainda é um evento que acontece na cidade, mas o que se representa é a edificação onde eles aconteciam antigamente.

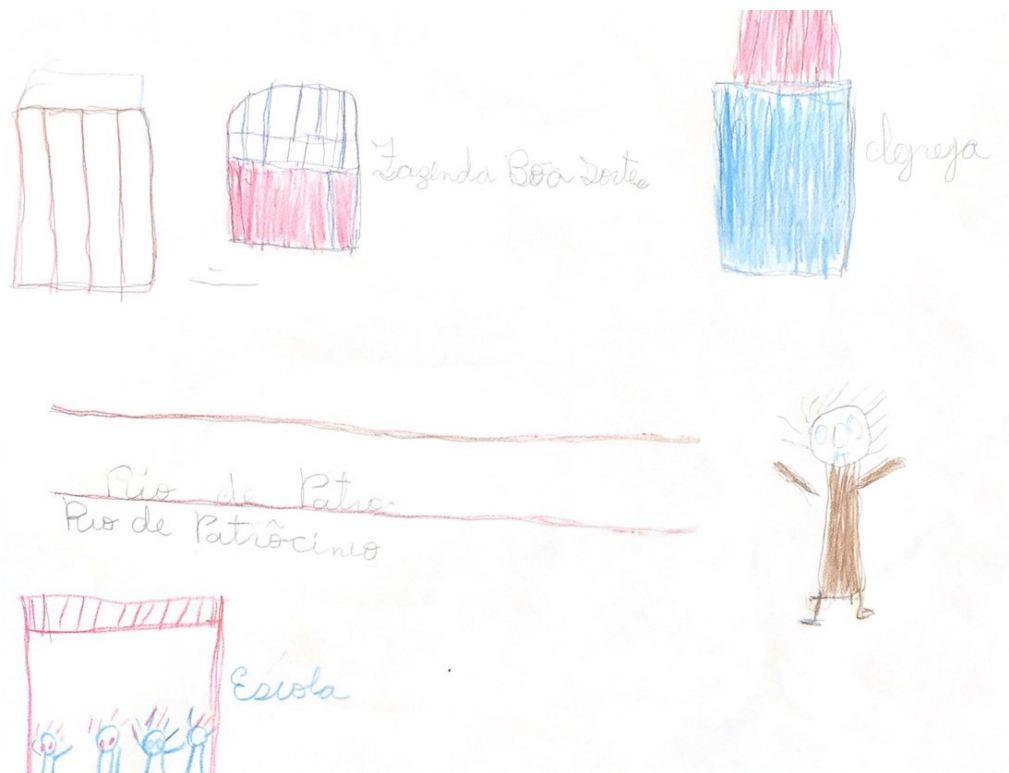
Para além da igreja matriz, as igrejas de São Sebastião e da Santa Cruz também são desenhadas nas figuras 63 e 64, respectivamente:

Figura 63: Mapa mental de M. F., 66 anos (Grupo Jovens Vividos).



Fonte: Autora, 2020.

Figura 64: Mapa mental de R. S., 65 anos (Grupo Jovens Vividos)



Fonte: Autora, 2020.

Laticínios, o frigorífico e o Curtume Copal, mas valoriza o curso d'água que margeia a cidade, destacando suas pontes, “pinguelas”, “poções” e curvaturas.

Ressalta a data de 1959, que, segundo ele, foi o ano que “descobrimos a Prainha que se popularizou e foi o nosso lazer durante 30 anos”. De forma muito pessoal, ao ser perguntado sobre o que considera mais representativo de Patrocínio Paulista, ele responde: “Meu rio Sapucaizinho”, e ao lado de seu desenho, escreve:

Sapucaizinho

Corria o rio sob as pinguelas
descendo em corredeiras
de águas quase amarelas
quebrando entre as pedreiras
Era um rio feiticeiro
que atraía a meninada
em algazarra o dia inteiro
por suas águas enfeitiçadas
Logo embaixo um fundo poço
do barranco um trampolim
e era um grande alvoroço
naquele pula-pula sem fim
Ai, que saudade que dá
do poço das açucenas
do poção, da volta e do maracujá
naquelas tardes tão amenas
Da encantadora prainha
entre a natação e o futebol
ao findar do dia à tardinha
no cel o mais lindo arrebol.
Fui feliz sem saber.

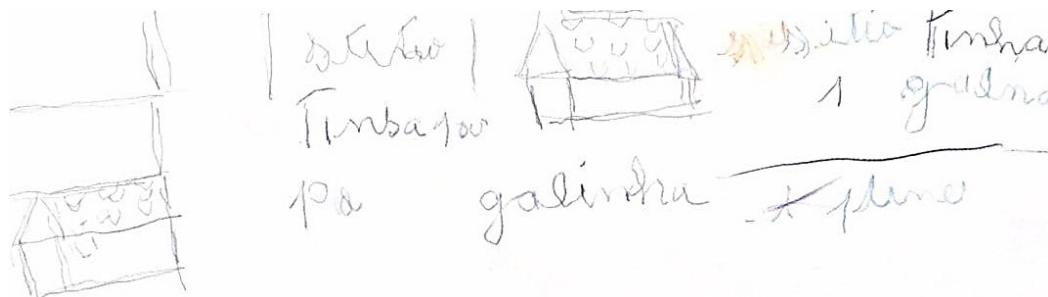
(S.F., 2020)

Para além do rio, é perceptível a relação entre a área urbana e a zona rural em cidades pequenas, principalmente compreendendo que grande parte dos idosos nasceram e passaram parte da vida morando em fazendas. Desde o mapa da figura 64, nota-se o desenho de uma fazenda, mas nas figuras 66 e 67, percebe-se uma paisagem claramente rural presente nas memórias.

As irmãs A. C. e L. C. compartilharam a mesma folha, e representam de maneira diferente o que viveram no município. Ressalta-se que dona A. C. não conseguia se lembrar de muitas coisas, como por exemplo, a sua idade. Na atividade da oficina,

estimulou-se que ela desenhasse pontos importantes do seu dia a dia, como a sua ida até o local que ela realiza as atividades do Grupo Jovens vividos, mas ela se volta para um passado na zona rural. (Figura 18)

Figura 66: Mapa mental de F., 75 anos (Grupo Jovens Vividos).



Fonte: Autora, 2020.

Figura 67: Mapa mental de A. C. (não lembra a idade), L. C. (não lembra a idade) e M. A. (Grupo Jovens Vividos).

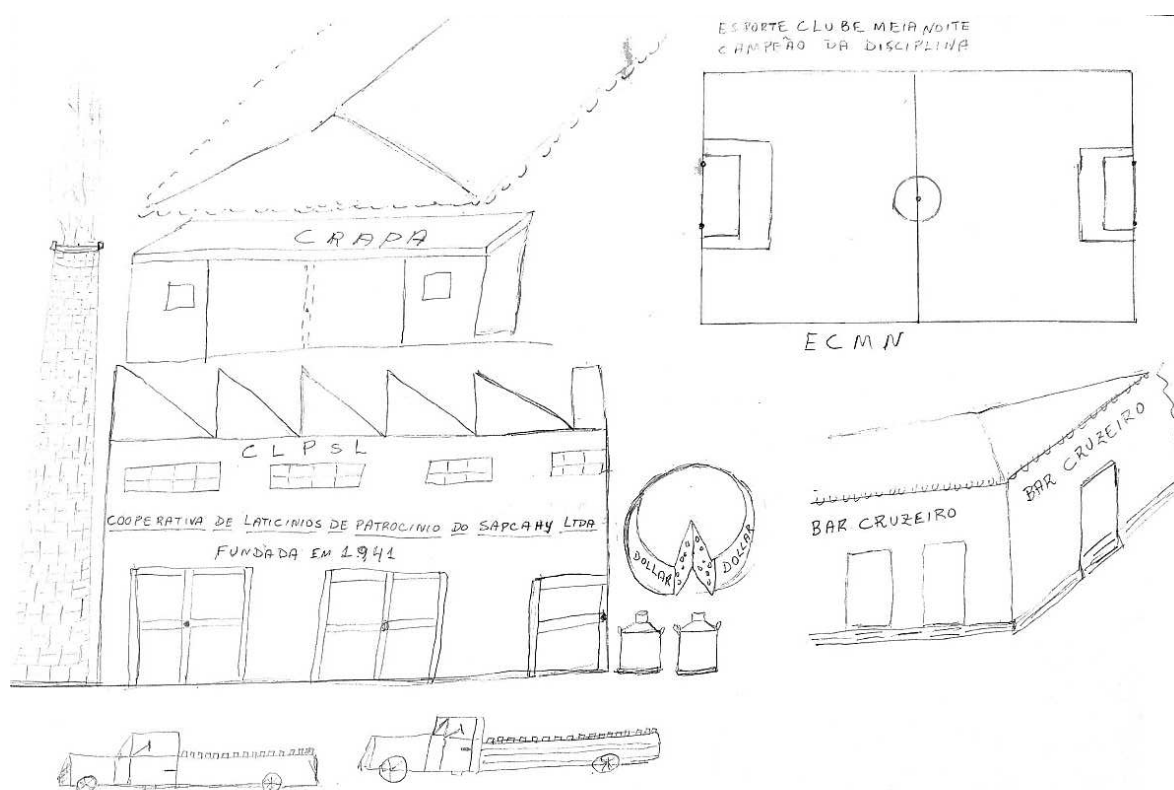


Fonte: Autora, 2020.

Por outro lado, mesmo com essa forte relação com a zona rural ainda hoje, alguns mapas indicam uma paisagem “industrializada” de Patrocínio Paulista. Ao ser questionado sobre o que S. V. acredita que mais representa a cidade, sua resposta foi: “Sua história baseada na economia, no início extrativista, depois agrícola e pecuária e atualmente industrial”. Porém, compreende-se a relação de vivência profissional marcando essas memórias.

Na figura 68, S. V. representa a Cooperativa de Laticínios, local onde trabalhou por muitos anos. Assim aconteceu também nas figuras 20 e 22 com a representação do frigorífico (hoje sem funcionamento) e dos Curtumes Copal/Treat “Triate” e Finipelli.

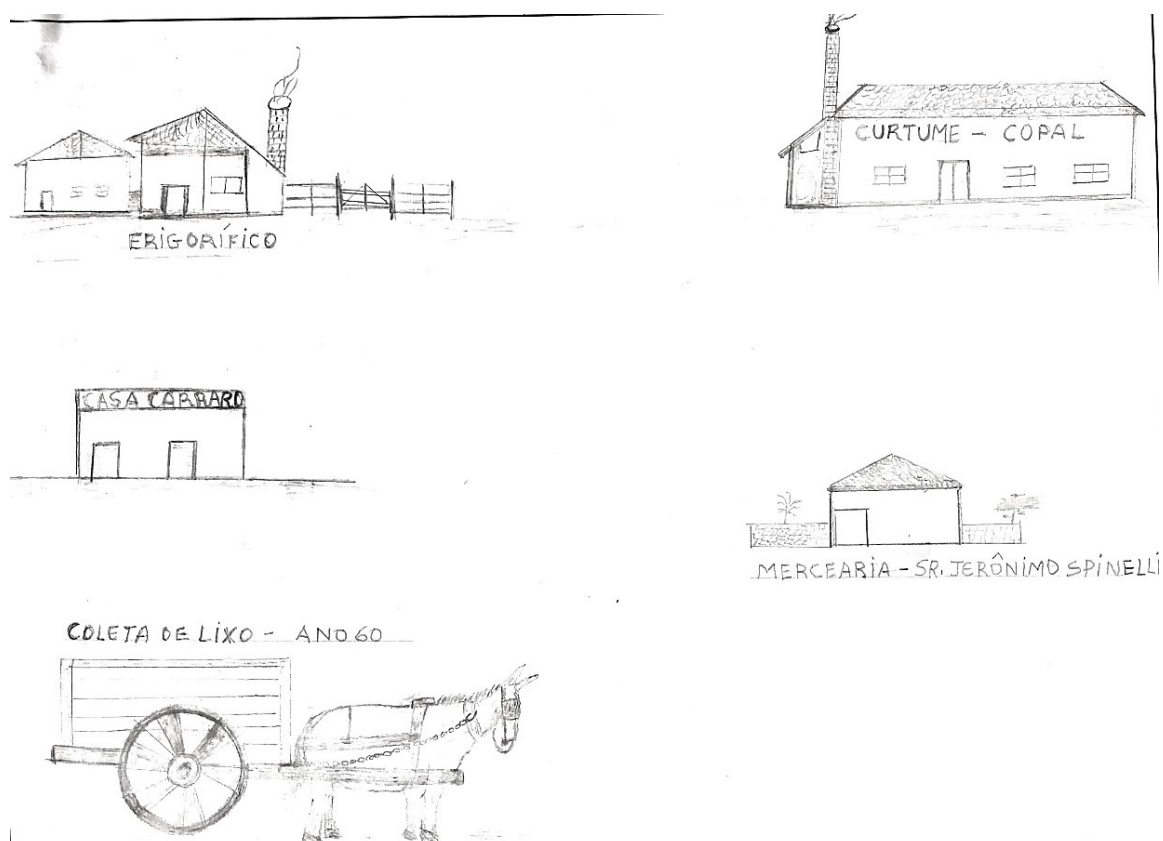
Figura 68: Mapa mental de S. V., 76 anos.



Fonte: Autora, 2020.

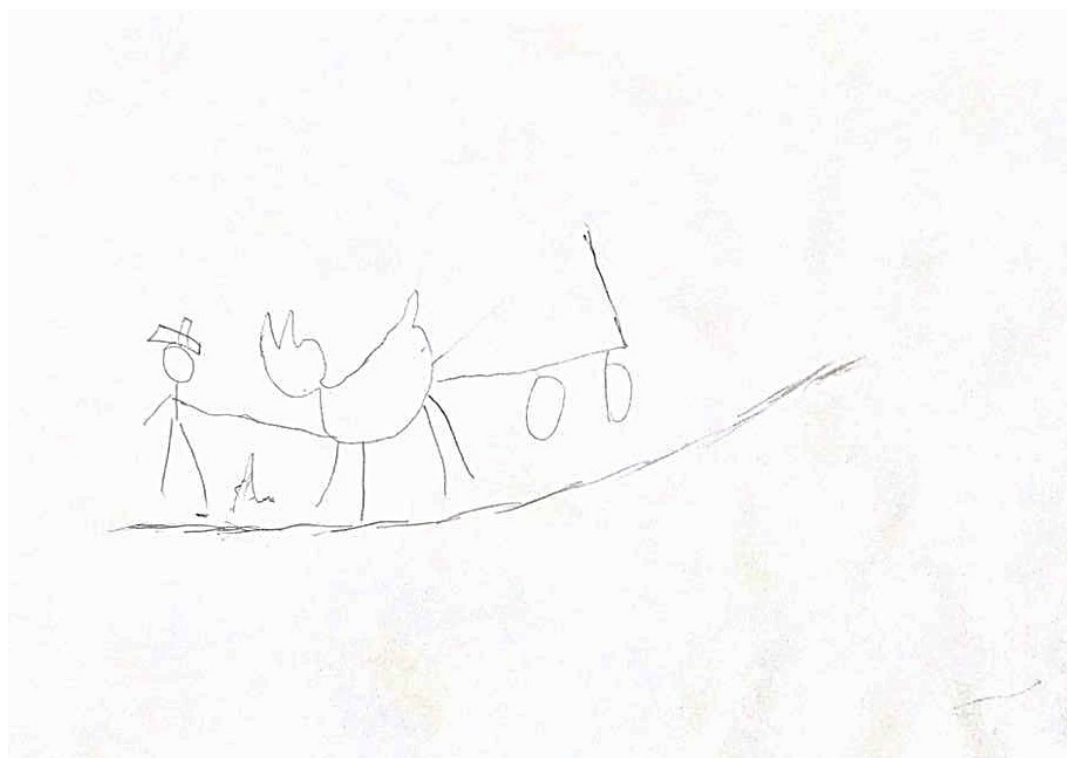
Nas figuras que se seguem (69 e 70), destaca-se, em comum, a representação de como eram feitas as coletas de lixo em carroça. Hoje as coletas são diferentes, mas notadamente, é uma marca na memória de alguns patrocínenses.

Figura 69: Mapa mental de J. M., 75 anos



Fonte: Autora, 2020.

Figura 70: Mapa mental de M. S., 69 anos (Grupo Jovens Vividos).



Fonte: Autora, 2020.

Figura 71: Mapa mental de R. F., 60 anos (Grupo Jovens Vividos)



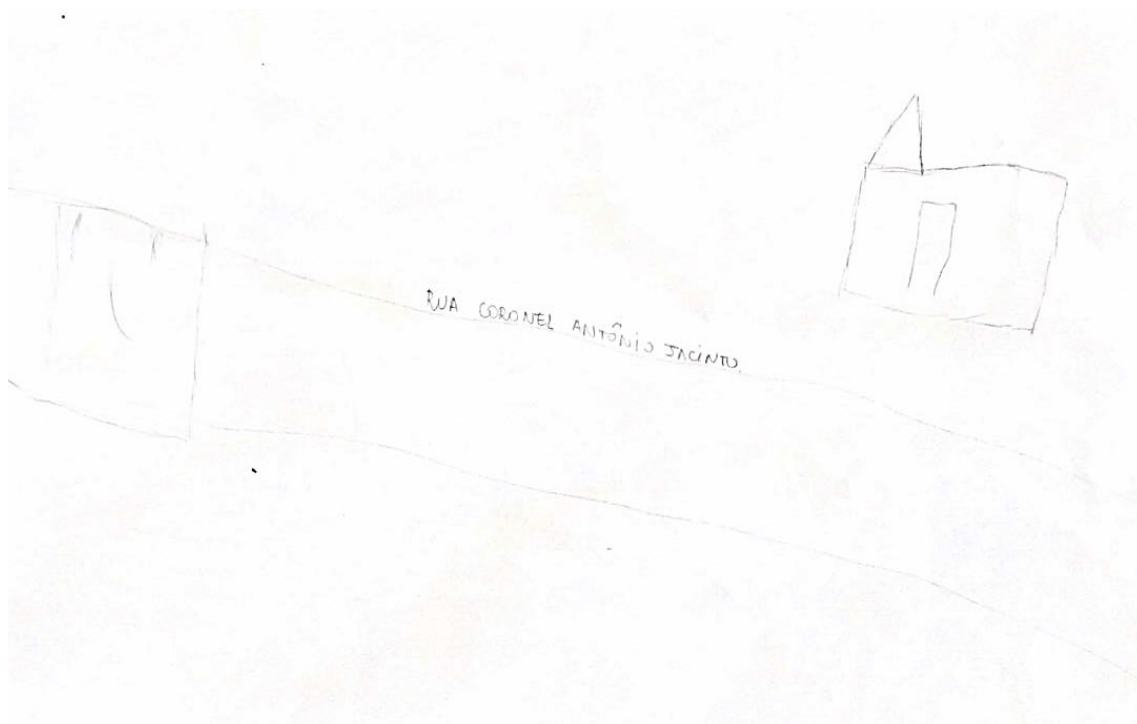
Fonte: Autora, 2020.

Assim como alguns mapas apontam um trajeto ou trazem elementos de forma separada na folha, outros apontam elementos específicos que são considerados importantes na trajetória dessas pessoas na cidade, seja por trabalho, lazer, moradia, ou fragmento de uma paisagem bastante frequente em suas vidas.

Na figura 72, encontram-se as escolas que dona M. M. estudou e, principalmente, deu aulas. Praticamente todas as escolas de ensino fundamental e médio da cidade estão presentes (E.E. Jorge Faleiros, E.M.E.B Irmãos Matos e E.M.E.B Luis Andrade de Freitas), além de escolas das cidades vizinhas e da zona rural.

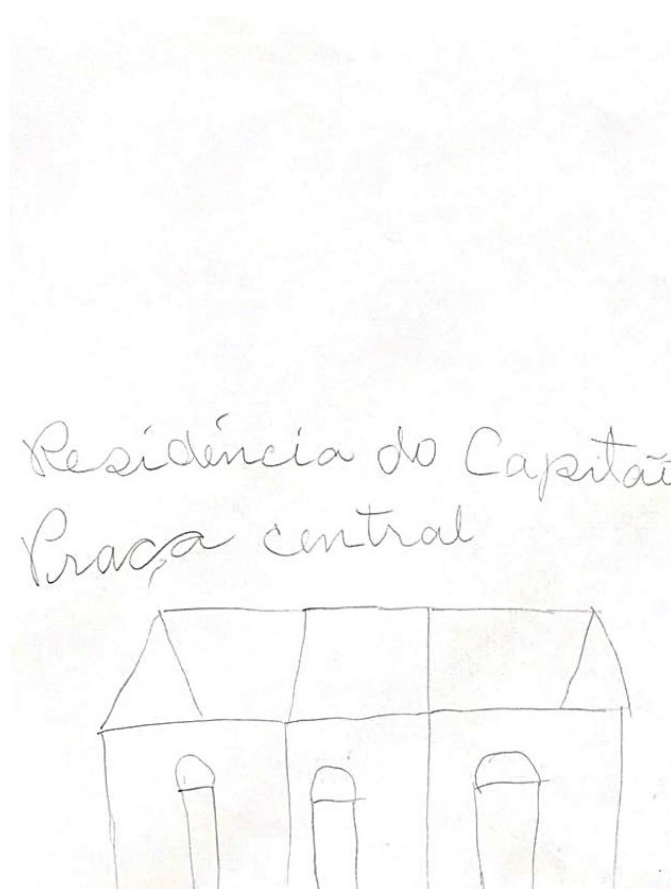
Já na figura 73, A. F., que não nasceu em Patrocínio Paulista, diz que sente falta das corridas de cavalo no Clube Hípico e “se lembra com saudades de ir assistir todo domingo”. Também são representadas, nas figuras 74 e 75, lembranças do passado: na primeira, a casa em que A. N. morou, e na segunda, desenhada por L. O., uma edificação já demolida, mas bastante citada por patrocínenses, que pertencia ao Capitão Firmino Rocha e ficava em frente à praça central (onde atualmente se encontra o prédio dos Correios).

Figura 74: Mapa mental de A. N., 80 anos (Grupo Jovens Vividos).



Fonte: Autora, 2020.

Figura 75: Mapa mental de L. O., 78 anos (Grupo Jovens Vividos).



Fonte: Autora, 2020.

Finalmente, no mapa mental de A. M., é representado o prédio da delegacia, antiga casa de câmara e cadeia, que se localiza na Praça da Bandeira. A construção em estilo eclético é uma das que mais mantém suas características conservadas na cidade, e marca a memória de A. M. juntamente com o pipoqueiro que frequentava o local. (Figura 76)

Figura 76: Mapa mental de A. M., 64 anos (Grupo Jovens Vividos).

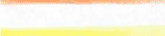


Fonte: Autora, 2020.

Após a oficina e a análise dos mapas, todos os elementos abordados pelos participantes foram mapeados em relação à Zona Urbana de Patrocínio Paulista e, quando se tratavam da Zona Rural, foram indicados. Assim, foi possível identificar as localizações no território e a quantidade de vezes que os lugares aparecerem nos mapas mentais, como aponta a legenda do mapa abaixo:

Figura 77: Mapeamento dos pontos citados nos mapas mentais.



Leg.:  Instituições (Religiosas, financeiras de ensino, lazer, etc.)
 Comércios ou indústrias
 Serviços (Correios, cinemas particulares, telefonia, etc.)
 Residências
 Área verde (praças)

 Espaço livre (ruas, cemitério, etc.)
 Curso d'água
 Campo/ Zona Rural (no período)

Obs: As cores divididas em usos estão graduadas conforme a quantidade de vezes que cada ponto foi mencionado.

Fonte: Autora, 2020.

Legenda de pontos citados/ (Quantidade de vezes)

1. Igreja Matriz (13)
 2. Coreto (4)
 3. Estátua Cónego Peregrino (1)
 4. Fonte/ Chafariz (4)
 5. Praça Central (7)
 6. Casa do Capitão Firmino Rocha (1)
 7. Padaria Supimpa (1)
 8. Caixa Econômica Federal (1)
 9. Farmácia (1) / Banco Bradesco (Pela localização no mapa mental, corresponde ao Banespa) (1)
 10. Casa Paroquial (1)
 11. Salão Santo Agostinho (1)
 12. CRAPA (3)
 13. Rua Cónego Peregrino (2)
 14. Bar do Ângelo (Anjo) (1) / Ponto da Jardineira (1)
 15. Bar Cruzeiro (1)
 16. Merceria do Fernando (1)
 17. Loja “A Sensação” (1)
 18. Rua Coronel Antônio Jacinto (3)
 19. Santa Casa de Misericórdia (1)
 20. Primeiro prédio da Escola Jorge Faleiros (3)
 21. Sociedade Recreativa X de março (1)
 22. Casa Rita Faleiros (Anos 1960) (1)
 23. Casa Gorete Nerone (1)
 24. Casa do ‘Totoim’ Joaquina (1)
 25. Antigo Centro de Saúde (1)
 26. Rua Coronel João Vilela (1)
 27. Casa da família da Dona Oraide (1)
 28. Casa do Zim (1)
 29. Favela do Domingos (1)
 30. Casa do Sr. Nenê Goiano (1)
 31. Casa do Cinézio (Casa Maria José de Oliveira) (1)
 32. Curtume Treat (COPAL) (3)
 33. Curtume Finipelli (1)
 34. Orfanato (1)
 35. Idem
 36. Casa de Marta Rocha (1)
 37. Dentista Dr. Carlos (1) / Correio / Telégrafo (1)
 38. Rua Major Álvaro (1)
 39. Poço Artesiano (1)
 40. “Pinguela” (1)
 41. Casa do Zé Neca (1)
 42. Praça do Garimpeiro (1)
 43. Praça Altino Arantes (1)
 44. Escola Irmãos Matos (4)
 45. Rua Restinga (1)
 46. Casa de Regina Fernandes (Santa Cruz) (1)
 47. Ponte da Saída (2)
 48. Frigorífico (2)
 49. Rodovia (Fábio Arruda Guidolin) + Rodovia Eng. Ronan Rocha (3)
 50. Pousada dos boiadeiros/ Chácara do Sr. Dario Faleiros (1)
 51. Prainha (1)
 52. Cuba para fabricar queijo parmesão (Queijos Mama) (1)
 53. Igreja Santa Cruz (2)
 54. Rua Itirapuã (1)
 55. Torneio Leiteiro (1)
 56. Bazar das Novidades (Loja Sebastião Fernandes) (2)
 57. Açougue Helvécio / Casa de Aparecida do Nascimento (2)
 58. Cine Flórida (4)
 59. Snooker (1) e Casa da Olinda Carraro (1)
 60. Loja Carraro (2) / Bar Higino Caleiro (1)
 61. Merceria Sr. Jerônimo Spinelli (1)
 62. Supermercado Bem-Te-Vi (1)
 63. Obelisco (1)
 64. Praça do centenário (2)
 65. Casa em que morou Ângela Vioto (1)
 66. Cooperativa de Laticínios (2)
 67. Avenida Carlos Gomes (2)
 68. Cadeia (delegacia) (1) e Praça da Bandeira (Representada por “Banco da Cadeia”) (1)
 69. Rodoviária (1)
 70. Rua Lourival Faleiros (1)
 71. Rua Álvaro Morgan de Aguiar (1)
 72. Escola Estadual Jorge Faleiros (3)
 73. Esporte Clube Meia Noite (1)
 74. Local em que era comum receber Circos (1)
 75. Açougue Mauro Rezende (1)
 76. Escola Luiz Andrade de Freitas (1)
 77. Bambuzal (1)
 78. Casa Amigos Maria Aparecida (1)
 79. Rua da Porteira (2)
 80. Venda do Manézinho da Porteira (1)
 81. Casa que Maria Aparecida morou (Rua da Porteira) (1)
 82. Porteira (1)
 83. Clube Hípico (1)
 84. Igreja São Sebastião (1)
 85. Rio Sapucaizinho (2)
 86. Zona Rural (Fazendas, Escolas, Ponte Nova) (5)
 87. Poção (1)
- Não localizados no mapa:
88. Quermesse de São Sebastião (2)
 89. Carroça de Coleta de Lixo (Anos 1960) (2)

Conforme o mapeamento dos pontos destacados nos mapas mentais (Figura 77), é perceptível a concentração das referências nos bairros mais antigos, como o Centro, o bairro da Porteira, o Tabatinga e o Santa Cruz, com alguns elementos mais isolados nos bairros Vila Hípica, Nova Patrocínio e Jardim Coonai, além do grande vínculo com a zona rural ainda nos dias de hoje.

Conclui-se, que a partir desse estudo feito com mapas mentais por um grupo de idosos da cidade, é possível compreender melhor o tipo de relacionamento que esses moradores possuem com o ambiente urbano, ao relacionar suas vivências e suas memórias com o sentido de pertencimento ao local.

Um dos objetivos era entender quais eram os suportes materiais mais representativos para essa comunidade e se realmente eles eram importantes para a identidade do grupo, ou se, para isso, as paisagens mais recentes da cidade eram suficientes. Dessa forma, de maneira geral, de acordo com o sintetizado pelo mapa final (Figura 77), é perceptível que os lugares mais antigos da cidade são ainda muito presentes na memória e, principalmente, no cotidiano dessas pessoas, sendo que os elementos que os compõem são fundamentais para seus vínculos afetivos com o lugar.

Além disso, a atividade de representar isso a partir do desenho faz com que o idoso volte o olhar para a cidade, refletindo sobre as paisagens que se mantiveram ou que se alteraram. Em muitos casos, há uma forte recordação de atividades que faziam parte de suas vivências, mas que apenas existiam com um suporte material presente.

Destruída a parte de um bairro onde se prendiam lembranças da infância do seu morador, algo de si morre junto com as paredes ruínas, os jardins cimentados. Mas a tristeza do indivíduo não muda o curso das coisas: só o grupo pode resistir e recompor traços de sua vida passada. (BOSI, 2015, p. 452)

Assim como S. F. finaliza seu poema, com a frase “Fui feliz sem saber” (Figura 65), o idoso se recorda saudoso de um tempo que viveu e o comparando com o atual, muitas vezes representado pela paisagem da cidade, testemunha as perdas obtidas pela falta de preservação do patrimônio urbano.

Por isso, destaca-se o papel tão importante das atividades de educação patrimonial com os próprios moradores do local. Essas ações geram um resultado que passa a documentar paisagens da cidade de acordo com o tempo, servindo de referência para comparações posteriores (do estado atual da cidade) e guardando parte do passado que já não existe mais materialmente.

As lembranças grupais se apoiam umas nas outras formando um sistema que subsiste enquanto puder sobreviver a memória grupal. Se por acaso esquecemos, não basta que os outros testemunhem o que vivemos. É preciso mais: é preciso estar sempre confrontando, comunicando e recebendo impressões para que nossas lembranças ganhem consistência. (BOSI, 2015, p. 414)

Mais do que isso, esses diálogos com a comunidade se mostram de extrema importância para construções de políticas de preservação do patrimônio mais efetivas, pois são fundamentais para a compreensão do que realmente é capaz de dar suporte à memória e ao sentido de pertencimento ao local. Um exemplo bem claro é a falta de citações da estátua do garimpeiro, sendo que é uma das imagens mais presentes nas propagandas da cidade, mas há a presença de muitos outros pontos que claramente têm um valor afetivo muito grande para os moradores.

Imagine-se que um arqueólogo querendo reconstituir, a partir de fragmentos pequenos, um vaso antigo. É preciso mais que cuidado e atenção com esses cacos; é preciso compreender o sentido que o vaso tinha para o povo que pertenceu. A que função servia na vida daquelas pessoas? Temos que penetrar nas noções que as orientavam, fazer um reconhecimento de suas necessidades, ouvir o que já não é audível. Então recomporemos o vaso e conheceremos se foi doméstico, ritual, floral... (BOSI, 2015, p. 414)

3.4 Pesquisa via internet: abrangendo a faixa etária predominante nas redes sociais.

Após o desenvolvimento das atividades com adolescentes e idosos, tornou-se perceptível a necessidade de compreender também o que a população da faixa etária adulta, principal atuante direto no ambiente urbano, percebe como importante representação de suas vivências para com a cidade.

Apesar de, como abordado por Ecléa Bosi (2015, p. 60), os adultos em maior parte, absortos em suas rotinas de trabalho, não se voltarem para análises mais profundas de suas cidades e, diferentemente dos mais velhos, não terem a memória como maior elo de identidade com o ambiente que vivem, assim o fazem com as referências presentes em seu cotidiano.

Também, por isso, na busca pelas possibilidades de contato com essa faixa etária ativa (ou mesmo ocupada), viu-se nas redes sociais – parte do cotidiano da maioria desses adultos – , um meio de ouvi-los e perceber os seus olhares para com o lugar em que vivem e muitas vezes atuam.

Além disso, o contexto no qual esse momento da pesquisa se desenvolveu acabou por influenciar ainda mais nessa forma de contato. Tratando-se do período de pandemia do COVID-19 e, por conta das medidas de isolamento e distanciamento social, não seria possível realizar atividades presencialmente.

Porém, notou-se, conforme explicitado, que com a maior parte de pessoas em casa, e muitas vezes afastadas do trabalho, o estímulo para a criação do grupo denominado “Arquivo

Histórico de Patrocínio Paulista”, no *Facebook*. Sendo assim, foi possível observar certo desejo de recordar ou mesmo de impulsionar a memória nessa cidade, com publicações saudosistas e de grande repercussão.

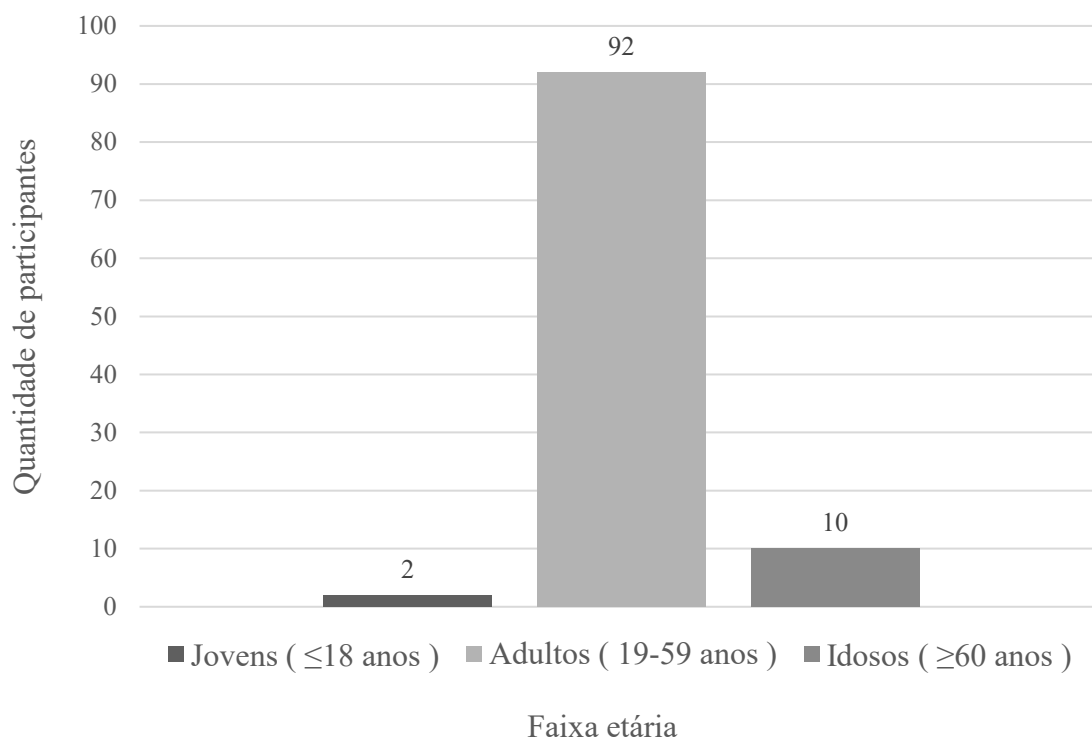
Dessa forma, principalmente tendo como suporte para divulgação esse grupo de Patrocínio Paulista, que conta com grande quantidade de moradores que provavelmente não seriam consultados, foi desenvolvida uma pesquisa online, a ser respondida por qualquer faixa etária que tivesse acesso às redes sociais, porém com objetivo específico de mapear os lugares de memória dos adultos.

Com sua publicação no dia 03 de julho de 2020, ficou disponível por vinte dias na internet, podendo ser editada em qualquer horário por qualquer pessoa que tivesse acesso ao endereço virtual. No dia 23 de julho, com 111 (cento e onze) respostas, dentre as quais 07 (sete) eram repetidas, as 104 (cento e quatro) perspectivas puderam ser analisadas, conforme se apresentarão, principalmente por meios gráficos.

Tratando-se dos perfis dos participantes, algumas respostas como os nomes eram opcionais, mas as idades eram fundamentais para compreender o alcance da pesquisa e a variedade de faixas etárias que responderiam via internet. Dessa forma, é possível perceber que realmente a maior participação foi de adultos, sendo que do total de 104 respondentes, apenas dois eram jovens e dez idosos (Figura 78).

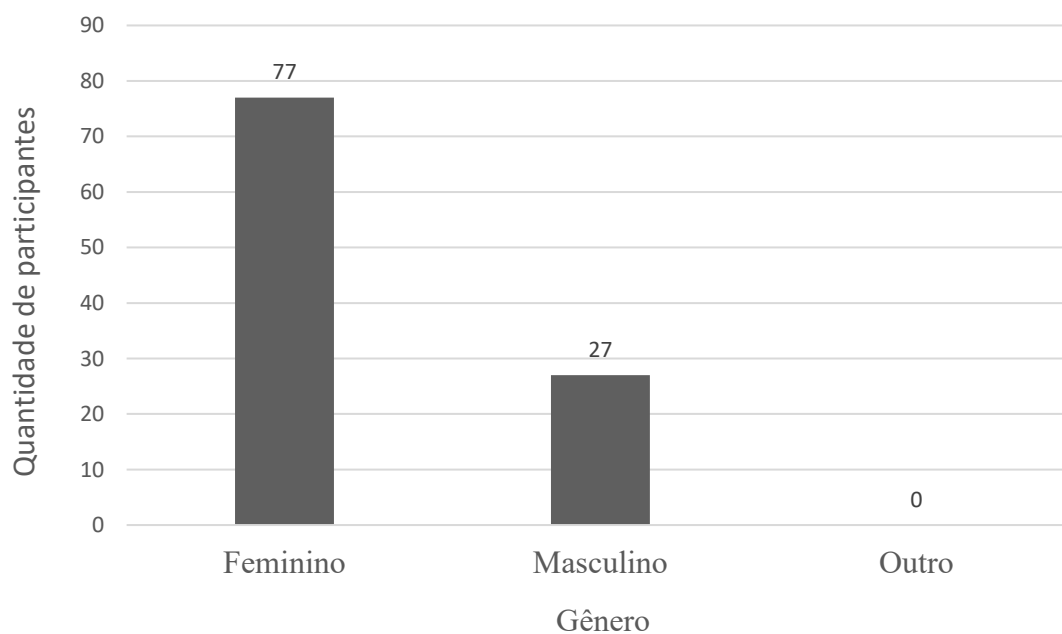
Outra informação relevante neste sentido é de que dentre esses dez idosos, oito estão na faixa entre 60 (sessenta) e 70 (setenta) anos, e apenas outros dois com 71 (setenta e um) e 76 (setenta e seis) anos responderam, ou seja, o questionário em meio eletrônico foi acessível para pessoas consideradas idosas, mas de idades menos avançadas, muito próximas da faixa etária dos adultos, diferentemente das oficinas de mapas mentais. Além disso, a grande maioria das participações foi de mulheres (Figura 79).

Figura 78: Gráfico: Quantidade de participantes por faixa etária.



Fonte: Autora, 2020.

Figura 79: Gráfico: Quantidade de participantes por gênero.



Fonte: Autora, 2020.

Na pesquisa foram feitas algumas perguntas para compreender o que, aos olhos da população, mais representava Patrocínio Paulista, e se esses elementos também eram vistos como patrimônios culturais da cidade, a partir da importância de entender algumas questões como: “O que representa a cidade é visto como algo que deve ser preservado? Qual é a “visão”

do que deve ser consagrado como patrimônio cultural? O que “representa” a cidade é apenas algo imposto ou realmente faz parte das vivências dessas pessoas? E se eles realmente correspondem, como estão hoje? São conservados? Deveriam receber mais atenção?”.

De maneira a torná-lo mais objetivo, as questões foram respectivamente:

1. De acordo com a sua memória e as suas experiências na cidade, o que mais representa Patrocínio Paulista? (Questão dissertativa)
2. O que foi citado em sua resposta anterior poderia ser tratado como patrimônio cultural da cidade? (Questão objetiva: Sim ou Não)
3. Há algum lugar específico que você considera patrimônio da cidade? (incluindo construções públicas ou privadas, espaços abertos, paisagens naturais, elementos da natureza, dentre outros) (Questão dissertativa)
4. Em sua opinião, atualmente ele se encontra resguardado/ preservado? (Questão objetiva: Sim ou Não)
5. De um modo geral, você considera a memória e o patrimônio cultural da cidade suficientemente preservados? (Questão objetiva: Sim, não ou “Outro”).
6. Se a resposta anterior for negativa, você tem alguma sugestão para melhorar?

Ao analisar as respostas para a primeira pergunta, ficam evidentes os marcos: estátua do garimpeiro e a igreja matriz Nossa Senhora do Patrocínio (Figura 80). Com 28 (vinte e oito) e 20 (vinte) respostas respectivamente, quase metade dos participantes (juntos) acreditam que esses dois elementos representam Patrocínio Paulista.

Seguidos da praça central – em que se encontra a igreja matriz –, com 14 (quatorze) citações, e das edificações mais antigas ao seu entorno citadas por 9 (nove) vezes, percebe-se a concentração desses elementos na área central e mais antiga da cidade. Sendo assim, o que de certa maneira “representa” a cidade para essas pessoas, ao contrário do que foi proposto anteriormente às análises, se vincula principalmente à memória ou à “história” contada dessa cidade.

Além disso, muitas das respostas incluíram o “povo”, sua simplicidade, e as “famílias tradicionais”, de um modo geral ou tratando-se de histórias particulares, bastante relacionados também com as festas e celebrações antigas ou atuais da cidade ou da Zona rural. Aliás, a Zona Rural abordada a partir da agropecuária e dos seus elementos construídos e naturais se mostra bastante “representativa” para os adultos.

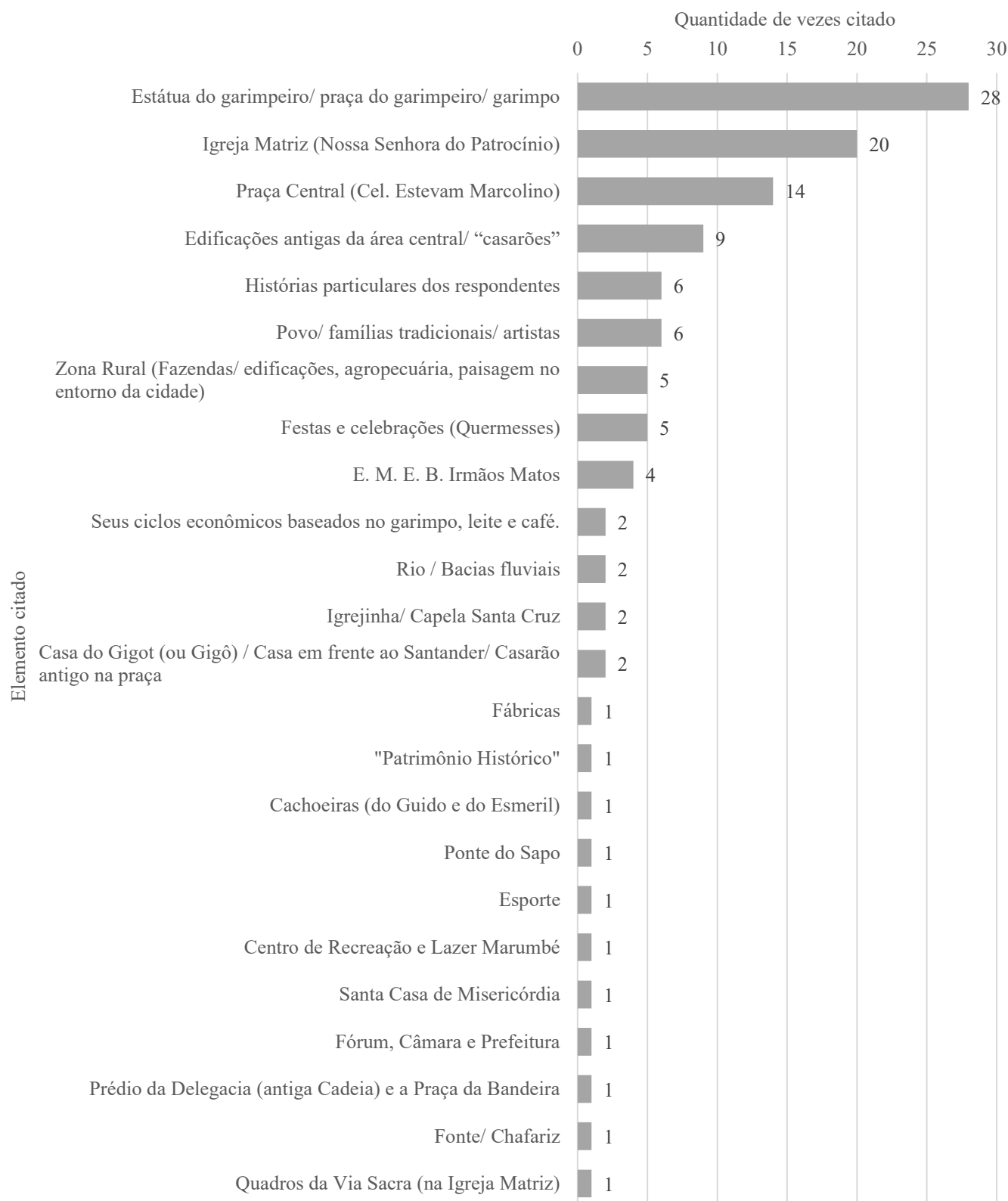
Nota-se, também, que a Escola Municipal de Ensino Básico (E.M.E.B) Irmãos Matos, assim como em todas as outras análises, seja pelos almanaques ou pelas atividades realizadas

com os jovens e os idosos, aparece de forma significativas nas respostas. Possivelmente isso se deve ao fato de que a escola funciona ainda em um prédio do início do século XX e que grande parte da população, de todas as faixas etárias, estudou no local, ou seja, fez parte de um cotidiano próximo (para os jovens) e está na memória de adultos e idosos.

Dentre os exemplos do que representa a cidade, os rios, a “Igrejinha” da Santa Cruz e a “Casa do Gigô/ Gigot”, que corresponde à edificação que chamou bastante atenção das crianças por conta de seu estado de degradação (citada também como “casa em frente ao Santander”, “casarão antigo na praça”, “Casa do Cincinato”, ou “casarão do Banco do Brasil”), foram citados duas vezes cada. Já os exemplos citados apenas uma vez estão demonstrados no gráfico. (Figura 80)

Figura 80: Gráfico feito a partir das respostas para: “De acordo com a sua memória e as suas experiências na cidade, o que mais representa Patrocínio Paulista?”.

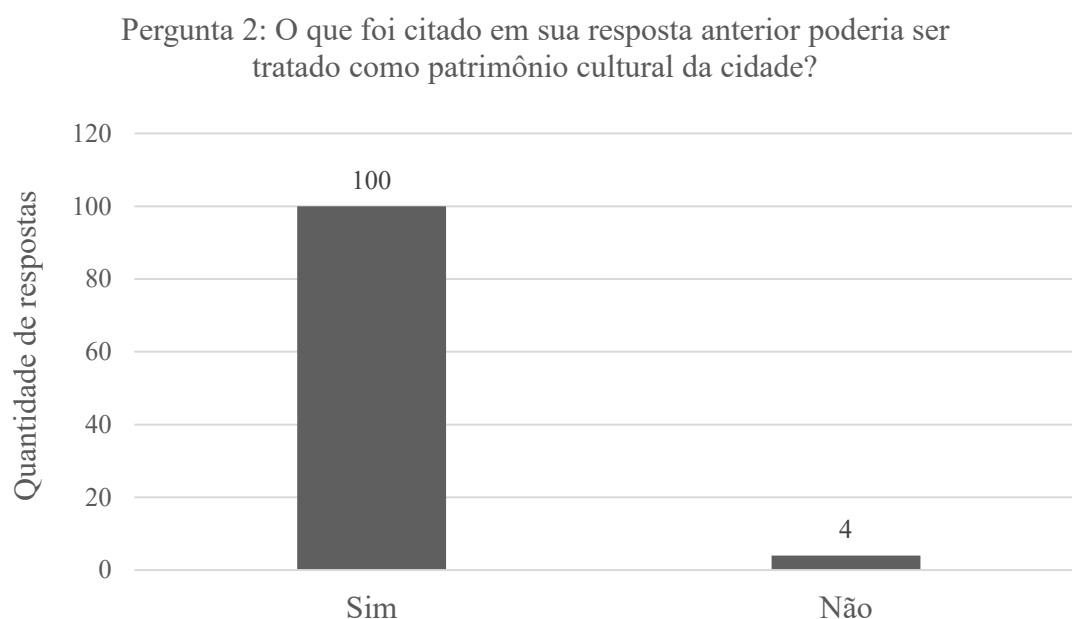
Pergunta 1: De acordo com a sua memória e as suas experiências na cidade, o que mais representa Patrocínio Paulista?



Fonte: Autora, 2020.

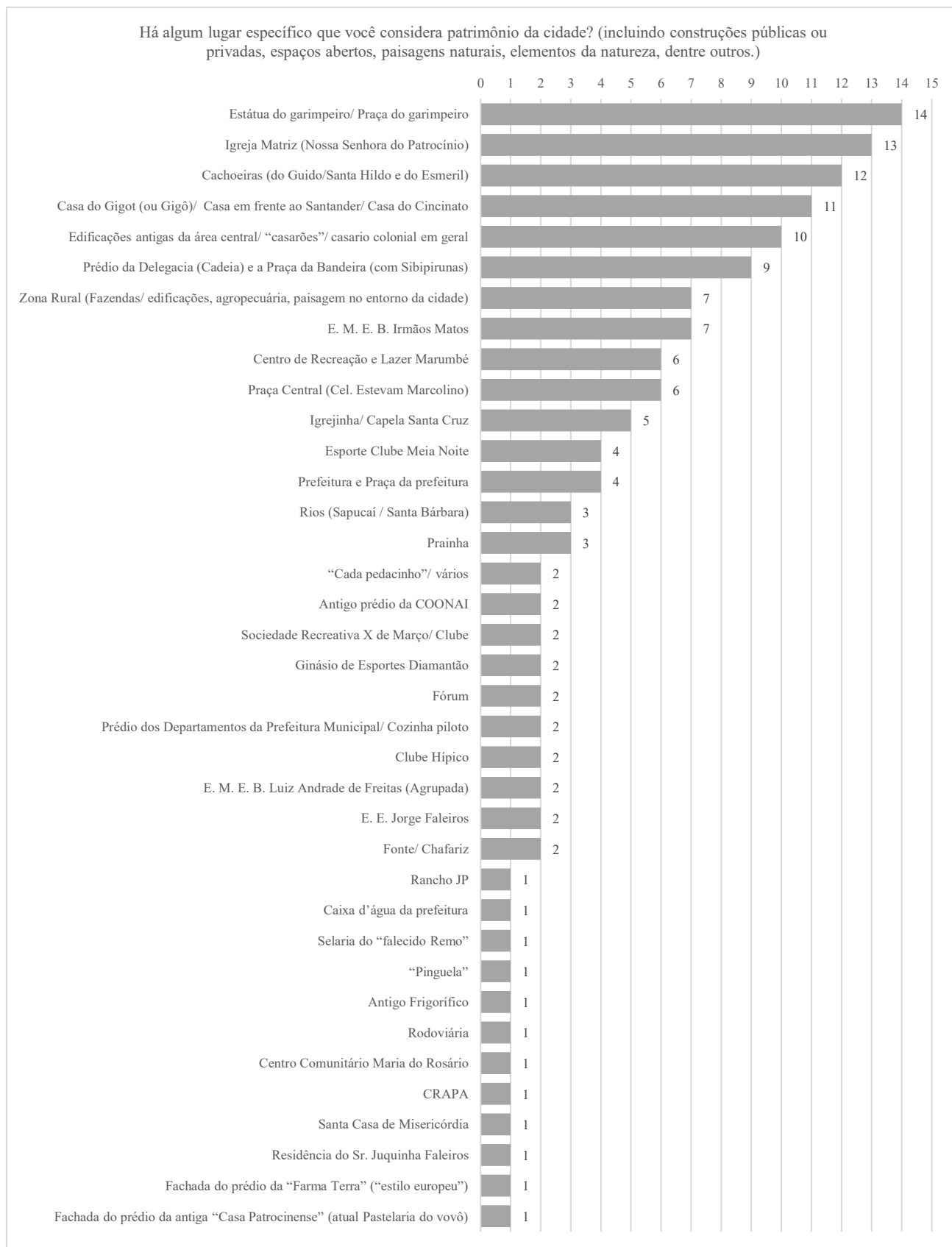
A segunda pergunta foi feita para analisar se o que os moradores consideram que representa Patrocínio Paulista era visto, por eles, também como patrimônio cultural. Apesar da grande maioria responder que sim, conforme a Figura 81, percebe-se a partir da terceira pergunta, quando se questiona mais especificamente o que consideram patrimônio da cidade, que os elementos citados aumentam significativamente e a concentração das respostas relacionadas à estátua do garimpeiro e à igreja matriz se pulverizam, apesar de ainda predominarem. (Figura 82)

Figura 81: Gráfico feito a partir das respostas para: “O que foi citado em sua resposta anterior poderia ser tratado como patrimônio cultural da cidade?”.



Fonte: Autora, 2020.

Figura 82: Gráfico feito a partir das respostas totais para: “Há algum lugar específico que você considera patrimônio da cidade?”.



Fonte: Autora, 2020.

Nesse sentido, pode-se fazer o questionamento: “O que representa a cidade é uma imagem construída ou realmente é reconhecido pela população como parte fundamental de seu patrimônio cultural?”; “Qual a relação desses marcos que representam a cidade com as vivências dessas pessoas?”; “Quais são os parâmetros e valores relacionados à esses elementos para que a população os reconheça como seu patrimônio?”, dentre tantas outras reflexões que essas análises incitam.

De toda forma, percebe-se que de maneira bem significativa, a partir dessa pergunta, os marcos referenciais apresentados no primeiro gráfico passam a dividir a posição com as Cachoeiras do Guido/ Santa Hilda e do Esmeril. O que mostra a “abertura” do olhar desses moradores para os elementos naturais também como possível patrimônio cultural, visto que se tratava de uma pergunta específica sobre o assunto e não apenas do que consideravam “representativo”.

Além disso, continuam aparecendo, mas agora de maneira mais expressiva, as casas da área central, em especial, a “Casa do Gigô”, que mesmo em seu estado atual continua sendo vista como patrimônio local.

O atual prédio da Delegacia (antiga Cadeia), citado apenas uma vez na resposta anterior, aparece de maneira bem significativa como patrimônio cultural, muito provavelmente por preservar grande parte de sua arquitetura eclética em conjunto com a Praça da Bandeira, em que está inserido. Inclusive, uma das respostas destaca as “árvores de sibipirunas de aproximadamente 50 anos”.

Assim como na primeira pergunta, a Zona Rural, a E.M.E.B Irmãos Matos e a Praça Central aparecem de maneira relevante, apesar de esta última ter sido menos citada desta vez, ou seja, é vista como representante da cidade, mas menos reconhecida como patrimônio cultural. Algumas respostas ressaltam seu “abandono” em relação ao passado, como, por exemplo: “A igreja e praça onde hoje está bem abandonada as vezes neda para irla de tão perigosa falta de segurança pública [sic]” (95º respondente do questionário, 2020).

Dessa vez, o Centro de Recreação e Lazer “Marumbé” aparece por 06 (seis) vezes, possivelmente por ser o local que atualmente abriga os eventos da cidade com maior frequência, como os carnavais, as festas de final de ano, os torneios leiteiros, as “Festas do Peão”, algumas quermesses, dentre outros. Além de ser um local público destinado às atividades esportivas, com pista de caminhada e quadras abertas, ou seja, realmente faz parte do cotidiano de muitos patrocínenses.

Algumas outras respostas coincidem com as da primeira pergunta, como a “Igrejinha” da Santa Cruz, os rios, a Santa Casa de Misericórdia, o Fórum, a Prefeitura, e a fonte/chafariz da praça central, mesmo que sem funcionamento atualmente.

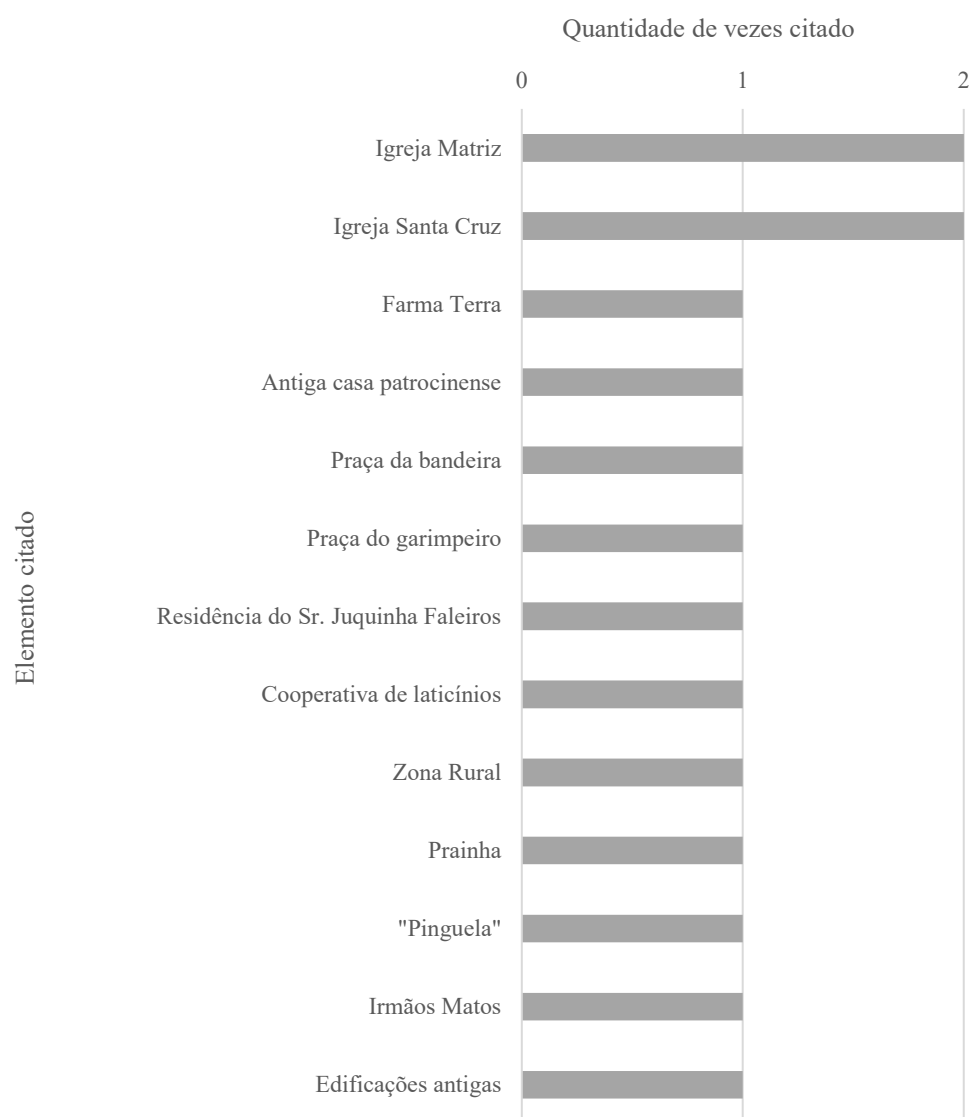
Outros exemplos (além de alguns elementos já abordados) coincidem com os apresentados pelos idosos nas atividades dos mapas mentais, como: a “prainha”, a “pinguela”, a Cooperativa de laticínios – COONAI, o prédio da “Antiga Casa Patrocinense” que corresponde à “Loja/ Casa Carraro”, atual “pastelaria do vovô”, o antigo frigorífico, o Clube Hípico, a rodoviária, dentre outros. Tal fato que pode ter acontecido também por conta da parcela de idosos que respondeu o questionário, o que será melhor compreendido posteriormente, a partir da separação das respostas da terceira pergunta por faixa etária.

Além disso, percebem-se novos pontos, que até então não haviam sido colocados nas outras análises, e algumas edificações são citadas especificamente, como a residência do Sr. Juquinha Faleiros e a fachada do prédio da farmácia “Farma Terra”, apesar de estarem também inseridas na área central, precisamente no entorno da praça. Diante de todas as respostas sobre o que é considerado patrimônio da cidade, junto com expressões como “vários”, aparece “cada pedacinho” (36º respondente do questionário, 2020), o que mostra a considerável presença do valor afetivo no olhar do morador para com a cidade.

Como já haviam sido feitas atividades com jovens e idosos e percebendo a quantidade de adultos que responderam o questionário, sentiu-se a necessidade de separar as respostas para essa pergunta específica sobre o que os moradores consideram patrimônio cultural da cidade de acordo com as faixas etárias e, dessa forma, ter uma melhor amostragem relacionada a essa parcela da população local.

Figura 83: Gráfico feito a partir das respostas **dos idosos** para: “Há algum lugar específico que você considera patrimônio da cidade?”.

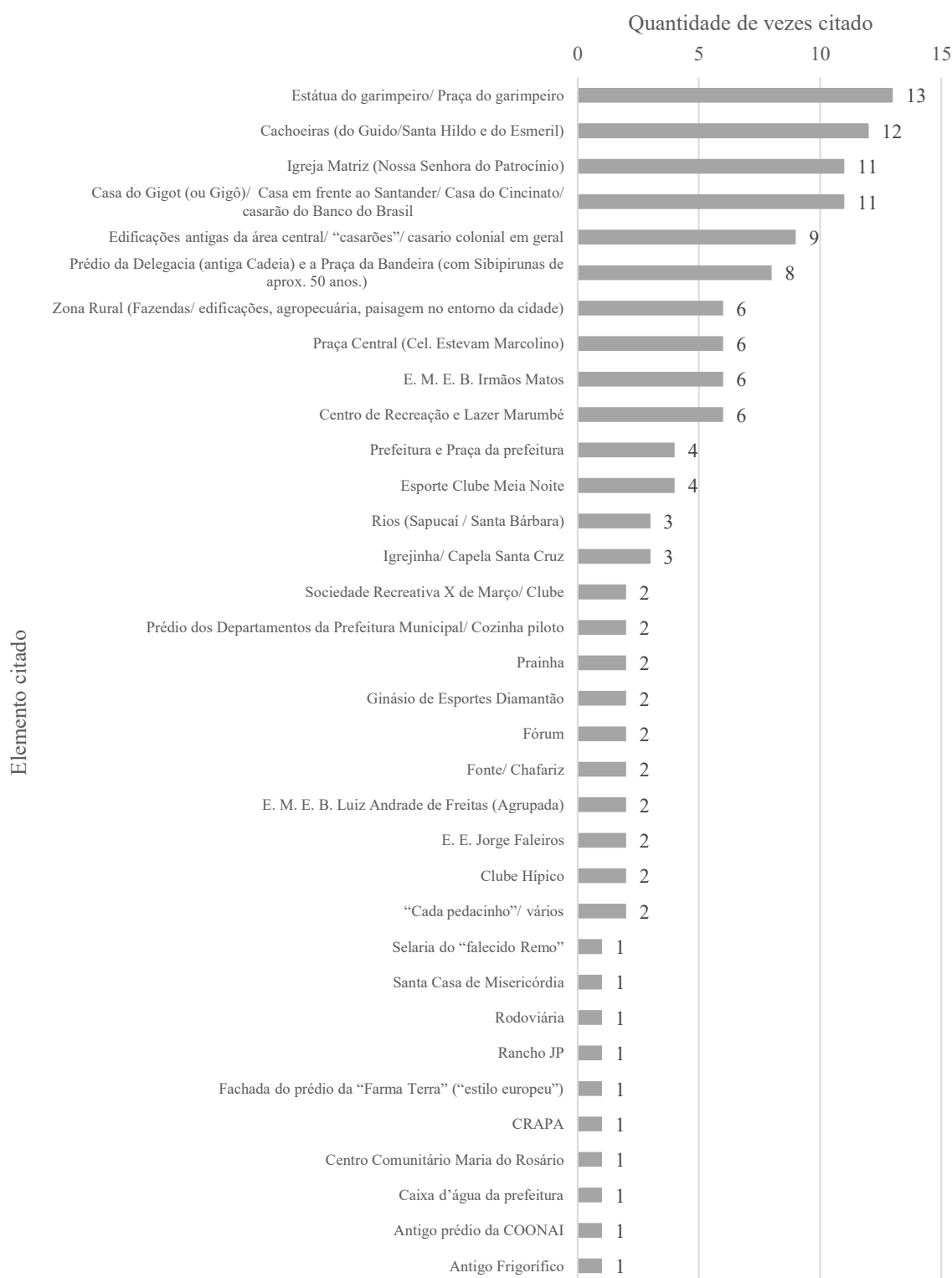
Há algum lugar específico que você considera patrimônio da cidade?
(incluindo construções públicas ou privadas, espaços abertos, paisagens naturais, elementos da natureza, dentre outros.)



Fonte: Autora, 2020.

Figura 84: Gráfico feito a partir das respostas **dos adultos** para: “Há algum lugar específico que você considera patrimônio da cidade?”.

Adultos - Há algum lugar específico que você considera patrimônio da cidade? (incluindo construções públicas ou privadas, espaços abertos, paisagens naturais, elementos da natureza, dentre outros.)

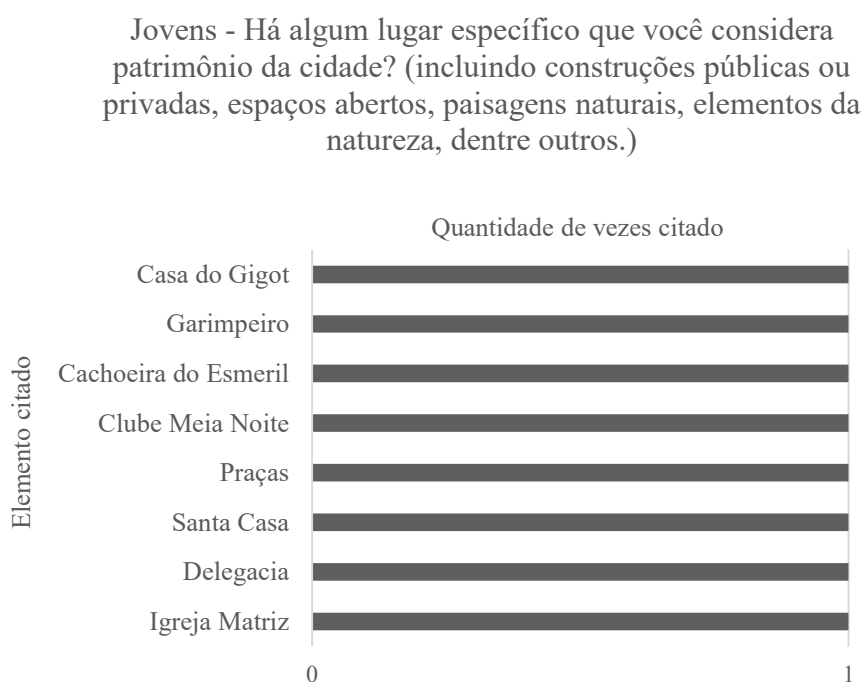


Fonte: Autora, 2020.

A partir desta separação, é possível perceber que a grande quantidade de respostas relacionadas à estátua do garimpeiro se refere ao público adulto. Apesar de nos gráficos a “estátua do garimpeiro” e a “praça do garimpeiro” serem consideradas um conjunto e, por isso, estarem computadas juntas, percebe-se que a única resposta vinda de um idoso tratando-se deste contexto, refere-se à praça.

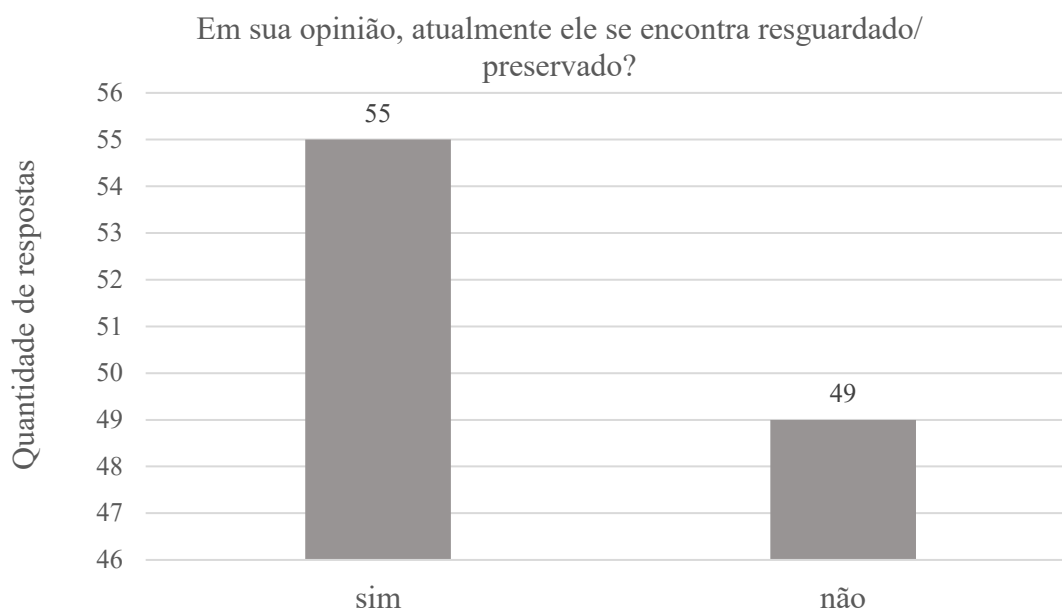
Apenas duas pessoas menores ou com 18 anos de idade responderam o questionário. Uma pessoa de 14 anos citou “Igreja Matriz, Delegacia, Santa Casa, praças...” (24º respondente do questionário, 2020), e a de 18 anos citou “Clube meia noite, Cachoeira do esmeril, garimpeiro, casa do Gigo na praça” (71º respondente do questionário, 2020), ou seja, respostas bem parecidas com as dos adultos.

Figura 85: Gráfico feito a partir das respostas **dos jovens** para: “Há algum lugar específico que você considera patrimônio da cidade?”.



Retornando à participação de forma geral, quanto à pergunta seguinte, a partir dos exemplos dados do que consideravam possíveis patrimônios culturais da cidade, questionou-se o estado atual de preservação dos mesmos, a partir de uma pergunta objetiva, com o resultado representado a partir do gráfico abaixo:

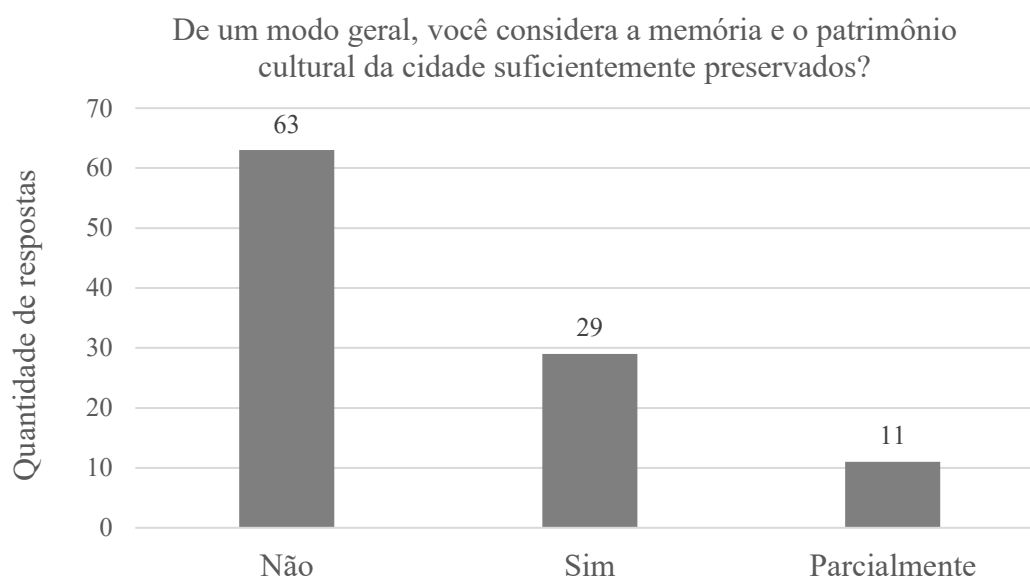
Figura 86: Gráfico sobre a preservação dos elementos citados como possíveis patrimônios culturais locais.



Fonte: Autora, 2020.

Apesar disso, quando questionados sobre o estado atual do patrimônio da cidade e sua memória, de um modo geral, grande parte respondeu que eles não se encontram suficientemente preservados, sendo que 11 (onze) pessoas responderam que há uma preservação “parcial” dos bens.

Figura 87: Gráfico feito a partir das respostas **totais** para: “De um modo geral, você considera a memória e o patrimônio cultural da cidade suficientemente preservados?”.



Fonte: Autora, 2020.

Esse questionamento é importante para entender qual a visão que os moradores têm também em relação à efetividade das políticas de preservação do patrimônio na cidade, e pelo que se percebe pelo gráfico, é vista como insuficiente. Sendo assim, a próxima pergunta foi feita justamente para, a partir dessa visão, observar quais as possibilidades que os moradores veem para que essa questão seja melhorada e as políticas de preservação se tornem efetivas no local.

Quando questionados sobre quais as possíveis sugestões, as respostas indicam desde intervenções pontuais até o maior envolvimento da população em todo o processo, passando pela responsabilização do poder público e por instrumentos mais tradicionais e conhecidos popularmente.

Tratando-se das intervenções pontuais, a maioria se refere às edificações mais antigas do Centro, principalmente tendo como solução a restauração: “Há algumas casas antigas no centro da cidade que necessitam de uma restauração para que seja preservado um pouco da história de nossa cidade.” (99º respondente do questionário, 2020); “Sim, fazer a devida preservação desses citados e de algumas residências, como a casa do Barão, e outras, mas todos têm muito receio quando se fala de Patrimônio Cultural” (78º respondente do questionário, 2020); “Que as edificações antigas fossem restauradas a fim de que marcassem suas respectivas épocas, nossa história” (78º respondente do questionário, 2020); “Projeto de restauração do patrimônio para características fe [sic] origem” (67º respondente do questionário, 2020), dentre tantas outras respostas parecidas.

Algumas mostram o descontentamento com o estado atual das praças, principalmente a da Matriz com respostas como: “Organizar melhor as praças e preservar os ambientes rurais” (82º respondente do questionário, 2020), e “Reativar a fonte, outros tipos de árvores, bancos, iluminação, calçamento” (3º respondente do questionário, 2020). Além da própria Igreja, que, a partir de uma reforma há mais de quatro décadas, teve suas pinturas internas removidas e, por isso, segundo um dos participantes: “A igreja matriz deveria ser restaurada e as pinturas no teto recuperadas.” (27º respondente do questionário, 2020).

Outras respostas demonstram apenas o incômodo com o abandono de alguns lugares, muito mais como forma de dar visibilidade a esta situação do que de solucioná-la: “Temos espaços com clube X de Março e Clube Hípico de Patrocínio Paulista que estão em total abandono” (53º respondente do questionário, 2020). Já para os cursos d’água, coloca-se a necessidade de “Primeiramente não ter o descarte de esgoto doméstico e/ou industrial no rio” (7º respondente do questionário, 2020).

Desde as primeiras respostas sobre o que deveria ser feito com as casas mais antigas, percebe-se que o restauro delas é visto como primeira alternativa para que a preservação do patrimônio na cidade melhore: “Pelo fato do patrimônio cultural ser parcialmente preservado, poderia existir um incentivo da cidade, para que essas construções deterioradas serem também restauradas, preservando a história, e deixando a cidade ainda mais bela” (11º respondente do questionário, 2020), ou “Reformas preservando a construção inicial” (72º respondente do questionário, 2020), acompanhados também na noção de perda, muito por conta das demolições citadas, em que se vê necessário “Fazer restaurações antes que se percam” (81º respondente do questionário, 2020).

Uma resposta ainda contempla o patrimônio natural, visto que as cachoeiras foram muito citadas quando se tratava de elencar quais eram bens patrimoniais da cidade:

Quanto às casas antigas, acredito que é uma perda irreversível caso tenham sido demolidas, por exemplo. Por outro lado, algumas que supostamente existam, poderiam sofrer aprimoramentos com mínima alteração na arquitetura principal. Quanto aos patrimônios naturais, promover leis ambientais que zelam pelos mesmos seria o suficiente. (66º respondente do questionário, 2020)

Algumas vezes, a sugestão da restauração vem simplesmente acompanhada pelo instrumento do tombamento, “Tombamento dos prédios antigos e restauração” (93º respondente do questionário, 2020), ou ainda abrangem uma listagem desses bens, que poderia ser feita a partir dos inventários, “Levantamento dos casarões da cidade, de suas histórias, proprietários e eventuais tombamentos” (22º respondente do questionário, 2020), apesar de aparentemente essas atividades serem vistas como exclusivamente técnicas e desvinculadas dos recursos para desenvolvimento urbano, em que há necessidade de “Designar pessoas para os devidos cuidados e eventos para levantamento de fundos para restauração” (56º respondente do questionário, 2020).

Nesse sentido, percebe-se também a visão de uma carência quanto aos profissionais especializados no assunto, em que se coloca como alternativa a busca por “Alguém responsável para dar dicas de preservação e melhorias.” (69º respondente do questionário, 2020), além do entendimento de que as próprias secretarias do município sejam responsáveis por esse olhar para o patrimônio, a partir de “Uma Secretaria da Cultura mais ativa e com pessoas com conhecimento específico, não político” (41º respondente do questionário, 2020), sem que seja, necessariamente, organizado um grupo para tratar especificamente do assunto: “Que seja criado um Departamento Municipal de Cultura que realmente se dedique à preservação do patrimônio cultural da nossa cidade.” (83º respondente do questionário,

2020), e ainda “Projetos de melhoria feitos em conjunto pelo Departamento de Engenharia Municipal e a Secretaria da Cultura” (15º respondente do questionário, 2020).

Por outro lado, algumas respostas demonstram a importância da criação de um órgão específico para a preservação, principalmente desvinculado, ou pouco influenciado, pelas determinadas gestões políticas municipais, para “Ter pessoas empenhadas neste objetivo independente da gestão, para que haja continuidade nas ações de preservação” (52º respondente do questionário, 2020), visto que “São feitas muitas mudanças estruturais nos prédios e locais de interesse público conforme muda as gestões na prefeitura no correr dos anos! Deveria ter um órgão responsável por acompanhar a preservação do que for de interesse público sem intervenção direta dos executivos no poder!” (104º respondente do questionário, 2020).

Além disso, para que esse órgão funcione percebe-se, em uma das respostas, a importância da relação entre a iniciativa pública, privada e a participação da população, mesmo que ainda demonstrada a partir da “conscientização”, oferecendo como alternativa para o local: “Primeiro criar um conselho de preservação para então formalizar leis municipais que realmente atuem na preservação, além de um trabalho de conscientização popular e iniciativas público/ privadas.” (13º respondente do questionário, 2020).

Nota-se que o discurso da “conscientização” está bastante presente em muitas respostas e, mais especificamente em uma delas, percebe-se a participação da população como consequência disso:

Maior conscientização popular sobre a importância da preservação dos patrimônios históricos, enfatizando os reflexos da mesma na identidade individual e coletiva de forma que as memórias, e seus sentimentos arraigados, sejam melhor compartilhados ao engendrar das gerações nativas. Sendo assim, haverá maior palco de discussão e engajamento da população sobre a temática. (1º respondente do questionário, 2020)

Além do mais, essa “conscientização” aparece de forma muito clara como efeito da Educação Patrimonial, principalmente tratando-se do ambiente escolar, a partir do “Trabalho de informação e conscientização nas escolas, respeito e cuidado com o patrimônio” (62º respondente do questionário, 2020), ou então, “Ter consciência da importância da história da cidade, e incentivar o estudo sobre esse tema nas escolas” (25º respondente do questionário, 2020). E ainda:

As memórias da cidade em relação a patrimônio cultura [sic] não são tratadas em escolas e nem passadas para frente, acaba que os jovens não despertam interesse e nem conhecimento a respeito do assunto talvez falar sobre isso, e valorizar de algum modo os patrimônios culturais. (6º respondente do questionário, 2020)

Aliás, é interessante como o tema da Educação Patrimonial se associa à responsabilidade das gerações mais ativas na configuração atual da cidade – como os jovens –, para a preservação do patrimônio como um “ato de cultura” (KÜHL, 2006), conforme abordado anteriormente, devido sua questão ética de preservar para as futuras gerações ou mesmo tendo os bens patrimoniais como uma reserva de sentido para os próximos moradores do local (LEPETIT, 2001).

Acho de suma importância trabalhar as histórias da cidade com crianças e adolescentes nas escolas para formarmos indivíduos que respeitem e protejam tudo que possa ser considerado relíquia para as futuras gerações e, com certeza, quando adultos, serão os primeiros a darem valor e fazerem o possível para preservar toda história do lugar que aprenderam a amar e respeitar. (102º respondente do questionário, 2020)

Além de respostas como: “Divulgar a história desses locais a população mais jovem e estimular a conservação” (57º respondente do questionário, 2020); “Toda cidade tem sua história, seu povo que ajudou a construir e isso precisa ser preservado, é patrimônio para as futuras gerações. [sic]” (40º respondente do questionário, 2020); “Mais segurança e respeito com aquilo que é nosso por direito no velho e crianças para tranquilidade nos final das tarde [sic]” (95º respondente do questionário, 2020); também é apresentada a necessidade dos investimentos nessas ações: “Investimento em educação patrimonial nas escolas e política pública específica” (87º respondente do questionário, 2020) e “Poder público e privado em parceria poderiam incentivar e conscientizar a população a importância da preservação da história” (71º respondente do questionário, 2020).

Para além dos investimentos públicos e privados nas ações de educação para o patrimônio, são citados também nas práticas de preservação aspectos como: “Parcerias com os setores privados e com os governos estaduais e federais para restauração e manutenção” (18º respondente do questionário, 2020); “Valorização e preservação da memória por parte dos órgãos responsáveis como prefeitura” (44º respondente do questionário, 2020), e “A prefeitura deveria valorizar nosso patrimônio, e criar um programa para preservá-los. O casarão que citei acima precisa muito de ser restaurado” [trata-se da “casa do Gigô”] (74º respondente do questionário, 2020).

Mais do que isso, coloca-se a responsabilidade dos proprietários em relação aos bens, sendo que uma solução dada seria “O poder administrativo da cidade, não fazer concessão de uso aqueles que tenham que desconfigurar a estrutura antiga do prédio” (88º respondente do questionário, 2020), e outra, que se baseia na consciência dos próprios governantes e proprietários:

Seria a conscientização de Governantes e Proprietários, sobre o valor das construções, Prefeitura e proprietários de imóveis antigos mudam suas características sem ao menos fazerem um estudo, ou simplesmente fazem a demolição, é o caso da sede da prefeitura, fizeram uma reforma sem ao menos tentarem preservar os traços originais do prédio! [sic] (4º respondente do questionário, 2020)

Mesmo que de forma mais tímida, a participação da população ativamente – uma visão muito importante e consoante com esse trabalho em desenvolvimento –, também aparece em algumas respostas, como: “Políticas públicas e sociedade civil organizada em associação” (43º respondente do questionário, 2020), “Maior interesse e envolvimento da população e administração, e verbas para investir” (10º respondente do questionário, 2020), dentre outras, das quais se destaca:

Sugiro que um trabalho em conjunto com a prefeitura e a população possa ser feito para que ocorra uma preservação do patrimônio da cidade. Além da prevenção para que esses locais não fiquem abandonados e nem se destruam com o tempo ou até mesmo vandalismo humano. (2º respondente do questionário, 2020)

Finalmente, dentre as respostas, algo que não era esperado, mas que apareceu significativamente foi a importância da criação de um museu. Algumas vezes, apenas como um indicativo de um lugar específico para tratar da história do local, como: “Cria uma casa da Cultura e patrimônio Cultural na cidade [sic]” (34º respondente do questionário, 2020) ou “Poderia fazer um museu” (101º respondente do questionário, 2020), e “Creio que a cidade precisa de um museu para mostrar a importância do setor hoje e no passado. Seria um museu com equipamentos do passado além de imagens e modelos [sic]” (39º respondente do questionário, 2020). E, outras vezes, como uma alternativa bastante pontual, até mesmo definindo o local:

A casa antiga no centro da cidade deveria ser restaurada, tombada como patrimônio histórico da cidade e lá ser uma espécie de um museu onde conta um pouco da história de patrocínio entre elas qm foram os prefeitos, os juizes as famílias tradicionais da cidade o garimpo q por anos predominou a região os policiais q trabalharam aqui tbm. [sic] (17º respondente do questionário, 2020)

Percebe-se, também, a vontade de que alguns desses bens, mesmo que atualmente sejam propriedades privadas, passem a atender uma demanda de uso público, seja como museu ou apenas como um espaço para usos culturais: “Poderiam liberar os espaços para ONGs, com focos na educação social, teatros, músicas, até mesmo complementos em áreas humanas quanto lógicas. Fazendo vários barracões separando cada projeto, ajudariam em estágios de ensinos superiores.” (42º respondente do questionário, 2020).

Compreende-se, dessa forma, que frequentemente a função social do bem não fica clara ou se confunde dentre as alternativas possíveis para a preservação do patrimônio local. Algumas vezes não se percebe que aquele elemento não é de responsabilidade apenas do proprietário, mas como faz parte da cidade, possui relação com o cidadão. Questiona-se, a partir de então, se o que falta é um espaço designado para uso público ou a compreensão da esfera pública do patrimônio, ou seja, aquela que tem relação com a cidade, com suas paisagens, perspectivas e panoramas.

De toda forma, deve-se reconhecer que, ao final das atividades com os adolescentes, um espaço como um museu também se mostrou como uma demanda. Além do mais, a criação de um “Arquivo público” por um grupo no *Facebook*, mostra-se como uma alternativa rápida, sem burocracias e independente de um local físico específico (que, de acordo com as respostas, se mostra carente) para facilitar o acesso de fontes documentais, ou simplesmente iconográficas.

Considera-se que as respostas obtidas nesse questionário exemplificam a diversidade de olhares sobre o patrimônio da cidade, algumas vezes mais próximos, enquanto população que compreende suas ações sobre os bens, e outras um pouco mais distantes, responsabilizando os governos e os proprietários. Porém, as análises se tornam fundamentais para perceber o que realmente é visto como importante para esses moradores, especialmente de idade adulta, já que foram a maioria dos respondentes. Além do mais, traçam indicativos e possibilidades para a formação de uma política pública do patrimônio local baseada no que os próprios moradores sugerem.

CAPÍTULO 4 | CAMINHOS PARA A PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO EM CIDADES DE PEQUENO PORTE.

4.1 As experiências em Patrocínio Paulista.

As experiências obtidas ao longo do desenvolvimento deste trabalho, principalmente as descritas no capítulo anterior, mesmo que provenientes de métodos e estratégias diferentes, abrem caminhos para análises em relação ao olhar da população de Patrocínio Paulista para com a cidade, principalmente se tratando de suas memórias e vivências referenciadas pelo que se poderia considerar patrimônio cultural local. Além do mais, espera-se que essas análises apontem possibilidades para preservações mais efetivas, baseadas nesses apontamentos.

Por conta das diferentes abordagens, mas principalmente da diversidade nos resultados entre as faixas etárias, acredita-se que seja importante, em um primeiro momento, separar as respostas de acordo com as idades, retomando as atividades feitas presencialmente com jovens

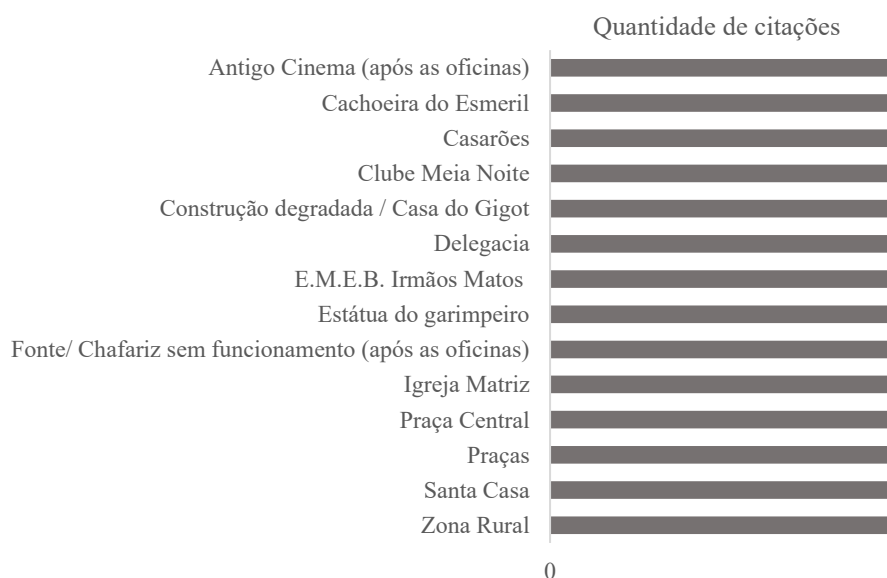
e idosos, apresentando-as graficamente para padronização das leituras e também para mesclar esses resultados com as respostas dadas por esses grupos (para além dos adultos) e através do questionário online.

Para essa padronização dos resultados, compreendeu-se a necessidade de escolher uma das perguntas do questionário que melhor correspondesse aos dados obtidos pelas outras atividades, portanto, foi levado em consideração o questionamento: “Há algum lugar específico que você considera patrimônio da cidade? (incluindo construções públicas ou privadas, espaços abertos, paisagens naturais, elementos da natureza, dentre outros)”.

Sendo assim, o primeiro “gráfico” a ser apresentado reúne os elementos citados pelos jovens como possíveis patrimônios da cidade, tanto nas oficinas quanto no questionário online, respondido por dois participantes menores de dezoito anos (Figura 88). Deve-se ressaltar que, como as primeiras atividades com os adolescentes na Escola Estadual Jorge Faleiros não foram em formato de questionário, mas sim de conversas e trabalhos artísticos, não foi possível quantificar os elementos citados em relação à quantidade de participantes.

Acredita-se que os dados os apresentados graficamente, mesmo sem quantidade estabelecida, tornam a leitura mais clara e objetiva em relação ao que a população mais jovem da cidade aponta. Tratam-se, principalmente, das citações feitas nos primeiros diálogos no ambiente escolar, bem como do último encontro com parte da turma, conforme descrito no subcapítulo (3.2).

Figura 88: Gráfico: Elementos citados pelos **jovens** em todas as atividades (Oficinas e Questionário).



Fonte: Autora, 2020.

Brevemente, percebe-se que, com exceção dos elementos da Zona Rural, como a Cachoeira do Esmeril (Figura 89), localizada próxima à divisa de Patrocínio Paulista com Altinópolis-SP e que aparece como “Quarta capa” do almanaque mais recente da cidade, os outros elementos citados se localizam no Centro da cidade.

Destaca-se que a cachoeira citada se encontra significativamente distante da Zona Urbana (aproximadamente 30 Km pela Estrada do Leite) , ou seja, a relação com o rio (como por exemplo, quando ele corta a cidade) é distinta e já não é mais parte de um cotidiano a ser destacado (mesmo que ainda haja relação visual com ele através da ponte na entrada da cidade, Figuras 90 e 91).

Figura 89: Cachoeira do Esmeril.



Fonte: Tainara Oraldina, 2020.

Figuras 90 e 91: Ponte sobre o rio Sapucaizinho na entrada da cidade.



Fonte: Autora, 2020.

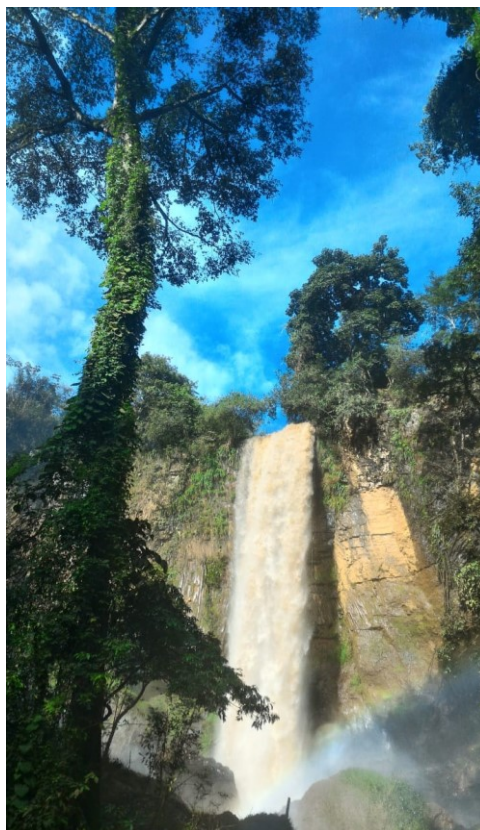
Ressalta-se novamente a presença da Escola Irmãos Matos, local em que grande parcela da população estudou e que faz parte de um passado muito recente para esses jovens. Para além da sólida imagem do garimpeiro e da Igreja Matriz como marcos da cidade, é interessante notar como apareceram “Santa Casa”, “Clube Meia Noite” e “Delegacia”.

A praça central, com as edificações antigas ao seu entorno, denominadas “casarões” pelos estudantes, bem como a casa em estado muito degradado, citada tanto nas oficinas quanto no questionário pelos jovens (Casa do Gigot/ Gigô), marca essa centralidade. Nota-se também que nos últimos encontros, a presença de um cinema onde hoje se encontra um estabelecimento comercial, mostrou-se importante para os adolescentes, bem como a fonte, atualmente sem funcionamento, que foi muito citada por todas as gerações, indo ao encontro da “ideia de perda”, de algo que esses adolescentes nem mesmo chegaram a vivenciar.

Percebe-se, a partir do gráfico com as repostas isoladas pela faixa etária dos adultos (Figura 93), que a maior parte dos elementos citados pelos jovens está compreendida nas citações da geração mais próxima a eles (adultos), principalmente quando se trata da estátua do garimpeiro e da Igreja Matriz compreendida na praça central e seu entorno.

Além disso, percebe-se que as cachoeiras se mostram bastante significativas para os adultos, dessa vez estando presente também a Cachoeira do Guido (a aproximadamente 10 Km do perímetro urbano). Esse fato deve ser levado em consideração, pois além de serem atrativos turísticos de aventura (atividades como Rapel), são destacadas como patrimônio natural local. (Figura 92)

Figura 92: Cachoeira do Guido.



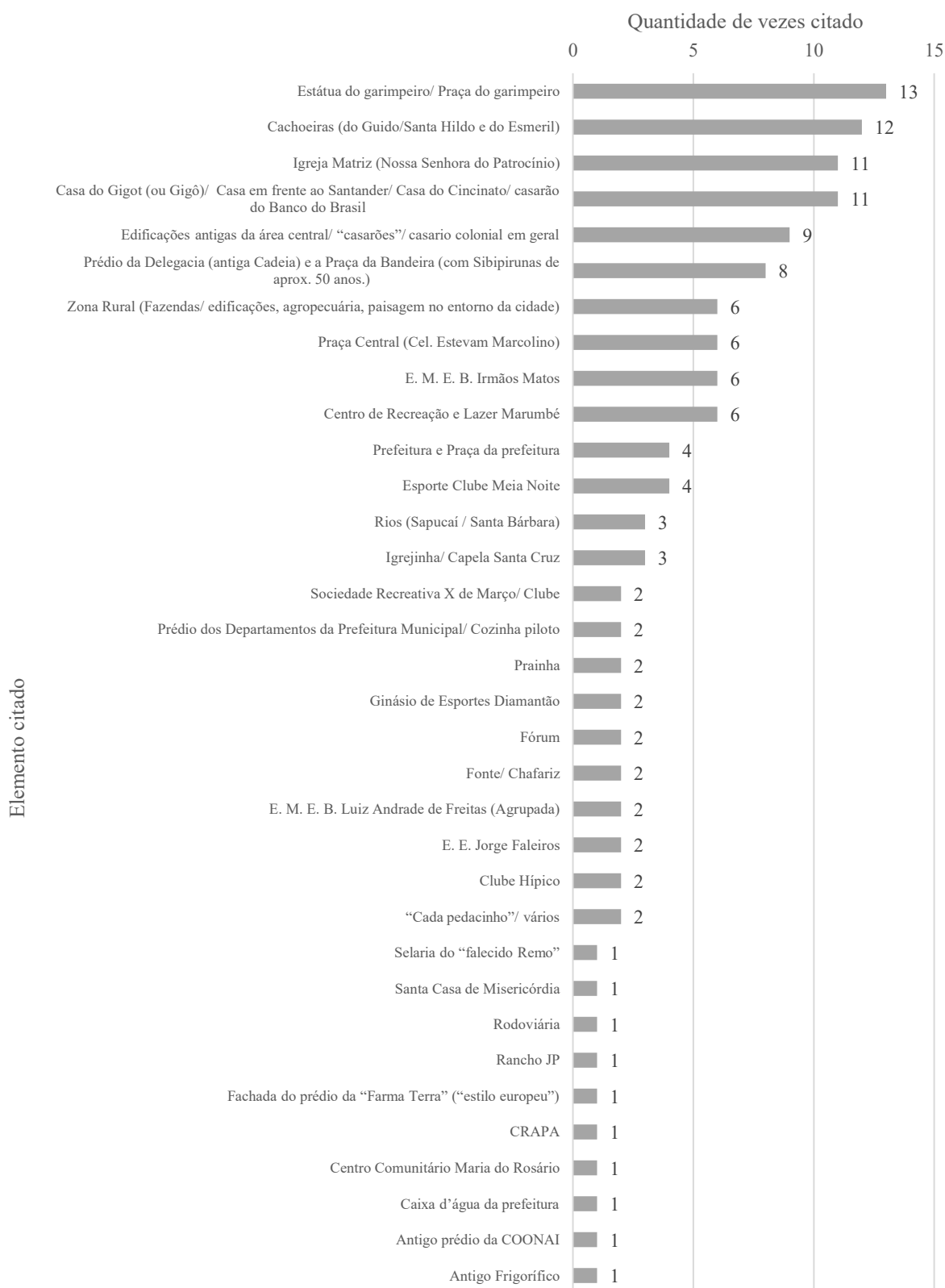
Fonte: Lucas Freitas, 2019.

Percebe-se que nos questionários a relação com o rio se apresenta um pouco mais expressiva, sendo que principalmente os rios Sapucaizinho e Santa Bárbara, que cortam a cidade, foram citados, visto que provavelmente alguns adultos chegaram a ter mais contato com os rios e possuem memórias afetivas para com eles. Ainda assim, aparecem em menores proporções quando comparados aos elementos mais citados.

Fica claro que se tratando da localização dos elementos citados em relação ao território urbano, enquanto os exemplos dados pelos jovens concentram-se no Centro, o dos adultos, de certa forma, se ampliam e se tornam bem parecidos com o espaço da cidade “desenhado” pelos idosos. Porém, ainda há concentração das referências nos bairros mais antigos, como Centro e Santa Cruz⁴³ e alguns elementos isolados nos bairros Nova Patrocínio, Vila Hípica e Jardim Coonai, que, por sinal, são os mesmos citados pelos idosos.

⁴³ Além destes, os idosos citam os bairros da Porteira e Tabatinga, também antigos em relação à ocupação do território.

Figura 93: Gráfico: Elementos citados pelos **adultos** no Questionário.



Fonte: Autora, 2020.

Figura 94: Gráfico: Elementos citados pelos **idosos** em todas as atividades (Mapas Mentais e Questionário) – Parte 1.

I



Fonte: Autora, 2020.

Figura 95: Gráfico: Elementos citados pelos **idosos** em todas as atividades (Mapas Mentais e Questionário) – Parte 2.

II



Fonte: Autora, 2020.

Ao analisar o gráfico feito a partir das atividades desenvolvidas pelos idosos (Figuras 94 e 95), é perceptível que há uma quantidade maior de respostas e grande parte delas trata-se de exemplos muito individuais, importantes especificamente aos participantes, visto que a maioria provém dos mapas mentais. De 36 participantes idosos, 26 fizeram os mapas mentais e 10 responderam ao questionário online.

Porém, tratando-se das respostas mais frequentes, ou seja, para além das questões individuais percebe-se que, entre os idosos, a praça central, mas principalmente a Igreja Matriz, também se apresentam como representantes da memória e patrimônio local.

Apesar disso, a estátua do garimpeiro não aparece entre os elementos mais citados e, quando citada, é referenciada como a “praça do garimpeiro”. Mesmo assim, de um modo geral, considera-se nesse trabalho a praça e a estátua como um conjunto, visto que, ao analisar morfologicamente tal espaço livre, percebe-se que ele é composto por um triângulo, obtido a partir do traçado viário, com pouco mobiliário urbano, resumindo-se aos bancos de concreto, pequenos canteiros e a figura emblemática do garimpeiro através de seu monumento (Figura 103).

Em contrapartida, é notado que dentre os idosos, a Zona Rural é bastante destacada, o que pode ser reflexo justamente da ocupação do local, visto que sessenta anos atrás a relação de habitantes entre a zona rural e urbana era muito mais equilibrada do que hoje e, como visto nos mapas mentais, muitos deles nasceram ou trabalharam em fazendas.⁴⁴

Além disso, ficam evidentes elementos que já não existem, mas fazem parte da memória dessas pessoas, como o coreto na praça e, até mesmo, usos como o do cinema (Cine-Flórida), espaços de lazer e pontos comerciais, que apesar de não mais funcionarem, alguns dos edifícios que os abrigavam ainda existem. Esses pontos citados foram melhor abordados no subcapítulo 3.3, mas nessa etapa do trabalho, busca-se ressaltar a partir de todas as atividades quais são os pontos mais representativos e quais as relações entre as respostas e as idades dos participantes.

Dessa forma, a partir da reunião dos dados obtidos, pôde-se perceber quais são os elementos de Patrocínio Paulista considerados possíveis patrimônios culturais pelas três

⁴⁴ A relação campo-cidade se dá também pela presença de elementos da zona rural no espaço urbano, especialmente nos comércios e manufaturas, como no caso da selaria, da venda do queijo, entre outros. Ou seja, não há um limite claro entre atividades urbanas e rurais, mas elas de certa forma se mesclam no cotidiano dessas pessoas. O espaço urbano se mostra dependente das atividades rurais (fato que se torna menos perceptível quando as cidades crescem e as pessoas perdem a ligação de onde vem os alimentos, por exemplo)

gerações. Essa relação está representada graficamente através da “Tabela de consonância das citações entre as gerações” (figura 96), em que se encontram sete pontos.

É importante ressaltar que eles não representam os mais citados por cada geração, mas os que foram citados por **unanimidade** entre elas. Por isso, ao lado de cada elemento, são mostradas as porcentagens de citações por faixa etária, visto que a quantidade de participantes dos grupos não é uniforme, e através do percentual os pontos citados ficam proporcionais à quantidade de respostas.

Porém, pelo fato de não ser possível quantificar as respostas dos jovens nas oficinas, a coluna referente aos percentuais de citações para essa geração se torna inviável. De toda forma, o mais importante para esse momento de análise é realmente compreender o que é unanimidade nos olhares da comunidade para com a cidade, independente da geração.

Figura 96: Tabela com os pontos citados em unanimidade por todos os grupos etários e as porcentagens de citação de cada grupo.

Tabela de consonância das citações entre as gerações			
Local	Porcentagem de citações		
	Idosos	Adultos	Jovens
Edificações antigas (casarões)	3%	10%	xxx
E.M.E.B. Irmãos Matos	14%	7%	xxx
Igreja Matriz	42%	12%	xxx
Praça Central	19%	7%	xxx
Zona Rural	17%	7%	xxx
Fonte/ Chafariz sem funcionamento (após as oficinas)	11%	2%	xxx
Estátua/ Praça do Garimpeiro	6%	14%	xxx

Fonte: Autora, 2020.

Abaixo, encontram-se as imagens desses pontos citados, de acordo com a ordem estabelecida na tabela:

Figura 97: Algumas edificações antigas da área central.



Fonte: Autora, 2020.

Figura 98: Escola Municipal de Ensino Básico Irmãos Matos (atualmente cercada por muros, o que dificulta a percepção do edifício).



Fonte: Autora, 2020.

Figura 99: Igreja Matriz.



Fonte: Autora, 2020

Figura 100: Praça Central com Igreja Matriz ao fundo.



Fonte: Autora, 2020.

Figura 101: Estado atual da fonte.



Fonte: Autora, 2020.

Figura 102: Parte da Zona Rural.



Fonte: Lucas Freitas, 2020.

Figura 103: Praça do Garimpeiro.



Fonte: Autora, 2020.

Entretanto, mostra-se também importante realizar uma análise que apresente os pontos mais significativos para cada geração (Figura 104), visto que, como se percebe pela tabela acima, alguns elementos que apareceram em todas as gerações como possíveis patrimônios podem ser mais significativos para algum grupo etário em detrimento de outro, como, por

exemplo, a fonte/chafariz: enquanto 11% (onze por cento) dos idosos citaram, apenas 2% (dois por cento) dos adultos a lembrou, assim também há um contraste em outros elementos.

Essa contraposição, por exemplo, pode se dar pelo fato de que foram os idosos que tiveram mais contato com a fonte em pleno funcionamento por mais tempo, além dos momentos de lazer de tal geração terem sido marcados pelos encontros na praça, ao entorno da fonte.

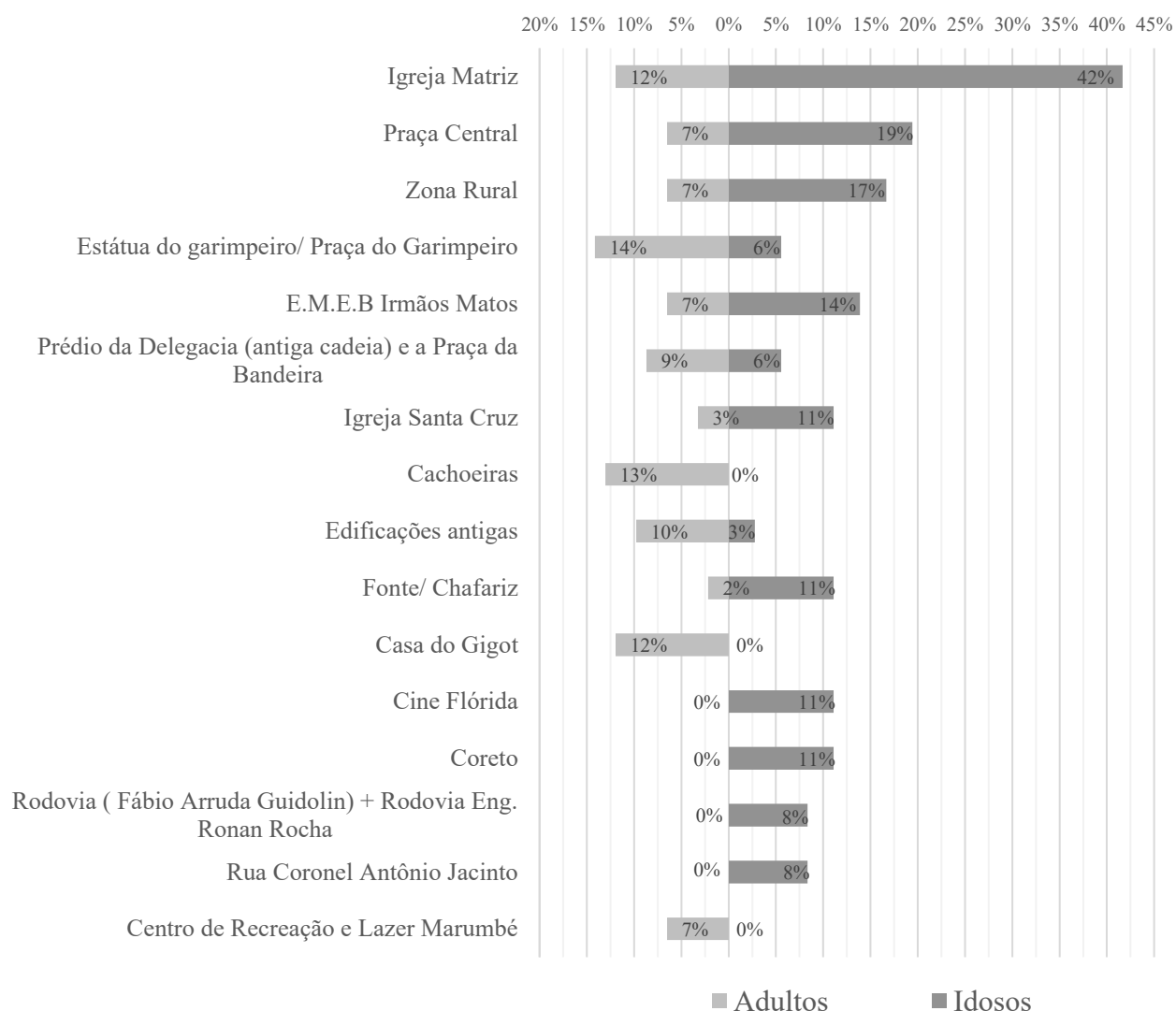
Sendo assim, foi elaborado um gráfico que reúne os dez pontos mais citados de cada grupo etário, sendo que, quando correspondem entre si, aparecem apenas uma vez, por isso foi obtido o total de dezesseis elementos. Ressalta-se novamente que, como não há quantificação das citações feitas pelos jovens, nesse gráfico é considerado o fato de que os elementos citados por esse grupo são muito parecidos com os apontados pelo grupo dos adultos.

A partir desse gráfico, é possível comparar a representatividade desses elementos para as gerações e, assim, analisar quais são as principais diferenças nesses apontamentos e o motivo de elas acontecerem.

Deve-se observar que, quando o elemento é citado por mais de um grupo, ele aparece com as duas barras de porcentagem, ao passo que, quando algo foi apontado apenas por um dos grupos, apenas uma barra aparece, que são os casos das “Cachoeiras”, da “Casa do Gigot” e do “Centro de Recreação e Lazer Marumbé” citados apenas por adultos, mas aparecendo entre os dez mais representativos para eles. Bem como os casos do “Cine Flórida”, “Coreto”, “Rodovia” e “Rua Cel. Antônio Jacinto”, mais citados pelos idosos, mas que não aparecem entre os dez mais representativos para os adultos.

Ressalta-se que os dados estão também organizados em ordem dos mais citados aos menos, considerando as porcentagens dos grupos juntas. Assim, observa-se que a Igreja Matriz continua sendo considerada o mais significativo patrimônio de Patrocínio Paulista. Dessa forma, observam-se a seguir o gráfico de comparação entre os dez elementos mais representativos para cada geração e as imagens referentes aos novos pontos citados (em relação à Tabela e às imagens já apresentadas):

Figura 104: Gráfico de comparação entre os dez mais citados de cada geração (Considerando o grupo dos idosos e dos adultos (+jovens)).



Fonte: Autora, 2020.

Figuras 105 e 106: Edifício da Delegacia (antiga Cadeia) na Praça da Bandeira.



Fonte: Autora, 2020.

Figuras 107 e 108: Vista da Rodovia (entrada da cidade) e ponte sobre o rio Sapucaizinho.



Fonte: Autora, 2020.

Figuras 109 e 110: Casa do Gigô/ Gigot (edificação degradada)



Fonte: Autora, 2020.

Figuras 111 e 112: Cine Flórida em funcionamento na década de 1960 e edificação na atualidade.



Fonte: Zélia Andrade, 1963; Autora, 2017.

Figura 113 e 114: Antigo coreto presente na praça central. (Imagem adaptada/recortada)



Fonte: Izar Andrade, 1961.

Figuras 115 e 116: Capela/Igrejinha Santa Cruz.



Fonte: Autora, 2020.

Figura 117: Cachoeira do Esmeril.



Fonte: Tainara Oraldina, 2020.

Figura 118: Vista da rua Cel. Antônio Jacinto.



Fonte: Autora, 2020.

Figuras 119 e 120: Entrada do Centro de Esportes e Lazer Marumbé e Celebração do *Réveillon* 2020 em sua área interna.



Fonte: Autora e Prefeitura Municipal de Patrocínio Paulista, 2020. Disponível em:

<https://www.patrociniopaulista.sp.gov.br/portal/noticias/0/3/1191/reveillon-2020>.

Deve-se ressaltar que a Tabela de Consonância dos elementos pelas gerações e o Gráfico dos mais citados de cada geração, por serem análises de proporção, ou seja, consideram o número de citações de acordo com o número de participantes de cada grupo etário, foram feitos também para amenizar as diferenças das abordagens entre os grupos, já citadas no capítulo anterior, e a quantidade de participantes de cada um deles.

É importante também ressaltar, que neste trabalho há o uso frequente da palavra *comunidade* para representar a população que mora no local e as relações que possuem com a cidade. Porém, destaca-se que apesar de apresentarem muitas recorrências no que consideram patrimônio local, apresentam também dissonâncias de acordo com suas vivências pessoais e, como foi possível perceber, essas ressonâncias e dissonâncias ficam mais claras de acordo com as faixas etárias.

Claramente, isso se deve ao fato de que a cidade passa por um processo constante de transformações, sendo que os edifícios se modificam, assim como seus usos, ou mesmo desaparecem. Sendo assim, é muito provável que elementos que marcaram as vivências de pessoas idosas, naturalmente não façam parte das vidas dos mais jovens.⁴⁵

Porém, a partir das pesquisas feitas sobre os principais documentos históricos utilizados para consultas sobre a cidade, ou seja, os Almanques, é possível estabelecer uma forte relação entre os elementos mais destacados como representantes da cidade e de sua população, com as

⁴⁵ Ou, assim como abordado no terceiro capítulo, alguns elementos passaram a ser incorporados como parte das lembranças dos jovens, por conta do que foi vivido e transmitido pelas gerações anteriores, através da história oral.

datas de lançamentos dos livros, seus principais conteúdos e a possível construção de uma memória local.

Além disso, a própria pesquisa já citada, feita por Fátima Lopes para seu mestrado em 2002, que aborda justamente o uso do primeiro almanaque nas escolas⁴⁶, auxilia na percepção de como as crianças aprendem a história da cidade, a partir de elementos elencados pelo grupo que organizou o exemplar desse almanaque. Considerando o fato de que, a partir do lançamento do segundo almanaque, este passou a ser amplamente utilizado nas escolas, é possível notar as diferenças referentes às gerações que os estudaram.

Segundo a autora, um dos pontos mais importantes que diz respeito ao contexto em que (e por que) foi desenvolvido o primeiro Almanaque Histórico da cidade se relaciona às comemorações de seu centenário que, de acordo com ela, muito influenciou os próprios textos contidos nele:

O Almanaque, materialização do conhecimento histórico produzido sobre Patrocínio Paulista, legitima as comemorações do centenário, pois o passado relembrado e instrumentalizado confere sentidos aos festejos comemorativos no presente. As memórias locais, **selecionadas e organizadas** por meio de um registro escrito, remetem a um **passado, recortado**, que veio à tona naquele momento histórico. Assim, podemos afirmar que a produção do *Almanaque* foi movida pelo clima comemoracionista, dentre outros motivos, porque o legitimava. A memória histórica registrada, por sua vez, **cria, afirma e reafirma** visões sobre o passado local, pois as comemorações são acontecimentos propícios às reflexões nas quais a história é objeto de interpretações e representações. Neste caso, uma das facetas desta configuração diz respeito a publicações que são geradas a partir do “ato de comemorar”. (LOPES, 2002, p. 82, grifo nosso)

As visões sobre o passado local são criadas e reafirmadas nesses escritos, principalmente quando se trata da origem da cidade, com vários textos sobre as atividades do garimpo na região e, mais ainda, trazendo a figura do garimpeiro como herói fundador da cidade, tal qual a figura do bandeirante: “heróis, destemidos, desbravadores – sonhadores, por quê não? Garimpeiros... *“bandeirantes, de ontem e de hoje”*: imagem reafirmada com a ereção do monumento, alimentando assim o *mito fundador*. ”⁴⁷ (LOPES, 2002, p. 81).

Nesse sentido, a palavra “comemorar”, do latim “*commemorare*”, “trazer à memória”⁴⁸ muito se relaciona com “monumento”, do latim “*monumentum*”, “construção ou obra que

⁴⁶ Os dados obtidos na pesquisa são frutos de questionários feitos por Fátima em 2000, em todas as escolas da zona urbana, incluindo a *Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE)*, passando pelo Ensino Infantil até o Médio, sendo que para este último e para o Ensino Fundamental (5ª a 8ª séries, atuais 6º e 9º ano), a consulta foi feita apenas com os professores de História. Deve-se atentar ao fato de que já nesse ano não haviam mais exemplares à venda.

⁴⁷ A autora relaciona essa construção da memória a partir da imagem do garimpeiro com o “mito fundador” abordado por Marilena Chauí.

⁴⁸ PRIBERAM, “comemorar”, in *Dicionário Priberam de Língua Portuguesa* [e-book], 2011.

transmite a recordação de alguém ou de algum fato memorável”⁴⁹ e é nesse sentido que se compreende que também nesse contexto foi erguido o monumento, mais conhecido como “estátua do garimpeiro”.

Deve-se observar que referente ao garimpeiro, o Almanaque publicado em 1986 aborda de forma recorrente sua figura a partir dos escritos, porém, como a estátua ainda estava em construção – visto que tanto o almanaque quanto a estátua são exemplares desse período “comemoracionista”–, a única informação sobre tal monumento é encontrada no artigo “História das vias públicas patrocínenses”, quando se trata da “Praça dos garimpeiros”⁵⁰, que aparentemente tinha esse nome e havia ganhado um marco (muito mais simples) uma década antes:

9. PRAÇA DOS GARIMPEIROS. Antigo Largo Municipal (onde se localizava o prédio da primeira Câmara e Cadeia). Depois Praça Ruy Barbosa (quando parte dela foi transferida a particulares). Posteriormente Praça São Paulo (Lei nº 150 de 1956). A Praça dos Garimpeiros foi remodelada na gestão do prefeito Leonardo Falleiros do Nascimento, que fez colocar em seu centro uma grande rocha, onde se encontram fixados a figura de um garimpeiro e um dístico: “Esta rocha não nasceu assim, grande e forte, mas foi formada por várias partículas, obra paciente da natureza, num processo constante de crescimento. Assim se fez Patrocínio Paulista, num processo constante de crescimento, perseverança e trabalho, iniciado pelos GARIMPEIROS. Patrocínio Paulista, setembro de 1976. Prefeito Leonardo Falleiros do Nascimento 1973/1976”. **Na atual gestão do prefeito Aloísio de Andrade Freitas está sendo erigido mais um monumento nessa praça.** (MOREIRA, 1986, p. 263, grifo nosso)

⁴⁹ PRIBERAM, “monumento”, in: Dicionário Priberam de Língua Portuguesa [e-book], 2011.

⁵⁰ A partir das respostas do questionário, analisando a própria nomenclatura da praça, é possível perceber que se tratando de um local para homenagear os “fundadores da cidade”, ou seja, os garimpeiros há uma confusão com a própria estátua quando se refere a ela como “Praça do garimpeiro”, no singular, muitas vezes fazendo referência à praça que contém uma estátua de garimpeiro.

Figura 121: Rocha com dístico em homenagem aos garimpeiros, 1976.



Fonte: Autora, 2020.

Percebe-se, também, o caráter monumental, no sentido da escala, quando se compara a rocha com o dístico de homenagem e a estátua ao fundo, representando uma figura humana, mas em escala muito maior.

Ainda sobre o aspecto “comemoracionista”, ao analisar como este almanaque era utilizado nas escolas nos anos 2000, Fátima aponta que há uma continuidade no “trazer à memória”, quando a maior parte dos professores respondem que o utilizam como referência principalmente (ou exclusivamente) no período de aniversário da cidade, em que, a partir disso, “percebemos uma continuidade no que diz respeito às comemorações como momentos propícios para construções históricas oficiais que, por sua vez, colaboram na constituição de uma memória coletiva.” (LOPES, 2002, p. 202)

Esse ponto faz parte de suas considerações críticas sobre o uso do almanaque nas escolas apenas no período de aniversário da cidade, visto que dessa maneira a história torna-se algo distante da realidade dos alunos (mesmo sendo referente à cidade em que moram) e se restringe a algo do passado, não relacionada com as vivências deles para com a cidade no presente:

Notamos que vários professores afirmaram trabalhar com a história local em março, quando ocorre a comemoração do *aniversário do município*. Acreditamos ser possível desenvolver um trabalho mais sistemático com história local e não somente em função das comemorações, em determinado momento do ano. Por sua vez, deve-se ou não trabalhar a data comemorativa do aniversário da cidade? Para nós, não é somente “descartando” algumas datas, alguns fatos históricos, que adotaremos uma perspectiva de trabalho que fuja da denominada “história tradicional”, ou seja, é possível partir destes fatos, destas datas e, de acordo com os propósitos do professor, ampliar a abordagem no sentido de estimular reflexões mais críticas sobre os mesmos. (LOPES, 2002, p. 160)

Como apresentado algumas vezes, esse primeiro almanaque foi vendido em um período curto. Conforme a própria dissertação usada como referência expõe, a Biblioteca Municipal e as escolas possuem alguns exemplares, mas por mais que muitas pessoas o tenham adquirido no período, inclusive professores, mais de três décadas depois o seu acesso se tornou restrito.

Um exemplo prático dessa dificuldade de acesso atualmente pode ser considerado a partir das atividades realizadas por essa pesquisa na Escola Estadual Jorge Faleiros, em que os alunos pesquisaram nos almanaques sobre a cidade. Com apenas dois exemplares do primeiro almanaque disponíveis, fomos informados de que as consultas deveriam ser feitas apenas na biblioteca da escola, haja vista a pequena quantidade deles e a possibilidade de sumirem.

Apesar disso, sabe-se que o almanaque mais recente é bastante utilizado e, conforme já citado, ele encontra-se disponível no formato digital no portal eletrônico da prefeitura de Patrocínio Paulista. Ainda analisando a relação com o garimpeiro, nesta publicação mais recente, a estátua aparece como “locais históricos” com uma breve descrição de quando ela foi

erguida e considerando-a “cartão-postal da cidade”, o que de alguma forma traz uma relação da praça como um “lugar de memória”, além de todo histórico sobre a fundação da cidade pelos garimpeiros, assim como no primeiro exemplar. (Figura 122)

Figura 122: Página do Almanaque referente aos “loais históricos” de Patrocínio Paulista.

127 anos de história - PATROCÍNIO PAULISTA

LOCAIS HISTÓRICOS

- **PARÓQUIA NOSSA SENHORA DO PATROCÍNIO**
- **IGREJA DO MUNICÍPIO DE PATROCÍNIO PAULISTA**



ESTÁTUA DE GARIMPEIRO

Escultura que representa os garimpeiros que deram origem à cidade e que deslumbra o visitante que entra em Patrocínio Paulista.

O monumento, inaugurado no centenário da cidade, em 1985, homenageia e leva o nome da praça que o abriga, do Garimpeiro. Nele, um homem com uma peneira nas mãos representa os trabalhadores pioneiros. Considerado o cartão-postal da cidade, essa obra retrata a atividade de garimpo, que no passado foi frequente no município, mas que hoje não é mais realizada por questões ambientais – mas há quem aposte que ainda existem garimpeiros vivendo na região.



Praça do Garimpeiro.

Sendo assim, compreende-se o quanto esses documentos, que são as principais fontes de consulta da população em relação à história da cidade, podem ser responsáveis por construir a memória local e, até mesmo, elencar o que mais representa o município, juntamente com os seus “marcos comemoracionistas”.⁵¹

Esta questão se torna clara quando as atividades com os moradores e suas repostas a elas são separadas de acordo com as faixas etárias. Analisando os resultados dos idosos, não há representação da estátua do garimpeiro em nenhum mapa mental e, por mais que apareçam nas respostas do questionário como patrimônio local, há uma relação maior com a praça, mesmo que ainda sendo uma resposta menos expressiva.

Como a estátua e o próprio almanaque surgiram há pouco mais de três décadas e, mesmo se tratando da rocha que homenageia os garimpeiros (aproximadamente há quatro décadas), é possível perceber que esse não é o principal elemento citado por essa geração, apesar de as atividades do garimpo estarem muito mais próximas cronologicamente a ela.

Talvez, também por conta do estímulo diferente pelos mapas mentais, suas respostas estão muito mais vinculadas às suas memórias mais distantes, muitas vezes com o sentimento de perda, mas principalmente suas vivências através dos trajetos de suas casas a pontos como a Igreja Matriz.

Na faixa etária dos adultos, muito mais ampla, que compreende tanto uma parte da população que acompanhou a implantação do monumento quanto uma parcela que chegou a estudar a história da cidade através dos almanaques, percebe-se que há uma quantidade maior de citações da estátua do garimpeiro como patrimônio e representação da cidade.

Já relativo aos jovens e crianças, observa-se que o garimpeiro se torna realmente a maior referência da cidade, um “cartão-postal”. Acredita-se que a “história registrada” da cidade, tanto na construção do monumento quanto nos documentos escritos, consolida essa “imagem da cidade” para a geração mais nova. A “cidade do diamante”, como é conhecida Patrocínio Paulista, atualiza essa história de sua fundação, mesmo que, como se percebe pelas respostas, a relação com o rio que corta a área urbana tenha se tornado cada vez mais apenas visual.

Considerando ainda essa afirmação de um “cartão-postal” da cidade, ao lado da estátua do garimpeiro, a Igreja Matriz aparece como o outro “local histórico” e, mais especificamente, aparece como a “Igreja do município de Patrocínio Paulista”, referindo-se à Paróquia de Nossa Senhora do Patrocínio. Nesse sentido, mesmo que outras páginas do almanaque abordem algumas outras igrejas presentes na cidade, se comparado com as respostas de todas as gerações,

⁵¹ Ou assim como aponta LE GOFF (1996), os documentos se transformam em monumentos.

percebe-se que há um reflexo do que a população considera como patrimônio na própria publicação. Ou seria o contrário?

Enfim, desde o primeiro almanaque percebe-se que há um grande destaque para a Matriz, sendo que a abordagem relacionada à Congregação Cristã no Brasil e à Assembleia de Deus é muito menor se comparada à igreja católica. Reconhece-se que, tradicionalmente, assim como em muitas cidades brasileiras, a área urbana se consolidou próxima aos elementos do rio e da igreja, especificamente católica.

Porém, o que se observa é que essa questão é ainda mais afirmada na publicação de 1986, visto que a imagem que ilustra a capa do primeiro almanaque do município é justamente a Igreja Matriz de Nossa Senhora do Patrocínio. (Figura 23).

Além disso, o posicionamento do edifício, bem como seu gabarito, possibilita que ele seja visto em vários ângulos pela cidade, principalmente nos bairros centrais, se tornando um marco na paisagem (Figuras 123).

Figura 123: Vista da Rua Itirapuã no Bairro Santa Cruz com Igreja Matriz ao fundo.



Fonte: Autora, 2020.

Dessa forma, é possível compreender a grande quantidade de respostas relacionadas à Igreja Matriz entre todas as gerações, mas principalmente pelos idosos. Além do mais, percebe-se que há uma ideia ainda muito vinculada a um “patrimônio monumental”, mesmo que se tratando do município ainda seja mais modesto. E isso pode ser uma das causas da construção ser indicada como patrimônio local.

Ainda falando sobre as capas dos almanaques, assim como já abordado, percebe-se que a versão mais recente tem como última capa (ou quarta-capa) uma fotografia da cachoeira do Esmeril (Figura 24), muito mais citada pelos adultos e pelos jovens do que pelos idosos. Além

do maior estímulo ao turismo e, com isso, mais visitas pelos jovens, é possível que essa imagem da cidade tenha sido ainda mais valorizada com a publicação.

Apesar disso, quando analisamos a tabela de consonâncias, observa-se a relação com a Zona Rural citada por todas as gerações, o que demonstra também uma característica bastante comum nas cidades de pequeno porte.

Voltando para a região central, especialmente nas proximidades da Igreja Matriz, percebe-se que estão localizados os outros pontos mais citados pelas três gerações. Além da praça e da fonte que marcou muitas histórias no passado, mas que hoje não se encontra em funcionamento, as edificações mais antigas se mostram bastante significativas para a população local, chamando atenção principalmente para as que estão em estado mais degradado, como a edificação conhecida como “Casa do Gigot/Gigô”.

Ao observar o almanaque de 2012, encontra-se em uma das últimas páginas, após as fotografias dos prefeitos e antes das referências bibliográficas, uma página com duas construções bem preservadas da cidade, apenas com a legenda “casarões antigos de Patrocínio Paulista”. Após o que já foi discutido nesse trabalho, está claro que esses não são os únicos edifícios antigos do local, mas acredita-se que foram elencados para fazerem parte da publicação por conta do seu bom estado de conservação. (Figura 124)

Figura 124: Página do Almanaque referente aos “casarões antigos de Patrocínio Paulista”.



Casarões antigos de Patrocínio Paulista.

Fonte: Almanaque Histórico de Patrocínio Paulista, versão digital, 2012.

Nesse estágio de desenvolvimento do trabalho, foi possível notar uma relação muito forte com a análise da cidade feita a partir de uma visão pessoal, como arquiteta e moradora da

cidade, contida no capítulo 2.2 (Breve contextualização da cidade de estudo, sua história, origem e comunidade).

Apesar de dividir esse subcapítulo, buscando reconhecer as diferentes visões para com a cidade, por uma primeira mais pessoal (de técnica e moradora) e uma segunda mais ampliada em relação aos moradores, percebe-se que esse olhar para a arquitetura, mais especificamente para as edificações antigas, não é apenas pessoal.

É claro que o olhar individual é bastante aprofundado a partir dos conhecimentos técnicos e, principalmente pelo gosto, mas após todas essas análises realizadas, percebe-se que as vivências são em grande parte responsáveis para essa “imagem de cidade” pessoal e, assim, todos esses fatores se complementam e colaboram para a valorização dessas edificações centrais.

Deve-se ressaltar que, como moradora, os laços mais fortes foram estabelecidos com o bairro Centro, visto que é nele que se localiza a residência em que passei maior parte da vida, bem como as dos familiares mais próximos, como as avós, tios e irmã. (Figuras 125, 126, 127 e 128)

Além do mais, a mudança de uma cidade de pequeno porte para uma de médio porte, como Uberlândia - MG, justamente para a formação como arquiteta e urbanista (o que provavelmente intensificou ainda mais esse processo), tornou mais clara a compreensão das especificidades do município a partir de suas comparações, como a valorização da paisagem urbana em que é possível ter um contato com o verde da zona rural na maioria dos eixos visuais da cidade, muito por conta de seu gabarito limitado e da sua relação com o entorno.

Figuras 125, 126, 127 e 128: Vistas que fazem parte da “imagem da cidade individual”, no bairro Centro.



Fonte: Autora, 2020.

Nesse sentido, se compreende os pontos que se tocam e se confundem em relação a uma análise pessoal, ou seja, uma imagem individual da cidade, feita por um especialista, mas antes de tudo morador do local, e de uma imagem pública⁵², que também o contempla. Segundo Lynch, “Cada imagem individual é única e possui algum conteúdo que nunca ou raramente é comunicado, mas ainda assim ela se aproxima da imagem pública que, em ambientes diferentes, é mais ou menos impositiva, mais ou menos abrangente.” (LYNCH, 2011, p.51).

Dessa forma, de maneira breve e simplificada, foi possível compreender qual é a imagem da cidade predominante entre os seus moradores (que participaram das atividades) e quais são os elementos elencados por eles como possíveis patrimônios locais, bem como a percepção de que há consonâncias e divergências de acordo com as gerações, e se isso se dá, de certa forma, também pela “construção da memória” a partir das datas comemorativas e da história escrita pelos almanaques.

⁵² “[...] poderíamos chamar de “imagens públicas”, as imagens mentais comuns a vastos contingentes de habitantes de uma cidade: áreas consensuais que se pode esperar surjam da interação de uma única realidade física, de uma cultura comum e da natureza fisiológica básica.” (LYNCH, 2011, p. 8)

Principalmente a partir destas consonâncias entre os elementos considerados pelas três faixas etárias, abre-se o caminho para um olhar mais direcionado aos bens patrimoniais elencados pela própria população, para, com isso, buscar formas de incluí-la no processo de preservação do patrimônio local. Levando em consideração essa “imagem pública”, construída através de “imagens individuais” (obtidas por meio das atividades), observa-se que:

Parece haver uma imagem pública de qualquer cidade que é a sobreposição de muitas imagens individuais. Ou talvez exista uma série de imagens públicas, cada qual criada por um número significativo de cidadãos. Essas imagens de grupo são necessárias sempre que se espera que um indivíduo atue com sucesso em seu ambiente e coopere com seus concidadãos. (LYNCH, 2011, p. 51)

Para que esse movimento ocorra, mostra-se fundamental reconhecer os valores envolvidos nessa escolha do que é mais representativo da identidade local. Sendo assim, deve-se lembrar das discussões feitas no primeiro capítulo deste trabalho, em que, ao abordar a ampliação no campo do patrimônio, discorre-se também sobre os novos valores envolvidos nos processos de consagração.

Ressalta-se que cada vez mais deixaram de serem considerados apenas os valores relacionados à materialidade dos bens, por conta de sua monumentalidade, e passou-se a considerar valores sociais, relacionados com novas tipologias de bens e novos atores envolvidos. “Impõe-se, assim, repensar o quadro de valores culturais vigentes e que precisaríamos formular do ponto de vista das práticas culturais e seus praticantes, não mais supondo que tais valores sejam imanentes às coisas.” (MENESES, 2012, p. 25).

Apesar de a classificação desses valores a partir de uma percepção técnica (e, evidentemente, parte de uma interpretação) de certa maneira reduzi-los, acredita-se que elencar esses valores seja uma das formas de estabelecer critérios e indicar possibilidades para políticas patrimoniais que considerem um pouco mais o olhar dos moradores, para além da consideração de bens de importância estética e histórica, visto que, assim como Ulpiano Meneses aponta, “Como os valores não estão previstos geneticamente, mas são criados, eles precisam ser enunciados, explicitados, fundamentados e podem ser propostos, recusados, transformados – não impostos.” (MENESES, 2012, p. 39).

Por isso, a maneira mais clara encontrada para a explicitação (partindo de análises interpretativas) dos possíveis valores envolvidos foi a organização das informações em uma tabela correspondente aos elementos citados nas duas sínteses das atividades feitas nesse capítulo (Figuras 96 e 104), contemplando as citações consonantes entre as três faixas etárias e os mais citados por cada uma delas. (Figura 129)

Compreende-se que cada bem é composto por um conjunto de valores relacionados aos seus atributos e aos vínculos da comunidade com ele, e não apenas por um valor isolado. Por isso, há nessa tabela as relações entre os elementos citados e os possíveis valores a partir de seus atributos. No entanto, na maior parte das vezes, um valor entre eles se destaca na consagração de cada bem, sendo que os considerados “valores dominantes” foram ressaltados em cinza na tabela.

Outro fato a ser observado é a nomenclatura desses valores, visto que as definições não são rígidas e também partem de interpretações. A partir das referências consideradas⁵³, definem-se os valores “histórico/ cognitivo” e “estético/formal”, e os sociais “afetivo”, “cotidiano/pragmático” e “de paisagem”. Para este último, ainda, considera-se tanto a paisagem natural quanto a construída, e principalmente a relação entre as duas, o que configura a paisagem cultural local.

Figura 129: Análise dos possíveis valores dos elementos citados.

Principais apontamentos pela população como patrimônio local	Possíveis valores envolvidos/ atributos				
	Histórico (cognitivo)	Estético (formal)	Afetivo	Cotidiano (pragmático)	De paisagem
Cachoeiras (Esmeril e do Guido)		Apreciação da natureza;	Parte das memórias da população - lazer	Vistas como pontos turísticos ou de lazer local.	Elementos naturais que compõem a paisagem
Casa do Gigô/ Gigot	Uma das primeiras construções da cidade; uso de materiais tradicionais	Construção do início do séc. XX. “Tipologia tradicional”	Parte das memórias da população - vivências		Compõe a paisagem urbana, no entorno da praça central
Centro de Recreação e Lazer Marumbé			Local de realização da maior	Local para realização de atividades físicas e lazer	

⁵³ Como, por exemplo: CASTRIOTA (2011), MENESES (2012) e COELHO (2019).

			parte das festas		
Cine Flórida	Um dos cinemas locais. (Já não mais em uso)	Construção da metade do séc. XX. “Tipologia modernizada”	Parte das memórias da população - lazer e vivências		
Coreto (não mais existente)			Parte das memórias da população - lazer e vivências		
Edificações antigas (casarões)	Primeiras construções da cidade; uso de materiais tradicionais	Formas diferentes das utilizadas nas construções atuais	Parte das memórias da população - vivências		Compõem a paisagem urbana dos bairros mais antigos
E.M.E.B. Irmãos Matos	Uma das primeiras construções da cidade; Escola mais antiga.	Edificação em estilo eclético	Parte das memórias da população - vivências	Mantém seu uso inicial: escola	Compõe a paisagem urbana dos bairros mais antigos.
Estátua/ Praça do Garimpeiro	Homenagem ao garimpeiro, “fundador” da cidade		Parte das memórias da população - vivências		Marco na paisagem urbana
Fonte/ Chafariz sem funcionamento	Um dos elementos mais antigos da praça	Principalmente quando funcionava (Elemento de apreciação)	Parte das memórias da população -		Marco na paisagem urbana (praça)

			vivências		
Igreja Matriz	Uma das primeiras construções da cidade;	Edificação destacada em seu entorno, com grande quantidade de elementos decorativos	Parte das memórias da população - vivências	Mantém seu uso inicial: Igreja católica	Marco na paisagem urbana
Igreja Santa Cruz “Igrejinha”	Uma das primeiras construções da cidade;	Forma das igrejas católicas, mesmo que modesta	Parte das memórias da população - vivências	Mantém seu uso inicial: Igreja católica	Marco na paisagem urbana.
Praça Central	Um dos primeiros espaços públicos de lazer da cidade	Relação harmoniosa com o entorno	Parte das memórias da população — lazer e vivências	Um dos locais mais destacados para lazer	Compõe a paisagem urbana com elementos naturais e construídos
Prédio da Delegacia na Praça da Bandeira	Uma das primeiras construções da cidade;	Edificação em estilo eclético.	Parte das memórias da população. (Já abrigou até mesmo um museu)	Mantém parte da estrutura do primeiro uso (cadeia), mesmo sendo atualmente uma delegacia.	Conjunto com a praça da bandeira
Rodovia em direção à Franca (Fábio Arruda Guidolin + Rodovia Eng. Ronan Rocha				Acesso à cidade (e saída em direção à Franca)	
Rua Cel. Antônio Jacinto	Uma das ruas mais antigas da cidade, concentra a	Abriga a maior parte das edificações antigas.	Parte das memórias da população		

	maior parte do comércio central e as edificações antigas, além da praça central.		- vivências		
Zona Rural		Apreciação da natureza; catracterísticas ecológicas.	Parte das memórias da população - vivências	Onde são realizadas as atividades de agricultura e pecuária, importantes na economia local.	Contempla os elementos naturais e faz parte da paisagem de entorno da área urbana.

Fonte: Autora, 2020.

A partir dessa breve análise feita na tabela, percebe-se que o valor predominante dentre os pontos mais citados nas atividades é o afetivo, o que é algo interessante, pois mostra a relação da comunidade com os bens destacados, mas também muito se relaciona com as características mais modestas de cidades de pequeno porte e fundações recentes.

Algo que se deve considerar é que alguns desses elementos mais citados já não existem mais, como a fonte. Além disso, trabalhos posteriores feitos por um Conselho Municipal poderiam fazer uma análise maior entre o que realmente a população entende como o “Cine Flórida” ser um patrimônio local, visto que ele já não mais se encontra em funcionamento, mas o prédio que o abrigava ainda existe.

Dessa forma, fica o questionamento: “Seria uma relação com o uso ou com o prédio que o abrigava?”, visto que provavelmente, nesse sentido, os valores poderiam se alterar, e nesse caso, por exemplo, poderia se considerar o valor estético ou histórico predominante. Essa questão é bastante marcante nas atividades realizadas, mas principalmente quando se trata dos mapas mentais, visto que muitos desenhos representam um edifício ainda existente, mas representando usos do passado (diferentes dos atuais), o que pode gerar sentidos diferentes em cada bem.

Ainda referindo-se aos mapas mentais, percebe-se que como se tratavam de experiências individuais, muito do que foi representado graficamente não apareceu nas análises finais (sínteses das atividades), visto que se tratando de vivências próprias, muitas delas não são consonantes entre as gerações e, mais ainda, não se encontram entre os elementos mais citados.

Além disso, muito do que foi representado nos mapas revela ainda mais um valor afetivo, em que as memórias que surgem à partir deles se vinculam às casas, aos bairros de infância, aos pontos de comércio e lazer que se costumava frequentar (assim como abordado anteriormente sobre os usos), ao rio e aos caminhos percorridos, não se resumindo apenas a exemplares materiais (imóveis) isolados.

Em contrapartida, analisando especificamente as atividades feitas a partir do questionário e das oficinas de Educação Patrimonial nas escolas, percebe-se que a diferença na abordagem, quando a pergunta é mais direcionada, ou seja, “o que se considera patrimônio local”, as respostas são mais correspondentes, mas principalmente destacando bens “monumentais” – tendo como referência a escala da cidade e suas características –, como no caso da Igreja Matriz, exemplo consonante entre as gerações citado por mais vezes.

A partir disso, surge também uma crítica em relação ao que se entende por patrimônio (e as possibilidades de ainda se afirmar em um sentido defasado) e seus vínculos com a memória e, conseqüentemente, com a identidade. Tais vínculos, comumente tão reforçados nos estudos no campo do patrimônio, na prática muitas vezes não se aplicam ou não são tão explícitos justamente por conta desse olhar ainda limitado a um “patrimônio monumental” ou “excepcional”.

Compreende-se, então, que essas críticas são fundamentais para que haja uma busca pela construção de políticas públicas que sejam capazes de vincular o patrimônio à memória da população e, assim, a afirmação de sua identidade. Para isso, considera-se que as análises realizadas neste trabalho são alguns passos para a consolidação dessa política, e os valores citados são possíveis guias para declarações de significância e instrumentos de salvaguarda mais coerentes.

Considerando o que Coelho (2019) aborda como valores “menos mutáveis” e valores com “significados contemporâneos”, fica perceptível a maneira como abrangem diversos bens, atores e, provavelmente, são melhores protegidos de acordo com instrumentos específicos, caso a caso. Sendo assim, acredita-se que, para além do tombamento, analisando a cidade de Patrocínio Paulista a partir da tabela feita, é necessário que se explorem também novos instrumentos, que incluam a participação da comunidade, visto que o valor afetivo se mostrou predominante.

Resgatando o que foi discutido no segundo capítulo sobre as tentativas de funcionamento do CONDEPHAA (Conselho de Patrimônio Histórico, Artístico e Arquitetônico) de Patrocínio Paulista, buscou-se comparar, a partir das atas das reuniões, os elementos indicados como patrimônio local pelo órgão com os apontados pela comunidade nas

atividades. A tabela abaixo (Figura 130) inclui a síntese das atividades com a comunidade e as demarcações ao lado correspondem às citações dos elementos nas atas.

Figura 130: Relação entre os apontamentos da comunidade nas atividades e nas atas do CONDEPHAA.

Local	Atas CONDEPHAA
Cachoeiras (Esmeril e do Guido)	
Casa do Gigô/ Gigot/ Família do Sr. Cincinato	X
Centro de Recreação e Lazer Marumbé	
Cine Flórida	X
Coreto (não mais existente)	
Edificações antigas (casarões)	X
E.M.E.B. Irmãos Matos	
Estátua/ Praça do Garimpeiro	X
Fonte/ Chafariz sem funcionamento	
Igreja Matriz	
Igreja Santa Cruz “Igrejinha”	
Praça Central	
Prédio da Delegacia na Praça da Bandeira	X
Rodovia em direção à Franca (Fábio Arruda Guidolin + Rodovia Eng. Ronan Rocha)	
Rua Cel. Antônio Jacinto	
Zona Rural	

Fonte: Autora, 2020.

Observa-se que, mesmo a Igreja Matriz sendo a mais citada nas análises de correspondência entre todas as gerações, ela não se encontra nas atas do Conselho de Preservação Municipal. A “Casa do Gigô”, citada na ata do CONDEPHAA como “Casa do Sr. Cincinato José de Sousa”, bem como o Cine Flórida e o prédio da Delegacia constam em uma solicitação de tombamento em outubro de 2012 direcionada ao prefeito municipal.

Além dessas correspondências com as atividades, na ata do mesmo dia constam algumas casas antigas, especificamente a “Casa do Barão” (que já havia sido solicitada no mês anterior), uma casa da rua Pio Avelino nº1575, e a casa de propriedade da Santa Casa de Misericórdia, na rua Cel. João Vilela 1537, e, por isso, se incluem em “edificações antigas (casarões)”.

Porém, deve-se notar que a única residência que especificamente aparece nessa síntese dos mais citados nas atividades não é a “casa do Barão”, mas sim a “Casa do Gigô/ Casa do Sr. Cincinato”, justamente a que se encontra em estado mais degradado. Pode-se fazer uma relação com o “valor de antiguidade” (Riegl, 2014), em que a partir do estado da edificação se reconhece sua passagem pelo tempo de maneira inegável.

Essa questão fica clara quando se observa que essa é uma edificação bastante considerada como “patrimônio local”, tanto nas atividades quando no próprio Conselho de preservação. Porém, observa-se que esse reconhecimento a partir de sua antiguidade não reflete diretamente nas sugestões sobre o que poderia ser feito para sua preservação.

Como apontado no capítulo anterior, em que são descritas as respostas do questionário, na maior parte das sugestões para a preservação do patrimônio na cidade, encontra-se o “valor de novidade”: “A casa antiga no centro da cidade deveria ser restaurada, tombada como patrimônio histórico da cidade e lá ser uma espécie de um museu onde conta um pouco da história de patrocínio [...]” (17º respondente do questionário, 2020).

Para além da grande quantidade de sugestões sobre a “criação de um museu”, que será discutida posteriormente, o “tombamento” aparece como instrumento mais indicado, o que corresponde ao fato de que é também o mais divulgado, conhecido e relacionado à ideia consolidada de preservação do patrimônio.

Esse fato também se reflete dentro do próprio órgão de preservação municipal, se tratando tanto desse edifício como dos outros locais discutidos. Ainda sobre essa edificação, fica o questionamento: Como o tombamento poderia resolver/ atender as demandas da população levando em conta uma edificação em estado tão degradado? Seria suficiente?

Ademais, na mesma ata em que se observa a solicitação de tombamento desses elementos urbanos, há também a consideração de “túmulos históricos”, apesar de não serem especificados. Há de se considerar também essa definição de “histórico”, visto que todos eles possuem determinada história. Porém, considera-se a possibilidade de sua distinção estar vinculada à materialidade do bem, como seu valor estético ou se referindo a um fato histórico (passado) que se gostaria de manter atualizado.

Já nas atas de 2013, percebe-se que os inventários, inicialmente feitos pelos próprios integrantes do Conselho e, posteriormente, com a possibilidade de parceria com a Faculdade de História da UNESP-Franca, aparecem como outro instrumento considerado pelo órgão, mesmo que não tenha se realizado. Ainda assim, em fevereiro do mesmo ano há em uma ata a discussão sobre o tombamento da estátua do garimpeiro (indicada na tabela), do hino da cidade e de “bancos de praças”.

Observa-se que, apesar de, dentre dezesseis dos apontamentos feitos pela comunidade, apenas cinco corresponderem aos debates feitos no conselho municipal quando ainda estava em funcionamento, há uma demanda e uma expectativa da comunidade e dos gestores em garantir a preservação do patrimônio local.

Porém, o que se observa é que ainda há um olhar limitado sobre quais bens poderiam ser considerados. Isso fica claro quando há uma comparação do que se retrata a partir da memória no desenvolvimento de mapas mentais e do que se responde sobre “patrimônio”, a partir dos questionários e das próprias atas do conselho.

Além do mais, percebe-se que há uma associação muito grande de preservação do patrimônio com o instrumento de tombamento, como se ele fosse o único possível, fato que dificulta as práticas e efetividades das ações em um contexto tão particular quanto o da cidade de pequeno porte.

Observa-se, também, que assim como citado nas próprias sugestões feitas pela comunidade nos questionários, a Educação Patrimonial, associada a novos instrumentos de preservação, poderia abranger de forma mais efetiva, a partir da participação da população, os bens que possuem o valor afetivo como predominante.

4.2 Incentivos para a preservação do patrimônio em Patrocínio Paulista

Diante dessa leitura, feita inicialmente a partir das “imagens individuais” obtidas pelas atividades realizadas com os moradores da cidade, percebe-se uma tendência a uma “listagem” de elementos mais citados, como forma de sintetizar de maneira clara os resultados. Contudo, deve ficar claro que essa não é a intenção deste trabalho, mas sim, considerar a imagem predominante, ou “imagem pública” que se tem, a partir das análises e críticas mais aprofundadas em relação aos elementos elencados.

Tratando-se do entendimento sobre o que se considera patrimônio, reconhece-se uma “imagem pública” ainda muito voltada aos bens isolados, de caráter predominantemente “monumental” (mesmo que ainda modestos se comparados ao que se tem como “doxa patrimonial”), reiterando uma visão arraigada à “construção da memória” tão consolidada nacionalmente, assim como abordado no capítulo 1 (um).

Tal fato se mostra perceptível mesmo nas atividades com os adolescentes, em que um dos participantes conclui que há uma necessidade de preservar o patrimônio não só para “marcar a história” local, mas também nacional. Possivelmente, essa ideia ainda limitada em relação ao alcance e ao tratamento do patrimônio se repercute em outras gerações.

Isso fica claro nas respostas dos questionários tratando-se de sugestões para a preservação do patrimônio local. Além do tombamento – que no Brasil é entendido quase como um sinônimo de preservação –, a criação de um museu em uma das casas antigas da cidade, se mostra como uma ideia significativamente presente nas respostas, mais uma vez exibindo a visão isolada do bem, e de certa forma, alheio às modificações da cidade ao longo do tempo.

Nesse sentido, retoma-se a ação de “comemoração” da origem da cidade, como debatido por Fátima Lopes (2002), sendo que autora também discute a existência de um Museu e uma Casa da Cultura que funcionaram por um período no prédio da “Cadeia”, atual Delegacia de Polícia (dentre outros possíveis locais) e que desapareceu. Segundo suas pesquisas:

O que nos inquieta muito é que, tanto a Casa de Cultura quanto o Museu Municipal, parecem não ser associados a um patrimônio público que deveria ser preservado – o que é indicativo do descaso sofrido e do desaparecimento de ambos.

Carlos Alberto B. de Matos alude à falta de equipamentos de controle social, notadamente meios de comunicação, como facilitadores do desaparecimento de instituições como museus em cidades pequenas. Outra questão que se impõe, em se tratando de espaços como museu e casa de cultura, é a das concepções que alicerçam as suas criações: o que se objetiva com tais espaços? Quais as finalidades? São espaços pensados a partir de qual, quais noções de memória e de história? A dimensão educativa é considerada? Em que termos? Refletir sobre estes aspectos é importante se quisermos a sobrevivência de tais espaços, bem como a sua associação à educação e, no caso, ao ensino de História. (LOPES, 2002, p. 195)

Os questionamentos feitos pela autora ganham continuidade no presente trabalho, visto que se acredita que há realmente uma demanda por um local que possa abrigar um arquivo público, com documentos escritos, hemerográficos e iconográficos da cidade, explicitada pela criação do grupo do “Arquivo Histórico de Patrocínio Paulista” no Facebook. Porém, acredita-se também que um museu, como amplamente conhecido⁵⁴, apenas para servir de consulta ou ser observado, não seria efetivo na preservação do patrimônio local.

Afinal, qual seria a relação da população com ele? Assim como exposto pelos questionamentos de Lopes (2002), acredita-se que para o funcionamento efetivo de um espaço dessa forma, ele deveria estar totalmente articulado com a população, por exemplo, através das atividades de Educação Patrimonial. Porém, ele seria apenas um dos instrumentos possíveis para explicitar os vínculos entre patrimônio e comunidade.

Como visto, esta percepção ainda um pouco limitada do que seja patrimônio e de seus instrumentos de preservação se faz presente também nas tentativas práticas do atualmente inativo órgão de preservação municipal. Compreende-se que, possivelmente, a inefetividade

⁵⁴ Reconhece-se aqui que visão de museu como depósito de antiguidades é semelhante à visão de patrimônio como algo grandioso e monumental. Ambas são visões superadas, mas que persistem na mentalidade do senso comum.

das ações possa estar relacionada justamente a esse entendimento limitado das possibilidades de ações locais.

O patrimônio é disputado porque sua existência presume atribuições de valores e criações de significados múltiplos e divergentes por indivíduos e grupos sociais. Ao falarmos superficialmente de patrimônio na perspectiva do senso comum, as primeiras imagens que surgem são aquelas dos ícones. [...] Entre os três principais motivos pelos quais o patrimônio se constitui, como vimos, não estão as experiências cotidianas, corriqueiras, vívidas, que são naturalmente estabelecidas entre os seres humanos e objetos, acontecimentos, lugares, costumes e práticas. Isso acontece, porque o ato de trazer a memória do inconsciente para o consciente é regulado, enquadrado e instrumentalizado para definir fronteiras sociais.” (CARMO, 2019, p. 86)

Mais uma vez, ressalta-se que os instrumentos tradicionais e mais amplamente conhecidos, como o tombamento, são extremamente relevantes e indispensáveis para determinados bens. Porém, reconhece-se que em algumas situações, como as apresentadas em Patrocínio Paulista, ele se mostra de difícil aplicação, principalmente ao observar os valores envolvidos, muito menos associados aos bens em sua materialidade, e mais relacionados às vivências da população na cidade.

Dessa maneira, assim como pôde-se observar ao longo das pesquisas, acredita-se ser fundamental olhar para a cidade de maneira integrada, visto que as edificações isoladas podem não se expressar de forma excepcional, mas possuem uma relação muito forte com o desenvolvimento urbano, com sua consolidação territorial, e principalmente vinculam-se à memória da população, explicitada pelo valor afetivo.

O patrimônio é o que se passa em um determinado território, cujo valor é percebido pelos sujeitos sociais. Trata-se de um processo firmado com as ações de rememoração, que trabalham no sentido de criar formas de compreensão e engajamento com o tempo presente. Nesse sentido, o patrimônio não é algo congelado ou estático no tempo, mas uma mentalidade que cria novos valores à medida que é exercitada.” (CARMO, 2019, p. 89)

O valor afetivo, muito claro nas atividades feitas a partir de mapas mentais, em consonância com outros valores envolvidos, tratando-se das respostas dadas pela comunidade, bem como nas análises e mapas feitos a partir dos almanaques, explicitam os vínculos com o ambiente urbano através de memórias que possuem como cenários: os bairros de infância, os caminhos percorridos - como no caso da “Rua da Porteira”-, e dos lugares mais visitados, sendo muitos deles demonstrados por usos que já não existem mais, como discurrido. Ou seja, “As pedras da cidade, enquanto permanecem, sustentam a memória.” (BOSI, 2015, p. 444)

Além disso, em todas as análises é perceptível que os elementos citados não se restringem à zona urbana, e possuem um forte elo com o ambiente natural, seja pelo entorno próximo, perceptível nos próprios eixos visuais dentro da cidade, bem como em elementos

específicos encontrados na zona rural do município, como as fazendas, os rios e as cachoeiras, elencadas como “patrimônio natural local”.

Percebe-se que esses elementos não podem, ou não devem, serem considerados isoladamente, pois conformam a “imagem da cidade” a partir de suas especificidades. Ressalta-se aqui, conforme supracitado, que mesmo o edifício mais citado entre as três gerações, ou seja, a Igreja Matriz, por conta de seu gabarito, se destaca na paisagem, como um marco visual, o que vai além de seu valor estético ou histórico.

Por conta disso, reconhece-se no conceito de *paisagem*⁵⁵ relacionado ao patrimônio, brevemente abordado no segundo capítulo desse trabalho, uma possibilidade de compreender Patrocínio Paulista, e elaborar estratégias possíveis para a preservação do seu patrimônio urbano.

Sendo assim, documentos como a Carta de Washington, a categoria de Paisagem Cultural, a Recomendação sobre Paisagem Histórica Urbana e mesmo a “subtipologia” Paisagem Cultural Urbana, citada por Ribeiro (2016) se tornam importantes para esse trabalho. Porém, deve-se destacar que não há o intuito de tentar encaixar o patrimônio de Patrocínio Paulista em alguma dessas categorias, até mesmo porque, conforme citado no Capítulo 2, ainda há muitos conflitos em suas aplicações.

Além disso, acredita-se que o mais importante aqui seria utilizar-se das discussões abordadas entorno da paisagem que se forma no ambiente urbano e da participação da população nos processos de *patrimonialização*, por isso, essa abordagem não se limita a uma definição.

Já na Carta de Washington encontra-se que: “Os valores a preservar são o caráter histórico da cidade e o conjunto de elementos materiais e espirituais que lhe determinam a imagem [...]” (ICOMOS, 1986, p. 2) seguido de alguns tópicos especiais que podem ser relacionados com o encontrado pelos estudos em Patrocínio Paulista.

Os três primeiros tópicos muito se relacionam com a morfologia urbana local, e mais especificamente sobre as leituras territoriais feitas. São eles: “a forma urbana definida pela malha fundiária e pela rede viária; as relações entre edifícios, espaços verdes e espaços livres; a forma e o aspecto dos edifícios (interior e exterior) definidos pela sua estrutura, volume, estilo, escala, materiais, cor e decoração;” (ICOMOS, 1986, p. 2)

Percebe-se que desde as análises sobre o território a partir dos Almanques, as leituras sobre como os trajetos se relacionavam com a evolução urbana, a consolidação dos bairros,

⁵⁵ Alguns autores abordam de forma mais detalhada esse conceito aplicado na consagração de bens culturais a partir da percepção ocidental. Ver mais em: FIGUEIREDO (2014) e RIBEIRO (2007).

chegando até à análise das vivências feitas nas atividades realizadas com a população, podem ser compreendidas nesse tópico.

Além do mais, a quantidade de praças citadas nas atividades, principalmente Praça dos Garimpeiros e a “Praça Central” (Cel. Estevão Marcolino) que claramente se relacionam com seu entorno, ou mais especificamente os “casarões antigos” da cidade, correspondem ao segundo tópico.

Para além disso, as características das próprias edificações, em sua maioria modestas, como descrito ao longo do trabalho, mas resultantes do processo de evolução urbana, e principalmente o limite do gabarito encontrado, podem ser percebidos como importantes componentes dessa paisagem urbana.

Indo ao encontro do exposto, o quarto tópico considera “as relações da cidade com o seu ambiente natural ou criado pelo homem” (ICOMOS, 1986, p. 2), reafirmado ao longo desse trabalho. E por fim, mas tão importante quanto, “as vocações diversas da cidade adquiridas ao longo da sua história.” (ICOMOS, 1986, p. 2), pertinentes às análises feitas, considerando-se as vivências da população de acordo com o espaço e tempo.

Segundo a Carta, estes cinco valores organizados em tópicos, são essenciais para que se mantenha a “autenticidade da cidade histórica”⁵⁶. Além disso, deve-se atentar ao fato de que, conforme muito afirmado ao longo dessa pesquisa, acredita-se que a participação da população seja fundamental para que valores como esses sejam garantidos:

A participação e o envolvimento dos habitantes da cidade são imprescindíveis ao sucesso da salvaguarda. Devem ser procuradas e favorecidas em todas as circunstâncias através da necessária conscientização de todas as gerações. Não deve ser esquecido que a salvaguarda das cidades e dos bairros históricos diz respeito, em primeiro lugar, aos seus habitantes. (ICOMOS, 1986, p. 2)

Além da Carta de Washington, reconhece-se na Recomendação História Urbana de 2011 uma importante ferramenta de referência para gestão do patrimônio. Apesar de, segundo Ribeiro (2016), um dos seus grandes impasses ter sido “a opção até o momento de transformá-la em uma abordagem, e não uma tipologia para inscrição.” (RIBEIRO, 2016, p. 253).

Um dos primeiros pontos a serem considerados é o aspecto mutável das cidades ao longo do tempo. Nas atividades realizadas com a população de Patrocínio Paulista, isso foi bastante perceptível, principalmente ao comparar as respostas obtidas de acordo com as faixas etárias e suas vivências. Deve-se ter consciência de que a cidade se transforma, mas também fica claro que há nela muitos valores comuns de acordo com as gerações, e que principalmente não se

⁵⁶ Importante lembrar que a Carta define que: “todas as cidades do mundo são expressões materiais da diversidade das sociedades através da história e são todas, por essa razão, históricas.” (ICOMOS, 1986, p. 1)

restringem à bens isolados, mas correspondem a um conjunto, ou talvez à uma “imagem da cidade”. Sendo assim:

A abordagem da paisagem histórica urbana considera a **diversidade e a criatividade cultural** como recursos essenciais para o desenvolvimento humano, social e econômico, e disponibiliza os instrumentos para gerir as transformações físicas e sociais e para assegurar que as intervenções contemporâneas sejam integradas de forma harmoniosa com o patrimônio numa envolvente histórica e **respeitem os contextos regionais**. (UNESCO, 2011, p.4, grifo nosso)

De acordo com uma interpretação pessoal, também se considera, conforme destacado na citação, que essa forma de olhar para as cidades também possibilita um deslocamento na consagração de “bens arquitetônicos monumentais” para um olhar mais diversificado em relação aos elementos que compõem o conjunto urbano, principalmente considerando o contexto local.

Além disso, conforme exposto na citação, a definição de instrumentos possíveis para a gestão urbana integrada ao patrimônio exposta nesse documento, se mostram bastante relevantes para um olhar atento às especificidades desta cidade de pequeno porte. Assim, complementam o que foi percebido nas análises desse capítulo, em que se considera necessário explorar novos instrumentos (para além do tombamento tão citado nas soluções dadas pelos respondentes do questionário) que considerem o valor afetivo e a participação da comunidade.

Ainda considerando as sugestões encontradas no questionário (Subcapítulo 3.4), algo em comum com o tópico “Políticas” da Recomendação de 2011, é a importância de estímulo ao investimento privado e suas parcerias com o poder público, sendo que “As partes interessadas, públicas e privadas, devem colaborar, nomeadamente mediante parcerias, para garantir a aplicação bem-sucedida da abordagem da paisagem histórica urbana.” (UNESCO, 2011, p. 6)

Porém, a abordagem que mais nos interessa é a dos “Instrumentos” indicados pelo documento. Conforme apontado em seu texto, através dela, supõe-se a aplicação tanto de instrumentos tradicionais quanto mais novos, sendo classificados em: Instrumentos de participação cívica; Instrumentos de conhecimento e de planeamento; Sistemas de regulamentação e Instrumentos financeiros. (UNESCO, 2011, p. 6)

Acredita-se que eles possam ser referências para aplicações voltadas ao contexto de Patrocínio Paulista. No primeiro tipo de instrumento definido pela Recomendação, reconhece-se um dos temas colocados como base para a efetividade das ações em cidades de pequeno porte, ou seja, a participação da comunidade.

Sendo assim, acredita-se que dentro do que já foi discutido nesse trabalho sobre a ampliação do campo do patrimônio, principalmente nas atividades de Educação Patrimonial, percebe-se que um instrumento como o Inventário Participativo, brevemente analisado no capítulo 3, se apresenta como uma das possibilidades de instrumento inovador que conta com a participação direta da população.

Eles passam a serem considerados aqui como uma das formas de envolvimento dos moradores para com o assunto do patrimônio, de maneira que eles participem ativamente na construção e direcionamento das políticas públicas de preservação do patrimônio, principalmente se estiverem vinculados às ações de um conselho municipal efetivo.

Sendo assim, os instrumentos a serem considerados deixam de ser apenas elaborados por técnicos, e passam a ser partes de um diálogo entre poder público e sociedade civil, como uma “troca de saberes”, podendo dessa forma, tornar visíveis novos patrimônios, até então fora da ideia consolidada de patrimônio monumental. Podem também garantir uma ação mais efetiva e concreta àqueles bens “tradicionais”, para os quais há consenso de valor, mas falta justamente a capacidade de implementar sua salvaguarda efetiva.

Deve-se ressaltar que nesta dissertação o Inventário Participativo apareceu mais expressivamente como instrumento de participação, porém, ele é apenas destacado como um dos exemplos de instrumentos que foram desenvolvidos para atender os novos valores e demandas da sociedade, e que se mostra bastante possível para Patrocínio Paulista.⁵⁷

Voltando às categorias de instrumentos definidos pela Recomendação, observam-se os “Instrumentos de conhecimento e de planejamento”, que de acordo com o documento:

Devem igualmente possibilitar o reconhecimento do significado cultural e da diversidade, bem como estabelecer mecanismos de monitorização e gestão da mudança para melhorar a qualidade de vida e do espaço urbano. Esses instrumentos incluiriam a documentação e o mapeamento das características culturais e naturais. A avaliação do impacto patrimonial, social e ambiental deverá ser utilizada para apoiar e facilitar os processos de tomada de decisão no quadro do desenvolvimento sustentável. (UNESCO, 2011, p. 7)

⁵⁷ No capítulo 1 foram abordados outros instrumentos recentes. Como referência, pode-se considerar também o texto de Ana Lanna (2016), que ao abordar novas práticas e instrumentos adotados pelo Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado de São Paulo (CONDEPHAAT), ressalta a importância de se explorar as “contrapartidas” para trabalhar com o patrimônio cultural integrado às políticas públicas.

Alguns exemplos dados por ela são: a regulamentação e aplicação de multas, a “escuta da sociedade” através de audiências públicas e o desenvolvimento de um novo instrumento, a “Declaração de Lugar de Interesse Cultural – DLIC”, que busca trabalhar com o patrimônio material e imaterial em conjunto, compreendendo, principalmente, os “valores compartilhados” entre a sociedade civil e os órgãos responsáveis pela preservação do patrimônio. (LANNA, 2016)

Mais do que “tombar” elementos específicos da cidade, mostra-se fundamental conhecê-los como parte do conjunto para compreender quais as relações que o elemento protegido teria com seu entorno. Além do mais, assim como citado, deve-se reconhecer a diversidade cultural presente no ambiente urbano para relacionar os bens passíveis de tombamento com os outros bens protegidos por outros instrumentos.

Destaca-se também que a Recomendação de 2011 fala em monitorar e gerir a mudança, ou seja, as políticas de preservação devem ser integradas com as políticas urbanas e culturais de forma ampla, de modo a tutelar a mudança – inevitável em todo organismo urbano.

Conforme explicitado durante o trabalho, enquanto o CONDEPHAA estava em funcionamento, algumas atas demonstram o interesse em realizar inventários, convidar os artistas da cidade para se reunirem e estarem presentes em um blog, bem como a importância de atividades nesse sentido, apesar de essas ações não terem se concluído.

De certa forma, acredita-se e espera-se que as pesquisas feitas neste trabalho possam ser consideradas como um pequeno passo para o início ou incentivo de uma “documentação e mapeamento das características culturais e naturais” (UNESCO, 2011, p. 7) de Patrocínio Paulista tendo como fator importante as visões da população.

Se as ações de Educação Patrimonial iniciadas nesta pesquisa tiverem continuidade pelo órgão local, os dados podem ser atualizados, as ressonâncias serem aumentadas, alteradas, ou adicionadas, e novas práticas podem ser feitas por um Conselho mais integrado às demandas locais. Nesse sentido, seguindo os parâmetros da Recomendação de 2011, o terceiro instrumento é denominado de “Sistemas de regulamentação”:

os quais devem refletir as condições locais, podendo incluir medidas legislativas e regulamentares destinadas à conservação e gestão dos atributos tangíveis e intangíveis do patrimônio urbano, incluindo os seus valores sociais, ambientais e culturais. Os sistemas tradicionais e consuetudinários devem ser reconhecidos e reforçados, conforme necessário. (UNESCO, 2011, p. 7)

Dessa forma, mais uma vez afirma-se a necessidade da efetividade de um conselho municipal de preservação do patrimônio em Patrocínio Paulista, ou seja, um incentivo ao funcionamento contínuo do CONDEPHAA, pois acredita-se que **principalmente** a partir dele, tanto instrumentos convencionais quanto inovadores, especialmente com a participação da sociedade civil, seja possível atender a demanda local, mais voltada aos seus bens, valores e contexto geral.

Reconhecendo e especificando o patrimônio que a própria comunidade identifica como importante para a sua memória e identidade, as ações poderiam ser mais efetivas a partir de

normas de gestão pré-estabelecidas, e principalmente ao direcionamento de recursos específicos para a preservação do patrimônio.

Dessa forma, acredita-se que um instrumento como o utilizado pelo IEPHA em Minas Gerais, a partir da distribuição dos recursos provindos do ICMS cultural, aliado a um instrumento de escolha e documentação participativa, como o Inventário Participativo, mostram-se como uma alternativa muito viável para cidades de pequeno porte e com características como as de Patrocínio Paulista.

Tratando-se de uma cidade pequena, e com poucos recursos, essa distribuição de uma parte do ICMS se mostra benéfica, pois não é necessário que se tenha uma arrecadação alta, ou seja, as cidades menos ricas também se beneficiam, e podem destinar a verba especificamente para a área do patrimônio cultural, que geralmente não possui prioridade em relação aos outros critérios de políticas públicas.

Além disso, uma cidade como a citada, com poucos habitantes, muitas vezes não possui técnicos do próprio local para desenvolver a documentação, e acabam tendo que recorrer a um olhar externo às suas especificidades, como o caso dos inventários que seriam feitos pelos alunos da UNESP de Franca. Acredita-se então, que instrumentos como o Inventário Participativo, poderiam servir de base para uma posterior análise técnica, que considerasse os aspectos afetivos para um parecer calcado nas referências culturais.

É claro que para a propagação desses novos instrumentos e para instigar a aplicação dos mesmos é necessário um ativador, seja ele um estudante, um especialista, o próprio órgão, um cidadão que se interesse pelo assunto, ou esteja mais atento às descaracterizações frequentes, e que apresente de alguma forma essas metodologias para a comunidade. Mas só de deslocar o papel de único instituinte ao Estado, responsabilizando e valorizando o papel da população para essas ações, é possível que haja grandes ganhos para esses locais.

É importante frisar que isso não deixa de responsabilizar também o Estado, mas incluir a população nesse processo é crucial. A partir disso, pode haver uma maior articulação entre os agentes, compreendendo o quanto as propostas são viáveis, importantes para a comunidade, para a cidade e disponibilizando recursos específicos para as demandas, definindo secretarias responsáveis por estratégias, intervenções e monitoramento, de forma que a sociedade civil participe de todas as etapas, mas possa se fortalecer com o apoio e parceria do poder público. É nesse aspecto que as relações mais estreitas entre os segmentos da sociedade em cidades pequenas podem ser vistas como positivas.

Em consonância, finalmente, são indicados os “Instrumentos financeiros”, grandes incentivadores de ações. Tema já indicado no início da abordagem das Paisagens Históricas

Urbanas, mas principalmente bastante apontado como sugestão para a preservação do patrimônio de Patrocínio Paulista nos questionários pelos respondentes, reconhece-se aqui a importância da articulação entre investimento público e privado, sendo que “Para além do financiamento público e dos fundos provenientes de organismos internacionais, os instrumentos financeiros devem ser utilizados de forma eficaz para fomentar o investimento privado a nível local.” (UNESCO, 2011, p. 7)

Importante lembrar aqui do fato ocorrido durante o funcionamento do CONDEPHAA, em que se previa uma parceria para o desenvolvimento de inventários que seriam feitos pelos estudantes do curso de História da UNESP Franca, que caberia nos instrumentos citados anteriormente. Deve-se atentar que a parceria acabou não se efetivando pelo fato de que a verba prevista pelo governo não foi liberada. Nesse caso, talvez um olhar sensibilizado de alguma empresa local, ou de qualquer investidor privado poderia ter sido um estímulo para que os inventários fossem realizados.

Por fim, mas totalmente de acordo com os instrumentos apontados pela Recomendação, encontra-se um tópico específico para “Capacitação, investigação, informação e comunicação”, considerado muito importante para este trabalho, pois além de deixar clara a necessidade de capacitação dos técnicos e gestores responsáveis pelas políticas de preservação do patrimônio, torna evidente a importância da Educação Patrimonial no processo de compreensão das especificidades do contexto local.

Pontua-se que essa recomendação deva ser adaptada por cada local de aplicação “a fim de definir e pormenorizar, a nível local, as estratégias e os objetivos, os quadros de ação e os mecanismos de mobilização de recursos.” (UNESCO, 2011, p. 7)

A investigação deve incidir sobre a complexa estratificação das aglomerações urbanas, a fim de **identificar valores, compreender o seu significado para as comunidades** e apresentá-los aos visitantes na sua globalidade. As instituições académicas e universitárias, assim como outros centros de pesquisa, devem ser encorajadas a aprofundar a investigação científica sobre os diferentes aspetos da abordagem da paisagem histórica urbana e a cooperar entre si, a nível local, nacional, regional e internacional. É essencial **documentar o estado atual das áreas urbanas e a sua evolução, facilitar a avaliação das propostas de alterações, e aperfeiçoar as competências e os procedimentos de proteção e gestão.** (UNESCO, 2011, p. 7, grifo nosso)

Sendo assim, é possível concluir que, de certa forma, o que é definido pela recomendação como parte de uma investigação, e mesmo de comunicação, se relaciona com as pesquisas desenvolvidas nesse trabalho, considerando-o como um “primeiro passo”, ou incentivo para um olhar mais atento às especificidades do patrimônio local.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo do trabalho pôde-se observar que para além das especificidades e dificuldades de preservação do patrimônio em cidades pequenas e de fundação recente, explicitadas no capítulo 2, tendo como referência Patrocínio Paulista, a ideia de patrimônio cultural consolidada no país, desde a consagração e escolha dos bens até às políticas adotadas para sua tutela legal e gestão, agravam e impedem ainda mais as ações efetivas nesses locais.

A partir do primeiro capítulo, é possível compreender brevemente a origem dessa concepção e da “construção de uma memória nacional”, que apesar das ampliações no campo e nas práticas, extremamente necessárias para romper com esses preceitos limitados, ainda se mostra sólida, criando uma distância entre o bem consagrado, seu entorno, e principalmente das pessoas.

Esse distanciamento, na maior parte das vezes, é pautado pelo caráter monumental do bem, principalmente tratando-se do patrimônio urbano, e mais especificamente das edificações, que acabam sendo “colocadas em um pedestal” e isoladas da cidade e dos cidadãos.

Nesse sentido, deve-se reconhecer duas tendências tratando-se de uma cidade como Patrocínio Paulista. A primeira é que, apesar de a população ter os elementos urbanos como referências de sua memória e vivências, por não enxergar a “monumentalidade” tão associada ao patrimônio nos bens da cidade, acaba não reconhecendo a maneira que eles podem ser tratados, ou seja, eleitos e geridos como bens culturais que guardam suas memórias.

Em contrapartida, percebe-se também a tendência de elencar alguns bens, o mais próximos possível de algo “monumental”, tendo como referência a escala e as características da cidade, na tentativa de encaixá-los, ou enquadrá-los nesse padrão estabelecido, utilizando-se de instrumentos que podem não ser os mais adequados a eles.

Essas questões se refletem no próprio Conselho de Preservação Municipal, visto que se trata de um órgão composto em grande parte pela sociedade civil, e por isso tão importante para a preservação do patrimônio local. Porém, percebe-se pela sua dificuldade de funcionamento, que os conselheiros acabam tendo seus ânimos arrefecidos, e até deixam de participar das reuniões ao longo do tempo, o que se deve, muitas vezes, às tentativas frustradas de tomar alguns bens isolados.

Nesse sentido, a abordagem que se inicia no segundo capítulo e se mantém até o último, algumas vezes mais clara e outras menos perceptível, torna-se base para as análises e conclusões desse trabalho. Trata-se da compreensão do patrimônio urbano a partir de seu território, das paisagens, e dos elementos que o compõe e o tornam singular, mostrando-se como referência das (pelas e para as) pessoas que o vivenciam.

Sendo assim, alguns documentos como a Carta de Washington, a Recomendação sobre Paisagem Urbana Histórica e a categoria de Paisagem Cultural, dão suporte para análises e possibilidades no trato do patrimônio local, seja compreendendo a cidade como um documento que dialoga com a comunidade, ou norteando as possíveis práticas da política de preservação local.

Mais uma vez deixando claro que a intenção de toma-los como referência não era tentar enquadrar o patrimônio local em alguma categoria, algumas considerações podem ser feitas. Uma delas parte da dificuldade de considerar um ambiente urbano como paisagem cultural, visto que, conforme abordado por Ribeiro (2016, p. 242), “A necessidade de indicar as bases da relação homem e natureza dificulta a aplicação da ideia de paisagem cultural a sociedades urbanas complexas, por exemplo, onde a presença e a relação com a natureza não seriam tão evidentes.”.

Deve-se ressaltar que essa análise referida se trata de grandes centros urbanos, que frequentemente possuem uma área central consolidada, caracterizada por altas taxas de verticalização, menos quantidade de espaços livres arborizados, dentre outros fatores que diminuem a relação com elementos da natureza.

Em contraponto, nas cidades de pequeno porte, que são focos nesse estudo, a relação com os elementos naturais do entorno e os vínculos com a zona rural, são características comumente encontradas e fundamentais para o estabelecimento da paisagem urbana. Nesse sentido, assim como apontado em relação à Patrocínio Paulista, bem como na maior parte das cidades pequenas, essa relação entre paisagem e patrimônio urbano, mostra-se viável.

Além do mais, as abordagens que se voltam para o olhar da própria população para com a cidade, se mostram de extrema importância quando se compreende o deslocamento dos valores atribuídos aos bens por possuírem caráter monumental, para os valores relacionados às vivências no ambiente urbano.

Sendo assim, ainda no capítulo dois, buscou-se apresentar a cidade de Patrocínio Paulista seguindo duas abordagens: uma feita a partir de pesquisas documentais e de um olhar técnico (mas também influenciado pelas vivências pessoais como moradora), e outra a partir dos Almanques Históricos da cidade, escrito pelos próprios moradores e pessoas vinculadas ao local, e principal fonte de consulta sobre Patrocínio Paulista.

As duas permitiram compreender a cidade de forma diversa, mas principalmente através da segunda, foi possível compreender o que os colaboradores e organizadores dos exemplares consideravam mais importante destacar sobre a cidade. Com ela foi possível fazer um mapeamento dos principais pontos elencados por eles, o que se considera importante, pois além

de documenta-los graficamente no território, possibilita uma maior percepção sobre as alterações sofridas pela cidade ao longo do tempo, compreendendo a evolução urbana.

Além disso, como dito anteriormente, os Almanques são as principais fontes de consulta da população em relação à cidade. A partir da relação entre as respostas das atividades feitas com a população, descritas no terceiro capítulo, com os elementos citados no Almanque, foi possível fazer uma análise crítica de como esses documentos também se tornam meios de consolidação, ou mesmo construção, da história local.

Justamente no terceiro capítulo encontra-se uma das etapas mais importantes do trabalho, em que há uma relação e contato maior com a população, visto que, compreendendo o valor afetivo como predominante no local, é fundamental que se inclua a população na consagração dos bens patrimoniais.

Nesse sentido, entendendo a ampliação dos valores - antes apenas pautados pelos saberes legitimados pelas disciplinas relacionadas à história da arte, arte, arquitetura, e outras-, para os saberes populares, relacionados às vivências na cidade, encontrou-se nas atividades de Educação Patrimonial a possibilidade de troca de saberes, como forma de ampliar um olhar apenas técnico para a cidade e compreender o olhar da população.

Além da experiência individual há também a experiência coletiva da proteção compartilhada pelos cidadãos com a assunção de responsabilidades, e conhecimento sobre o destino da herança cultural: o indivíduo e a comunidade, com uma educação apropriada e a participação nos processos de patrimonialização, são capazes de conhecer e reconhecer o patrimônio que existe em função deles e conservá-lo. Significa ir além do registro do discurso da “monumentalidade” definido pela tradição e vinculado à ideia de Nação. Se o patrimônio pode ser um instrumento de constituição de subjetividades individuais e coletivas, um recurso para o reconhecimento social e político no espaço público, há de se buscar esse espaço para sua manifestação. Isso implica “registro do cotidiano”, no plano da “experiência” individual e coletiva dos bens culturais, um espaço para sua constituição. (LIMA, 2017, p. 114)

Avaliando criticamente as abordagens feitas com a população, em formato de oficinas na escola, o desenvolvimento de mapas mentais pelos idosos e o questionário online, percebe-se que tanto em relação a uma troca mais efetiva dos saberes, quanto a uma análise mais vinculada às vivências e memórias, os mapas mentais se destacaram. Isto, possivelmente, por conta de ser uma representação um pouco mais livre, mais voltada às impressões de cada participante, e principalmente mais vinculada aos seus percursos e marcos referenciais, compreendendo o território como um todo.

Já as outras abordagens se mostraram um pouco mais limitadas, principalmente quando reduzidas à pergunta sobre o que consideravam patrimônio na cidade, na qual a maioria das respostas elencou bens isolados. É claro que elas são de extrema importância para balizar as

práticas de preservação local, e talvez a intenção das respostas não fosse isolar cada elemento, mas essa impressão pode ter ocorrido justamente por causa da abordagem.

Porém, essas abordagens diferentes se mostraram importantes por diversos aspectos, dentre eles, o de serem as responsáveis por explicitar uma fragilidade na tão difundida relação entre memória, patrimônio e identidade, que na prática, justamente pelo entendimento muito limitado do que é patrimônio, acabam não se vinculando.

Sendo assim, como o próprio título deste trabalho deixa claro, acredita-se ser necessária a construção de políticas locais articuladas com a participação da sociedade civil, de forma que acolham, mas analisem criticamente o discurso envolvido, buscando ampliar cada vez mais a noção de patrimônio cultural, pensando-o como algo construído no presente, relacionado ao passado pelas vivências, mas sempre atualizado pelo cotidiano.

Como abordado ao longo do trabalho, acredita-se que essas práticas só se efetivarão localmente com a adoção de instrumentos para além dos tradicionais, que sejam capazes de incluir os vínculos da comunidade para com os elementos urbanos, mesmo que não sejam excepcionais, abrindo assim, a possibilidade de contemplar novos bens a partir de formas alternativas de preservação.

Um dos instrumentos indicados no trabalho foi o Inventário Participativo, que como o próprio nome sugere, está aberto para a participação da população. Mais uma vez destacado aqui, ele contempla também um olhar para o território, importante para a conclusão deste trabalho, sendo que de acordo com o seu Manual de Aplicação a descrição realizada na “Ficha do Território” pode ser feita da seguinte maneira: “Aqui deverão ser observadas características como as paisagens predominantes, as principais construções, populações ou grupos de pessoas que ali vivem e elementos naturais (vegetação predominante, fauna nativa, clima típico etc.).” (IPHAN, 2016, p. 29)

Observa-se assim, uma visão ampliada para o ambiente urbano, considerando além do ambiente natural e construído (e com isso as paisagens predominantes), as pessoas envolvidas. Isso também fica explícito tratando-se de uma das categorias a serem consideradas na aplicação do Inventário, e de grande importância para essa dissertação, a dos *lugares*.

Tal categoria compreende, além de outros elementos, as paisagens e edificações, e de acordo com o manual:

Um lugar pode ser importante para uma comunidade por ser referência de seu dia a dia, de suas crenças, de atividades de trabalho. Esses lugares são essenciais para o inventário e podem significar novas descobertas, novos bens de nosso patrimônio que merecem ser cuidados. (IPHAN, 2016, p. 32)

Essa definição vai totalmente ao encontro do que se espera concluir com esse trabalho, e isso pode ser ainda mais explorado ao analisar os campos definidos na “Ficha dos Lugares”, dentre os quais, encontra-se o campo “Significados”, sendo ele um espaço para abordar os vínculos da comunidade com o lugar.

Em conjunto com “significados”, pode-se considerar alguns campos como importantes para inclusão da população na consagração dos bens, abrindo espaço para apresentarem com suas palavras as “Pessoas envolvidas”, “Elementos naturais”, “Elementos construídos” e “Atividades que acontecem no lugar”.

Em consonância, apresenta-se também campos que possibilitam a inclusão da comunidade nos processos de gestão, como: “Manutenção”, “Conservação”, “Avaliação e “Recomendações”, ou seja, uma análise do bem pela sociedade civil, e as possibilidades que ela enxerga para ele.

Aprofundando ainda mais as possibilidades de uso de um instrumento como este, acredita-se que explorar a representação gráfica a partir dos mapas mentais, possa ajudar na compreensão do espaço urbano, contemplando ruas, edificações, espaços livres, rios e marcos referenciais correspondentes às vivências da população, complementando as fotografias (e a possibilidade de desenhos) no preenchimento do campo “Imagem”.

Relacionando o instrumento indicado com os dados obtidos nesta pesquisa através das diferentes abordagens com as diversas faixas etárias, seria possível consolidar práticas mais padronizadas, talvez adaptando o Inventário Participativo ao local, o que pode ser explorado em pesquisas futuras.

Reconhece-se que os resultados deste trabalho, que contempla levantamento de dados, mapeamento e principalmente as atividades feitas com a população, podem contribuir com um pequeno passo para o incentivo do funcionamento do órgão de preservação municipal e uma referência para suas práticas.

Deve-se deixar claro, porém, que por mais que pese a importância da participação popular no processo de patrimonialização, não se pode prescindir do Estado cumprindo seu papel na institucionalização de políticas públicas eficazes e duradouras no campo preservacionista. Cabe a ele (como dita a Constituição de 1988)⁵⁸, agir conjuntamente com a sociedade civil na tutela do patrimônio cultural.

⁵⁸ “§ 1º O poder público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação.” (BRASIL, 1988)

Para além disso, considera-se importante ressaltar a afirmação de que é necessário manter esses dados atualizados, pensando o patrimônio como parte do cotidiano, pertencente a um ambiente dinâmico. Com isso, conclui-se esse trabalho com o predicado definido por Aloísio Magalhães (2017) como fundamental para a preservação do patrimônio, a **continuidade** (em conjunto com a determinação, coragem e competência).

REFERÊNCIAS

- AGÊNCIA DE NOTÍCIAS. **IBGE divulga as estimativas populacionais dos municípios para 2017**. Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/16131-ibge-divulga-as-estimativas-populacionais-dos-municipios-para-2017>>. Acesso em: 10 de jul. de 2019.
- AMO FRANCA. **Grupo do Facebook**, 2020. 1 fotografia em preto e branco. Disponível em: <<https://www.facebook.com/photo.php?fbid=137561464415543&set=pcb.1322700257916849&type=3&theater>>. Acesso em: 31 de out. de 2020.
- AMO FRANCA. **Grupo do Facebook**, 2020. 1 fotografia em preto e branco. Disponível em: <<https://www.facebook.com/photo.php?fbid=134143861423970&set=pcb.1313027505550791&type=3&theater>>. Acesso em: 31 de out. de 2020.
- ANDRADE, José Geraldo de. Nosso chão tem mais brilhantes... In: MATOS, Carlos Alberto Bastos de; COSTA, Alfredo Henrique (org.). **Almanaque Histórico de Patrocínio Paulista: 1885-1985**. Patrocínio Paulista: Edição da Prefeitura Municipal, 1986, p. 168-172.
- ARANTES, Otília. Cultura da cidade: animação sem frase. In: **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – Cidadania**. Rio de Janeiro: IPHAN, nº 24, 1996, p. 233.
- ARQUIVO HISTÓRICO DE PATROCÍNIO PAULISTA. **Facebook**, 2020. Grupo do Facebook. Disponível em: <<https://www.facebook.com/groups/517002055636158>>. Acesso em: 03 de out. de 2020.
- AZEVEDO, Nilo Lima de; BOTELHO, Tarcísio Rodrigues. Gestão participativa e política de patrimônio no município de Belo Horizonte: realidade ou mito? In: **Ciências Sociais Unisinos**. São Leopoldo, v. 41, n. 1, 2005, p.31-36. Disponível em: <http://revistas.unisinos.br/index.php/ciencias_sociais/article/view/6251>. Acesso em: 29 de nov. de 2019.
- BARCELLOS, José Mauro. Prefácio. In: FÉLIX, Sandra Regina (org.). **Almanaque Histórico de Patrocínio Paulista: 127 anos de história**. Patrocínio Paulista: Editora Noohva América, 2012, p.120.
- BENJAMIN, Walter. Teses sobre o conceito de história. In: **Walter Benjamin - Obras escolhidas: Magia e técnica, arte e política. Ensaio sobre literatura e história da cultura**. São Paulo: Brasiliense, 1987, p. 222-232.
- BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade: lembranças de velhos**. 18ªed. São Paulo: Cia das Letras, 2015.
- BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.
- BRASIL. Decreto-Lei n.º 25 de 30 de novembro de 1937. Organiza o patrimônio histórico e artístico nacional. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decretolei/del0025.htm>. Acesso em: 10 de jul. de 2019.
- CARMO, Bárbara Helena Almeida. **PCH Programa Monumenta e PAC-CH: o patrimônio cultural na perspectiva de política pública**. 2019. Dissertação (Mestrado em Teoria e História da Arquitetura e do Urbanismo) - Instituto de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Carlos, 2019. Disponível em: <<https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/102/102132/tde-12032020-151343/pt-br.php>>. Acesso em: 15 de out. de 2020.

CARVALHO, J. L. M. de; GRAZZIOTIN, L. S. S. Um almanaque de cidade como objeto de pesquisa da História da Cultura Escrita: Almanack da Parnahyba (1924-1982), In: **Educar em Revista**, Curitiba, v. 34, n. 70, jul./ago. 2018, p. 179-195. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/er/v34n70/0104-4060-er-34-70-179.pdf>>. Acesso em: 05 de mar. de 2020. <https://doi.org/10.1590/0104-4060.53880>

CARVALHO, Karine Fernandes de. Os conceitos de *habitus* e campo na teoria de Pierre Bourdieu. In: **Cadernos de Campo**: Revista de Ciências Sociais. N. 9. 2003, p. 101-111. Disponível em: <<https://periodicos.fclar.unesp.br/cadernos/article/view/10510/6830>>. Acesso em: 26 de out. de 2020.

CASTRIOTA, Leonardo. Conservação e valores. Pressupostos teóricos das políticas para o patrimônio. In: GOMES, Marco Aurélio; CORRÊA, Elyane L. (org). **Reconceituações contemporâneas de patrimônio**. Salvador: Edufba, 2011, p. 49-66.

CHAUÍ, Marilena. **Cidade Cultural**: o direito à cultura. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2006.

_____, Marilena. Os trabalhos da memória. In: BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade**: lembranças de velhos. 18ª ed. São Paulo: Cia das Letras, 2015, p. 17-33.

CHOAY, Françoise. **A Alegoria do Patrimônio**. São Paulo: Ed. Unesp/ Estação Liberdade, 2001.

CHUVA, Márcia Regina R. A pesquisa no IPHAN: conhecimento, legitimidade e ação política. In: REZENDE, Maria Beatriz. *Et al.* (Orgs.). **Dicionário IPHAN de Patrimônio Cultural**. 1ª ed. Rio de Janeiro; Brasília: IPHAN/DAF/Copedoc, 2015.

_____. **Os arquitetos da memória**: sociogênese das práticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil (anos 1930-1940). 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2017.

COELHO, Carla Maria Teixeira. Gestão de riscos para sítios históricos: por uma abordagem focada no valor dos bens culturais. In: 3º Simpósio Científico do ICOMOS Brasil, 2019,. Anais. Belo Horizonte/MG: Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG. Disponível em: <<https://www.even3.com.br/anais/IIISimposioICOMOSBrasil/149266-GESTAO-DE-RISCOS-PARA-SITIOS-HISTORICOS--POR-UMA-ABORDAGEM-FOCADA-NO-VALOR-DOS-BENS-CULTURAIS>>. Acesso em: 19 de set. de 2020.

CORRÊA JÚNIOR, Carmelino. Meio século do distrito de Itirapuã: Patrocínio Paulista. In: MATOS, Carlos Alberto Bastos de; COSTA, Alfredo Henrique (org.). **Almanaque Histórico de Patrocínio Paulista**: 1885-1985. Patrocínio Paulista: Edição da Prefeitura Municipal, 1986, p. 80-92.

CUNHA. Claudia dos Reis e. **O patrimônio cultural da cidade de Sorocaba**: Análise de uma trajetória. 2005. Dissertação (Mestrado em História de Fundamentos da Arquitetura e do Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

_____. Alois Riegl e “O culto moderno dos monumentos”. In: **Revista CPC**, São Paulo, vol 1, nº 2, maio. 2006, p. 6-16. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/cpc/article/view/15586/17160>>. Acesso em: 15 de out. de 2018. <https://doi.org/10.11606/issn.1980-4466.v0i2p6-16>

DAHER, Andréa. Práticas patrimonializantes e objetos patrimonializados, In: **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 23, nº 45, p. 199-202, jan./ jun. de 2010. <https://doi.org/10.1590/S0103-21862010000100010>

DEBORD, Guy. **A Sociedade do Espetáculo**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

- FALEIROS, José Milton. Criatura de Deus. In: **Simplicidade**. Patrocínio Paulista, 1985, p. 85.
- FALLEIROS, Palmira Luiza Novato. Dispersão do Arraial de Santa Bárbara das Macaúbas. In: MATOS, Carlos Alberto Bastos de; COSTA, Alfredo Henrique (org.). **Almanaque Histórico de Patrocínio Paulista: 1885-1985**. Patrocínio Paulista: Edição da Prefeitura Municipal, 1986, p. 67-71.
- FÉLIX, Sandra Regina (org.). **Almanaque Histórico de Patrocínio Paulista: 127 anos de história**. Patrocínio Paulista: Editora Noohva América, 2012.
- FERNANDES, Pedro Henrique Carnevali. O urbano brasileiro a partir das pequenas cidades. In: **Revista Eletrônica Geoaraguaia**. Barra do Garças - MT. V 8, n.1, p. 13 - 31. janeiro/junho 2018.
- FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Dicionário Aurélio Básico da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988.
- FIGUEIREDO, Vanessa Gayego Bello. O patrimônio e as paisagens: novos conceitos para velhas concepções?. In: **Paisagem e Ambiente**, n° 32, p. 83-118, 2013. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/paam/article/view/88124>>. Acesso em: 26 de set. de 2020. <https://doi.org/10.11606/issn.2359-5361.v0i32p83-118>
- _____. **Da tutela dos monumentos à gestão sustentável das paisagens culturais complexas: inspirações à política de preservação cultural no Brasil**. 2014. Tese (Doutorado em Planejamento Urbano e Regional) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014. Disponível em: <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/16/16139/tde-14082014-134950/publico/TESE_VANESSA_BELLO_REV.pdf>. Acesso em: 27 de set. de 2020.
- FLORÊNCIO, Sonia R. R. *et al.* **Educação patrimonial: histórico, conceitos e processos**, Brasília: Iphan, 2014.
- FONSECA, Maria Cecília Londres. **O Patrimônio em Processo**. Rio de Janeiro: UFRJ/IPHAN, 1997.
- _____. Referências Culturais: Base para novas políticas de patrimônio. In: **Políticas Sociais: acompanhamento e análise**, Brasília, n. 02, p. 111-120, jan. de 2001. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/politicas_sociais/referencia_2.pdf>. Acesso em: 15 de out. de 2018.
- GOETTERSDORFER, Heriberto Antônio. Apontamentos Histórico: Geographicos sobre Patrocínio de Sapucahy. In: MATOS, Carlos Alberto Bastos de; COSTA, Alfredo Henrique (org.). **Almanaque Histórico de Patrocínio Paulista: 1885-1985**. Patrocínio Paulista: Edição da Prefeitura Municipal, 1986, p. 10-32.
- HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva**. São Paulo: Ed. Vértice, 1990.
- HORTA, Maria de Lourdes Parreiras; GRUNBERG, Evelina; MONTEIRO, Adriane Queiroz. **Guia básico de Educação Patrimonial**. Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Museu Imperial, 1999.
- IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia Estatística). **Censo demográfico de 2010**. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas-novoportal/por-cidade-estado-estatisticas.html?t=destaques&c=3536307>>. Acesso em: 10 de abr. de 2018.

_____. **Patrocínio Paulista (SP).** Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sp/patrocínio-paulista/panorama>>. Acesso em: 14 de fev. de 2020.

ICOMOS. **Carta de Veneza de 1964.** Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=236>>. Acesso em: 12 set. de 2019.

_____. **Carta de Washington de 1986.** Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20de%20Washington%201987.pdf>>. Acesso em: 27 de set. de 2020.

IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional). **Manual do INRC.** Brasília: DPI/IPHAN, 2000.

_____. **Educação Patrimonial: Inventários Participativos.** Manual de Aplicação. Brasília: DAF/IPHAN, 2016.

_____. **Educação Patrimonial: Manual de aplicação: Programa Mais Educação.** Brasília/DF: IPHAN/DAF/COGEDIP/CEDUC, 2013. 85 p. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/EduPat_EducPatrimonialProgramaMaisEducao_m.pdf>. Acesso em: 09 de jan. de 2019.

_____. **Novas (velhas) batalhas:** educação patrimonial no contexto das fortificações de Pernambuco. ROMEU, Gabriela (org). Brasília: IPHAN, 2019, p.139.

JARAMILLO, Maria Matilde Villegas. **Entre os Morros e a Lagoa:** Laguna Cidade Documento. 2016. 303 f. Dissertação de Mestrado em Preservação do Patrimônio Cultural - IPHAN, Rio de Janeiro, 2016. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/ENTRE%20OS%20MORROS%20E%20A%20LAGUA%20-%20LAGUNA%20CIDADE%20DOCUMENTO.pdf>>. Acesso em: maio de 2020.

KÜHL, Beatriz Mugayar. Algumas questões relativas ao patrimônio industrial e à sua preservação. In: **Patrimônio Revista Eletrônica do IPHAN**, Dossiê Herança Industrial, nº 4, mar./abr. de 2006. Disponível em: <www.revista.iphan.gov.br/materia.php?id=165>. Acesso em: 07 de fev. de 2019.

LANNA, Ana. Patrimônio cultural: política e práticas. Relatório da gestão 2013/2015 da presidente do Condephaat. In: **Arquitextos**, São Paulo, ano 16, nº 189.00, Vitruvius, fev. de 2016. Disponível em: <<https://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/16.189/5944>>. Acesso em: 19 de out. de 2020.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória.** Campinas/SP: Ed. Unicamp, 1996.

LEANDRO, Marllon Henrique; CANTO, Tânia Seneme do. Mapas mentais no ensino de geografia: a cidade de Uberaba/MG pela memória e percepção dos alunos da universidade aberta à terceira idade – UFTM. In: **Formação Online**, vol. 26, nº 48, p. 72-93, 2019. <https://doi.org/10.33081/formacao.v26i48.4479>

LEMONS, Carlos Alberto Cerqueira. **O que é Patrimônio Histórico.** São Paulo: Ed. Brasiliense, 2000, p. 30.

_____. **História da casa brasileira.** 2º ed. São Paulo: Contexto, 1996.

LEPETIT, Bernard. **Por uma nova história urbana.** SALGUEIRO, Heliana Angotti (Org.). Tradução de Cely Arena. São Paulo: Edusp, 2001.

LIMA, Jayme Wesley de. **Tem que tomar?:** patrimônio moderno e forma alternativa de conservação. 2017. 441 f, Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) —Universidade de

Brasília, Brasília, 2017. Disponível em: <<https://repositorio.unb.br/handle/10482/24446>>. Acesso em: 18 de out. de 2020.

LOPES, Fatima Faleiros. **Memoria, história, educação**: trilhas sugeridas por um Almanaque. 2002. 207 f. Dissertação (mestrado) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas/SP, 2002. Disponível em: <<http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/253503>>. Acesso em: 13 de jul. de 2020.

LYNCH, Kevin. **A imagem da cidade**. Tradução de Jefferson Luiz Camargo. 3ª ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2011.

MATOS, Carlos Alberto Bastos de; COSTA, Alfredo Henrique (org.). **Almanaque Histórico de Patrocínio Paulista**: 1885-1985. Patrocínio Paulista: Edição da Prefeitura Municipal, 1986. 304 p.

MATOS, Carlos Alberto Bastos. Dura Lex. In: MATOS, Carlos Alberto Bastos de; COSTA, Alfredo Henrique (org.). **Almanaque Histórico de Patrocínio Paulista**: 1885-1985. Patrocínio Paulista: Edição da Prefeitura Municipal, 1986, p. 186-188.

MATOS, Carlos Alberto de B. de. *et al.* (org.). **Almanaque Histórico de Patrocínio Paulista**. Patrocínio Paulista: Edição da Prefeitura Municipal, 1986.

MATOS, Gabriel da Silveira; MATOS, Rafael da Silveira, MATOS, Miguel da Silveira. Dados atuais. In: MATOS, Carlos Alberto Bastos de; COSTA, Alfredo Henrique (org.). **Almanaque Histórico de Patrocínio Paulista**: 1885-1985. Patrocínio Paulista: Edição da Prefeitura Municipal, 1986, p. 93-94.

MENESES, Ulpiano. T. Bezerra de. O campo do patrimônio cultural: uma revisão de premissas. In: **I Fórum Nacional do Patrimônio Cultural**: Sistema Nacional de Patrimônio Cultural: desafios, estratégias e experiências para uma nova gestão. Brasília: Iphan, 2012, tomo 1, p. 25-39.

MICRUTE, Regina Lucia Rocha; KASHIWAGI Helena Midori. O uso dos mapas mentais na construção da percepção espacial. In: PARANÁ, Secretaria da Educação do Estado. Superintendência de Educação. **Os Desafios da Escola Pública Paranaense na Perspectiva do Professor PDE, 2014**. Curitiba: SEED/PR, 2016. vol.1. (Cadernos PDE). Disponível em: <http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/cadernospde/pdebusca/producoes_pde/2014/2014_ufpr_geo_artigo_regina_lucia_rocha_micrute.pdf> . Acesso em: 31 de maio de 2020.

MONTORO, Franco. Parabéns Patrocínio Paulista. In: MATOS, Carlos Alberto Bastos de; COSTA, Alfredo Henrique (org.). **Almanaque Histórico de Patrocínio Paulista**: 1885-1985. Patrocínio Paulista: Edição da Prefeitura Municipal, 1986, p. 05-06.

MOREIRA, Hélio Vilhena. *et al.* História das vias públicas patrocinenses. In: MATOS, Carlos Alberto Bastos de; COSTA, Alfredo Henrique (org.). **Almanaque Histórico de Patrocínio Paulista**: 1885-1985. Patrocínio Paulista: Edição da Prefeitura Municipal, 1986, p. 260-278.

MOTTA, Lia. **Patrimônio Urbano e Memória Social**: práticas discursivas e seletivas de preservação cultural – 1975 a 1990. 2000. Dissertação (Mestrado em Memória Social e Documento) – Universidade do Rio de Janeiro – UNIRIO, Rio de Janeiro, 2000.

MOTTA, Lia; REZENDE, Maria Beatriz. Inventário. In: GRIECO, Bettina; TEIXEIRA, Luciano; THOMPSON, Analucia (Orgs.). **Dicionário IPHAN de Patrimônio Cultural**. 2º ed. Rio de Janeiro, Brasília: IPHAN/DAF/Copedoc, 2016.

NASCIMENTO, Flávia Brito do; SCIFONI, Simone. O tombamento de Iguape como patrimônio nacional: novas práticas e políticas de patrimônio nacional. In: **PARC Pesquisa em**

Arquitetura e Construção, Campinas, vol. 6, nº 1, p. 26-38, jan./mar. de 2015. Disponível em: <<http://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/parc>>. Acesso em: 15 de out. de 2018. <https://doi.org/10.20396/parc.v6i1.8635027>

NITO, Mariana Kimie; SCIFONI, Simone. O Patrimônio contra a gentrificação: a experiência do inventário participativo do Minhocão. In: **Revista do Centro de Pesquisa e formação**, São Paulo, nº 5, p. 38-49, set. de 2017.

NORA, Pierre. [1984] Entre história e memória. Tradução de Yara Khoury. In: **Revista Proj. História**, PUC/São Paulo, vol. 10, dez. de 1993, p.7-28.

OLENDER, Marcos. Uma “medicina doce do patrimônio”. O inventário como instrumento de proteção do patrimônio cultural – limites e problematizações. In: **Arquitextos**, São Paulo, ano 11, nº 124.00, Vitruvius, set. de 2010. Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/11.124/3546>>. Acesso em: 31 de out. de 2020.

_____. O afetivo efetivo. Sobre afetos, movimentos sociais e preservação do patrimônio. In: **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, nº 35, 2017, p. 321-341.

OLIVEIRA JÚNIOR, Vicente de Paulo Augusto de; CUNHA FILHO, Francisco Humberto. A Participação da Comunidade na Proteção ao Patrimônio Cultural: Uma Análise do Decreto-Lei de Nº. 25/1937 à Luz da Constituição Federal de 1988. In: **Veredas do Direito: Direito Ambiental e Desenvolvimento Sustentável**, Belo Horizonte, vol 11, nº 21, p. 215, nov. de 2014. Disponível em: <<http://www.domhelder.edu.br/revista/index.php/veredas/article/view/397>>. Acesso em: 29 de nov. de 2019.

PATROCÍNIO PAULISTA, Prefeitura Municipal de. Plano Diretor do Município de Patrocínio Paulista. In: **Lei Municipal nº 2.132/06, de 07 de Dezembro de 2006**. Patrocínio Paulista: Câmara Municipal, 2006.

PATROCÍNIO PAULISTA, Prefeitura Municipal de. Departamento de Cultura. **Atas das Reuniões do Conselho de Patrimônio Histórico, Artístico e Arquitetônico (CONDEPHAA)**. São Paulo: Patrocínio Paulista, 2009-2016.

PORTAL DA PREFEITURA DE PATROCÍNIO PAULISTA. **Nossa cidade**: Mapas. Disponível em: <https://www.patrocin.instarbr.com.br/imgeditor/mapa_dos_bairros.pdf>. Acesso em: 21 de set. de 2019.

RANGEL, Marília Machado. A municipalização da proteção do patrimônio cultural em Minas Gerais. In: **Fórum Patrimônio**: ambiente construído e patrimônio sustentável. Belo Horizonte, vol. 2, nº 1, jan./abr. de 2008, p. 14-60.

REPEP. Dossiê do Inventário Participativo Minhocão contra gentrificação. 2019. In: **Grupo de Trabalho Baixo Centro da Rede Paulista de Educação Patrimonial**, São Paulo, 2019.

_____. **Estatuto da Rede Paulista de Educação Patrimonial**. Disponível em: <<http://repep.fflch.usp.br/estatuto>>. Acesso em: 12 de jul. de 2019.

RIBEIRO, Rafael Winter. **Paisagem Cultural e Patrimônio**. Rio de Janeiro: IPHAN/COPEDOC. 2007. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/SerPesDoc1_PaisagemCultural_m.pdf>. Acesso em: 27 de set. de 2020.

_____. Paisagem cultural urbana e paisagem histórica urbana: o Rio de Janeiro e os desafios para a Lista do Patrimônio Mundial. In: **Revista Identidades**: território, projeto, patrimônio, Barcelona, vol. 6, p. 235-256, 2016. Disponível em:

<https://upcommons.upc.edu/bitstream/handle/2117/100070/ID6_11_Ribeiro.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 26 de set. de 2020.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Tradução de Alain François. *et al.* Campinas, SP: Ed.Unicamp, 2007.

RIEGL, Alois. **O culto moderno dos monumentos**: a sua essência e a sua origem. Tradução de Werner Rothschild Davidsohn, Anat Falbel. 1º e.d. São Paulo: Perspectiva, 2014.

ROCHA, Beatriz Alves Goulart; CUNHA, Claudia dos Reis e. A ampliação dos modelos de gestão do patrimônio: a importância da participação comunitária para as cidades de pequeno porte e com exemplares arquitetônicos modestos. In: **Revista CPC (USP)**, vol. 14, p. 8-36, 2019. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/cpc/article/view/156189>>, Acesso em: 13 de fev. de 2020.

_____. **O patrimônio em cidades de pequeno porte**: a arquitetura como desenho, a cidade como camadas e as camadas como documento histórico... In: 5º Seminário Ibero-americano Arquitetura e Documentação, 2018, UFMG (Belo Horizonte/MG). Anais do evento. Disponível em: <<https://www.even3.com.br/anais/arqdoc/71396-O-PATRIMONIO-EM-CIDADES-DE-PEQUENO-PORTE--A-ARQUITETURA-COMO-DESENHO-A-CIDADE-COMO-CAMADAS-E-AS-CAMADAS-COMO-DOC>>. Acesso em: 11 de jul. de 2019.

RODRIGUES, Marly. De quem é o Patrimônio? Um olhar sobre a prática preservacionista em São Paulo. In: **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. Rio de Janeiro: SPHAN/Pró-Memória, nº 24, 1996.

RUBINO, Silvana. **As fachadas da história**: os antecedentes, a criação e os trabalhos do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 1937-1968. 1991. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas/SP, 1991.

SALLES, Helena de Mota; AZEVEDO, Nilo Lima. Democracia, gestão participativa e patrimônio cultural. O caso do Conselho Municipal de Juiz de Fora. In: AZEVEDO, Paulo Ormindo David de; CORRÊA, Elyane Lins (org). **Estado e sociedade na preservação do patrimônio**. Salvador: EDUFBA, 2013, p. 151-175.

SANT'ANNA, Márcia. Preservação como prática: sujeitos, objetos, concepções e instrumentos. In: GRIECO, Bettina. *Et. al.* (Orgs.). In: **Dicionário IPHAN de Patrimônio Cultural**. Rio de Janeiro, Brasília: IPHAN/DAF/Copedoc, 2015. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Preserva%C3%A7%C3%A3o%20pdf.pdf>>. Acesso em: 26 de set. de 2020.

_____. Desafios e perspectivas da política federal de salvaguarda do patrimônio cultural. In: **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, Rio de Janeiro, nº 36, p. 95-105, jan. de 2017. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/revpat_36.pdf>. Acesso em: 15 de out. de 2018.

SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula; NUNES, João Arriscado. Introdução: para ampliar o cânone da ciência: a diversidade epistemológica do mundo. In: SANTOS, Boaventura de Sousa (org.), **Semear outras soluções**. Porto: Afrontamento, 2004. Disponível em: <<https://www.ces.uc.pt/publicacoes/res/pdfs/IntrodBioPort.pdf>>. Acesso em: 21 de maio de 2020.

SÃO PAULO, Governo do Estado de. **Patrocínio Paulista**: Planta cadastral e altimétrica. Patrocínio Paulista, 1950. 1 mapa. Escala 1: 2.000. 92cmx91cm. Disponível em:

<http://www.arquivoestado.sp.gov.br/site/acervo/repositorio_digital/mapa_carto/BR_APESP_IGC_IGG_CAR_I_P_0033_001_001> Acesso em: 31 de out. de 2020.

SCIFONI, Simone. Paisagem cultural. In: GRIECO, Bettina; TEIXEIRA, Luciano; THOMPSON, Analucia (Orgs.). In: **Dicionário IPHAN de Patrimônio Cultural**. 2º ed. rev. ampl. Rio de Janeiro, Brasília: IPHAN/DAF/Copedoc, 2016. (verbete). Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/dicionarioPatrimonioCultural/detalhes/82/paisagem-cultural>>. Acesso em: 26 de set. de 2020.

_____. Desafios para uma nova Educação Patrimonial. In: **Revista Teias**, vol. 18, nº 48, jan./mar. de 2017, p. 1-12. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistateias/article/view/25231/19932> Acesso em: 31 de out. de 2020. <https://doi.org/10.12957/teias.2017.25231>

STARLING, Mônica. Entre a lógica de mercado e a cidadania: modelos de gestão do patrimônio cultural. In: **Políticas Culturais em Revista**. Salvador: Universidade Federal da Bahia vol. 5, nº 1, p. 91-108, 2012. Disponível em: <<https://portalseer.ufba.br/index.php/pculturais/article/view/5921/4539>>. Acesso em: 08 de nov. de 2018.

UNESCO. Convenção para a proteção do patrimônio mundial, cultural e natural. In: **Conferência Geral da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura**. 17ª sessão, Paris, 17 out. – 21 nov. de 1972. Disponível em: <<http://whc.unesco.org/archive/convention-pt.pdf>>. Acesso em: 12 de set. de 2019.

_____. Recomendação sobre a Paisagem Histórica Urbana. In: **Conferência Geral da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura**. Paris, 10 nov. de 2011. Disponível em: <https://www.unescoportugal.mne.pt/images/cultura/recomendacao_sobre_a_paisagem_historica_urbana_unesco_2011.pdf>. Acesso em: 26 de set. de 2020.

VIEIRA, Bruno Felli. Os Almanques da cidade de Amparo e sua potencialidade como documentos portadores de memórias e histórias, educação e barbárie, In: **XXVI Simpósio Nacional de História**, 2011, Associação Nacional de História (São Paulo). Anais do evento., p. 1-10. Disponível em: <http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300867807_ARQUIVO_TextoANPUH2011.pdf>. Acesso em: 04 de mar. de 2020.

VIEIRA, Neuza Machado. O Meio Ambiente do Município de Patrocínio Paulista. In: MATOS, Carlos Alberto Bastos de; COSTA, Alfredo Henrique (org.). **Almanaque Histórico de Patrocínio Paulista: 1885-1985**. Patrocínio Paulista: Edição da Prefeitura Municipal, 1986, p. 141- 16.

ZANIRATO, Sílvia Helena. Patrimônio e identidade: Retórica e desafios nos processos de ativação patrimonial. In: **Revista CPC**, São Paulo, vol. 13, nº 25, p. 7-33, jan./set. de 2018. Disponível em: <<https://doi.org/10.11606/issn.1980-4466.v13i25p7-33>>. Acesso em: 05 de dez. de 2018.

APÊNDICE A – Transcrição do diálogo realizado com os alunos.

Descrição: Apresenta-se aqui o encontro realizado no dia 14 de junho de 2019. Os nomes dos alunos encontram-se suprimidos, e cada um deles foi identificado com a turma que faz parte. A conversa foi feita apenas com alguns estudantes, visto que o período de realização das atividades já havia passado, sendo ela realizada fora da escola, na praça central (local das pesquisas de campo feitas nas oficinas).

Além disso, foi gravada por um celular, de modo a facilitar o diálogo (para que não houvessem muitas interrupções), e para tornar a transcrição mais precisa. Os alunos foram indicados pela professora de Arte (que ajudou na organização e realização das oficinas), de acordo com o envolvimento que tiveram com as atividades, sendo, desse modo, convidados ao novo encontro.

Transcrição feita por: Beatriz Alves Goulart Rocha

Diálogo transcrito:

Beatriz: A primeira coisa que eu queria saber: todos que estão aqui moram na Zona Urbana?

K., 9ªA: Não, eu moro na Zona Rural. A única.

Beatriz: Mas você vem sempre pra cá?

K., 9ªA: Não, só para a escola.

Beatriz: Quem passa sempre por aqui?

Al., 9ªB: Aqui na praça?

Beatriz: É. Vocês moram lá embaixo? (No Bairro Santa Cruz)

Al., 9ªB: É. (Assim como G., A., J. e A.).

L., 9ªB: Eu moro nessa rua aqui. (apontando para a rua ao lado do entorno da praça).

Beatriz: Então você vem sempre pra cá?

L., 9ªB: Também quando eu vou no mercado ou no dentista.

Beatriz: Quando vocês vêm para cá, é mais para tomar um sorvete, ou coisa assim? Ou não?

Você vem, fica aqui, senta, admira?

Al., 9ªB: Eu venho aqui muito raramente...

A., 9ªB: Quando tem festa também...

G., 9ªB: É. Quando tem festa.

A., 9ªB: E pra comer...

J., 9ªA: As vezes quando vem pagar conta pra mãe e pro pai, né G.?

G., 9ªB: É, pagar conta... Ou senão só de passar de caminho mesmo, porque essa praça é meio, literalmente no Centro da cidade e todo mundo passa pra cá toda hora.

Beatriz: Mas aí quando vocês passam vocês observam, ou começaram a observar mais?

G., 9ªB: Eu passo pela praça sempre, e depois do projeto eu comecei a observar mais a praça, e fico pensando como seria antigamente.

Beatriz: E ai, quando vocês passam, vocês acham que vocês têm relação com a praça?
Silêncio.

Beatriz: Por exemplo, quando vocês pensam na cidade de vocês. Vocês gostam? Acham ela bonita?

Todos: Sim.

Beatriz: Vocês a acham bonita?

A., 9ªB: Podia ser melhor.

G., 9ªB: É.

Beatriz: Por quê? O que vocês acham?

A., 9ªA: Deveria ter mais Centro de teatros.

A., 9ªB: Podia ter mais coisas, tipo assim, pra gente fazer. Porque não tem coisa...

G., 9ªB: Aquela fonte podia ficar ligada...

A., 9ªB: Porque, igual, a fonte ali, igual a G. falou, não sai água, tipo, fica ali parada.

Beatriz: Vocês já viram (ela) sair água?

A., 9ªA: Não.

Todos: Não.

G., 9ªB: Dá ilusão que sai água em época de fim de ano que vem aquela iluminação bonita, eles põe aqueles enfeites, mas não sai água não.

Beatriz: Bom, o que mais? A K. mora na zona rural. Na zona rural você vê alguma relação com essas casas que a gente viu, ou não? (Para K.)

K., 9ªA: Tem um parecer sim, porque quando eu vou pra casa da minha vó, a gente viaja de lá pra cá, lá é Minas, e tem casa de escravo, sabe? E a construção, a forma como foi construída, ou até mesmo como tá hoje em dia, né? Por conta dos anos passados, porque não teve um certo cuidado com o material ou com o patrimônio.

Beatriz: Ai você vê relação com o que a gente vê aqui nessas casas mais antigas?

K., 9ªA: É.

Beatriz: Vocês já conheciam alguma coisa sobre patrimônio antes do projeto? Já tinham ouvido falar? Sabiam o que significava?

Al., 9ªB: Não, a gente já ouviu falar, só que a gente não lembra. Na aula de artes a gente já ouviu.

K., 9ªA: Eu pensava em algum bem material de uma pessoa própria em si, no caso. Não achava que pudesse ser uma coisa pública.

A., 9ªB: Eu pensava que era uma coisa antiga, só não sabia muito bem...

Beatriz: Depois do projeto, vocês acreditam que aqui na cidade tem algum patrimônio aqui na cidade?

A., 9ªB: Eu acho que todos tem que ser preservados, porque todos tem a sua importância diferente.

Beatriz: Por exemplo?

A., 9ªA: Casarões!

K., 9ªA: Se pudesse reformar os casarões... Uma reforma dos casarões e virasse um patrimônio público. Podia até virar um museu pra gente visitar. Também gostaria de saber um pouco mais da história de Patrocínio. Se alguns moradores mais antigos contassem histórias, deixassem alguns relatos que a gente pudesse ter acesso para leitura.

A., 9ªB: Igual aquela casa ali da esquina de cima, minha irmã trabalha lá, atende a senhora que mora lá, e ela mostrou a seringa, as coisas antigas que o pai dela usava pra fazer os medicamentos, então tipo, é muito legal. (O pai da senhora foi farmacêutico.)

Beatriz: Vocês viam isso como patrimônio antes ou vocês nunca tinham parado pra pensar?

A., 9ªA: Não, nunca tinha parado pra pensar porque não tinha conhecimento da história da cidade direito...

Beatriz: Aí, assim, quando a gente vê as fotos a gente consegue entender, né? Mais ou menos como era e tal. E aí, quando vocês olham, vocês conseguem imaginar esse patrimônio preservado?

G., 9ªB: Posso pensar como ele era antigamente, porque antes ele era bem mais intacto do que tá hoje em dia.

Beatriz: Por que vocês acham que a preservação do patrimônio seria boa? O que isso mudaria pra vocês?

K., 9ªA: Porque marcaria a história não só da cidade, mas também do país, né? Patrimônio cultural do país... das pessoas também que moravam lá, de quem faz parte...

Beatriz: E com a praça? Porque vocês acham que esse patrimônio tem alguma relação com a praça? Por que vocês acham que eu falo da praça de vez em quando?

G., 9ªB: Porque a praça sempre foi um pouco preservada.

A., 9ªB: E ela sempre foi o ponto principal de encontros.

Beatriz: Depois dos encontros, vocês conversaram com alguém de fora da sala? Como isso repercutiu?

K., 9ªA: Eu conversei com meu pai, e ele até pesquisou sobre o assunto, sabe? Que eu tava produzindo uma maquete, aí ele pesquisou também algumas imagens antigas da Igreja Matriz

aqui da praça, aí ele falou, foi comentando quem foi os primeiros moradores daqui, quem tava criando as casas, quem era os donos das terras, sabe?

Beatriz: E ele conhecia algumas coisas?

K., 9ªA: É, alguns lugares ele reconheceu, como o coreto, ele falou que tinha antes também...

Beatriz: Seu pai é daqui?

K., 9ªA: Um pouco, sabe? Ele era de Minas, mas acho que ele passou uma parte da infância e da adolescência dele aqui em Patrocínio.

J., 9ªA: É... Alguns professores falaram pra gente coisas. Eles ficaram sabendo que a gente tava fazendo esse projeto, aí eles foram falando algumas coisas da adolescência deles, que eles lembravam, assim ...”

Beatriz: Professores de qualquer matéria?

J., 9ªA: Qualquer matéria.

Beatriz: Principalmente de qual?

J., 9ªA: Mais História e Português, assim...

A., 9ªB: Beatriz, voltando no assunto que você falou de preservar, eu acho importante a gente preservar, porque igual a gente vai ter nossos filhos, nossos netos, então acho que seria interessante eles vê o que a gente viu e entender isso que a gente tá entendendo agora.

Beatriz: Legal. O que vocês sentiram do trabalho? Assim, quando a gente começou, vocês tavam entendendo, ou não, começaram a entender bem depois?

Al., 9ªB: Eu tava entendendo.

G., 9ªB: Eu também tava entendendo.

Todos: Eu também.

Beatriz: Quando eu falei pra gente reunir de novo, mesmo que fora do horário de aula, vocês aceitaram. Por que?

Al., 9ªB: Porque a gente gostou.

Beatriz: É uma coisa que, por exemplo, é um assunto de interesse meu, eu estudo na faculdade. Vocês acham que começaram a se interessar por isso também? Ou não? Que é uma questão muito mais de aprender e depois passar pras pessoas?

Al., 9ªB: Eu acho que é mais uma questão de aprender e passar pras pessoas.

A., 9ªB: Eu acho que é os dois, porque eu queria saber das coisas a fundo e também eu acho que passar pras pessoas pra elas vê também que é interessante isso.

G., 9ªB: É importante também.

Beatriz: E por que vocês acham que é importante?

G., 9ªB: Pra não deixar a história morrer.

K., 9ªA: Pra não deixar o passado pra trás e sim levar a história que ele carrega.

Beatriz: Vocês querem falar mais alguma coisa? Quando eu chamei vocês pra vir pra cá, o que acharam?

K., 9ªA: Achei uma ideia interessante, né? Sair um pouco da rotina escolar e se preocupar um pouco mais com a questão do patrimônio, da história, porque são poucas as pessoas que se preocupam com isso, e se a gente deixar de se preocupar, a história vai acabar. Vai chegar um tempo que a gente não vai ter mais o passado, vai ter só o presente.

G., 9ªB: ...E o futuro que é incerto.

Beatriz: Como vocês acham que podem transmitir isso pra alguém? O que a gente viu...

G., 9ªB: Através das histórias, porque a gente vai conhecendo bastante história. Por exemplo, a gente tá aqui, aí olha e fala: sabe aquela casa que tem ali? Ela era assim, assim, assado antes, aconteceu isso... Contando.

A., 9ªB: Acho que contar pros nossos parentes menores, as crianças pra elas já crescerem, tipo, querendo saber mais sobre isso.

Beatriz: Vocês já tinham visto algo sobre o assunto na escola?

Al., 9ªB: Com a professora de Artes, mas não era daqui de Patrocínio, era geral.

K., 9ªA: Ela começou a passar um pouco.

Beatriz: O que vocês perceberam de diferença entre ser de um modo geral e de voltar para Patrocínio?

Al., 9ªB: Ah, conhecer uma história de outra cidade é um pouco meio estranho, né?

K., 9ªA: Porque a gente não tem o conhecimento da cidade, não conhece os locais ainda. Aqui a gente mora aqui, conhece os lugares.

Beatriz: Vocês acham que vocês absorveram um pouco melhor quando era daqui?

Todos: Sim.

G., 9ªB: Porque aqui a gente já conhece um pouco mais.

Al., 9ªB: A gente sabe onde fica os lugares certos.

G., 9ªB: Tem mais contato.

Beatriz: E quando eu mostrava as fotos antigas e vocês não reconheciam?

G., 9ªB: Dava um susto, porque mudou bastante daquela época pra cá.

Beatriz: Porque vocês acham que mudou?

K., 9ªA: Acho que mudou com o tempo, porque a as pessoas, a população foi aumentando também e foi desgastando as casas, e aí como foi aumentando tudo, mudando, os anos foram passando e foram evoluindo as construções, a população e etc.

Beatriz: Os avós de vocês, alguém costumava/costuma contar histórias, ou não?

Al., 9ªB: Sim.

(Alguns sim e outros não, sinalizando com a cabeça).

Beatriz: E quando eles contam, vocês começam a tentar lembrar de acordo com as fotos?

Al., 9ªB: Eu tento, mas antes do projeto eu ficava imaginando como que era.

G., 9ªB: É.

Beatriz: Sem ter ideia de como era...

Al., 9ªB: “Aham.”

Beatriz: O que vocês acham que seria importante para a cidade hoje?

Al., 9ªB: Eu não mudaria nada.

G., 9ªB: Eu restauraria as casas que estão depredadas, tanto pela história quanto pela segurança, porque pra alguém passar e cair um pedaço do telhado é rapidinho. Tá tudo acabado. Mas reformaria, coletaria fatos com os moradores mais velhos e faria uma exposição nessas casas antigas.

Beatriz: Esse negócio dos moradores mais velhos, é uma questão que vai ser importante para mim também. Porque assim eu como fiz com vocês, eu vou tentar fazer com as pessoas mais velhas. Na verdade, porque aquelas fotos eu consegui de pessoas mais velhas. As pessoas mais velhas da cidade que tinham fotografia daquela época, etc. e eu consegui com eles. E eles foram me contando muitas coisas, então vou tentar fazer com eles também. Vocês se sentiriam a vontade de conversar com eles?

Al., 9ªB: Sim.

A maioria confirmou.

Beatriz: Então eu vou tentar entrar em contato com eles e eu conto pra vocês se der certo, como vai ser, e tal. Agora, quando vocês pensam em patrimônio, já disseram que pensam nas casas mais antigas, mas vocês pensam em algumas específicas ou não?

G., 9ªB: Aquela dali que tá toda acabada. Tem uma ali na rua de trás que tá dando uma reformada lá dentro, não sei quem, acho que o dono, o parente que mora lá.

A., 9ªA: Aquela do lado da lotérica também.

Al., 9ªB: Eu penso também naquela lá embaixo.

Beatriz: Aquela da esquina? Ou a do Barão?

Al., 9ªB: A do Barão.

Beatriz: Vocês tinham conhecimento sobre esse apelido “Casa do Barão”?

A., 9ªA: Não.

Beatriz: Você perguntou para alguém?

A., 9ªA: Eu perguntei pra minha vó.

Al., 9ªB: Minha mãe falava pra mim que ali na época dela, quando ela veio pra cá, porque ela morava na Bahia, quando ela veio pra cá, ali era uma lojinha de bijuteria. Ela sabia que ali chamava assim por causa do meu pai, que é daqui.

Beatriz: Em relação ao cinema, vocês conheciam alguma coisa?

L., 9ªB: Eu já tinha ouvido falar antes, mas não sabia direito como era, nunca tinha visto fotos nem nada.

A., 9ªB: Tive curiosidade de saber como era. Ai quando você mostrou as fotos a gente teve uma noção de como era antes.

Após o diálogo transcrito, a gravação foi interrompida.

APÊNDICE B – Respostas ao questionário online.

Descrição: O questionário online ficou disponível entre os dias 03 e 23 de julho de 2020. Como a quantidade de participações foi significativa, o arquivo com o compilado de respostas se tornou extenso. Nesse sentido, como forma de disponibilizá-lo para consulta, criou-se um link armazenado em nuvem:

<https://drive.google.com/file/d/1WsTea0rX6LII1nLrxG4kzMEB2fJaL0wW/view?usp=sharing>